UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ALDEMIR BARBOSA DA SILVA

PROJETOS EM DISPUTA: O MANUAL NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA DO PADRE LEONEL FRANCA (S.J.), NAS DÉCADAS DE 1910 A 1940

FLORIANÓPOLIS – SC
2020

ALDEMIR BARBOSA DA SILVA

PROJETOS EM DISPUTA: O MANUAL NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA DO PADRE LEONEL FRANCA (S.J.), NAS DÉCADAS DE 1910 A 1940

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.
Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação
Orientador: Professor Dr. Celso João Carminati

FLORIANÓPOLIS – SC

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Aldemir Barbosa da
Projetos em disputas: o manual Noções de História da Filosofia do Padre Leonel Franca (S.J.), nas décadas de 1910 a 1940 / Aldemir Barbosa da Silva. -- 2020.
292 p.

Orientador: Celso João Carminati
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educacação, Florianópolis, 2020.

1. História da educação. 2. Pe. Leonel Franca. 3. Manuais escolares. 4. Reação católica. 5. Filosofia. I. Carminati, Celso João. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educacação. III. Título.

Aldemir Barbosa da Silva

PROJETOS EM DISPUTA: O MANUAL NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA DO PADRE LEONEL FRANCA (S. J.), NAS DÉCADAS DE 1910 A 1940

Tese julgada adequada para obtenção do Título de doutor em Educação junto ao Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 30 de julho de 2020.

Banca Examinadora:

Presidente/a: Prof. Dr. Celso João Carminati
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Documento assinado digitalmente
Elison Antonio Paim
Data: 07/08/2020 20:30:47-0300
CPF: 433.160.930-87

Membro: Prof. Dr. Elison Antônio Paim
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro: Prof. Dr. Névio de Campos
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Membro: Prof. Dr. José Eduardo Franco
Universidade Aberta – UAb/PT

Prof. Dr. Norberto Dallabrida

Membro: Prof. Dr. Norberto Dallabrida
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, João e Anita, pelo carinho em guiar meus primeiros passos existenciais, sendo os pilares estruturantes da minha formação. E aos meus irmãos, Ademar, Alessandra e Ronaldo, por juntos construirmos a história da nossa família.

Ao meu orientador, prof. Dr. Celso João Carminati, pelas inúmeras contribuições nessa trajetória acadêmica: no mestrado, na investigação do *Ratio Studiorum* e, depois, por auxiliar no aprimoramento da pesquisa por novas lentes, discutindo questões que resultaram nas inquietações provocadas pelas estratégias católicas jesuítas na educação.

Aos professores do PPGE/UDESC, que fizeram parte de minha formação acadêmica, em especial a Drª. Maria Teresa Santos Cunha (banca de qualificação), ao Dr. Norberto Dallabrida (banca de qualificação e defesa), a Drª. Vera Lucia Gaspar da Silva, e a Drª. Geovana Mendonça Lunardi Mendes, pelas contribuições primordiais entre as disciplinas e os seminários do curso, que refletiram importantes discussões na edificação de aportes teóricos essenciais para a construção da tese.

Aos professores Dr. Elison Antonio Paim (UFSC) e Dr. Névio de Campos (UEPG), pelas suas contribuições na banca de qualificação e defesa, e ao supervisor do estágio sandwich, Dr. José Eduardo Franco (UAb), pelo apoio no desenvolvimento do trabalho em Portugal, e por aceitar o convite para participar da banca de defesa.

À Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa de pesquisa (parcial) no período do curso. Ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), por conceder parte dos custos da bolsa sandwich em Portugal.

À Província dos Jesuítas no Rio de Janeiro, em particular ao Pe. Carlos Henrique Muller S.J., que não mediu esforços para o avanço desta pesquisa ao possibilitar o acesso a fontes e documentos que marcaram a trajetória do Pe. Leonel Franca S.J. Ao Centro Dom Vital (RJ) pelo acesso à materialidade das edições da revista *A Ordem*. Ao Centro de Memória e Pesquisa Histórica UNIFESP por disponibilizar materiais que evidenciavam os pareceres da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Ao Núcleo de Memória da PUC-RIO, pelos documentos que apontam a relação do padre jesuíta com os setores educacionais da sociedade brasileira.

Enfim, sou muito grato a todos que fizeram parte desta trajetória!

“O manual escolar não é um produto fixo, imutável: sua existência, funções, forma, seus usos dependem de múltiplos fatores nos quais os contextos geográfico, histórico e cultural têm, apesar de outros, um papel determinante”.

Alain Choppin

RESUMO

Nesta pesquisa, procuramos compreender e discutir os sentidos e articulações do movimento da restauração católica no Brasil em um período de intensas disputas por projetos educacionais, que culminaram na elaboração e na definição de ordenamentos legais na organização do Estado brasileiro. As relações entre Estado e Igreja Católica, por vezes amistosas e por outras mais tensas, colocam no cenário as estratégias para o avanço do projeto da restauração católica. O manual de ensino *Noções de História da Filosofia*, de autoria do Pe. Leonel Franca S.J., da ordem dos jesuítas, publicado entre as décadas de 1910 e 1940, exerce centralidade nesse processo. A representação das encíclicas na fundação dos projetos de instituições e órgãos católicos contribui para o engajamento de intelectuais católicos em impressos e nos manuais escolares. No período citado, os avanços do projeto da restauração católica no Brasil apontam estratégias no campo sócio-político-cultural, como o espaço privilegiado entre os livros oficiais do governo na década de 1940 e os instrumentos na formação da elite, especificamente no curso do ensino secundário. Nesse contexto, percorremos a trajetória do intelectual Pe. Leonel Franca S.J., nos espaços sociais, políticos e culturais, analisando os aspectos que constituem a autorização do manual na Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). A base epistemológica da pesquisa entrelaça-se pela História Cultural e se ancora principalmente nas concepções de estratégias de Michel de Certeau e de representação de Roger Chartier. Por fim, há ainda a investigação sobre o manual escolar, baseada em Alain Choppin. O manual *Noções de História da Filosofia* configura-se como instrumento de poder no contexto das políticas educacionais, com intencionalidades que perpassam os aspectos de produção, circulação e usos, sendo objeto de intensas disputas na história do livro. A participação de intelectuais católicos em comissões do aparato estatal indica a presença estratégica em defesa da cultura e dos valores confessionais que resultam em emendas na Constituição de 1934, visando a reorganização na reocupação de importantes estruturas, como a formação de uma elite dirigente/intelectual.

Palavras-chave: História da Educação. Pe. Leonel Franca. Manuais Escolares. Reação Católica. Filosofia.

ABSTRACT

In this research, we seek to understand and discuss the meanings and articulations of the Catholic restoration movement in Brazil in a period of intense disputes over educational projects, which culminated in the elaboration and definition of legal systems in the organization of the Brazilian State. Relations between the State and the Catholic Church, sometimes friendly and sometimes more tense, put in place strategies for advancing the Catholic restoration project. The teaching manual *Notions of History of Philosophy*, authored by Fr. Leonel Franca S.J., of the order of the Jesuits, published between the decades of 1910 and 1940, plays a central role in this process. The representation of encyclicals in the foundation of the projects of Catholic institutions and bodies contributes to the engagement of Catholic intellectuals in printed matter and school manuals. In the period cited, the advances in the Catholic restoration project in Brazil point to strategies in the socio-political-cultural field, such as the privileged space between the official government books in the 1940s and the instruments in the formation of the elite, specifically in the course of teaching secondary. In this context, we followed the trajectory of the intellectual Fr. Leonel Franca S.J., in social, political and cultural spaces, analyzing the aspects that constitute the authorization of the manual in the National Didactic Book Commission (CNLD). The epistemological basis of the research is intertwined by Cultural History and is based mainly on Michel de Certeau's conceptions of strategies and Roger Chartier's representation. Finally, there is also the investigation of the school manual, based on Alain Choppin. The manual *Notions of History of Philosophy* is configured as an instrument of power in the context of educational policies, with intentions that permeate aspects of production, circulation and uses, being the object of intense disputes in the history of the book. The participation of Catholic intellectuals in commissions of the state apparatus indicates the strategic presence in defense of culture and confessional values that result in amendments to the 1934 Constitution, aiming at reorganizing the reoccupation of important structures, such as the formation of a leading / intellectual elite.

Keywords: History of Education. Fr. Leonel Franca. School Manuals. Catholic reaction. Philosophy.

RESUMEN

En esta investigación, buscamos comprender y discutir los significados y articulaciones del movimiento restaurador católico en Brasil en un período de intensas disputas sobre proyectos educativos, que culminaron en la elaboración y definición de sistemas legales en la organización del Estado brasileño. Las relaciones entre el Estado y la Iglesia católica, a veces amistosas y otras más tensas, pusieron en marcha estrategias para avanzar en el proyecto de restauración católica. En este proceso juega un papel central el manual didáctico *Nociones de Historia de la Filosofía*, escrito por el P. Leonel Franca S.J., de la orden de los jesuitas, publicado entre las décadas de 1910 y 1940. La representación de encíclicas en la fundación de los proyectos de instituciones y organismos católicos contribuye al compromiso de los intelectuales católicos en el material impreso y los manuales escolares. En el período citado, los avances en el proyecto de restauración católica en Brasil apuntan a estrategias en el campo sociopolítico-cultural, como el espacio privilegiado entre los libros oficiales del gobierno en la década de 1940 y los instrumentos en la formación de la élite, específicamente en el curso de la docência secundario. En este contexto, seguimos la trayectoria del intelectual P. Leonel Franca S.J., en espacios sociales, políticos y culturales, analizando los aspectos que constituyen la autorización del manual en la Comisión Nacional del Libro Didáctico (CNLD). La base epistemológica de la investigación está entrelazada por la Historia Cultural y está anclada principalmente en las concepciones de estrategias de Michel de Certeau y la representación de Roger Chartier. Finalmente, también está la investigación del manual escolar, basado en Alain Choppin. El manual *Nociones de Historia de la Filosofía* se configura como un instrumento de poder en el contexto de las políticas educativas, con intenciones que permean aspectos de producción, circulación y usos, siendo objeto de intensas disputas en la historia del libro. La participación de intelectuales católicos en comisiones del aparato estatal indica la presencia estratégica en defensa de la cultura y los valores confesionales que resultan en enmiendas a la Constitución de 1934, con el objetivo de reorganizar la reocupación de estructuras importantes, como la formación de una élite dirigente / intelectual.

Palabras clave: Historia de la Educación. P. Leonel Franca. Manuales escolares. Reacción católica. Filosofía.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pe. Leonel Franca S.J. 55
Figura 2 - Folha de rosto do manual: Noções de História da Filosofia 145
Figura 3 - Lombada do manual: Noções de História da Filosofia 146
Figura 4 - Folha de rosto: Manual de Filosofia 216
Figura 5 - Folha de rosto do manual: Historia da Philosophia 221
Figura 6 - Folha de rosto do manual: Pontos de Filosofia 226
Figura 7 - Folha de rosto do manual: Filosofia 232
Figura 8 - Folha de rosto do manual: Introdução à Filosofia Lógica 241
Figura 9 - Folha de rosto: Compêndio de filosofia 246
Figura 10 - Folha de rosto: Compêndio de filosofia 252
Figura 11 - Folha de rosto do manual: História da Filosofia 258

/

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista dos manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD 30
Tabela 2 - Livros do Pe. Leonel Franca S.J. 51
Tabela 3 - Conferências do Pe. Leonel Franca S.J., no CDV (1929 – 1933) 58
Tabela 4 - Lista geral de matrículas das Faculdades Católicas na década de 1940 70
Tabela 5 - Sumário do manual Noções de História da Filosofia 149
Tabela 6 - Corrente filosófica espiritualista 170
Tabela 7 - Corrente filosófica positivista 176
Tabela 8 - Corrente filosófica materialista 178
Tabela 9 - Tomistas eclesiásticos no Brasil (1910-1940) 187
Tabela 10 - Produções tomistas eclesiásticas em periódicos católicos (1920-1940) ... 190
Tabela 11 -Tomistas leigos no Brasil de 1910 a 1940 192
Tabela 12 -Produções dos tomistas leigos em periódicos católicos de 1920 a 1940 194
Tabela 13 - Os usos dos idiomas no manual de Pe. Leonel Franca S.J. 208
Tabela 14 - Sumário do Manual de Filosofia (D. Ludgero Jaspers) 217
Tabela 15 - Sumário do manual História da Philosophia (D. Ludgero Jaspers) 222
Tabela 16 - Sumário do manual Pontos de Filosofia (Ir. Isidoro Dumont) 228
Tabela 17 - Sumário do manual Filosofia (Pe. Castro Nery) 233
Tabela 18 - Sumário do manual Introdução à Filosofia Lógica (L. Van Acker) 242
Tabela 19 - Sumário do manual Compêndio de Filosofia (J. B. Ribeiro; J. Silva) 247
Tabela 20 - Sumário do manual Compêndio de Filosofia (Henrique Geenen) 253
Tabela 21 - Sumário do manual História da Filosofia (Jonathas Serrano) 260
Tabela 22 - Censores no manual de filosofia do P. Leonel Franca S.J. 264
Tabela 23 - Lista dos manuais com sinais de censores eclesiásticos 265
Tabela 24 - Lista dos manuais organizados por temas 266
Tabela 25 - Lista de sinais da cultura católica nos manuais de filosofia 270

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira da Educação

ACB – Ação Católica Brasileira

ACI – Ação Católica Italiana

ACO – Ação Católica Operária

APCs – Associação dos Professores Católicos

CCB – Coligação Católica Brasileira

CCBE – Confederação Católica Brasileira de Educação

CCN – Comissão Censitária Nacional

CBEs – Comunidades Eclesiásticas de Bases

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

DOU – Diário Oficial da União

HAC – Homens da Ação Católica

IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHOP – Instituto Histórico de Ouro Preto

ICES – Instituto Católico de Estudos Superiores

JAC – Juventude Agrária Católica

JCB – Juventude Católica Brasileira

JEC – Juventude Estudantil Católica

JFC – Juventude Feminina Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LEC – Liga Eleitoral Católica

LFAC – Liga Feminina da Ação Católica

MTC – Movimento dos Trabalhadores Cristãos

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RBP – Revista Brasileira de Pedagogia

SUMÁRIO

1. O MOVIMENTO REAÇÃO CATÓLICA: INTRODUÇÃO 14

2. O INTELECTUAL CATÓLICO PE. LEONEL FRANCA S.J. 40

2.1 O ASSISTENTE ECLESIÁSTICO E REITOR DA PUC-RIO 56

2.2 AS CONFERÊNCIAS DO PADRE JESUÍTA 71

2.3 O CENTRO DOM VITAL: PILAR DOS ÓRGÃOS CATÓLICOS 96

2.4 A AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL 111

2.5 A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA DE JACQUES MARITAIN 122

3. O MANUAL ESCOLAR: NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA 136

3.1 ASPECTOS ESTRUTURAIS 147

3.2 A HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO MANUAL 157

3.3 A FILOSOFIA NO BRASIL 167

3.4 A PRESENÇA DO PENSAMENTO TOMISTA NO BRASIL 184

3.5 ASPECTOS DA RENASCENÇA ESCOLÁSTICA NO MANUAL 197

4. OS MANUAIS DE FILOSOFIA AUTORIZADOS PELA CNLD 210

4.1 AUTORES ECLESIÁSTICOS 214

4.1.1 Manual de Filosofia (D. Ludgero Jaspers) 214

4.1.2. História da Philosophia (D. Ludgero Jaspers) 220

4.1.3 Pontos de Filosofia (Ir. Isidoro Dumont) 225

4.1.4 Filosofia (Pe. Castro Nery) 231

4.2 AUTORES LEIGOS 238

4.2.1 Introdução à Filosofia Lógica (Leonardo Van Acker) 238

4.2.2 Compêndio de Filosofia (José B. Ribeiro; José da Silva) 245

4.2.3 Compêndio de Filosofia (Henrique Geenen) 251

4.2.4 História da Filosofia (Jonathas Serrano) 257

4.4 INDÍCIOS DA CULTURA CATÓLICA NOS MANUAIS ESCOLARES 263

5. CONSIDERAÇOES FINAIS 274

REFERÊNCIAS 280

1. O MOVIMENTO REAÇÃO CATÓLICA: INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada *Projetos em disputa: o manual Noções de História da Filosofia, do Pe. Leonel Franca S. J., nas décadas de 1910 a 1940*, apresenta a análise da materialidade desse objeto escolar e a trajetória do autor líder eclesiástico como "centro de gravidade de uma geração de intelectuais" católicos em prol do projeto de restauração.

Nesse período, marcado por mudanças intencionais e permeado por jogos de interesses na política educacional, os avanços do movimento Reação Católica[1] são estratégicos no cenário nacional, pois articulam nos intelectuais ações que passam a constituir a estruturação de instituições e órgãos católicos. Tal projeção impulsiona o engajamento da militância em associações, ligas e movimentos, com aportes de uma rede de impressos entre ações no campo[2] editorial e nos diferentes setores da sociedade.

A formação da nação brasileira indica um dos pilares estratégicos da Igreja Católica Apostólica Romana na manutenção do *status quo*, projetando intencionalmente a formação de uma elite católica (dirigente/intelectual). No campo educacional, as articulações em prol da restauração têm impacto na mobilização e na organização dos professores em defesa da pedagogia católica[3].

---

[1] A Reação Católica, direcionada pela cúpula eclesiástica, tem início em 1916, com a publicação da carta pastoral de D. Sebastião Leme, nomeado arcebispo metropolitano de Olinda e Recife. A sua carta pastoral de saudação à diocese constitui uma denúncia veemente do estado de letargia em que se encontrava o catolicismo e um apelo à sistematização das forças dispersas, sob o comando da hierarquia eclesiástica. A estratégia de ação da Igreja – baseada na ordem, autoridade e contra revolução – não vai ao encontro dos interesses do Estado; pelo contrário, efetiva a coalização de suas forças. [...] A fundação da revista *A Ordem* e do Centro D. Vital, por Jackson de Figueiredo, anuncia novos tempos para a Igreja, que, através da mobilização do elemento leigo, procura impor-se como força social significativa (VELLOSO, 1978, p. 121).

[2] É um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura, que está no princípios das estratégias destinadas a transformá-la, está ela própria sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo têm por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, quer dizer, em última análise, a conservação ou subversão da estrutura de distribuição do capital específico. [...] Outra propriedade, já menos visível, de um campo: todas as pessoas estão cometidas num campo têm em comum certo número de interesses fundamentais, a saber tudo o que está ligado à própria existência do campo: daí uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos (BOURDIEU, 2003, p. 20-21).

[3] A pedagogia catholica é universal e compreensiva: não mutila o homem, mas o educa na sua totalidade; não é tributária exclusiva de uma sciencia nem se enfeuda ao jugo de um só methodo. Todos os methodos que nos podem levar ao conhecimento de um dos aspectos da realidade humana são adaptados sem receio; todas as sciencias que podem iluminar qualquer das suas faces são aceitas com atenção e docilidade. A educação catholica atinge assim o homem na integridade dos seus elementos e na totalidade de suas exigências e aspirações. Tudo aqui se unifica admiravelmente. A vida, na variedade dos seus aspectos, na diversidade dos seus actos desde estas decisões profundas que imprimem a toda uma existência uma orientação definitiva até as mais insignificantes acções quotidianas exigidas pelos deveres do nosso estado, reveste, na synthese christã, a importância transcendente de uma visão divina. Nada então é sem interesse nem significado. Para cada uma de suas obrigações o homem leva toda a energia, toda a serenidade, toda a constância fiel de uma alma unificada que realiza a grandeza dos seus destinos com não menor elegância

Essa posição repercute na fundação de um importante órgão católico – Associação dos Professores Católicos (APCs), no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro) em 1928, e em ramificações nas unidades na federação, que sinalizam um alicerce das estratégias católicas[4] entre as instituições tradicionais (católicas, militares e laicas). As lideranças católicas mobilizam e fortalecem suas redes de sociabilidade, como os projetos em prol da organização e formação especializada da militância.

> A Igreja Católica deveria, pois, passar a ofensiva na luta em prol da recristianizarão da sociedade, pela reconquista dos seus direitos em face do Estado, já que a desmoralização social vivida pelo país nesse momento resultava dos desconhecimentos destes direitos. A igreja deveria lutar até alcançar "a vitória da ordem cristã". A meta consistiria em alcançar um Estado cristão: "se não há mais como negar o fato do Estado leigo e laicizante" (DIAS, 1996, p. 97).

Em relação à posição dos manuais escolares na formação da nação, a instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938 — um instrumento de poder no campo político-educacional que passa a indicar os manuais que passariam a compor o "ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda República"[5], tornando-o um espaço privilegiado de disputas entre os representantes das bancadas pedagógicas católicas e escolanovistas[6].

Na linha desta pesquisa, os manuais escolares de filosofia são objetos constitutivos da cultura escolar[7] pelo campo da cultura material escolar, como fontes e objetos de

---

moral, na sublimidade rara do heroísmo do que na continuidade choerente das pequenas ações. Só assim uma pedagogia compreensiva prepara o homem para o seu desenvolvimento integral e a realização harmônica da sua felicidade completa (FRANCA, 1932, p. 18).

[4] Estratégias católicas de difusão doutrinária no campo pedagógico, estratégias nas quais estavam em jogo a hegemonia da Igreja. [...] Organizados inicialmente em entidades como a Associação de Professores Católicos (A.P.C.) do Distrito Federal, e em seguida na Confederação Católica Brasileira de Educação, os católicos lançaram boletins e revistas, organizaram Congressos, realizaram cursos e conferências, no propósito de regrar a sedução exercida pelo escolanovismo sobre o professorado.

[5] Conforme Decreto-lei nº 1.006/38. Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada gráu ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas preprimárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei (BRASIL, 1939).

[6] Atuaram de modo a enraizar os usos das expressões *educação nova e Escola Nova* nas práticas de reorganização da cultura e da sociedade de que faziam parte as políticas de remodelação da escola e de reforma estrutural do sistema escolar a que se lançavam (CARVALHO, 2003, p. 95).

[7] É importante mencionar que, a partir de 1940, a lista dos manuais escolares que iriam compor a formação no currículo oficial, especificamente os manuais de filosofia direcionados ao ensino secundário, foi examinada pelos membros da CNLD na seção Filosofia, Sociologia e Pedagogia, seguida pela seção Redação. A lista dos manuais autorizados foi publicada no Diário Oficial da União como instrumento de regulação do governo na formação da nação.

análise histórica imersos entre as intencionalidades na formação da nação, que procuram analisar os conteúdos como portadores de vestígios do pensamento filosófico cristão que se almeja ensinar no ensino secundário entre as décadas de 1910 e 1940, sinalizando confronto ideológico com as concepções pedagógicas e filosóficas anticatólicas.

Nas primeiras décadas do século XX, entre os embates no campo político-educacional brasileiro e em resposta ao avanço de propostas educacionais que contemplam alguns elementos da sociedade moderna, como o laicismo[8], o positivismo e o liberalismo, estão engajados em prol da restauração os intelectuais católicos [9] (eclesiásticos e leigos).

Essa mobilização repercute em uma posição de resistência ativa, com a fundação da revista *A Ordem* (1921), veículo estratégico de difusão das posições católicas, e o Centro Dom Vital (1922), principal reduto de circulação dos intelectuais católicos, na proposta do projeto de restauração por organizações no campo socio-político-cultural, além da participação na Associação Brasileira da Educação (ABE), entidade fundada por Heitor Lyra, em 1924, que tem por objetivo mobilizar intelectuais de várias tendências educacionais em torno da bandeira da educação.

Para Carvalho (2003, p. 77), trata-se de um "órgão legítimo de opinião das classes cultas" que, estrategicamente, articula-se para "colaborar em perfeita harmonia com os governos" nas discussões educacionais. As organizações da ABE repercutem entre as Conferências Nacionais de Educação, legítimo espaço de debates acerca das tendências pedagógicas, o que mostra uma reação no campo político-educacional. A representação do grupo intelectual da ABE possibilita aproximar do governo as propostas que iriam constituir o projeto de redenção nacional pela educação[10].

---

[8] A pedagogia laicista é dispersiva, fragmentária e estructuralmente desarticulada na incoherencia dos seus elementos. Não é difícil, remontando o curso das ideias e dos acontecimentos, encontrar a primeira origem deste vício fundamental. A ruptura da unidade viva que lamentamos nos systemas de educação é apenas um reflexo de um desequilíbrio interior não menos funesto do que sofre o homem moderno em toda a sua vida espiritual. [...] E o laicismo pedagógico é a mutilação do homem: é a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e o escolar; o dualismo entre a consciência religiosa do homem e a consciência social do cidadão. A instrucção fica decapitada dos que lhe constitui a corôa indispensável depois de lhe ter servido de fundamento insubstituível. Durante todo o período de formação da creança, a escola leiga ou neutra não atinge o que há de mais essencial e profundo no homem: a consciência (FRANCA, 1932, p. 17).

[9] Entre inúmeros membros, apontam: Pe. Leonel Franca, D. Sebastião Leme, D. Ludgero Jaspers, Frei Pedro Secondi, Frei Boaventura, Pe. José Castro Nery, Pe. Ávila, Pe. Leopoldo Aires, Pe. Teixeira Leite Penido, Ir. Isidoro Dumont, Dom Helder Câmara, Jackson Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Perillo Gomes, Jonathas Serrano, Fernando Magalhães, Leonardo Van Acker, Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Américo Jacobina Lacombe, Everaldo Beckauser, Alexandre Correa, e Theobaldo Miranda Santos.

[10] Tais como "saneamento rural extensivo", "higienização radical das aglomerações urbanas a fito de fixar os definitivos padrões de vida", "educação em massa da mocidade brasileira na caserna", estabelecimento de "leis reguladoras do trabalho e defensoras do trabalhador", o documento seletivamente defendia a

> A ABE representou a abertura de um importante espaço de debate e de elaboração de sugestões relativas à educação da política educacional no Brasil [...]. As atividades da ABE que alcançaram maior repercussão estão as Conferências Nacionais de Educação, realizadas em diferentes estados da Federação. Ao longo do período áureo de atuação da entidade, essas conferências funcionaram como o elo necessário entre o governo federal, os governos estaduais e representantes da sociedade civil – professores, jornalistas, cientistas, lideranças religiosos e políticas, dentre outros –, constituindo-se importante estratégia de difusão de ideias e princípios caros a determinado projetos de organização do ensino, que, por sua vez, correspondiam a uma ação bem mais ampla de organização do Estado e da nacionalidade (SILVA, 2004, p. 9).

Na década de 1930, as Conferências Nacionais de Educação[11] possibilitam a projeção nacional da ABE, legitimando esse movimento com status político. E a repercussão no cenário educacional nacional propicia aos intelectuais a participação em discussões primordiais com o governo em torno da bandeira da educação.

Na IV Conferência Nacional da Educação, em 1931, ocorrem rupturas entre os intelectuais católicos e escolanovistas[12] da ABE devido à intervenção de Nóbrega da Cunha[13], ao projetar o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e desarticular a resposta do líder católico Fernando Magalhães[14] ao governo, que iria

---

intervenção direta da União em duas modalidades de ação educacional: a escola primária urbana complementar e o internato rural (CARVALHO, 2003, p. 79-80).

[11] Segue a data, local e temas abordados nas Conferências Nacionais de Educação, entre 1927 a 1976. 1927, Curitiba – Organização nacional do ensino primário; 1928, Belo Horizonte – Ensino secundário; 1929, São Paulo – Ensinos secundário, primário e profissional, Educação sanitária; 1931, Rio de Janeiro – Diretrizes para a educação popular; 1933, Niterói – Elaboração do anteprojeto de organização nacional da educação; 1934, Fortaleza – Organização geral do ensino no país; 1935, Rio de janeiro – Educação física; 1942, Goiânia, A educação primaria: objetivos e organização; 1945, Rio de Janeiro – Conceito de educação democrática; 1950, Rio de Janeiro – Conferência convocada com o objetivo de obter sugestões para Lei de Diretrizes e Bases (LDB); 1954, Curitiba – Financiamento dos sistemas públicos de educação; 1956, Salvador – Contribuição da escola à compreensão e à utilização das descobertas cientificas. Os processos da educação democrática nos diversos graus de ensino e na vida extraescolar; e 1976, Rio de Janeiro – Educação para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (VALÉRIO, 2013).

[12] Signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* que, tendo participado das *Conferências Nacionais de Educação* promovidas pela ABE e ocupado postos governamentais, na qualidade de "técnicos" empenhados na reforma dos sistemas estaduais de ensino, assumiram o controle da *Associação Brasileira de Educação* a partir de 1932 (CARVALHO, 2003, p. 90).

[13] As intervenções de Nóbrega da Cunha, na IV Conferência Nacional de Educação, se deram no sentido de evitar que o governo usasse os resultados do conclave como justificação dos seus programas, além de deslocar politicamente as posições dominantes na sua expectativa. Isto é, não se tratava mais de propor uma política de "educação popular", no sentido estrito de uma política para o ensino primário, profissional e normal, dentro de um projeto consagrador da dualidade de ensino, mas de apresentar uma política educacional para todos os graus de ensino (CURY e CUNHA, 2015, p. 61).

[14] A attitude do professor Fernando de Magalhães, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, demitindo-se de presidente da 5ª Conferência Nacional de Educação, em seguida à votação favorável à permanência do laicismo pedagógico, veio, felizmente, marcar a separação cada vez mais insofismável dos campos em que se dividem hoje os que se interessam pelos problemas da educação no Brasil (MOBILIZEMO-NOS, 1932, p. 1).

propor, conforme Carvalho (2003, p. 90), "uma política educacional que perpetuava a dualidade do sistema educacional e lhe imprimia orientação religiosa".

> Com isso, o consenso em torno da "causa educacional" transmuda-se em disputa pela implementação de programas político-pedagógicos concorrentes. Nessa disputa, dois grupos se constituem, antagonizando-se a partir de proposta rivais de controle técnico e doutrinário das escolas: os "*católicos*" e os "*pioneiros*" (CARVALHO, 2003, p. 89).

Em 1932, o avanço estratégico das propostas do grupo escolanovista na ABE, provoca o êxodo do grupo católico. No entanto, os setores militantes do laicato intelectual católico se reposicionam no campo político-educacional nacional, passando a se articular na APCs do Distrito Federal e no CDV de São Paulo. Em 1934, a fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) simboliza um instrumento de evangelização pedagógica e religiosa (CARVALHO, 2003).

O reposicionamento dos intelectuais nos embates pedagógicos na década de 1930, aponta o surgimento de uma terceira via[15] entre católicos e escolanovistas. De acordo com Carvalho (2003, p. 114), "numa segunda estratégia, não se tratava, prioritariamente, de firmar princípios ou de discutir questões doutrinárias, mas importava, sobretudo, articular um discurso escolanovista católico".

No entanto, outras projeções em prol da restauração no país permitem a reorganização da Confederação Católica, fundada em 1922, sob os moldes da Ação Católica Italiana (ACI), foi transformada no movimento Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, pela organização e hierarquização das instituições e órgãos católicos, como o fato de intensificar ações de tais lideranças no cenário nacional.

Segundo Miceli (2001), a orientação política do Vaticano aponta a necessidade de reagrupar as instituições católicas brasileiras a partir das orientações da ACB nos moldes da ACI, ou seja, formar quatro grandes organismos de base que despontassem entre as organizações de militância católica brasileira: Homens da Ação Católica (HAC), Liga

[15] Uma espécie de terceira via entre o "velho" representado pela chamada escola tradicional e o "novo" representado pela modernidade escolanovista. Um projeto educacional que, ancorado na Encíclica Papal *Divini IlliusMagistri*, depurou a Escola Nova daquilo que contrariasse os preceitos católicos e que buscou aliar razão e espiritualidade, ciência e religião (ROSA, 2017, p. 223).

Feminina da Ação Católica (LFAC), Juventude Católica Brasileira (JCB)[16] e Juventude Feminina Católica (JFC)[17], coordenados pela Confederação das Associações Católicas.

Tais movimentos de resistência têm por princípios articulações entre organizações coletivas, pois formam uma rede internacional pela Ação Católica, sob direção expressa de um líder eclesiástico acerca do laicato católico. Nesse caso, a presença do assistente eclesiástica Pe. Leonel Franca S.J., na ACB, permite fortalecer as redes de sociabilidades católicas, como a projeção de lideranças do laicato na edificação dos pilares da militância.

> Por sua vez, sem margem de dúvida, era um dos articuladores centrais da reação católica nessa área, e já havia firmado sua liderança intelectual em obras que desempenhavam um papel importante na mobilização de jovens adeptos que viriam a constituir o núcleo leigo da reação católica (MICELI, 2001, p. 302).

A ACB é, então, um importante órgão católico, reconhecido como significativo instrumento na formação dos jovens católicos (militância) e por suas inúmeras ramificações organizadas no país pela defesa dos princípios católicos expressos na encíclica[18] *Urbi Arcano Dei*, do Papa Pio XI, em 1922. A representação da ACB, pelos órgãos militantes específicos da juventude católica no país e sua extensão, indica os seguintes:

> Não seria, porém, possível organizar um movimento para toda a massa da mocidade católica, sem atender as condições inteiramente diversas em que se encontrar certas classes de jovens. Por isso, adaptando-se ao verdadeiro sentido da Ação Católica – apostolado organizado e especializado – o movimento geral da J.C.B. é distribuído em diversos setores especializados, com o fim de realizar a organização da mocidade em todas as suas classes e condições. [...] O esquema da organização geral, abrange: a) J.A.C. – Juventude Agrária Católica; b) a J.E.C. - Juventude Estudante Católica; c) a J.I.C. – Juventude Independente Católica; d) a J.O.C. – Juventude Operária Católica; e) a J.U.C. – Juventude Universitária Católica (COSTA, 1937, p. 324-325).

[16] Á sua fundação, na matriz de São José em Recife, naquela chuvosa noite de 7 de setembro de 1928, evoquei, profundamente emocionado, as edificantes reuniões dos dias de formação da Juventude Católica de Livorno, que se realizavam, ás vezes, na casa de férias do Pontifício Colégio 'Pio Latino Americano, á sombra do magnífico santuário da Madonna de Montenero (COSTA, 1937, p. 9).

[17] Na tarde de 21 de junho de 1933, no Colégio São José, foram lançadas as bases da Juventude Feminina Católica, com a autorização e as bênçãos do sr. Arcebispo Metropolitano. A organização tomou por modelo a sua congénere italiana e sob os mesmos moldes (COSTA, 1937, p. 10).

[18] A nossa compreensão em relação aos documentos oficias da Igreja Católica, isto é, as encíclicas, são as seguintes: elas são escritas com o propósito de dar diretrizes ao episcopado em seus trabalhos formativos. Portanto, esses documentos são dirigidos aos bispos das nações diversas com o fim de orientar o episcopado para o projeto romanizador. [...] A constituição do laicato católico foi orientada pelos documentos dos pontífices e reafirmada pelo episcopado (CAMPOS, 2010, p. 21).

Essas articulações da ACB são alicerçadas pela tendência pedagógica católica e apresentadas, no fim da década de 1920, na encíclica *Divini Illius Magistri*[19], do Papa Pio XI, que estabelece a posição hierárquica das agências educativas — família, Igreja e Estado — com objetivo de projetar a organização do ensino e a educação nacional estruturada pelos pilares da cultura católica. Nesse viés, reconhece, *a priori,* o direito da família e da Igreja na formação, distinguidas como instituições natural e sobrenatural, pois ao Estado cabe proteger com suas leis o direito anterior da família sobre a educação cristã da prole.

O engajamento dos professores católicos em torno das orientações expressas pelos documentos eclesiásticos é um indício do projeto de restauração, pois permite a presença de tais preceitos católicos nas instituições tradicionais (secundárias ou superiores).

Nesse sentido, o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), na década de 1930, composto pelos professores Dom Thomas Keller, Frei Pedro Secondi, Alceu Amoroso Lima, Heráclito Sobral Pinto, Hamilton Nogueira, Pe. Agostinho Jaensch e Dr. José Antônio de Souza Vianna — interligados à restauração católica —, constitui-se um instrumento estratégico na formação da elite católica (dirigente/intelectual). E essa posição significativa no campo universitário e as relações de poder com o Governo Federal repercutem, na década de 1940, com a fundação das Faculdades Católicas.

Na extensão do projeto de restauração são utilizados, entre os instrumentos de comunicação, os periódicos católicos, com relevante a revista *A Ordem*, devido à sua inserção no campo editorial[20]. Fundada com o objetivo de se constituir um espaço de produção e circulação de artigos intencionalmente elaborados pelos intelectuais católicos, ela traz discussões acerca de temas ligados ao catolicismo (educação, militância, obras teológicas e filosóficas, combate a políticas autoritárias, documentos eclesiásticos, eventos católicos, legislação nacional, cultura e outros).

> A revista A Ordem, ao pretender "recatolicizar" o país, a partir da manutenção da ordem simbólica religiosa, contribuiria também para a manutenção da

[19] Carta Encíclica de Sua Santidade, o Papa Pio XI, acerca da educação cristã da juventude, publicada em 1929.

[20] De um certo ponto de vista, o campo literário (ou o científico) é um campo como os outros (contra todas as formas de hagiografia ou, simplesmente, contra a tendência de pensar que os universos sociais onde são produzidas essas realidades de exceção que são a arte, a literatura ou a ciência só podem ser totalmente diferentes, diferentes sob todos os aspectos): trata-se de uma questão de poder – o poder de publicar ou de recusar a publicação, por exemplo –, de capital – o do autor consagrado que pode ser parcialmente transferido para a conta de um jovem escritor ainda desconhecido, por meio de um comentário elogios o ou de um prefácio; – aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses, etc (BOURDIEU, 2004, p. 170).

> ordem política, algo muito interessante para o governo como o de Vargas. A partir de meados da década de 1930, discutem, de maneira mais enfática, temas como educação, ação católica, combate ao comunismo. Num nível mais amplo, temos a condenação do liberalismo, cujo erro fundamental seria o de ignorar a unidade espiritual, tida como base de todas as unidades (RODRIGUES, 2005, p. 16-17).

Para levar a termo tais discussões a imprensa católica[21], posiciona uma rede de periódicos em oposição aos temas anticatólicos. A presença desses impressos entre as ramificações eclesiásticas no cenário nacional (arquidioceses, dioceses e paróquias) aponta uma relação de poder no cenário nacional em prol da cultura católica. Entre os impressos católicos, o *Boletim das APCs* é um instrumento de restauração que circula entre as instituições tradicionais (católicas), orientando e difundindo os grandes mestres da pedagogia católica e a resistência ao advento da pedagogia nova.

> O Boletim não é um objeto isolado, mas parte de uma rede de impressos que a ele se articulam enquanto produtos e instrumentos, também, das mesmas práticas: Anais de Congressos Católicos de Educação; Bibliotecas Pedagógicas Católicas, constituídas por iniciativas editorias ou bibliotecárias; revistas de orientação católica especializada em educação; livros didáticos; etc. (CARVALHO, 2003, p. 107).

Nesse viés, os periódicos católicos *A Ordem, Verbum*[22]*, Kriterion*[23] e o *Boletim das APCs* são publicações que circulam no campo sócio-político-cultural ancoradas nas discussões alicerçadas pela base teórica da filosofia católica neotomista[24]. Entre os temas, apontam a democracia cristã pela teoria do filósofo francês Jacques Maritain que, após a

---

[21] A fase de organização e articulação (1900-1945) foi marcada pela "reorganização e coordenação" da hierarquia eclesiástica e pelo laicato, seguindo as determinações da Santa Sé, do Concílio Plenário Latino-Americano, das Pastorais Coletivas e dos Congressos Católicos. O primeiro Congresso de Jornalistas Católicos, realizado de 31 de março a 4 de abril de 1919, teria sido "o ponto de partida concreto para a nova etapa do periodismo", pois o episcopado teria apoiado e aplaudido a criação dessas instituições. A boa imprensa passou a ocupar um lugar de destaque e "as diretrizes do episcopado [insistiam] na criação da *Associação da Boa Imprensa*" [...]. A criação de editoras vinculadas a institutos religiosos, tais como o dos Claretianos, Franciscanos e Jesuítas, teria sido uma estratégia eficaz (MARIN, 2018, p. 200-201).

[22] A *Verbum* foi fundada em 1º de junho de 1944 e tinha por objetivo ser uma revista de cultura universitária católica, visando o intercâmbio com instituições congêneres do país e do mundo.

[23] A *Kriterion*, do departamento de filosofia da UFMG, é a revista de filosofia mais antiga do Brasil. Foi fundada no dia 28 de junho de 1947, por resolução da congregação da então Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

[24] Com esse termo ou com outro, bem menos apropriado, "neo-escolástica", entende-se o movimento de retorno à doutrina de Tomás de Aquino, no seio da cultura católica, que foi iniciado pela encíclica *Aeterni Patris*, de Leão XIII (4 de agosto de 1879). Esse movimento consiste na defesa das teses filosóficas tomistas contra as diversas tendências da filosofia contemporânea e, indiretamente, na reelaboração e na modernização de tais teses. Uma das principais figuras do neotomismo foi o cardeal Désiré Mercier (falecido em 1925), enquanto entre as figuras mais conhecidas do mundo contemporâneo estão E. Gilson e J. Maritain (ABBAGNANO, 2007, p. 828).

tradução de inúmeras obras por Alceu Amoroso Lima, possibilita aos intelectuais novas lentes de análise da Reação Católica entre os fundamentos que compõem a via conservadora e a efervescência da via democrática no Brasil e na América Latina[25].

Diante de tudo isso, esta tese, aponta a investigação do manual escolar e possibilita intercruzar a materialidade com os manuais de autores eclesiásticos e leigos autorizados pela CNLD como os indícios do projeto de restauração (temas/capítulos) e sua relação nos campos editorial e educacional.

Nesse sentido, a dissertação – *As evidências do Ratio Studiorum nos manuais escolares de filosofia entre as décadas de 1910 a 1940*[26], aponta a presença de três manuais escolares de filosofia autorizados pelo Governo Federal, que apontam evidências do método pedagógico jesuíta (sec. XVI), direcionados ao ensino secundário pela tendência filosófica da renascença escolástica. A produção, circulação e usos de tais objetos escolares entre as instituições tradicionais, sinalizam a influência católica sobre a formação no período republicano.

Entre as intervenções do Governo Federal, a fundação da CNLD permite ao então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, instituir uma legislação específica para autorização dos manuais escolares às escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda a República, bem como a organização dos nomes que iriam compor a lista dos respectivos membros em prol dos princípios republicanos.

> Para a escolha dos membros da CNLD, Capanema elaborou uma lista de candidatos, com 65 nomes de intelectuais da área educacional, de acordo com a instituição de origem e as disciplinas que ministravam: Português, Literatura, Latim, Francês, Inglês, Filosofia, História do Brasil, História da Civilização, Sociologia, Psicologia, Lógica, Geografia, Desenho, Matemática, Física, Química, História Natural, Ensino Industrial, Ensino Comercial e Música. É interessante observar nas anotações de Capanema a descrição da atuação dos candidatos: se eram autores de manuais didáticos, se eram professores em exercício ou aposentados, o estado de saúde, a vida política do candidato etc. A lista apresentava nomes de importâncias intelectuais da época, principalmente professores do Colégio Pedro II, que era a escola modelo de ensino secundário. Apresentava, também, professores das escolas tradicionais,

[25] Em 1947, ocorreu em Montevidéu o *I Congresso da Democracia Cristã na América*, entre os intelectuais católicos e sua militância, com "estratégia de ação conjunta" entre os líderes uruguaio Dardo Regules, o chileno Eduardo Frei Montalva, o argentino Manuel V. Ordoñez e o brasileiro Alceu Amoroso Lima, com o objetivo de promover estudos dos problemas políticos e econômicos das Américas, projetando nesse movimento alicerçado nos princípios políticos da democracia cristã uma estrutura capaz de conter o florescimento do totalitarismo no território latino-americano (RODRIGUES, 2005).

[26] A pesquisa apresentada tem como pressuposto a materialidade e a representação do *Ratio Studiorum* entre os temas do currículo filosófico, uso permanente do latim e grego, intensidade nas discussões do aristotelismo e tomismo e o combate das seitas filosóficas nos manuais *Noções de História da Philosophia* (1921) - Pe. Leonel Franca; *Filosofia* (1934) - P.J. Castro Nery; e *História da Filosofia* (1944) - Jonathas Serrano (SILVA, 2015, p. 6).

> como a Escola Nacional de Engenharia, o Instituto de Educação do Distrito Federal, o Colégio Militar e Escola Naval (FILGUEIRAS, 2011, p. 26).

Após os trâmites do processo de nomeação pelo Ministro Capanema, tomam posse 17 intelectuais na CNLD[27] no período de 1939 a 1940, pelas atribuições do Decreto-lei nº 1.006/38, que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático no país. Segue a lista dos membros da CNLD:

> Abgard Renault, 14/8/39; Adalberto Menezes de Oliveira, 26/07/40; Alonso de Oliveira, 14/08/39; Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, 14/08/39; Antônio Carneiro Leão, 14/08/39; Armando Pinna, 14/08/39; Candido Firmino de Mello Leitão, 23/07/40; Carlos Delgado de Carvalho, 14/08/39; Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, 14/08/39; Hahnemann Guimarães, 26/07/40; João Baptista Pecegueiro do Amaral, 26/07/40; Jonathas Archanjo da Silveira Serrano, 14/08/39; José de Melo Morais, 26/07/40; Pe. Leonel Franca S. J., 14/08/39; Maria Junqueira Schmidt, 14/08/39; Rodolpho Fuchs, 14/08/39; Valdemar Pereira Cotta, 14/08/39 (Comissão Nacional do Livro Didático. In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV. GC g 1938.01.06 (14), p. 416).

Tal intervenção no campo educacional sinaliza uma posição estratégica do governo, sendo a CNLD responsável pela fiscalização das questões de cunhos político-ideológicas e técnico-científicas impressas nos manuais escolares. Nesse viés, os pareceres são instrumentos legais que permitem a transparência dos processos, como a livre concorrência no mercado editorial em torno dos trâmites de emissão do registro de autorização dos respectivos impressos.

Para Roche (1996, p. 25), a legalidade de um livro configura-se, quando "tinha que ser registrado", quer dizer, examinado pela censura do Estado, a partir da qual recebe o "privilégio" ou a "permissão tácita" para circulação. E, nos casos de recusa, as razões para isso ficam expostas. Esses trâmites legais são internalizados e assumidos legalmente pela CNLD.

A influência dos escritores católicos desempenha posição estratégica no campo literário, pois além de suas carreiras intelectuais nas principais instituições tradicionais católicas, militares e leigas, eles atuam de forma expressiva no mercado editorial pela Editora Agir, Companhia Editora Nacional, Livraria José Olympio Editora, Livraria Martins Editora, entre outras (MICELI, 2001).

---

[27] Comissão Nacional do Livro Didático. In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV. GC g 1938.01.06 (1), p. 457 - 458.

Dos intelectuais católicos com grande participação no cenário nacional na primeira metade do século XX, o Pe. Leonel Edgar da Silveira Franca S.J., (*Societas Iesu*) se destaca no exercício de variadas funções no campo eclesiástico como assistente eclesiástico do Centro Dom Vital (CDV)[28], da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), da Sociedade Jurídica Santo Ivo (SJSI), do Instituto Católico de Ensino Superior (ICES), da Ação Universitária Católica (AUC) e Associação dos Professores Católicos (APCs), e da Ação Católica Brasileira (ACB), com função estratégica na Reação Católica.

No campo educacional, é reitor das Faculdades Católicas (1940), que foram elevadas à categoria de *pleno jure* como primeira Universidade Católica do Brasil (1946) e, depois, ao título canônico de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), solidifica um dos projetos primordiais de restauração. No campo editorial, por sua vez, o padre jesuíta é considerado hábil instrumento das letras católicas na orientação e formação da militância (obras apologéticas, conferências, manuais escolares e artigos de educação, filosofia, teologia, legislação, cultura e outros).

No cenário nacional, o Pe. Leonel Franca S.J., representa, de acordo com Miceli (2001, p. 300), o "líder da intelectualidade católica, militante das organizações da Igreja e autor de diversas obras de proselitismo, atuando como representante do ensino privado e confessional que, em 1929, atendia a 90% da instrução secundária". Sua relevância merece destaque porque ele configura, na primeira década do século XX, o manual escolar *Noções de História da Filosofia* (1918), posicionando-o, frente às instituições tradicionais do ensino secundário e ao mercado editorial, como um instrumento didático na formação da elite católica.

Entre os espaços instituídos pelo Estado, atua no Conselho Nacional de Educação (CNE)[29] como autor do anteprojeto do Plano Nacional de Educação; no Instituto

[28] O grupo católico mais expressivo dentro do amplo movimento de restauração católica no Brasil, desencadeado por D. Leme, era um segmento intelectual, organizado inicialmente em torno da pessoa de Jackson Figueiredo e, após a sua morte, em torno de Alceu Amoroso Lima. A entidade jurídica criada para abrigar suas atividades recebeu o sugestivo nome de "Centro Dom Vital". Sua principal atividade era a produção de uma revista mensal cujo nomem não era menos sugestivo "A Ordem". essas duas nomenclaturas são indicadoras do essencial de seu programa restaurador, sob a orientação do Cardeal D. Leme. Tratava-se de reordenar o catolicismo no país, de forma unitária, em torno das diretrizes traçadas por Roma, num movimento de reação as tendências (CASALI, 1995, p. 119).

[29] Entre as 22 comissões especiais da CNLD, o Pe. Leonel Franca foi membro: (1) Ensino Primário, com Lourenço Filho e Isaias Alves; (7) Ensino Superior – Filosofia, Ciências e Letras, com Reinaldo Porchat e Anibal Freire; (12) Ensino Emendativo, com Raul Leitão da Silva e Lourenço Filho; (20) Redação Final, com Lourenço Filho, Amoroso Lima, Reinaldo Porchat e Raul Leitão da Cunha. (Elaboração do Projeto Nacional de Educação. In: Arquivo Gustavo Capanema CPDOC-FGV. GC g 1934.05.19 (3), p. 247-248).

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística; no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)[30]; na Comissão Censitária Nacional (CCN)[31]; no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC); como Conselheiro Técnico da Defesa Social Brasileira; no Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP)[32]; como vice-presidente da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD); e como delegado do governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) – instituição nacional articulada com a UNESCO, fundada pela ONU em 1946.

A representação do intelectual nas discussões nacionais aponta uma relação de poder intrínseca entre a Igreja Católica e o Estado, em pontos fundamentais da supremacia da cultura nacional. A nomeação do Pe. Leonel Franca S.J., na CNE é assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, sinalizando os laços de alianças no campo político-educacional entre os poderes.

> O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Resolveu nos termos do artº. 1º, paragrapho único, do decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, combinado com o artº. 3º do de nº 19.850, de 11 de abril próximo findo, nomear o professor do Colégio Santo Ignacio, padre LEONEL FRANCA, para membro do Conselho Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1931, 11º da Independência e 43º Republica. Tomou posso e entrou em exercício em 20 de junho de 1931 (Documento oficial do governo, CNE 02/06/1931. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

Para Sirinelli (2003), a história política dos intelectuais perpassa pela exegese de textos — particularmente pelos impressos —, considerando-os como os primeiros

[30] Tenho prazer de comunicar-lhe que o IHGB, em sua Assembleia Geral de 21 do corrente, aprovou por unanimidade o parecer homologatório da proposta firmada por 37 sócios que indicaram o nome insigne de V. Exa. Reverendíssima para compor a vaga aberta pelo trágico desaparecimento do Arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar de Affonseca e Silva. Honra-se desta maneira o IHGB em admitir ao seu convívio quem soube, por obras de alta cultura, fazer jús às maiores homenagens dos seus admiradores. Aproveito o ensejo para lhe apresentar os protestos de minha admiração e respeito. Virgílio Corrêia Filho, 1ª secretário (Carta, IHGB ao Pe. Franca 28/12/1943. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

[31] O Presidente da República – RESOLVE designar, de acordo com os arts. 2º e 7º do Decreto-lei nº.237, de 2 de fevereiro de 1938, combinados com o item VI do art. 1º da Resolução nº. 50, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Padre LEONEL DA SILVEIRA FRANCA para membro da Comissão Censitária Nacional, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Documento oficial do governo, CCN 25/02/1938. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuíta/RJ).

[32] Vossa reverendíssima foi eleito membro do Instituto Histórico de Ouro Preto, fundado em 29 de agosto de 1931, em memória ao 201ª aniversário do nascimento de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Cumpre o grato dever de comunicar essa eleição a Vossa Reverendíssima, com quem vivamente me congratulo. Digne-se Vossa Reverendíssima aceitar os protestos do profundo respeito com que sou, Reverendíssimo Senhor (Carta, IHOP ao Pe. Leonel Franca 04/10/1933. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

suportes aos dados de opinião em cuja gênese, circulação e transmissão podem constatar que os intelectuais desempenham um papel decisivo. Os grupos intelectuais se organizam em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum, com afinidades que são pontos determinantes nessa estrutura de sociabilidade.

Nessa perspectiva, os intelectuais, como personagens ativos e engajados no campo sócio-político-cultural, ou mesmo como grupos organizados entre discussões e produções nos setores específicos da sociedade, demonstram sinais de tal representação com produções que possibilitam uma investigação, com destaque para:

> Além dos dados biográficos relativos à origem social, à escolaridade, à trajetória profissional e à profissão intelectual, materiais também encontradiços, de maneira dispersa, em outras fontes da história e da crítica literária (manuais, antologias, dicionários biográficos, volumes de homenagem, preitos de reconhecimento póstumo etc.), as *memórias* e as *biografias* revelam certas experiências mediante as quais os intelectuais, mesmo sem saber, buscam justificar sua "vocação" (MICELI, 2001, p. 83).

O estudo histórico das ideias de um intelectual requer a investigação da sua trajetória no campo de atuação a partir da pesquisa do conjunto dos seus escritos — livros, manuais escolares, artigos, periódicos (no campo editorial nacional ou internacional) e cartas que remetem aos ciclos intelectuais ou autoridades do governo, obras póstumas, entre outros. Tais fontes e documentos de pesquisa possibilitam adentrar nos sinais da projeção do intelectual nos campos de atuação.

> Se os intelectuais aderiram a uma ideologia do Estado, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo intelectual. O Estado conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos intelectuais o de protagonistas privilegiados da vida política (PÉCAUT, 1990, p. 73).

A função dos intelectuais no campo político-educacional é construída na sua formação e relação com a produção literária, filosófica ou científica. Os intelectuais exercem uma função mediadora, com intencionalidades nas práticas sociais que sintetizam e sistematizam as ideias de um grupo social ancoradas na elaboração de um projeto de ação que resulta na intervenção dos cenários em que atuam.

O Pe. Leonel Franca S.J., constrói, na sua trajetória intelectual, uma base documental entre os campos de atuação, com autoria de diversas obras publicadas, como, por exemplo, a produção do manual escolar *Noções de História da Filosofia* (1918), a

elaboração de livros com cunho apologético, os inúmeros artigos publicados nas revistas e nos jornais católicos, as conferências pedagógicas e a tradução do *Ratio Studiorum*, que se tornam importantes fontes de pesquisa historiográfica neste estudo.

Os indícios das estratégicas católicas do manual escolar no campo editorial o apontam como impresso católico após a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, em 1916 (projeto de restauração), em oposição aos manuais escolares de filosofia pelos autores inclinados às tendências anticatólicas (positivismo, materialismo, existencialismo e outros).

A presença do manual escolar *Noções de História da Filosofia* no recorte temporal da tese (1910 - 1940) indica o período de formação acadêmica jesuíta do autor, de 1912 a 1925 (filosofia, docência, teologia e a terceira provação), as alterações no impresso (2ª, 3ª e 6ª edições) e a posição dos críticos literários na época. Já em 1925, o ensino de filosofia retorna ao currículo oficial do ensino secundário, do qual estava ausente desde 1890, sendo o manual do padre jesuíta um instrumento hábil aos professores católicos.

Na década de 1930, a fundação do Instituto Católico do Ensino Superior (ICES) e uma ramificação dos órgãos católicos apontam alianças da Igreja Católica com o Estado. E, por fim, na década de 1940, os avanços no campo político-educacional católico em torno dos aparatos estatais amplia a fiscalização e a autorização dos manuais escolares que compõem a formação da nação – e nessa lista está o manual *Noções de História da Filosofia*.

Para esta pesquisa, foram consultadas as bases do banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a *Scientifc Electronic Library Online* (SCIELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertação (TEDE) e o Repositório Institucional. Indicamos na sequência as principais teses e suas fontes.

Produzindo livros didáticos e paradidáticos, de Kazumi Munakata, de 1997 (TEDE-PUCSP); *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica 1928-1946*, de Cândido Moreira Rodrigues, de 2006 (Repositório Institucional da UNESP); *O processo de avaliação do livro didático no Brasil (1938-1984)*, de Julia Miranda Filgueiras, de 2011 (TEDE-PUCSP); *Os soldados de Roma contra Moscou: A atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)*, de Guilherme Ramalho Arduini, de 2014 (Biblioteca Digital USP); *Trajetória intelectual do Jesuíta Leonel Franca: educação e catolicismo (1923-1948)*, de Natália Cristina de Oliveira, de 2018 (TEDE-UEPG); e *A fé*

na educação: a trajetória, a obra e o "apostolado intelectual" do Pe. Leonel Franca (1893-1948), de Edison Lucas Fabrício, de 2019 (Repositório Institucional da UFSC).

Além disso, foram encontradas as dissertações: *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937- 1945)*, de Rita de Cássia Cunha Ferreira, de 2008 (Repositório Institucional da UNESP); *A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra Ensino Religioso e Ensino Leigo de Leonel Franca*, de Fabiana Cristina da Conceição, de 2012 (TEDE-PUCSP); e *Instituto Católico de Estudos Superiores: a formação da intelectualidade brasileira católica (1910-1932)*, de Paula Martins Xavier Fagundes, de 2014 (TEDE-PUCSP).

Nesse contexto, as bases de dados possibilitam aprofundar as pesquisas em torno dos manuais escolares como instrumentos no processo de ensino-aprendizagem, conforme as orientações da legislação educacional brasileira[33], a partir da organização do currículo escolar oficial, bem como dos pressupostos gerais e específicos das disciplinas escolares por área de conhecimento. Também permitem verificar a presença de intelectuais engajados nos projetos da Reação Católica que atuam no campo editorial de impressos católicos (livros, manuais escolares, livros pedagógicos, revistas, jornais, boletins e outros) entre instituições e órgãos católicos, com extensão nos aparatos estatais.

O levantamento bibliográfico realizado teve como palavras-chaves/descritores: manuais escolares, Pe. Leonel Franca, intelectuais católicos, instituições e órgãos católicos, CNLD e filosofia católica de Jacques Maritain. Na investigação, é possível notar, entre os membros e autores da CNLD que tomam posse em 1939 e 1940, os representantes católicos Pe. Leonel Franca S.J., Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano e Maria Junqueira Schmidt, que ocupam espaços entre comissões e subcomissões, além de atuarem nas instituições tradicionais (secundário e superior), são autores de livros e manuais escolares, bem como membros de outros aparatos estatais.

A CNLD se constitui uma fonte importante desta pesquisa, pois o pioneirismo dessa política educacional nacional instituída pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, tem como objetivo universalizar os parâmetros de autorização dos manuais escolares em consonância aos princípios republicanos.

[33] Nas reformas educacionais no governo Getúlio Vargas, o Ministro Francisco Campos – Decreto Nº 19.890 de 18 de abril de 1931 – dispõe sobre Organização do Ensino Secundário, sendo a disciplina escolar filosofia obrigatória aos candidatos do curso jurídico; e o Ministro Gustavo Capanema – Decreto Nº 4.224 de 9 abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, sendo a disciplina escolar filosofia componente curricular oficial nos cursos clássicos e científicos.

Nesse viés, entre as atribuições dos membros da CNLD, compete a análise dos manuais escolares submetidos pelos autores/editoras para emissão dos pareceres de julgamento (aprovação/reprovação), ancorados pelos critérios da legislação vigente. Após a reunião dos membros das seções específicas (áreas do conhecimento e redação), o exame dos requisitos julgados e o envio da lista dos manuais (escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias) seguem para deliberações do plenário da CNLD, como a publicação de autorização no DOU, expedida pela Secretaria Geral de Educação e Cultura.

No entanto, a intensa disputa no campo editorial provoca o excessivo volume de títulos submetidos à CNLD, sendo atualizado a lista dos manuais escolares publicação no DOU, pelas nomenclaturas "lista parcial nº 1, nº 2 e nº 3" ou "lista parcial condicional nº 1, nº 2 e nº 3", que sinalizam seis listas específicas na década 1940.

Já a relação de poder no campo editorial permite ao Decreto-lei nº 1.006/38 definir que é "vedado aos membros da CNLD requerer autorização para uso de obras da sua autoria". Mas a fundação de uma Comissão Especial, com alterações na referida legislação a partir do Decreto-lei nº 1.417/39, revoga esse item e autoriza os membros da CNLD a submeterem os manuais escolares de sua autoria.

> Art. 2º A autorização para uso do livro didático, cuja autoria seja no todo ou em parte de algum membro da Comissão Nacional do Livro Didático, será requerida ao Ministro da Educação, com observância do disposto no art. 12 do Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Recebido o livro, submetê-lo-á o Ministro da Educação ao exame de uma comissão especial de três ou cinco membros, por ele escolhidos dentre especialistas estranhos à Comissão Nacional do Livro Didático (BRASIL, 1939).

A posição estratégica da Comissão Especial (neutralidade) é constituída pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) na formação de seis comissões especiais[34], com o objetivo de manter os critérios vigentes da política educacional nacional do livro didático sobre os pareceres dos manuais escolares de autores/membros da CNLD.

[34] As seis Comissões Especiais (1941) apontam: língua e literatura; matemática e desenho; ciências físicas e naturais; geografia; história da civilização e do Brasil; e filosofia, sociologia e pedagogia. Ao instituir as Comissões Especiais, o CNE teve ação estratégica na consolidação das funções administrativas da CNLD e permitiu a livre concorrência de autores e editoras após retirar dos autores membros da CNLD a análise e o parecer no julgamento das obras autorais (FILGUEIRAS, 2011).

Em 1945, o CNE indica uma nova comissão de professores para compor a Comissão Especial[35], sendo instituída uma lista de professores examinadores à Comissão de Ensino Secundário e à Comissão de Exame de Livros Didáticos. Os relatores dos pareceres de autorização dos membros da Comissão Especial são: Gustavo Capanema (Ministro da Educação); Pe. Leonel Franca S.J., (jesuíta); e Lourenço Filho (escolanovista) – o que aponta uma relação estratégica no cenário político-educacional.

Ao pesquisar as publicações dos manuais escolares autorizados pela CNLD no DOU, consta, na década de 1940, o marco dos manuais de filosofia autorizados. No entanto, o manual escolar *Noções de História da Filosofia* tem uma longa trajetória no campo editorial, pois percorre as décadas de 1910 e 1990 (25 edições de 1918 a 1993), ou seja, períodos anteriores e posteriores à vigência da CNLD (1938-1969), o que mostra indícios das intencionalidades do autor e das editoras na projeção nacional do impresso.

Nesse contexto, são dez os títulos autorizados considerados como fontes importantes de investigação – ao problematizá-los, tornam-se documentos/objetos da pesquisa historiográfica. Esses títulos são produzidos por oito autores que transitam entre as instituições e os órgãos católicos, além das autarquias do Ministério da Educação e Saúde. Em um dos títulos, inclusive, consta a relação de duas edições autorizadas. A seguir, encontra-se a tabela completa dos manuais escolares de filosofia autorizados, com a denominação dos itens das listas publicadas no DOU.

TABELA 1 - LISTA DOS MANUAIS ESCOLARES DE FILOSOFIA AUTORIZADOS PELA CNLD

Autor	Título da obra	Série	Edição	Registro	Processo
D. Ludgero Jaspers	*Manual de Filosofia*	-	5ª	10	2.361-1939
D. Ludgero Jaspers	*História da Filosofia*	-	-	-	2.375-1939
Ir. Isidoro Dumont	*Pontos de Filosofia*	-	1ª	107	39.642-1940
Leonardo Van Acher	*Introdução à Filosofia Lógica*	-	1ª	99	38.840-1940
José B. Ribeiro e José da Silva	*Compêndio de Filosofia*	-	1ª	48	17.744-1940
Henrique Geenen	*Compêndio de Filosofia*	2ª	2ª	-	42.839-1941

[35] Depois, foram constituídas as comissões específicas para analisar os manuais escolares do ensino secundário (ampliam o número de membros na Comissão Especial) entre as seções: português; francês; latim; matemática; ciências físicas e naturais; física; química; geografia geral e do Brasil; história; sociologia e sociologia educacional; filosofia e história da filosofia; administração escolar; metodologia e didática; e inglês.

Pe. Castro Nery	*Filosofia*	-	-	-	Boletim 138[36]
Pe. Leonel Franca	*Noções de História da Filosofia*	-	8ª	1.051	1.182-1942
Jonathas Serrano	*História da Filosofia*	-	-	1.006	88.259-1944
Pe. Leonel Franca	*Noções de História da Filosofia*	-	10ª	1.060	85.754-1944
Theobaldo Miranda Santos	*Manual de Filosofia*[37]		3ª	2.281	61.326-1950

Fonte: DOU, manuais de filosofia autorizados pela CNLD (1940 - 1950). Elaborado pelo autor, 2020.

A função do Estado em relação aos manuais escolares constitui relevante instrumento de investigação, pois adentra nas intencionalidades subjacentes à proposta pedagógica educacional instituída, como as projeções dos autores e editoras na consolidação da produção e circulação de tais materiais nas instituições educacionais. A política de autorização aponta um componente estruturante dos saberes (oficializados) entre os princípios vigentes nas reformas educacionais.

Segundo Choppin (2002, p. 13), o livro escolar é uma "fonte privilegiada", um produto da cultura, pois sua análise possibilita ao historiador entrar nas questões relativas "à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem e às ciências", tornando-o um objeto que proporciona reconhecer aspectos relacionados "à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem". Nesse viés, a análise historiográfica, ao investigar o manual escolar, utiliza-se de outras lentes, ou seja, lança um olhar distanciado, percebendo as demais facetas que permeiam a história do livro.

Nesse sentido, a história do livro torna-se um componente central na investigação desse objeto complexo – manuais escolares –, pois ao sinalizar a interrogação da fonte, o ato de mergulhar nas fendas do texto possibilita ao pesquisador reconhecer um conjunto de rastros, sinais, indícios e vestígios que constituem a tessitura desse objeto.

A história do livro permite abordar o impresso, para Chartier e Roche (1976, p. 99), "como mercadoria produzida para o comércio e para o lucro; e como signo cultural,

[36] Foi expedido em julho de 1942, no Diário Oficial da União, pela Secretaria Geral de Educação e Cultura, o Boletim nº 138, que consta na redação da Comissão do Livro – os livros examinados nos meses de janeiro a maio de 1942 e a lista dos nomes da comissão que constituiu essa seção. Ele aponta a relação dos livros julgados numericamente (31), sendo os livros autorizados (23) e os livros impugnados (8). Nessa relação publicada, os livros didáticos autorizados são expressos pelos seguintes itens: autor, obra, editor e data. Constatamos, na lista dos autorizados, a seguinte redação: Nery. P. J. de Castro. Filosofia. Ed. Nacional, 1934, sendo o primeiro livro didático de filosofia autorizado pela CNLD. Na dissertação de mestrado, após investigação da materialidade desse livro didático, constatamos suas edições na década de 1930, sendo a 3ª edição a relacionada à lista da CNLD.

[37] O referido manual escolar foi autorizado pela CNLD na década de 1950, porém, constitui-se fora do recorte temporal estabelecido na investigação. É imprescindível sua menção no Tabela 1, por compor um instrumento de instrução filosófica oficializado pelo aparato estatal.

suporte de um sentido transmitido pela imagem ou pelo texto", entre finalidades de cunhos ideológico, político e mercadológico.

Ao interrogar as fontes desta pesquisa, adentramos em aspectos da trajetória do autor Pe. Leonel Franca S.J., e reconhecemos as tramas no campo sócio-político-cultural do manual escolar *Noções de História da Filosofia*. A posição do intelectual entre as estratégias da Reação Católica no cenário educacional na primeira metade do século XX, indica sua circulação nas principais instituições e órgãos católicos e o posiciona entre os pilares do ideário católico, com expressiva ação apostólica no campo editorial.

Nesse caso, falamos especificamente da 10ª edição do manual escolar de filosofia (1944) do padre jesuíta, publicada em um período que compõe o recorte temporal da tese (entre as décadas de 1910 - 1940) pelas editoras Drummond, Pimentel de Mello, Companhia Editora Nacional e, depois, pela AGIR, fundada por Alceu Amoroso Lima com foco nos autores das letras católicas.

A presença da imprensa periódica em torno da crítica do manual escolar sinaliza a erudição do padre jesuíta em organizar a história da filosofia e sua relevância entre as obras de expressão na literatura filosófica, sendo considerado imensurável tal contribuição à cultura brasileira por apresentar-se com maestria quanto à estruturação do pensamento filosófico brasileiro. Nesse contexto, entre as críticas literárias da 1ª edição do manual nos periódicos cariocas, o jornal *O Intransigente*, na seção "Literatura Philosophica"[38], dá o seguinte parecer:

> Sinceramente, é de admirar a audácia do talento de um padre, explicando philosophia a este século frívolo que muito pouco ou quase nada se interessa pelas mais comesinhas questões philosophicas; entretanto, neste mesmo século, há uma parte muito resumida de estudiosos nos cyclos da humanidade, que se felicita por ainda se interessar de perto pelas revelações do saber que illustra a alma, abrindo horizonte novos de conhecimento em nossa vida interior. [...] A obra *Noções de História da Philosophia* do padre Leonel Franca, é, por conseguinte, um grande livro, um expositor de conhecimentos uteis, de vantagem educativa para a mocidade de hoje (FARIAS, 1919, p. 2, grifo do autor).

Há raras divergências sobre a crítica literária da 1ª edição do objeto escolar do padre jesuíta, o que torna possível realizar outras leituras sobre o impresso e aproximá-lo de possíveis estratégias católicas, como sua projeção no campo editorial em oposição aos manuais de inclinação filosófica anticatólica.

[38] Salientamos que optamos por transcrever todas as citações em sua escrita original, havendo, em alguns momentos, divergências em relação à ortografia atual.

Nesse sentido, as opiniões do autor[39] sobre os grandes pensadores Descartes, Spinoza, Leibniz, Locke, Kant, Comte, Spencer, entre outros, sinaliza uma posição crítica que impõe a demolição de tais arquiteturas do pensamento filosófico (com ressalvas) e redireciona esse status às doutrinas escolásticas em torno de Santo Tomás de Aquino e da encíclica *Aeterni Patris*, do Papa Leão XIII. Essa posição, manifestada pelo jornal *A Notícia*, na seção "No mundo das letras", expressa certa crítica ao autor:

> Escrevendo um compêndio de história philosophica, o sr. Leonel Franca começa afirmando uma inverdade ao dizer que não existe entre nós, livro análogo. Sem dúvida alguma história da philosophia nos termos desta não se encontra, pois o autor chega a conclusões curiosas. O sr. Leonel Franca tenta prodígios que espantam, como seja esse de resumir em poucas linhas os systemas complexos que formam a cadeia do pensamento. [...] "Noções de história da philosophia", pois ensina aos discípulos desprecavidos do sr. Leonel Franca despautérios que mais tarde, se elles vierem a examinar os factos, constatarão, ficando com elementos para dizer mal do compendio ruim (NO MUNDO, 1919, p. 5).

Tal exposição da filosofia moderna pelo autor jesuíta aponta intencionalidades da tradição católica e, entre pontos específicos do pensamento (materialismo, sensualismo, ontologismo e outros), expõe críticas e juízos sobre os respectivos filósofos. No entanto, a crítica literária mostra traços de uniformidade nos periódicos da década de 1920, considerado o manual do Pe. Leonel Franca S.J., uma obra magistral que merece espaço entre as literaturas filosóficas do país. Essa posição, inclusive, é demonstrada no jornal *O Imparcial/RJ*, na seção "Chronica literária":

> As – "Noções de história da Philosophia" – de LEONEL FRANCA S.J. apparece em segunda edição e já aqui fizemos o elogio deste livro quando appareceu a primeira vez. [...] Esta segunda edição, porém, desenvolve considerável a parte relativa ao Brasil e faz a crítica das várias obras philosophicas dos nossos pensadores, Tobias Barreto, Mont`Alverne, Magalhães, Soriano de Souza, os positivistas orthodoxos e dissidentes (Miguel Lemos, Teixeira Mendes, L. Pereira Barreto) Gaffré, Guedes Cabral, Visconde do Rio Grande, Silvio Romero, Vicente de Souza, Farias Brito, E. Tapajós, Fausto Cardoso e outros. [...] O autor do livro é jesuíta e a sua philosophia é a escolástica. Seus juízos, conseguintemente, assentam na doutrina e na philosophia que adoptou, dentro da imparcialidade possível e razoável em taes casos (RIBEIRO, 1922, p. 2, grifo do autor).

[39] No manual *Noções de História da Filosofia*, constam entre os subtítulos, o item – Juízo sobre (filósofo), um espaço de análise crítica do autor padre jesuíta: Descartes – "o erro capital foi o apriorismo exagerado"; Spinoza – "contradições inevitáveis a qualquer foram de panteísmo"; Leibniz – "um dique à corrente invasora do sensualismo materialista"; Locke – "arrastado as conclusões materialistas"; Kant – "sua grande construção filosófica é contraditória no seu plano"; Comte – "a falência do positivismo, como sistema de filosofia"; Spencer – "como a miragem do deserto que, ao longe, ilude e atrai"; e outros (FRANCA, 1944).

O pioneirismo na organização das correntes filosóficas no país demonstra uma exposição resumida dos grandes pensadores e a influência de tais doutrinas exercidas na marcha do pensamento. No entanto, a posição crítica do padre jesuíta sinaliza traços da intencionalidade que o projetam além de um curso breve de filosofia (para os exames). No periódico *Jornal do Brasil*, na seção "Registro literário", são mostrados sinais de raras divergências da crítica literária sobre a 2ª edição desse objeto escolar:

> Não cabia, pois, em tal trabalho, a inclusão impertinente e fora de propósito de uma crítica de taes doutrinas, que além de deslocada num *compendio de história da philosophia*, não poderia jamais ser feita com imparcialidade e justiça por quem, trocando o horizonte largo do raciocínio pelo âmbito acanhado e estreito da myopia religiosa, dá mostras de um lamentável atrazo mental de quasi cinco séculos, regozijando-se ainda e exultando com o renascimento (*no mundo catholico*, seja dito de passagem) da archaica, ridícula e bolorenta *escholastica* da Edade Media (DUQUE-ESTRADA, 1922, p. 6, grifo do autor).

Para Magalhães (2006, p. 6), "fazer a história dos manuais escolares é indagar a gênese, a natureza, a simbolização e a significação mais profunda do saber e do conhecimento". Nesse caso, o ato de indagar percorre a materialidade, a significação, livro como discurso, o saber como conhecimento e o conhecimento como (in)formação.

A posição do manual escolar na formação da elite católica (dirigente/intelectual) sinaliza a estratégia do autor jesuíta no campo editorial, pois o poder da palavra conduzida pelas letras católicas possibilita ao impresso expor sinais das intencionalidades autorais na abordagem específica de pontuais temas filosóficos.

As discussões em relação ao tema são fundamentadas pelos aportes teóricos da História Cultural, como Roger Chartier (1991), que aborda formas de representação e a questão da materialidade do livro, permitindo investigar as representações dos pressupostos filosóficos da neoescolástica no manual escolar, bem como descreve a materialidade do impresso, que é constituída das suas formas de ler. E, a partir de Michel de Certeau (2008), são analisadas as estratégias católicas no manual escolar de filosofia do padre jesuíta, como os avanços desse intelectual no projeto de restauração.

> As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam

> dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais (CERTEAU, 2008, p. 102).

Assim, as estratégias católicas permitem formar uma rede de sociabilidade entre os intelectuais e fortalecer as relações de poder das instituições e os órgãos católicos, como a posição no campo editorial das letras católicas pela tradição na formação de uma estrutura militante no país. A representação dos intelectuais entre os aparatos estatais possibilita uma relação intrínseca da Igreja Católica e do Estado em detrimento aos avanços do comunismo no país.

Para Chartier (1991, p. 184), a representação "é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é". A noção de representação é instrumento na análise desta investigação, pois faz ver uma ausência, possibilitando identificar traços entre o que realmente representa ou o que é representado, ou ainda, como sua relação é a apresentação de uma presença. Tal perspectiva possibilita mobilizar o conceito de representação para investigar, no manual escolar *Noções de História da Filosofia*, quais são as representações da tendência filosófica neoescolástica no Brasil[40].

A representação da filosofia neoescolástica sinaliza um componente estruturante da Reação Católica a partir do filósofo francês Jaques Maritain (1882 - 1973), cuja circulação e leitura na década de 1930 influenciam os intelectuais católicos pelo viés do humanismo integral. Segundo Rodrigues (2005), a filosofia maritainista tem expressão junto às novas elites, que articulam entre os intelectuais de direita nacional o engajamento nos órgãos católicos em torno do projeto que prevê um mundo em que a inspiração do Evangelho oriente a vida dos homens.

Nesse sentido, a representação da neoescolástica ocorre entre os intelectuais, poetas e filósofos Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Pe. Leonel Franca S.J., Leonardo Van Acker, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Alfredo Lage, Alexandre Correa, Luiz Delgado, Nelson Romero, entre outros.

O objetivo geral da pesquisa, então, é compreender e analisar o conteúdo do manual escolar *Noções de História da Filosofia* e as representações do projeto de restauração católica. Para tanto, são definidos os seguintes objetivos específicos:

[40] É uma corrente de pensamento católico bastante influente no Brasil a partir da década de 1940, com a chegada de vários pensadores europeus desta linha para colaborar na implantação de cursos de filosofia, principalmente no Rio e em São Paulo. Jackson de Figueiredo, Gustavo Corção e Alceu de Amoroso Lima são nomes representativos desta corrente (JAPIASSÙ e MARCONDES, 1996, p. 107).

apresentar a trajetória do Pe. Leonel Franca S.J., nos campos político, cultural e educacional brasileiro; situar as estratégicas das instituições e órgãos católicos no projeto de restauração; e discutir aspectos do manual *Noções de História da Filosofia*, e outros manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD.

Nesse contexto, os livros impressos têm um circuito de comunicação entre o autor, o editor, o impressor, o distribuidor, o livreiro e o leitor, sendo esse processo importante para a história do livro, pois, ao longo do espaço e do tempo, constitui relações com os cenários econômicos, sociais, políticos e culturais (DARTON, 2010).

Os sinais do projeto de restauração no manual escolar *Noções de História da Filosofia* se tornam objetos de investigação ao demonstrarem, para Chartier (2011, p. 23), que "possuem uma energia própria e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que eles dizem que é".

Os manuais escolares participam do universo cultural compondo um símbolo nacional e ocupam um espaço privilegiado na formação da nação em consonância com os programas curriculares oficiais. Assim, o retorno da disciplina escolar filosofia[41] ao currículo oficial do ensino secundário republicano acontece pelo Decreto-lei nº 16.782-A/1925, com extensão no Decreto-lei nº 19.890/1931 e no Decreto-lei nº 4.224/1942. A presença da filosofia no currículo oficial sinaliza articulações no campo político-educacional, como o reposicionamento de autores e editoras no campo editorial.

Os caminhos da pesquisa percorrem os arquivos privados do Pe. Leonel Franca S.J., que estão sendo organizados pela Província dos Jesuítas no Rio de Janeiro, onde constituem um acervo de correspondências, manuscritos, livros, fotos, documentos pessoais, recortes de jornais e revistas, apontamentos de conferências e outras fontes (com restrições aos documentos oficiais internos da Ordem).

Tal projeto em andamento permite centralizar os documentos pessoais e administrativos das províncias jesuítas, formando uma base de dados para conservação da materialidade de inúmeros impressos (alocuções, conferências, notas, cartas, memoriais, circulares, manuscritos e outros) que constituem a presença histórica dos

[41] No cenário educacional republicano, a Reforma Benjamim Constant, pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, aprova o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal. Regulamenta no art. 2º que "o ensino secundário integral será dado pelo Estado no Ginásio Nacional – antigo Instituto Nacional de Instrução Secundária", entre suas alterações no currículo oficial, consta a retirada da disciplina escolar Filosofia, dessa forma, rompe com o modelo educacional anterior e com a tradição humanista (cultura clássica, latim, grego e retórica).

jesuítas no país. Entre os periódicos[42] do arquivo, consta nas seções específicas de literatura um conjunto de análise emitido pelos críticos literários sobre o manual *Noções de História da Filosofia*.

A investigação pelo Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, permitiu acesso à materialidade de edições da revista *A Ordem*[43], ao livro do registro dos sócios e à coleção de Jacques Maritain com extensão ao acervo de obras católicas. Na Biblioteca Nacional, a pesquisa proporcionou a apreciação das obras: *As duas bandeiras* (1924), de autoria do CDV; *Algumas sugestões ao Plano Nacional da Educação* (1936), de autoria do CDV de São Paulo; *Os pareceres da seção de Ciências Físicas e Naturais da Comissão Nacional do Livro Didático* (1942), de autoria de Valdemiro Potsch; e *Pe. Leonel Franca* (1982), de autoria do Pe. Pedro Américo Maia.

Já em Portugal, a pesquisa percorreu a pioneira revista jesuíta *Brotéria* (1902), polo irradiador da cultura contemporânea (no centro cultural da atual sede, em Lisboa). Além disso, possibilitou acesso aos periódicos católicos portugueses[44], pela Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Universidade Católica, Torre do Tombo e rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa (BLX). Nos periódicos, foram constatadas críticas literárias de produções específicas do padre jesuíta: *Noções de História da Filosofia* (manual); *Ensino religioso e ensino leigo*; *A crise do mundo moderno*; *A psicologia da fé*; *A Igreja, a reforma e a civilização*; *O divórcio*; e *Ateísmo militante* (artigo) — bem como menção aos periódicos católicos brasileiros *Verbum*, *Revista Eclesiástica Católica*, *Kriterion, A Ordem, Vozes de Petrópolis* e outros.

Assim, a estrutura desta tese é construída por cinco partes. A introdução apresenta os sinais da Reação Católica na primeira metade do século XX, nos campos social, político e cultural brasileiros. Para isso, os documentos eclesiásticos são estratégicos ao recrutarem os intelectuais católicos (líderes) entre as instituições e os órgãos católicos (militância) em prol do projeto de restauração e da reaproximação do governo. A posição

---

[42] Na relação de periódicos que apontam a crítica literária do manual (de 1919 a 1943) constam: *A Notícia*; *A União*; *Correio da Manhã*; *Jornal do Commercio*; *O Brasil Illustrado*; *O Intransigente*; *O Imparcial*; *O Jornal*; *O Dia*; *Jornal do Brasil*; *Gazeta de Notícias*; *A Época*; *A Palestra*; *Bevista do Brasil*; *Gil Blas*; *A Ordem*; *Vozes de Petrópolis*; e *Boletim Associação dos Professores Catholicos* (Periódicos. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

[43] Na década de 1920, a revista *A Ordem* constituiu-se um importante período católico. Organizado pelo viés conservador, atuou em discussões no cenário político em prol da cultura católica. No catálogo da revista constam os números das edições, títulos e autores (da primeira edição até atual), porém, não foram localizadas algumas edições, ficando uma lacuna entre o teor dos artigos da década de 1920.

[44] Segue lista dos periódicos portugueses investigados (décadas de 1910 a 1940): *Revista Portuguesa de Filosofia; Brotéria; Lumen; Estudos; A Esperança; A Verdade Cristã; Stella; Revista Catholica; Boletim Ação Católica Portuguesa; Boletim ACM – Ação Católica Mocidade*; e os jornais *Arado* e *A Ordem*.

privilegiada dos impressos católicos na formação da cultura católica aponta a importância do manual escolar *Noções de História da Filosofia*, do Pe. Leonel Franca S.J., além de constituir a representação da filosofia católica, que compõe a lista dos livros didáticos oficiais do ensino secundário na formação da nação a partir da década de 1940.

No segundo capítulo da tese é apresentado um estudo sobre a trajetória do Pe. Leonel Franca S.J., e suas conferências específicas, direcionada ao reposicionar do pensamento católico no campo sócio-político-cultural. O estratégico posicionamento como autor de inúmeros impressos católicos, como assistente eclesiástico de órgãos católicos e, ainda, como membro de aparatos estatais. Os avanços do movimento Reação Católica, por exemplo, ocorrem com a fundação da revista *A Ordem* e do reduto intelectual católico CDV, como aglutinação dos órgãos católicos na ACB em torno do reposicionamento no campo sócio-político-cultural. As questões epistemológicas estão alicerçadas entre documentos eclesiásticos pelas encíclicas *Aeterni Patris* (1879), na restauração da filosofia cristã, e *Divini Illius Magristi* (1929), na educação cristã da juventude. E a filosofia cristã/neoescolástica interpretada pelo filósofo francês Jacques Maritain, por sua vez, mostra influência na renovação intelectual pela via democrática do humanismo integral.

No terceiro capítulo, então, é feita a análise do manual escolar *Noções de História de Filosofia* (10ª edição), do autor Pe. Leonel Franca S.J. Entre os aspectos que compõem sua materialidade, o objetivo é evidenciar os pontos estruturais do manual escolar a partir das alterações e revisões nas edições, em consonância aos períodos da história da filosofia e ao pioneirismo do capítulo "A filosofia no Brasil". As correntes filosóficas brasileiras representam a influência do pensamento tomista no país, ancoradas por suas produções (periódicos, compêndios, livros, ensaios, cursos, estudos e outros) e sendo sinais do projeto de restauração. Além disso, assinalam os vestígios da cultura católica entre os temas específicos nos demais capítulos do manual.

Na sequência, o quarto capítulo deste trabalho propõe uma breve análise dos manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD e os aspectos na materialidade que podem apontar traços do projeto de restauração. Nesse sentido, os indícios da cultura católica nos manuais escolares são enumerados pelos censores católicos, pela organização dos temas filosóficos, pela presença dos idiomas latim e grego, pela encíclica *Aeterni Patris* e pela menção de produções, instituições, órgãos e intelectuais católicos brasileiros.

Por fim, nas considerações finais da tese, discorremos sobre as estratégias católicas do manual escolar *Noções de História da Filosofia* e suas contribuições para o campo da Historiografia e da História da Educação Brasileira. A posição do manual escolar entre os impressos católicos nas instituições tradicionais do ensino secundário e superior sinaliza o poder intrínseco da Igreja Católica em detrimento aos avanços dos preceitos ideológicos do positivismo, do laicismo e do liberalismo. Nesse viés, o Pe. Leonel Franca S.J., demonstra a representação da cultura católica na formação da nação, utilizando as instituições e os órgãos católicos na edificação do projeto de restauração católica.

2. O INTELECTUAL CATÓLICO PE. LEONEL FRANCA S.J.

Leonel Edgar da Silveira Franca nasceu na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 1893. Filho de Justino da Silveira Franca, engenheiro civil, professor na Escola Politécnica e inspetor de viação no Estado da Bahia, herdou, devido à sua mãe, Maria José de Macedo Franca, a posição de sobrinho neto do S. Ex.ª Revma. Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará.

Entre os nove filhos do casal Franca, apenas Leonel e seus irmãos Leopoldo, Leovigildo e Luís frequentaram as cadeiras do internato do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro[45]. A trajetória de Leonel no internato, entre 1906 e 1909, foi marcada pelo bom desempenho nos estudos, com menções honrosas por vários motivos, como comportamento e aplicação, português, francês, inglês, latim, religião, álgebra e geometria, grego, alemão, história geral, história universal, literatura, mecânica, astronomia, coreografia e música. Tais premiações são indícios dos preceitos expressos pelo método pedagógico jesuítico – *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*[46] –, um instrumento norteador na formação e organização estrutural dos colégios jesuítas.

As primeiras produções de sua autoria foram publicadas no jornalzinho *Aurora Colegial*, impresso pelos alunos do internato. Entre seus artigos literários e religiosos estavam: *Anoitecer*; *Le Vicaire de Saint Sulpi*ce; *Sete de setembro*; *O Papa Pio X*; *O Bom samaritano*; *Crônica colegial*; *Divertimento*; e *Festas colegiais*. Em 1907, após o uso da palavra na solenidade da Festa de Santo Inácio, ele apresentou um pedido ao superior da Missão Brasileira da Companhia de Jesus para se tornar um filho de Santo Inácio, ou seja, padre jesuíta.

> Leonel Franca, embora jovenzinho de 15 anos - idade mínima exigida hoje pelo direito canônico para entrada em religião –, não se iludiu no passo que dava, conhecedor como era do instituto fundado por Santo Inácio de Loiola. Ingressara na Companhia de Jesus aos 12 de novembro de 1908, véspera de S. Estanislau Kostka. Permaneceu, entretanto, no colégio Anchieta de Friburgo, para terminar os exames de 5º ano ginasial. Só partiu dali para o Noviciado no

[45] Em 1905 [...], aos 29 de novembro, morria sua piedosa mãe. Assim, por demais cedo deixava ela aos cuidados do esposo nove filhos [...]. Foi por iniciativa do Mons. Macedo Costa, capelão das Irmãs de Sion em Petrópolis, que Leonel e, depois, Leopoldo, Leovigildo e Luís vieram a internar-se no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, estado do Rio (D`ELBOUX, 1953, p. 26).

[46] Todos os cursos são orientados pelo estudo de *preceitos, estilos* e *erudição*, ou seja, prescrições e regras das línguas, das retóricas, das letras, da filosofia e da teologia; exercícios com os vários gêneros retóricos – poéticos de representação das matérias das humanidades, memorizadas como tópicas ou lugares – comuns já aplicados e desenvolvidos pelas várias autoridades; memorização de técnicas de falar e escrever, além dos esquemas da própria arte da memória (HANSEN, 2001, p. 18).

> dia 26 do mesmo mês, em companhia do Ir. Nicolau Bannwarth, até o Rio, seguindo para S. Paulo com o Pe. Fialho de Vargas (D`ELBOUX, 1953, p. 36).

A nova fase da instrução passou a ser então o noviciado, percorrido no período de dois anos, com o objetivo de desenvolver mais do que as práticas ascéticas[47], trabalhando, assim, com os quatro votos da ordem jesuítica: pobreza, castidade, obediência e o ser padre da Companhia de Jesus. Nesse período, Leonel foi nomeado bedel (porteiro do noviciado) e foi incumbido de fazer o sermão tradicional, em 1910, na Festa de *Mater Pietatis*.

A formação dos alunos na Companhia de Jesus tinha como pilares estruturantes o *Ratio Studiorum*. Após o noviciado, os novos estudos eram orientados pelos cursos de humanidades e retórica, em direção à formação ascética escolástica. Esses cursos, além de representarem um instrumento didático-pedagógico, eram um pré-requisito ao curso de filosofia.

> *Curso de retórica e humanidades* – Ainda que não seja possível prescrever a duração do curso de humanidades e retórica e a cargo do superior fique decidir quanto deverá cada qual demorar-se nestes estudos, nenhum dos nossos, pelo menos, deverá ser enviado à filosofia antes de haver estudados dois anos de retórica, a menos que não se julgue em o Senhor que a idade, as aptidões ou outro motivo a isto se oponham. Mas, se alguns forem dotados de aptidões naturais para grandes progressos nesses estudos, poder-se-á examinar se, a fim de se lançarem mais sólidos fundamentos, não convenha conservá-los na retórica por três anos (FRANCA, 1952a, p. 3, grifo do autor).

Em 1912, após concluir os cursos nos dois anos previstos, Leonel Franca passou a frequentar o curso de filosofia na Universidade Gregoriana, na Itália, considerada a mãe das universidades eclesiásticas e o centro de formação jesuítica, por onde circulavam os estudantes das nações católicas sob tutela dos melhores mestres da Companhia de Jesus.

Em 1915, ocorreu o exame de *Universa Philosophia*, no qual o aluno demonstrou suas habilidades entre os saberes adquiridos no curso, o que era um pré-requisito para sua aprovação. Segundo D'Elboux (1953, p. 69), "o Ir. Franca prestou no dia 28 seu exame de *Universa Philosophia*, defendendo brilhantemente quatro teses escolhidas de 100".

No processo de formação havia um quinquênio entre os cursos de filosofia e teologia, ou seja, um período destinado ao magistério secundário que era aplicado nos

[47] Com os pitagóricos, os cínicos e os estoicos, essa palavra começou a ser aplicada à vida moral na medida em que a realização da virtude implica limitação dos desejos e renúncia. O sentido de renúncia e de mortificação tornou-se, daí, predominante. Na Idade Média, ascese significou mortificação da carne e purgação dos vínculos com o corpo (ABBAGNANO, 2007, p. 94).

colégios jesuítas, segundo orientações do *Ratio Studiorum*, com o objetivo de constatar nesse estágio de prática pedagógica os indícios de iniciação nos ministérios apostólicos. Leonel Franca realizou seu estágio docente no Colégio Santo Inácio para as turmas dos 4º e 5º anos, ministrando as disciplinas escolares de religião, física, química, história natural, álgebra, geografia e trigonometria, além de extensão com aulas livres de história da filosofia.

A atuação no magistério como professor de humanidades possibilitou a ele tratar de assuntos espirituais e articular ações no campo apostólico, como participar de orientações às ações apostólicas na Liga Pedagógica pelo Colégio Congregação Mariana, considerado um espaço privilegiado na formação católica por direcionar uma elite (dirigente/intelectual) aos setores da sociedade brasileira.

> Leonel Franca trata de assunto espirituais na "liga pedagógica", secretariando ao Pe. Madureira e o professor José Piragibe e principalmente na Congregação Mariana de Nossa Senhora das Vitorias, de que foi sub. Diretor, auxiliando o Pe. Américo de Novais. Aí resolveu dificuldades e promoveu o fervor de muitos amigos, jovens ou senhores já formados. Afagou os germes de várias vocações ao sacerdócio, entre as quais a daquele que seria seu segundo sucessor na reitoria da Universidade Católica, Pe. Pedro Belisário Velloso Rebello, e a de ser precioso colaborador, Pe. Eduardo Magalhães Lutosa (MAIA, 1982, p. 17).

Naquele período, Leonel Franca alcançou a erudição necessária para as produções intelectuais e, aos 25 anos, iniciou sua trajetória como escritor, publicando seu primeiro livro (manual escolar) *Noções de História da Filosofia* (1918)[48], e, depois, lançando a manual *Apontamento de Química Geral* (1919)[49], fato incomum entre os alunos da Companhia de Jesus. Nesse contexto, a posição dos críticos sobre os manuais escolares percorria os periódicos da época, conforme exposto no jornal *A União*, na seção "Literatura philosophica":

> As "Noções", do jovem professor Franca constituem um bello volume de 248 páginas, dividido em cinco parte ou épocas da história da philosophia. Lendo-o, não sabia que mais admirar, si o talento e a vasta cultura do auctor, ou o

[48] *Noções de História da Filosofia*. Fruto de estudos filosóficos, essa obra utilíssima nasceu de sua inteligente caridade em socorrer os alunos e demais estudantes brasileiros que passavam para a Faculdade de Direto (D`ELBOUX, 1953, p. 83).

[49] *CHIMICA GERAL*. A LIVRARIA DRUMMOND acaba de expor à venda um livro didactico de grande oportunidade. Sãos uns "Apontamentos de Chimica Geral", organizados de accordo com os programmas officiais, pelo prof. Leonel Franca. Nelles encontrarão os nossos jovens estudantes uma exposição clara e methodica dos elementos de chimica geral, exposição feira em harmonia com os últimos progressos desta sciencia. É um livro de grande utilidade e impresso com esmero e primor (CHIMICA, 1919, p. 4).

> methodo aliado á precisão e clareza. O sr. Leonel Franca é uma inteligência de escól, um espírito superior: agudo, penetrante, investigador. Já o tinha por bom philosopho, não conhecia, porém, os seus merecidos literários e suas qualidades peregrinas de mestre. Historiador e crítico, revelou-se admirável na synthese literária e lógica do seu trabalho. [...] Leiam e releiam, os nossos estudantes, incontestavelmente de alto valor scientifico. E´ que me falece autoridade; sinão, eu aconselharia aos diretores de gymnasios catholicos e seminários ecclesiásticos, que adoptassem, no curso philosophico, como texto de história, as "Noções de História da philosophia" do professor Leonel Franca. E´ genero nacional, mas é bom... (REGO, 1919, p. 5).

Seguindo os críticos literários do período, o jornal *O Brasil Ilustrado*, sob o título "Um ilustre jesuíta", apresentou a seguinte redação:

> Agora, o Padre Leonel deu á publicidade um volume de "Apontamentos de chimica geral", organizados de accordo com os programas officiaes, para uso dos preparatorianos e candidatos ás escolas superiores. E´ um trabalho esse que, pelo seu methodo e clareza, muito aproveitará aos estudantes incipientes da sciencia de Morveau. Nelle, o illustre jesuíta estuda as leis das combinações, a sua interpretação scientifica, o conhecimento das theorias chimicas sobre a constituição dos corpos e o exame dos seus fundamentos experimetaes. E` muito interessante a breve noticia histórica que abre o livro, e na qual o autor enumera os quatro períodos da chimica, ou sejam o da alchimia, o da iatrochimica, o phlogistico, e o da chimica propriamente dita, inaugurando pelo imortal Lavousier. Vê-se que o Padre Leonel Franca faz honra, simultaneamente, á Companhia de Jesus e á cultural nacional (UM ILUSTRE, 1919, p. 7).

A posição dos críticos literários nos periódicos permitia uma apreciação das obras que compunham a literatura nacional, expressa em uma sessão específica — bibliografia, títulos novos, crônicas literárias, literatura filosófica, entre outros —, sendo esse um espaço privilegiado ao aproximar do leitor uma visão crítica dos trabalhos, bem como sua visibilidade entre as produções nacionais ou internacionais.

O manual apontava ser um instrumento das letras católicas organizado pelo autor Leonel Franca (no período marcado pelo quinquênio da formação jesuítica, isto é, à docência, entre 1916 e 1920), permitindo a ele vivenciar a efervescência da Carta Pastoral (1916) [50] proferida por Dom Sebastião Leme pela orientação emergencial da reorganização do apostolado e convocação de uma legião católica em prol da restauração.

[50] Dom Leme pede uma reação católica, uma renovação. [...] Não havia pregação metódica, didática nas paroquias. Não existia doutrinação catequética de adultos. A pregação era o panegírico, a festa, a girandola, a pirotécnica, o fogo de artifício momentâneo. Vivia-se de novenas e devoções para-litúrgicas. O povo até venerava as imagens com mais fervor do que adorava o Sacramento. O espírito de indefinição ou indistinção dominava os meios católicos. Não havia ação católica. Não havia espírito de organização. Confrarias sem espírito católico, voltadas apenas ao aparato de um culto exterior. [...] O mal é a ignorância católica (VILHAÇA, 2006, 133-134).

Após concluir o período de docência no Externato do Colégio Santo Inácio, Leonel Franca retornou à Universidade Gregoriana, dando continuidade à nova fase de formação no curso de teologia, direcionado pelos mestres jesuítas às áreas da teologia fundamental, moral e direito canônico, dogmática, escriturística, ascética e mística.

A formação no curso de teologia[51] ocorreu em quatro anos, conforme os preceitos do *Ratio Studiorum*. Entre as regras que competiam aos mestres desse curso estavam expressas: fim; seguir Santo Tomás; com algumas exceções; escolha da opinião das questões duvidosas; cuidado da fé e da piedade; não defender opiniões que ofendam os católicos; curso de teologia em quatro anos; explicar todas as questões de cada ano; questões que se devem omitir (as próprias da Sagrada Escritura, as controvérsias, as filosóficas e os casos de consciência); evitar repetições; explicar Santo Tomás do modo indicado; evitar longos tratados; defender Santo Tomás ou emitir as questões; e disputas semanais (FRANCA, 1952a).

Assim, no processo de formação entre os estudos da teologia fundamental, ocorreram as tradicionais disputas acadêmicas entre os alunos expositores ou defensores frente aos atacadores, seguindo a praxe escolástica imposta pelo *Ratio Studiorum*. Em 1921, foram escolhidos os tratados *Divina Revelatione* e *De Ecclesia Christi* na celebração do ato público de teologia, pela Universidade Gregoriana, e entre os estudantes, o jesuíta brasileiro Leonel Franca foi selecionado para ser o defensor de dez teses básicas para apologética, em detrimento às objeções de dois estudantes italianos, um francês e um espanhol como assistentes. Depois da arguição do defensor, ele foi prestigiado pela coesão entre os argumentos e pela eloquência na sua apropriação dos

[51] *Curso de teologia em quatro anos.* O curso inteiro de teologia deve concluir-se em quatro anos. Se, portanto, forem dois os professores de teologia escolástica: *Divisão das questões:* §1. O primeiro explique no primeiro ano as 43 questões da primeira parte da Suma, no seguindo, a matéria relativa aos anjos e as 21 questões da primeira subdivisão da segunda parte; no terceiro, da questão 55 ou 71 até o fim da primeira subdivisão da segunda parte; no quarto, o que se refere à fé, esperança e caridade, da segunda subdivisão da segunda parte. §2. O segundo professor explicará no primeiro ano, da segunda subdivisão da segunda parte, as questões relativas à justiça e ao direito, e as mais importantes sobre a virtude da religião; no segundo, da terceira parte, as questões da encarnação e, se puder ao menos os pontos principais dos Sacramentos em geral; no terceiro, o Batismo e a Eucaristia e, se possível, alguma cousa da Ordem e da Confirmação; no quarto ano, a Penitência e o Matrimônio. §3. Onde forem três os professores de teologia, o primeiro explique, no primeiro ano, 26 questões da primeira parte; no segundo, as questões restantes que puder, dá mesma parte; no terceiro, o que puder da primeira subdivisão da segunda parte antes da questão 81; no quarto ano, o resto da subdivisão da segunda parte. §4. O segundo, no primeiro ano, explique da segunda subdivisão da segunda parte as controvérsias sobre a Escritura, as tradições, a Igreja, os Concílios e o Romano Pontífice; no segundo, as questões da fé, esperança e caridade; no terceiro, as questões da justiça e do direito, da restituição da usura e dos contratos, quanto puder; no quarto, o que não foi explicado dos contratos, e o que trata Santo Tomás sobre a vida religiosa e os estados de vida. §5. O terceiro, no primeiro ano, as questões da Encarnação; no segundo, dos sacramentos em geral, do Batismo e da Eucaristia; no terceiro, da Penitência e do Matrimônio; no quarto, das censuras eclesiásticas e dos demais sacramentos (FRANCA, 1952a, p. 18-19).

preceitos teóricos dos tratados, indícios de um digno representante jesuíta em prol da Igreja Católica.

Após a trajetória de formação no curso de teologia (1920-1924), Leonel Franca teve um curto período de preparação, de quatro meses, para o exame *Ad Gradum*, com as principais questões proferidas pelos cursos de filosofia e teologia. Na ocasião, era feita uma prova oral de tais conhecimentos, organizada por uma banca de quatro examinadores e um presidente, conforme regulamento do *Ratio Studiorum*.

Ao obter êxito nesse exame, ele realizou a última parte da sua formação, ou seja, a terceira provação, na cidade de Oya, na França, direcionada a aperfeiçoar os saberes teóricos e práticos do ensinamento ascético, conforme previa o *Ratio Studiorum*. Na sequência, recebeu o título de Doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana, estágio almejado aos que aspiravam à função eclesiástica na ordem jesuítica.

Ainda no período de formação, a publicação do livro *A Igreja, a reforma e a civilização* (1923), sinalizou o magistral potencial do autor no campo editorial. A repercussão desse livro[52] entre os intelectuais católicos deu-se por reconhecer argumentos que refutavam a polêmica obra *Problemas religiosos na América Latina* (1920), do autor protestante Eduardo C. Pereira. Sobre isso, o jornal *Gazeta De Notícias*, seção "Literatura reaccionaria", apontava que:

> A obra, porém, com que Leonel Franca acaba de conquistar não só as honras de mestre como historiador e expositor de ideias, mas as de mestre como pensador, como coordenador dos ideaes do Brasil de todos os tempos, que é o Brasil Catholico, esta é sua "A Igreja, a Reforma e a Civilização". O livro, por que contenha observações críticas à margem, como diz o autor, d` "o problema religioso da América Latina" do Sr. Carlos Eduardo Pereira, há pouco falecido em S. Paulo, nem de longe se suppunha que é somente uma resposta magistral aquelle livro medíocre, ainda assim, a obra mais notável que, sobre o problema religioso, já publicou um protestante brasileiro...Não. [...] Leonel Franca sentiu-se na obrigação, não só de traçar o quadro maravilhoso da vida da Igreja Catholica, como todas as lutas, em todas as ordens da esphera humana, como empenho-se nos históricos dos erros que provocaram essas lutas, desde os tempos apostólicos até os nossos, demostrando com rigor de lógica e força rara de erudição, que as mais modernas novidades, que fazem por ai a fora o espanto e a vaidade de cada geração, no período da sua formação intelectual (FIGUEIREDO, 1924, p. 6).

Nesse caso, a posição da imprensa católica, pela Indústria Tipográfica Romana, contribuiu para maior divulgação do livro *A Igreja, a reforma e a civilização* nas nações

[52] Relacionada com o assunto de seu livro, o Ir. Franca apresentou uma dissertação em italiano na Academia Beato Belarmino, dirigida pelo Pe. Garagnani entre os escolásticos. Intitulava-se: "A moralidade dos povos católicos e dos povos protestantes à luz da estatística comparada" (D`ELBOUX, 1953, p. 113).

católicas pelas revistas europeias (década 1920): *Civiltà cattolica* e *Gregorianum* (Itália), *Razón* y *fe* (Espanha) e *Etudes* (França), além da revista *A Ordem*[53] (Brasil). A imprensa católica possibilitou intensificar a projeção das letras católicas (produção, circulação e usos) em torno das questões sócio-político-culturais entre as nações católicas.

Em 1925, Dr. Pe. Leonel Edgard da Silveira Franca S.J., retornou ao Brasil. E em solo brasileiro, sua primeira nomeação foi como professor de história da filosofia no colégio em que iniciou seus estudos. Sua atuação na imprensa católica deu-se contra "a posição modernista da apóstata Georges Tyrrell"[54], proferida na imprensa carioca por um professor do Colégio Pedro II.

> Das regiões pacíficas da Casa de Formação de Friburgo, Pe. Franca, a 6 de março, desceu ao campo da luta na imprensa carioca, defendendo a causa da Santa Igreja contra as acusações modernistas do Sr. José Oiticica, professor do Colégio Pedro II. Escrevera este, a propósito da morte do Cardeal Mercier, um artigo revoltante no *Correio da Manhã* de 13 de fevereiro, repetindo os erros e injúrias anticlericais do apóstata Georges Tyrrell em réplica a pastoral do Arcebispo de Malines (D`ELBOUX, 1953, p. 83, grifo do autor).

Ao posicionar-se contra esse artigo na imprensa carioca, o Pe. Leonel Franca S.J., demonstrou aos leitores argumentos que solidificavam a cultura católica em oposição às ofensivas do Sr. José Oiticica. Essa foi uma ação expressiva do padre jesuíta em prol da Reação Católica e fortaleceu a presença de intelectuais católicos no campo editorial. Em apoio a ele, o então Ministro da Justiça, Afonso Pena, o líder católico Jackson de Figueiredo e os membros do Centro Dom Vital expressaram, em telegramas, a importante lição proferida pelo padre jesuíta aos católicos.

No entanto, após percorrer as publicações da imprensa carioca, o padre jesuíta encontrou uma série de sofismas[55] contra a Igreja Católica e o papado, sendo objeto de sua investigação demonstrar os erros e as injúrias anticlericais nos artigos e alertar os

---

[53] Na década de 1920, consta, entre várias edições da revista *A Ordem*, a menção: Livraria Cathólica – rua Rodrigo Silva, 7, Rio de Janeiro, com a seguinte redação: Temos a honra de chamar a atenção de V. Ex. para os seguintes livros: *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. Pe. Leonel Franca S.J. É uma obra de apologética, baseada na história geral do protestantismo. Os mais autorizados críticos na matéria consideram esse livro como um verdadeiro momento literário e cultural.

[54] Padre jesuíta que atuou entre os líderes do movimento modernista católico e redator-chefe da *Revista dos Jesuítas*. No entanto, foi expulso da ordem ao publicar artigos contrários ao pensamento eclesiástico da época, por defender as novas descobertas da ciência, da psicologia e da crítica histórica.

[55] O mesmo que falácia. Raciocínio capcioso ou que leva a conclusões paradoxais ou desagradáveis. Nesse sentido, esse termo tem uso muito vasto – até os paradoxos e os argumentos duplos podem ser chamados de sofismo (ABBAGNANO, 2007, p. 1085).

católicos contra os autores "profanos". Assim, em combate aos sofismas [56] do modernismo, ele publicou o livro *Relíquias de uma polêmica* (1926).

Em 1926, o Pe. Leonel Franca S.J., articulou, entre os benfeitores e colaboradores, recursos para ampliar as edificações do colégio de Friburgo e adequar as instalações ao projeto que configurou o primeiro ponto de sua preocupação apostólica, quer dizer, a realização de exercícios espirituais, como retiros direcionados a senhores e jovens das diversas classes da sociedade, operários ou doutores, homens da indústria ou comércio, estudantes ou professores, oficiais ou membros dos três poderes. Nesse sentido, a presença do poder eclesiástico sobre as organizações católicas permitiu aproximar as ações da Igreja Católica na sociedade em torno da militância organizada.

> Palavras do Exmo. Snr. Arcebispo do Rio de Janeiro. Dom Sebastião Leme. Os exercícios espirituaes são o mais poderoso reconstituinte das forças interiores e as casas de retiros reclusos, verdadeiros oásis onde a alma vae buscar um refrigério á aridez monotona das occupações quotidianas e recobrar novas energias para continuar com dignidade a sua jornada terrestre. Sem exageração póde affirmar-se que, nas condições modernas da nossa existência social, esses retiros representa um elemento normal e indispensável á conservação e ao desenvolvimento da vida christã. Por isto, entre as innumeras obras catholicas elles occupam um logar á parte, constituindo como que a alma de todas ellas. No recolhimento e na meditação destes dias bemfazejos de silencio é que se temperam as caracteres fortes e se elaboram as resoluções viris das almas que, depois, generosas e abnegadas, irão irradiar o bem e prodigalizar a sua atividade nas diferentes associações consagradas á piedade, á instrucção, á beneficência e á acção social (Os Exercícios Espirituaes. In: Arquivo do pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

Tal projeto alcançou seu objetivo e possibilitou a organização de alianças entre as redes de sociabilidade na formação do laicato católico. A extensão desse projeto deu-se na fundação da Casa de Retiro, no Rio de Janeiro, antes do IV centenário do nascimento de Anchieta (1934). O segundo ponto da preocupação apostólica do Pe. Leonel Franca

[56] A igreja Católica e o Modernismo. Resposta ao artigo anterior pelo P. Leonel Franca S.J. – Cingindo pela tríplice auréola da ciência, do patriotismo e da virtude, caiu, ceifado pela morte, Desiderato Mercier. Ante esta grande sepultura recém-aberta, os filhos da Igreja verteram lágrimas de gratidão e saudade; os incrédulos, sensíveis à beleza superior dos espetáculos morais, descobriram-se silenciosamente num gesto de respeito e admiração. Com o fundador do Instituto filosófico de Lovaina; como o defensor intrépido dos direitos da Bélgica, com o virtuoso cardeal-arcebispo de Malinas desaparecia uma das almas mais nobres, mais fortes, mais simpáticas do mundo contemporâneo. Sôbre essa memória veneranda o Sr. José Oiticica julgou oportuno atirar o atrevimento de seus baldões. a piedade pagã reconheceu na morte um asilo inviolável à irreverência dos vivos: *jam parce supulto*. O professor de gramatica do Colégio Pedro II não entendeu a delicadeza humana deste sentimento. Em artigo publicado no "Correio da Manhã" de 13 do mês findo, houve por bem "revelar-nos um Mercier de espirito estreito, nada sincero... contraditório e pouco hábil". – Não há fidalguia neste gesto petulante. Insultar um adversário, que a loisa fria de uma sepultura separou irrevogavelmente de arena dos combatentes, não é nobre (FRANCA, 1953a, p. 180).

S.J., era a fundação de uma Universidade Católica no Brasil, seguindo os moldes das instituições católicas europeias.

Nesse período, o padre jesuíta intensificou suas conferências no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo (RJ), em torno da fundação da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus. Ele articulou entre os colegas uma rede de ações (palestras, conferências, associações, cursos e outros) em benefício da formação e da orientação da sociedade pela cultura católica. Em 1927, retornou às funções nessa instituição, sendo nomeado Prefeito de Estudo (são 30 regras[57] expressas pelo *Ratio Studiorum*) e docente das cadeiras de psicologia experimental e química.

A trajetória do intelectual Pe. Leonel Franca S.J., passou então por uma nova fase ao ser nomeado assistente eclesiástico (de 1929 a 1935) de importantes órgãos católicos. Para Pécaut (1990, p. 34), pensar "o intelectual brasileiro [...] é claro, o homem da cultura", remete-nos à posição desempenhada pelo líder eclesiástico da intelectualidade católica no cenário nacional, com sinais de mobilizações nos projetos centrais de restauração no campo sócio-político-cultural.

Ao intensificar a formação de uma rede de sociabilidade católica, o padre jesuíta convocou uma legião de intelectuais para a fundação de instituições e órgãos católicos (estruturas de militância) em torno dos núcleos leigos da ACB, com o objetivo de fortalecer a representação católica nos diversos setores da sociedade. O assistente eclesiástico atuava como agente de cultura ao intensificar sua ação apostólica em favor da cultura católica e do nacionalismo como oposição ao comunismo.

Na cultura brasileira, o Pe. Leonel Franca S.J., teve expressiva participação autoral nos impressos católicos por motivos importantes: por interpretar teorias de intelectuais católicos europeus; por absorver os documentos eclesiásticos da Santa Sé (Vaticano); por combater as questões pedagógicas da Escola Nova; por manter próxima a relação de poder eclesiástico e o governo; por atuar nos projetos na fundação de órgãos católicos (associações, ligas e movimentos); e por promover novas articulações na fundação de instituições superiores católicas. A intervenção do intelectual eclesiástico no laicato católico o posicionava entre os organizadores do projeto de restauração no país.

[57] Cito: 1. *Dever do Prefeito* - Dever do Prefeito é ser o instrumento geral do reitor, a fim de**,** na medida da autoridade por ele concedida, organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, de tal arte que os que as frequentam façam o maior progresso na virtude, nas boas letras e na ciência, para a maior glória de Deus (FRANCA, 1952a, p. 10).

> A figura do intelectual nasceu da perda do monopólio do poder espiritual pela Igreja e do processo de secularização que conduziu a instituição eclesiástica a reorientar sua estratégia no final do século XIX. Além de abrir um espaço aos intelectuais leigos, o enquadramento do "movimento de renascimento literário católico" poderia ser considerado como um início de especialização do papel dos intelectuais – uma vez que se trata de um engajamento por meio de suas obras –, se ele não estivesse destinado antes de tudo a combater a ascensão do paradigma científico e, precisamente, a divisão do trabalho intelectual (SAPIRO, 2012, p. 39-40).

A presença do intelectual no renascimento literário católico aponta sua relação intrínseca na autoria de inúmeros impressos católicos, com extensão nas conferências direcionadas aos ciclos de sociabilidade. Ele foi considerado um agente cultural que atuou no solo brasileiro entre as trincheiras institucionais ao intensificar a representação das instituições e dos órgãos católicos no campo sócio-político-cultural.

Assim, sua atuação cultural se tornou estratégica. Conforme Campos (1996, p. 14), pode-se indicar que isso "significa o modo de viver, de pensar, de agir e de sentir a realidade por parte de um grupo ou de uma civilização; [...] é entendida como objeto de formação individual, como ideal educativo a ser transmitido às novas gerações". Nesse caso, a função das instituições e dos órgãos católicos foi um ponto de articulação no projeto de restauração, pois visava manter a hegemonia no ensino superior.

No campo editorial, além de publicar os manuais escolares *Noções de História da Filosofia* (1918) e *Apontamento de Química Geral* (1919), ele posicionou as produções em torno dos livros de proselitismo *A Igreja, a reforma e a civilização* (1923)[58], *Relíquias de uma polêmica* (1926), *A psicologia da fé* (1934) e outros. Em oposição às obras anticatólicas, equipava-se com as armas intelectuais contra os sofismas impregnados na cultura brasileira.

No livro *Catolicismo e protestantismo* (1933), o autor Pe. Leonel Franca S.J., indica um instrumento da Reação Católica pelo rigor na fundamentação das questões doutrinárias, sendo direcionado a um grupo específico de leitores que circulava nas instituições superiores católicas. Tal projeção estava ancorada na profundidade das discussões na história da Igreja Católica e da apologética superior.

[58] Um trabalho do jovem jesuíta brasileiro Leonel Franca. As letras catholicas brasileiras não podem mais esquecer o nome do jovem e sábio jesuíta Leonel França, que vem publicar um livro precioso sobre a "A Egreja, a Reforma e a Civilização" [...]. A língua, o estylo, a dureza da expressão, qualidades sempre raras neste gênero de literatura, fazem da obra um livro, que não ficará circunscripto aos crentes, mas constituirá uma fonte de ensinamento a todos os estudiosos de questões desta natureza. O erudito autor de "A Egreja, a Reforma e a Civilização" publicára anteriormente as suas "Noções de História da Philosophia", já em segunda edição e tão bem recebidas pela crítica. O autor ordenou-se sacerdote este anno em Roma, onde aquelle seu livro tem feito sensação, e conta trinta annos de edade (A IGREJA, 1923, p. 1).

Nesse contexto, outro livro de impacto do padre jesuíta foi *O protestantismo no Brasil* (1938)[59], cujo objetivo era esclarecer alguns pontos da doutrina católica, bem como encerrar uma série de publicações nos periódicos católicos sob a polêmica protestante incitada pelo professor Otoniel Mota (pseudônimo de Frederico Hansen) contra a obra *A Igreja, a reforma e a civilização* (1923).

> Aos leitores que acompanharam as fases antecedentes deste debate pedimos nos leiam com paciência e serenidade. Católica, espero, há de confirma-se mais solidamente numa fé que não pode ser combatida senão com armas menos leias; protestantes, ainda uma vez, poderão verificar os processos insinceros e apaixonados com que os seus apologistas impugnam o catolicismo. A uns e outros, desejamos a paz profunda e serena que só a posse da verdade sinceramente investiga e seguida é capaz de infundir nas almas (FRANCA, 1952b, p. 7).

Entre as produções no campo editorial, constam o livro *Ensino religioso e ensino leigo* (1931), da Editora Schmidt, com abordagem de cunhos pedagógico, social e jurídico em torno da Constituição Federal de 1891, e o Decreto-lei nº 19.941, considerado libertador das consciências, ao tornar facultativo o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais (cursos primários, secundários e normais). Já a obra *O divórcio* (1931), da Editora Briguiet, foi resultado de uma série de conferências pedagógicas [60] proferida às professoras públicas e normalistas no Colégio Externato *Sacré Coeur de Jésus*, em tempos em que o divórcio havia sido incluído no anteprojeto do Código Civil.

Na década de 1940, as produções editoriais do padre jesuíta foram marcadas pelo livro *A crise do mundo moderno* (1941)[61], uma síntese filosófica da história e da cultura,

---

[59] Entretanto, esse livro não teve a divulgação que merecia. E não foi, certamente, por mero cansaço público. É que já se pronunciava nos círculos intelectuais de nossos católicos a triste corrente ir;enista, que se avolumou depois da última guerra, atingindo hoje seu auge de conformismo duvidoso. Condena-se *a priori* qualquer censura, qualquer reação e, por conseguinte, qualquer polêmica religiosa (D`ELBOUX, 1953, p. 227).

[60] Segue a relação das conferências pedagógicas proferidas pelo Pe. Leonel Franca S.J. às professoras públicas e normalistas do colégio *Sacré Coeur de Jésus*: 1928 – Ação Católica; Educação; Da Escola Leiga I, II, III e IV; 1929 – Ação Católica no Campo Escolar; Co-Educação dos sexos I, II e III; Ensino do Catecismo; Moral Leiga I, II e III; 1930 – A educação moderna; A vontade; A liberdade; Determinismo; Campo da Liberdade; Educação da vontade I, II e III; 1932 – Renascença da pedagogia católica; Ensino religiosos; Unidade da pedagogia católica; O Divórcio I, II e III; A missão do Professor; 1932 – A família e a educação; Escola ativa I, II, III, IV, V, VI e VII; 1933 – Ação Católica e educação; Escola Nova e Pedagogia Social; O pensamento Social I e II (D`ELBOUX, 1953; *BOLETIM PUC-RIO*, 1978).

[61] Podemos considerar um dos grandes livros brasileiros e que acaba de publicar o padre Leonel Franca sobre "A crise do mundo moderno" (Liv. Jose Olímpio). Com erudição, excelente vernáculo e uma dialética demonstrativa que não perde o seu rigor sereno e intenso da primeira à última página – o ilustre jesuíta apresenta-nos um documento de cultura e crítica do tema transcendente e dos seus graves problemas. [...] Corresponde a uma útil revisão das ideias que arrancam a sua força magica da Reforma, do deísmo inglês, do iluminismo alemão e da racionalidade de Voltaire e Diderot. Conduz-nos a uma viagem por quatrocentos anos (CALMON, 1941, p. 7).

com discussão da concepção do homem integral, genealogia dos sistemas, valores do cristianismo, gênese e evolução histórica. O livro *A imitação de Cristo* (1944), por sua vez, representava a síntese da espiritualidade cristã, ascética e mística. O foco dessa publicação era o episcopado, os doutores, as personalidades ilustres e o Presidente da República. Já o *Livro dos Salmos* (1947)[62] aproximou dos leitores a tradução de textos hebraicos e pontífices, com esquemas temáticos e notas exegéticas em torno da doutrina católica, com transcendência e espiritualidade.

Nessa trajetória editorial, consta ainda uma publicação póstuma, a tradução da obra *Ratio Studiorum*[63], um pedido do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, ao reitor da Universidade Católica, Pe. Leonel Franca S.J., devido ao grande monumento pedagógico dos jesuítas e à importância na formação da cultura brasileira. A tradução ocorreu em dois anos e contou também com a organização de uma introdução sobre a história da Companhia de Jesus entre as nações católicas, que foi entregue ao Ministro Capanema em 1945, período em que houve a mudança no governo, sendo o livro impresso apenas em 1952.

Depois, foi elaborada a obra *A formação da personalidade* (1954) e houve a compilação de várias palestras, conferências, artigos e outros materiais em *Alocuções e artigos I-II* (1954)[64], sendo proferidas como uma coleção — *Obras completas do Pe. Leonel Franca S.J.*, — organizada pela Livraria Agir Editora.

TABELA 2 - LIVROS DO PE. LEONEL FRANCA S.J.

Ano	Livro	1ª Editora
1918	*Noções de História da Filosofia*	Drummond de Andrade
1919	*Apontamentos de Química Geral*	Drummond de Andrade
1923	*A Igreja, a Reforma e a Civilização*	Indústria Tipografia Romana
1926	*Relíquias de uma polêmica*	Tipografia do Anuário do Brasil

[62] Livro dos Salmos, com os Cânticos do Breviário Romano – Versão portuguesa pelo Pe. Leonel Franca S. J., feita sobre a nova tradução latina dos textos originais acompanhadas de notas exegéticas dos professores do Pontifício Instituto Bíblico (FRANCA, 1953b).

[63] Rio, 16 de fevereiro de 1943. Meu caro Padre Franca: Fallei há duas semanas ao nosso Presidente sobre os terrenos para as Faculdades Catholicas. Hontem falei ao ministro da Fazenda, o qual me disse que também o presidente já lhe fallara a respeito do caso. Como vê, as coisas parecem em bom andamento. Peco-lhe que vá preparando a sua tradução da "Ratio Studiorum", pois o livreiro José Olympio quer iniciar a publicação da collecção projectada. Creia na amizade do seu. Assinado, Capanema. (Carta In: Arquivo Gustavo Capanema CPDOC-FGV. GC g 1940.00.00 (24), p. 13).

[64] Segue a estrutura dos temas e os números de produções do Pe. Leonel Franca S.J.: no Tomo I – Cristianismo e democracia (7); Alocuções universitárias (42); Alguns aspectos da Igreja (14); Companhia de Jesus (5); e Civilização brasileira (2). Após, no Tomo II – Trabalhos filosóficos (10); Vultos eminentes (7); Em defesa da família cristã (9); e Temas diversos (12).

1931	*Ensino religioso e ensino leigo*	Schmidt
1931	*O divórcio*	Briguiet
1933	*Catolicismo e protestantismo*	Schmidt
1933	*Lutero e o Sr. Frederico Hansen*	Of. Graf. Livro vermelho dos telefones
1934	*A psicologia da fé*	Civilização Brasileira
1938	*O protestantismo no Brasil*	A.B.C.
1941	*A crise do mundo moderno*	José Olímpio
1944	*Imitação de Cristo*	José Olímpio
1947	*Livro dos Salmos*	Agir
1952	*Ratio Studiorum*	Agir
1954	*A formação da personalidade*	Agir
1954	*Alocuções e Artigos I-II*	Agir

Fonte: *Boletim da PUC-RIO* (1978). Elaborado pelo autor, 2020.

No projeto de restauração, as obras do padre jesuíta tiveram posição estratégica entre os temas primordiais em prol da tradição católica. Projetadas pela imprensa católica entre os ciclos de sociabilidade, possibilitaram intensificar a projeção dos autores pelas letras católicas no campo editorial, em consonância aos instrumentos literários que constituíam a formação da cultura nacional.

Nesse contexto, percebe-se a representação de tais obras no cenário nacional e internacional[65] ao se constatar as inúmeras cartas[66] de solicitação e agradecimentos ao Pe. Leonel Franca S.J., que foram expressas por representantes do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro, da Defesa Social Brasileira, da Cúria Metropolitana de São Paulo, da Sociedade Campineira da Educação e Instrução de São Paulo, da Fundação Hispânica (Centro de Investigação Português, Latino-Americano e Espanhol), da Universidade de Porto Rico, da Biblioteca do Congresso, do *Institute of International Education*, da *Universidad Nacional de Tucumán*, da Universidade Nacional de Cuyo/Mendonça, da *The Library of Congress/Whashington*, entre outros.

> THE HISPANIC FOUDATION IN THE LIBRARY OF CONGRESS – WASHINGTON, D. C. Em nome do Diretor da Biblioteca do Congresso tenho a honra de oferecer a Vossa Excelência um folheto descrevendo a FUNDAÇÃO HISPÂNICA. Êste centro de investigações portuguesas, latino-americanas e espanholas, foi dedicado no dia 12 de outubro de 1939, como parte integral da Biblioteca do Congresso. Um dos principais objetivos da

[65] *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, tradução em holandês em 1936; *A psicologia da fé*, tradução em espanhol, na Argentina, em 1938; *A crise do mundo moderno*, uma edição em Portugal e traduções em espanhol, na Argentina, em 1944, e na Espanha, em 1948 (*BOLETIM PUC-RIO*, 1978, p. 4).
[66] Tais cartas oficiais encontram-se no Arquivo do Pe. Leonel Franca - Província dos Jesuítas/RJ.

> Fundação Hispânica é reunir uma coleção extensa de matéria impressa em que todos os aspetos da cultural hispânica serão proporcionadamente representados. Especialmente desejamos receber as obras de autores viventes. Convidamos cordialmente, portanto, a Vossa Excelência a apresentar as suas publicações à Fundação Hispânica, onde serão postas à disposição dos estudantes contemporâneos e também cuidadosamente conversados para as gerações futuras. À Senhor Padre Leonel Franca, Rua São Clemente, 226. Rio de Janeiro, Brasil. 14 de junho de 1943. Diretor da fundação Hispânica. (Carta. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, grifo ao autor.)

Conforme D'Elboux (1953, p. 228), "não foi, contudo, só com livros que o sábio jesuíta serviu à Igreja de Deus". Ele foi um líder da intelectualidade e articulador de estratégicos eventos em favor da restauração ao mobilizar os líderes episcopais e o laicato católico em torno dos movimentos religiosos de massas (congressos eucarísticos).

Para Dias (1996, p. 109), "pode ser caracterizado como um evento aglutinador de forças e desencadeador de múltiplas atividades envolvidas pelas obras da restauração católica", alcançando o ápice na Consagração do Brasil à Nossa Senhora Aparecida, em maio de 1931[67], na inauguração do Monumento ao Cristo Redentor, em outubro de 1931, e após o I Congresso Eucarístico Nacional na Bahia, em setembro de 1933[68].

> Em seu discurso no Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, em Salvador, Franca identificou no Brasil uma crise de crescimento e a oportunidade de escolha, diante de duas possibilidades: a primeira, orientadora, levaria o país a se integrar à tradição cristã; a segunda, desorientadora, conduziria às agitações e experiências aventureiras. Ali postulava que a organização social depende da

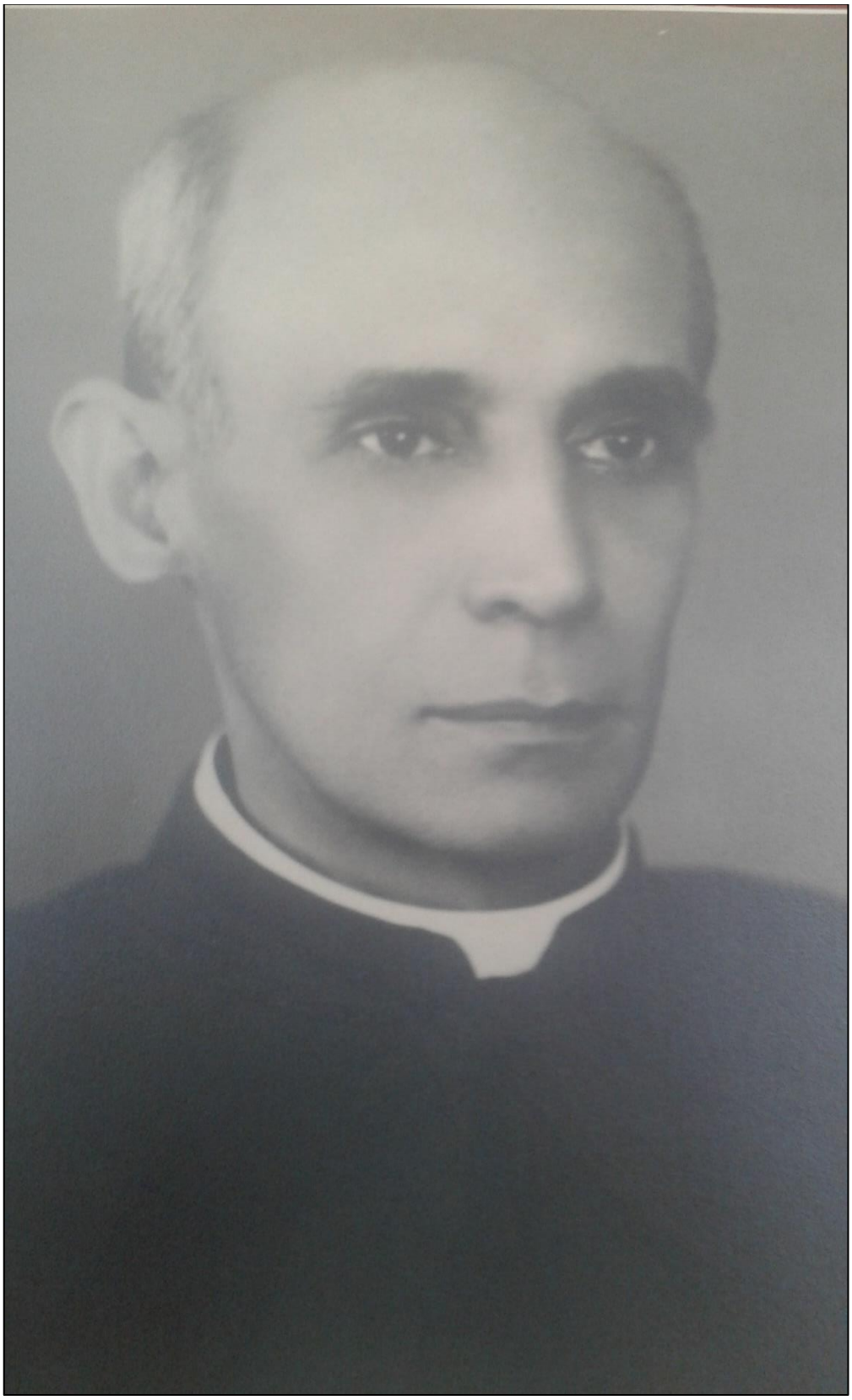
[67] A obra de recristianização da Pátria consolidou-se em mais um movimento de massa em maio de 1931: a consagração do Brasil à Nossa Senhora Aparecida. Este se deu em cerimônia pública, junto a uma multidão que manifestava sua fé católica diante dos representantes do poder civil. O governo assistiu a este espetáculo, comparado em força a um verdadeiro plebiscito, e reconheceu no Brasil um povo crente. Lembramos que no ano anterior, no dia 16 de julho, o Papa Pio XI havia proclamado Nossa Senhora Aparecida como padroeira oficial do Brasil (DIAS, 1996, p. 129).

[68] Primeiro Congresso Nacional Eucharistico. Para os catholicos brasileiros, o Congresso Eucharistico Nacional, que vai ser effectuado na Bahia, assume caracter de compromisso de honra em que estão empenhados o nosso patriotismo e a nossa fé. Trata-se de uma afirmação religiosa, collectiva e publica, em nome de todo o Brasil. Dahi o carinho com que em todos os recantos da christandade brasileira se mobilizam as almas em cruzadas de preces e de esforços, para que o Congresso Eucharistico Nacional tenha o maior esplendor possível. Exigem-no o amor que votamos ao dulcíssimo Rei Sacramentado e os interesses superiores da pátria, cujos destinos, nesta hora diffícil, vamos confiar à omnpiontencia da Bondade Divina. Affectuosamente coadjuvado pelos sacerdotes e fieis da archidiocese bahina, o Sr. Arcebispo Primaz está ultimando os preparativos para grande certeza da espiritualidade nacional. Resôa por todo o paiz a palavra piedosa e eloquente do convite de S. Exa. Revma, ao episcopado, ao clero, e ao povo catholico do Brasil. Da nossa parte, a todos aqui deixamos commovido appello para que sua presença pessoal, com numerosas representações, com o testemunho publica de sua adhesão, e, principalmente, com o fervor de suas prece, comntribuam para o triumpho eucarístico de s. Salvador da Bahia, de 3 a 10 de Setembro próximo. Triumpho de Christo Rei, oração nacional pela pátria, demonstração de fé, gratidão e amor a Jesus Sacramentado, argumento da nossa incondicional fidelidade á santa Igreja Catholica, Apostólica, Romana e ao seu Chefe Supremo, o Santo Padre Pio XI tão amigo do Brasil o Congresso Eucharistico será também uma expressão inconfundível para pujança e elevação das forças espirituaes que plasmaram e sustentaram a alma da nacionalidade (Primeiro Congresso Eucarístico Nacional: Programas da Secção de Estudos. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

> justiça para se desenvolver; que o egoísmo gerava a injustiça, fazendo que prevalecesse o "eu" sobre o "nós" e estava causando males na família e anarquia na sociedade. Franca indicou um método para a obra de cristianização: primeiro formar as consciências para, em seguida, restaurar as instituições (DIAS, 1996, p. 82).

A presença do Pe. Leonel Franca S.J., (Figura 1) como diretor espiritual do congresso e responsável pelo discurso de abertura, intitulado "A trilogia eucarística da Igreja, da pátria e da família", possibilitou intensificar o engajamento da militância em torno do diálogo inter-religioso e do ecumenismo, em consonância com a hierarquia e a organização da Santa Sé (jurisdição eclesiástica da Igreja Católica no Vaticano).

FIGURA 1 - PE. LEONEL FRANCA S.J.



Fonte: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ.

2.1 O ASSISTENTE ECLESIÁSTICO E REITOR DA PUC-RIO

O padre jesuíta foi nomeado assistente eclesiástico nos principais órgãos católicos, como Centro Dom Vital (1922), Associação dos Professores Católicos (1928), Sociedade Jurídica Santo Ivo (1928), Ação Universitária Católica (1930) e Ação Católica Brasileira (1935), sendo esse um aspecto fundamental para a manutenção da relação de poder (hierárquica/organizacional) do clero frente ao laicato católico.

> A ação de Leonel Franca está estreitamente articulada à liderança de D. Leme e às iniciativas do grupo do Centro Dom Vital. Além de oferecer uma incisa contribuição para a obra doutrinária, Leonel Franca assumiu o papel de confiança, como assistente espiritual em todas as organizações do laicato incentivadas por D. Leme (DIAS, 1996, p. 82).

A presença do assistente eclesiástico nas instituições e nos órgãos católicos demonstrava uma relação de poder estratégico que permitia reposicionar a participação do laicato católico contra o advento de tendências ideológicas e políticas que divergiam da cultura católica (como as impregnadas na cultura brasileira), em acordo com as orientações eclesiásticas brasileiras e a Santa Sé (Vaticano).

> Seria legítimo definir *o poder do saber* por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas estratégias, um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. [...] Noutras palavra o poder é a preliminar deste saber (CERTEAU, 2008, p. 100).

A relação de poder intrínseca à Igreja Católica permitiu mobilizar o corpo episcopal na fundamentação teórica dos documentos eclesiásticos e posicionar de forma estratégica as diretrizes ao apostolado da ação católica. Nesse viés, a posição privilegiada da tendência (neo)tomista entre os aportes teóricos filosóficos e teológicos pelas encíclicas do Papa Leão XIII[69] apontava pilares da Reação Católica, sendo de extrema relevância aos intelectuais engajados entre as nações católicas.

Nessa conjuntura, os avanços do projeto de restauração deram-se ao reposicionar as lideranças eclesiásticas (organização e formação da militância), utilizando os espaços

[69] Entre outros documentos eclesiásticos no período desse pontificado, destacam-se: as encíclicas *Rerum Novarum* – sobre as condições dos operários; *Aeterni Patris* – o tomismo como a filosofia oficial das escolas católicas; *Arcanum Divinae Sapeintiae* – indissolubilidade do casamento e críticas ao divórcio; e *Tetem Benevolentiae* – contra a maçonaria.

estratégicos que dispunham entre os centros de formação da Igreja Católica instituídos nas arquidioceses, dioceses, paróquias e capelas. Assim, para sermos capazes de melhor interpretar, nos servimos de Certeau (2008, p. 99), pois "chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado".

Essa posição estratégica existia pela relação de poder da Igreja Católica ao hierarquizar e organizar, sob orientação apostólica, a atuação das lideranças nas estruturas de militância. Atuar entre instituições e órgãos católicos permitiu formar uma rede de sociabilidade em prol da restauração, bem como aglutinar intelectuais católicos no movimento Ação Católica Brasileira (ACB).

O padre jesuíta intensificou sua ação pastoral frente a uma linha consciente de conduta moral, tornando-se articulador de estratégias católicas no campo sócio-político-cultural acerca de concepções do pensamento católico expostas pelos documentos eclesiásticos. Mas a função desse mediador cultural[70] permitiu reposicionar suas ações no campo editorial por meio da organização de eventos católicos, de edificações estruturais imponentes no campo educacional, da formação das redes de sociabilidades com o governo e instituições nacionais e internacionais, entre outros movimentos.

> O intelectual é o homem de cultura, seja no papel criador, seja no de mediador cultural, e sua caracterização deve ter em contar, simultaneamente, uma dimensão sociológica e uma dimensão ética. [...] Define-se, sobretudo, pela sua intervenção nos terrenos político, social ou cultural. [...] Possui uma competência especializada na esfera do pensamento, mas, particularmente, aquele que põe em circulação esse pensamento (pela imprensa, pelo ensino, pelo livro etc.), fazendo com que ele seja reinterpretado e apropriado por comunidades diversas nos respectivos contextos (CARVALHO, 2011, p. 103).

No Centro Dom Vital (CDV), a posição do intelectual Pe. Leonel Franca S.J., como assistente eclesiástico[71] ocorreu por influência do Cardeal Dom Sebastião Leme[72],

[70] Tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito (SIRINELLI, 2003, p. 242).

[71] Estatuto do CDV no RJ, 1931. Assistente. Art. 19º - O Assistente Ecclesiastico será designado pela Autoridade Diocesana. Art. 20º - Ao assistente Ecclesiastico compete: a) acompanhar todos os trabalhos do Centro, zelando por sua orthodoxia e finalidade religiosa; b) fazer a censura previa de todas as publicações do Centro, inclusive a Revista; c) Vetar as deliberações da directoria ou Assembleia, que se opuserem às doutrinas ou instrucções das Autoridades Ecclesiasticas ou à finnalidades do Centro. Desse veto caberá recursos, pelos interessados, à Autoridade Diocesana (ESTATUTO, 1931, p. 56).

[72] D. Leme, Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro, aprova os estatutos do centro e o recomenda aos católicos. Confere-se grande ênfase à sua figura designada como chefe do movimento católico. Assim, a sua primeira carta pastoral à Arquidiocese de Olinda é vista como o documento-base que inicia a reação católica. São transcritos trechos da carta, em que se enfatizam a sua relevância com o título *Palavras que*

com objetivo de fortalecer as articulações entre os representantes das ordens religiosas e aproximar a representação da elite católica entre os projetos em disputas no período.

Em 1922, a fundação do órgão católico no Rio de Janeiro, sob orientação do líder católico Jackson de Figueiredo, em consonância com a encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio* (1922), do Papa Pio XI, constituía sinais do projeto de restauração (Carta Pastoral, 1916). Nesse caso, a representação do CDV possibilitava intensificar as discussões em oposição aos avanços do protestantismo, liberalismo, comunismo, positivismo e outras tendências que inflamavam a sociedade brasileira.

> A reunião das últimas sextas-feiras de cada mês costumava ser feita no Colégio Santo Inácio, sob a presidência do Pe. Leonel Franca, que se incumbia da conferência. Destinada a princípio aos sócios do Centro, essa palestra mensal começou a ser frequentada também por outros ouvintes, que vieram afluindo de todos os horizontes intelectuais, mesmo dentre os acatólicos. A sala de estudo já não bastou para comportar à assistência de 200 e mais pessoas. Passou-se a salão dos atos do Colégio (D'ELBOUX, 1953, p. 176).

Uma série de conferências proferidas no CDV pelo assistente eclesiástico, em 1929 e 1930, com o tema "A natureza da fé e seus obstáculos intelectuais e morais", resultou no livro *A psicologia da fé* (1934), que teve repercussão na imprensa católica brasileira e extensão com versões em espanhol (pela M. L. De Real Azua, da Argentina, em 1938) e também em português de Portugal (pela Editora Pro Domo, de Lisboa, em 1945). Nesse sentido, os inúmeros cursos, sermões, conferências e palestras proferidos pelo Pe. Leonel Franca S.J., se configuraram em impressos católicos em prol da organização e formação da militância católica, entre as instituições e os órgãos católicos.

TABELA 3 - CONFERÊNCIAS DO PE. LEONEL FRANCA S.J., NO CDV (1929 – 1933)

Ano	Conferências
1929	Ação católica; A fé (noção e natureza); A fé na divindade de Cristo; Divindade da Igreja. Objeto de fé (mistério); Necessidade moral de revelação; Ciência e fé (I. Sábios e crentes); Ciência e fé (II. Parte teórica).
1930	A vontade e a fé (Aspecto moral do problema religioso); Obstáculos morais à fé (I. O orgulho); Obstáculo morais à fé (II. A sensualidade); Obstáculos intelectuais (I. A ignorância religiosa); Obstáculos intelectuais (II. O preconceito, o racionalismo); Perda da fé (estado psicológico de apostasia); Conquista da fé (psicologia da conversão).

devem ser dez, vinte, cem vezes meditadas. D. Leme denuncia a desorganização das forças católicas, apelando para a sua mobilização em defesa dos ideais cristãos na vida política nacional (VELLOSO, 1978, p. 123).

1931	A família (constituição e finalidade); O divórcio (aspecto jurídico-social); O divórcio e a prole; O divórcio e a felicidade conjugal; O néo-maltussianismo (I. Aspecto moral); O néo-maltussianismo (II. Consequências higiênicas, psicológicas e sociais); Defesa da família contra o individualismo.
1932	Deus (a questão fundamental); A negação materialista; O agnosticismo positivista (Comte); O agnosticismo empirista (Hume); O agnosticismo (Kant); Princípio de causalidade; O ateísmo.
1933	Anti-intelectualismo moderno e existência de Deus; Demonstração da existência de Deus pelo movimento; Argumento da contingência; Teologia cósmica (I. Argumento clássico da finalidade); Prova teleológica (II. Explicação do fato da ordem); Desordens cósmicas; O problema do mal; Argumento deontológico.

Fonte: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ. Elaborado pelo autor, 2020.

É importante salientar que o principal instrumento de produção e circulação da imprensa católica no CDV foi a revista *A Ordem* (1921), espaço privilegiado da Reação Católica por permitir articular, entre suas ramificações no país, os inúmeros intelectuais católicos acerca das discussões em benefício da cultura católica por meio de aportes teóricos católicos (Edmund Burke, Louis-Gabriel-Ambroise de Bonald, Joseph de Maistre e Juan Donoso Cortés[73], pelo viés conservador, e Carl Schmitt, Henri-Louuis Bergson e Jacques Maritain, pelo viés democrático).

Os membros do CDV circulavam entre instituições e órgãos católicos, bem como entre os aparatos estatais, assumindo uma posição estratégica em favor do projeto de restauração, pois isso permitia estreitar os laços dos intelectuais católicos com o Estado em discussões sobre educação, nacionalismo, comunismo, laicismo, integralismo[74], entre outros temas.

Nessa conjuntura, a função do intelectual Pe. Leonel Franca S.J., despontou no campo eclesiástico com a formação e a organização da militância católica, seguido pelo cargo de assistente dos principais órgãos católicos; no campo educacional, professor de instituições tradicionais (católicas), e reitor da primeira Universidade Católica no país; no campo editorial, destacou-se com expressiva publicação entre os periódicos católicos e laicos e como autor de obras apologéticas e manuais escolares. No campo social, teve

[73] Simpatiza com o absolutismo monárquico na Espanha (e faz questão de evidenciar que esta não foi, em momento algum, despótica). [...] Donoso Córtes vai aconselhar a monarquia a se apoiar nas "classes intermediárias" e não nas "últimas classes da sociedade", pois, sem o auxílio ou existência das primeiras, considerava que "a sociedade pereceria sob o despotismo da democracia" (RODRIGUES, 2005, p. 63).

[74] No Estado integral ocorre a primazia da exigência ética sobre o Estado autoritário, ou seja, os princípios que regem a relação entre o Estado e o indivíduo devem estar ancorados em prol da realização de fins éticos comuns, distanciando das inclinações dos regimes totalitaristas, e conduzir as ações do Estado entre valores comuns, respeitando os valores específicos e exclusivos do integralismo (PÉCAUT, 1989).

participação no projeto de obras faraônicas na cultura nacional; e no campo político, por sua vez, promoveu articulação entre os Ministros da Educação e da Saúde Francisco Campos e Gustavo Capanema, no governo Getúlio Vargas (1930-1945).

A imprensa do período utilizava a expressão "a união da cruz e da espada" para demonstrar os indícios de aproximação entre os interesses intrínsecos da Igreja Católica e do Estado, posicionando lideranças da elite intelectual católica nos eventos nacionais e demarcando uma posição estratégica no país.

Tais articulações foram vivenciadas entre congressos, banquetes, procissões solenes e solenidades, como a homenagem à Nossa Senhora Aparecida, padroeira oficial do Brasil (maio/1931), a inauguração do monumento ao Cristo Redentor, no Corcovado (outubro/ 1931), entre outros eventos que expressaram a influência da cultura católica no país e foram acompanhados pelo episcopado, intelectuais e militância católica, elite política e burocrática, corpo diplomático e o próprio Presidente da República (MICELI, 2001).

O padre jesuíta constituiu um dos pilares estruturais em prol da restauração e suas ações constituíram, para Sapiro (2012, p. 30), "uma nova figura do intelectual engajado, ao mesmo tempo em que mantém sua autonomia em relação ao Estado e aos aparatos políticos". As articulações do intelectual possibilitaram, de forma ativa, intensificar as ações que projetavam a cultura católica nos ciclos sociais do país.

Nesse cenário, o assistente eclesiástico recrutou uma legião de intelectuais em favor da restauração, sendo a formação do laicato uma estratégia nos retiros espirituais[75]. A extensão do projeto teve ramificações no combate às tendências do materialismo, liberalismo, laicismo, positivismo, comunismo, protestantismo e outros no país[76], sendo uma posição estratégica frente ao Estado, pois compartilhava dos perigos das doutrinas econômica e política do comunismo.

Assim, a estratégia, para Certeau (p. 2008, p. 101), "é organizada pelo postulado de um poder", que permite reposicionar a ação apostólica no país de forma hierárquica e

[75] Felizmente entre os homens do Rio de Janeiro tiveram início com grande êxito os primeiros Retiros Fechados. Ainda agora, neste momento, 30 homens do nosso meio intelectual estão em retiro nas sombras silenciosas do velho Collegio Diocesano. São homens formados, alguns professores das nossas Faculdades de Medicina, Engenharia, etc. os quaes ouvem e reflectem na palavra apostólica do sábio jesuíta (INFORMAÇÕES, 1925, p. 8).

[76] Se os protestantes, espíritas e outros grupos religiosos contribuíam para a desagregação da unidade religiosa da pátria, e por conseguinte para sua debilidade, mais perigosos ainda se afiguravam os comunistas, que, segundo o pensamento católico, tinham como meta básica a subversão da ordem social (AZZI, 1980, p. 67).

organizacional entre as instituições e órgãos católicos, formando um instrumento coeso em torno do laicato católico e sua atuação em prol da cultura católica.

Entre os órgãos católicos, a Associação dos Professores Católicos (APCs) do Distrito Federal, fundada em 1928, tinha por objetivo intensificar a participação desses profissionais entre as questões de cunho pedagógico no país, orientando seus membros a se posicionarem pelos princípios da cultura católica nos Conselhos de Educação no país.

O intelectual católico Everardo Backheuser, fundador e presidente da APCs do Distrito Federal, teve posição estratégica no campo pedagógico entre os articuladores das associações no país, com atuação na Associação Fluminense de Professores Católicos (1928), na Confederação Católica Brasileira de Educação (1933) e no Departamento de Educação e Cultura da Ação Católica.

> De entendimento com o Dr. Everardo Backheuser, denodado apóstolo de nosso magistério, com quem muito tratou e correspondeu, a 17 de setembro, no mesmo Colégio *Sacré Coeur*, reuniu bom grupo de professoras, deliberando sobre a fundação e estatutos da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal. Instalada durante o Congresso de Cristo Redentor a 9 de outubro, celebrou ela a 14, no Círculo Católicos, sua solene sessão inaugural, com a presença de Dom Leme e de uns 12 bispos. Pe. Franca proferiu então a conferência (D`ELBOUX, 1953, p. 232).

Sobre a nomeação do intelectual Pe. Leonel Franca S.J., segundo Fávero e Britto, (1999, p. 340), tratava-se de um "assistente eclesiástico da Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e da Legião de São Sebastião que se formou no seu interior, tendo colaborado na sua fundação ao lado de Everardo Backheuser". A oposição aos avanços da pedagogia da Escola Nova permitiu reposicionar a participação dos professores católicos do país em torno da hegemonia da Igreja Católica.

> Sentindo-se ameaçadas pelas reformas governamentais, pela importação dos métodos pedagógicos norte-americanos (inspirados pelo pragmatismo de Dewey e outros) e pela "infiltração" dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, as autoridades eclesiásticas empenharam-se em defender seus interesses mediante à criação de um círculo de instituições – a Associação dos Professores, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, entre outras – capaz de fazer frente à concorrência medida pelos educadores profissionais recrutados pelo Estado (MICELI, 2001, p 129, grifo do autor).

No campo pedagógico, em benefício do projeto de restauração, os professores ocuparam espaço privilegiado entre as instituições tradicionais. Os impressos católicos

permitiram a orientação desses profissionais e o engajamento nas APCs. As articulações regionais, estaduais e federais dessas associações foram instrumentos da ACB que possibilitaram manter a permanência da pedagogia católica e as resistências à pedagogia escolanovista.

Nesse sentido, a posição dos intelectuais católicos na organização do *Boletim das APCs* permitia reconhecer articulações no campo político-educacional, sendo a diretoria constituída por Pe. Leonel Franca S.J., (assistente eclesiástico), Everardo Backheuser (presidente), Jonathas Serrano (vice-presidente), Maria Aurélia de Lavor e Laura Jacobina Lacombe (secretárias), Benevenuta Ribeiro e Orminda I. Marquias (tesoureiras), seguida pela redação do *Boletim*, com Clovis Monteiro (redator-chefe), Maria Regina Rangel (secretária) e Orlando Claudio (gerente). Segue o sumário do 2º *Boletim das APCs* e a representação eclesiástica entre os artigos:

> Summario – Padre Leonel Franca S. J.: Unidade e dispersão em pedagogia – pag. 17; Padre Conrado Jacarandá: Fabulas e realidades – pag. 19; E. A.: Pequena nota – pag. 19; Alba Canizares do Nacimento: Haverá uma "sciencia da educação"? – pag. 21; Alfredina de Paiva e Souza: Disciplina e personalidade – pag. 23; Thais de Aguiar: Em torno da reforma educacional – pag. 24; Padre Ricardo D. Liberal: O direito e o facto – pag. 25; Pio Benedicto Ottoni: Os protestantes e o ensino religioso – pag. 26; Maria Regina Rangel: O voto feminino – pag. 27; Laura Lacombe: Educação – pag. 28. – Noticiário – Resenha de Livros – A. P. C. No Districto Federal e nos Estados (*BOLETIM DA APCs*, 1932, p. 1).

O *Boletim das APCs* tinha posição privilegiada em torno de orientações específicas (educacionais), como a organização de eventos, congressos e seminários em prol do fortalecimento da representação católica nas instituições tradicionais e em oposição às inclinações anticatólicas, como fortalecer a representação das produções europeias em torno da pedagogia católica no país.

O laicismo pedagógico, para Franca (1932, p. 17), "é a mutilação do homem; é a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e a escolar; o dualismo entre a consciência religiosa do homem e a consciência social do cidadão". Essa posição evidencia os perigos do laicismo e fortalece e reposiciona a defesa do método de ensino da "pedagogia catholica", pois a considera como "universal e compreensiva, não mutila o homem, mas educa na sua totalidade".

Na década de 1930, o *Boletim das APCs* constituiu-se um instrumento em favor da restauração sob o viés da pedagogia católica em detrimento aos avanços da pedagogia

escolanovista. Após a consolidação de sua extensão entre as ramificações da associação no país, ocorreu a fundação da Confederação Brasileira de Professores Católicos.

> A sua fundação, na Bahia, durante o Congresso Eucharistico. Com extraordinário êxito foi fundada na Bahia, no dia 7 de setembro, durante o Congresso Eucharistico a Confederação Brasileira Catholica de Professores Catholicos que congregará: a) as associações já existentes (em número de 18 actualmente) ou que se fundarem no Brasil; b) os collegios de orientação catholica; e c) os professores que não estejam diretamente filiados a qualquer associação local. [...] Foram aclamados: assistente ecclesiastico, padre Leonel Franca S. J.; presidente, dr. Everardo Beckauser [...]. Todos em caráter provisório até que se reunirá no Rio o que acontecerá em breve, o respectivo conselho geral composto de um delegado de cada associação e de delegados dos collegios adherentes (CONFEDERAÇÃO, 1933, p. 9).

Essa organização católica representava um instrumento de poder como contrapartida à intervenção de Nóbrega da Cunha na IV Confederação de Educação Nacional da ABE, em 1931, que desarticulou a resposta do líder católico Fernando Magalhães ao governo, que iria propor, conforme Carvalho (2003, p. 90), "uma política educacional que perpetuava a dualidade do sistema educacional e lhe imprimia orientação religiosa", com o redirecionamento das pautas que iriam configurar os temas da próxima conferência ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), em consonância com a proposta de um sistema único de ensino — público, leigo e gratuito.

Após a APCs a expressão do órgão católico, Sociedade Jurídica Santo Ivo (SJSI), fundada em 1928, configurou-se como o reduto dos magistrados, professores de direito e advogados em defesa da cultura católica. A representação dos membros no campo jurídico possibilitou novas articulações entre a Igreja Católica e o Estado. Nesse caso, a presença dos membros da SJSI entre as comissões no aparato estatal despontou no corpo jurídico do país e sinalizou traços dos avanços no projeto de restauração – em defesa da família católica e contra o divórcio; pelo retorno do ensino religioso nas escolas; pela oferta de assistência religiosa às classes armadas, entre outros.

> Realiza-se no dia 26 do corrente ano, ás 15 ½ horas, no Palácio da Justiça, á rua D. Manoel, a sessão inauguração da Sociedade Jurídica Santo Ivo. A sessão será effectuada no salão do Instituto dos Advogados, devendo fazer breves allocuções os membros fundadores da sociedade: Dr. Augusto de Lima, deputado federal e presidente da Academia de Letras; Dr. Pinto Lima, vice-presidente do Conselho Municipal e do Instituto dos Advogados; Padre Leonel Franca S. J., assistente eclesiástico e Dr. E. Peixoto Furtado, secretário geral (INAUGURA-SE, 1928, p. 7).

Nesse período, os indícios da Reação Católica se deram pelos representantes da SJSI, por juristas católicos membros das comissões para questões do Código Civil, Lei Penal, Lei Eleitoral e Lei Educacional (ensino religioso), no posicionamento de reivindicações católicas entre as futuras reformas legislativas. O cargo de assistente eclesiástico da SJSI foi confiado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme à Companhia de Jesus, que nomeou o Pe. Leonel Franca S.J., para a função. Essa articulação possibilitou aproximar os representantes da SJSI e os membros de várias comissões da Conferência Penal e Penitenciária (1930) em prol da cultura católica no campo jurídico. A atuação da SJSI foi significativa:

> Conseguiram a aprovação de três ou quatro teses e cerca de 30 conclusões. Em todas as questões jurídicas relacionadas com a religião, como seja, o ensino religioso, a assistência espiritual aos encarcerados, a entrega de casas de regeneração moral a Congregações religiosas, etc., triunfaram os pontos de vista católicos, algumas vezes depois de discussões bem acesas, em que se dissiparam os preconceitos de muitos juristas (D'ELBOUX, 1953, p. 181-182).

O padre jesuíta proferiu, em 1930, a conferência "A Ação Católica no campo do pensamento", na sessão de posse do presidente reeleito da SJSI. Entre os membros dessa sociedade, a representação eclesiástica pelo Dom Sebastião Leme e a representação civil pelo Presidente do Supremo Tribunal Carolino de Leoni Ramos, foram indícios da importância dessa sociedade católica no campo jurídico brasileiro.

No mesmo ano, ocorreu a fundação da Ação Universitária Católica (AUC)[77], sendo o Pe. Leonel Franca S.J., o assistente eclesiástico responsável por realizar os retiros de exercícios espirituais em Friburgo (RJ) direcionados a aglutinar a juventude católica universitária (cursos de medicina, direito, engenharia e belas artes) com o objetivo de formar o Apostolado da Juventude.

Esse projeto foi organizado por sócios dos núcleos da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que se posicionaram entre as lideranças dos centros acadêmicos ou agremiações estudantis. Entre os informativos da AUC, para Dias (1996, p. 100), "o jornal da AUC, no número corresponde ao mês de junho, trouxe ao manifesto dos estudantes dirigido ao Ministro da Educação sobre o decreto em favor do ensino

[77] Em suma, a Ação Universitária Católica pretendia organizar um setor da juventude que estaria mais suscetível a ser afetado pelas ideias perniciosas divulgadas no meio universitário. Ela preparava os estudantes para o combate à indiferença intelectual, à dissipação moral, ao pragmatismo utilitário e imediatista e, também, para assumirem cargos importantes na vida particular e na vida pública. Era ainda uma forma de preparar novos membros para o Centro Dom Vital (DIAS, 1996, p. 100).

religioso nas escolas públicas", o qual representou um instrumento da ACB em torno da AUC no campo universitário.

A imprensa católica foi um instrumento importante no projeto da AUC. Na edição de 1931 da revista *A Ordem*, na "Sessão Universitária", constavam as orientações expressas da AUC. Tais dados estavam descritos no item "Boletim da AUC", com informações sobre a existência do seu jornal, os artigos em destaque, o programa resumido, o memorial enviado ao Ministro da Educação e a recepção dos novos sócios. Entre os dados, estavam: a primeira reunião da diretoria, o retiro fechado em Friburgo, os cursos ofertados pela AUC (matemática, alemão, francês, latim, grego e inglês) e o departamento médico conveniado à AUC.

> A revista preocupa-se em ampliar sua esfera de ação, cooptando para isto o apoio de vários grupos, inclusive o da juventude. Logo após a fundação da Associação Universitária Católica, abre-se a Seção Universitária, em julho de 1930, destinada a noticiar os programas da Associação e publicar artigos dos seus membros (VELLOSO, 1978, p. 142).

A AUC organizou a participação da juventude católica de forma interna ao orientar os sócios quanto a atos de solidariedade e fraternidade frente aos estudantes com pouco recurso; de forma externa, no campo religioso, pela ação de professar a fé; no campo intelectual, pela prática da doutrina; e no campo social, pelo interesse nos problemas da vida pública. Tais pontos evidenciavam os percursos que os sócios deviam percorrer em prol da militância católica.

A extensão da AUC deu-se com a fundação da ACB, em 1935, sendo um movimento que aglutinava a juventude entre diversos setores da sociedade e mantinha os preceitos hierárquico e organizador, conforme moldes da ACI, segundo as orientações da encíclica *Il Fermo Proposito* (1905), do Papa Pio X, no projeto de formação do laicato católico e na ação entre as pastorais da Igreja Católica.

É válido citar a participação do padre jesuíta entre as articulações do projeto de restauração no intercâmbio cultural universitário, que proporcionou, na década de 1940, a participação de professores e jovens católicos no Congresso Mundial do IV Centenário do Pe. Francisco Vitório, na Espanha; no XIX Congresso Internacional de Organização de Estudantes Católicos – *Pax Romana*, na França e na Suíça; e no Congresso da Juventude Católica, na Argentina. Nesse contexto, a representação da ACB permitiu ao movimento da juventude (agrária, estudantil, independente, operária e universitária)

compor os círculos de estudos da cultura católica, organizados por um Estatuto da Juventude Católica Brasileira[78].

A AUC e o Instituto Católico de Ensino Superior (ICES), para Fávero e Britto, (1999, p. 340), foram "organizações e associações leigas especializadas" e atuaram de modo direcionado ao "desenvolvimento de um trabalho no âmbito universitário", com ação estratégica no campo educacional, sendo esses os indícios para a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nessa trajetória, o intelectual Pe. Leonel Franca S.J., ao desempenhar a função entre as instituições e os órgãos católicos como assistente eclesiástico no CDV, na APCs, na SJSI, na AUC e na ACB, apontou a representação jesuíta (censor) pelas orientações dos documentos pontifícios na formação das lideranças católicas no país.

Essa posição nos órgãos católicos e como reitor no Colégio Santo Inácio (1934) possibilitou ao padre jesuíta manter o status hierárquico apostólico imposto pela Santa Sé (Vaticano) na organização do laicato católico, como o posicionamento em prol das reivindicações católicas na Constituição Federal (1934), com apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC).

> A Ordem alerta os católicos para a necessidade de uma interferência imediata na Constituição para que sejam restabelecidos os princípios católicos do ensino. Dois meses depois, a revista qualifica os debates sobre educação na Assembléia de "luta religiosa", propondo que os católicos participantes da Assembléia exerçam nesse momento, uma ação católica em lugar de uma ação político-partidária (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 78).

Os intelectuais em torno da defesa da pedagogia católica repercutiram no campo político ao posicionar os membros da LEC[79] em apoio aos políticos comprometidos com os interesses da Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte (1933), entre a Câmara Federal e as Assembleias Constituintes Estaduais, pela Constituição Federal de 1934.

---

[78] Art. 1° Natureza - A "Juventude Católica Brasileira", uma das organizações fundamentais da Ação Católica Brasileira, agrupa os jovens de 14 a 30 anos de idade que desejam participar do apostolado hierárquico da Igreja. A J. C. B. está sob a imediata dependência da hierarquia da Igreja; exerce suas atividades fora e acima de qualquer organização ou influência de política partidária. A J. C. B. é consagrada ao Coração Eucarístico de Jesus e tem por especiais protetores Nossa Senhora da Conceição Aparecida e S. Luís de Gonzaga (COSTA, 1937, p. 337-338).

[79] A participação do Centro Dom Vital em [...] acontecimentos de 1932 a 1934. A L.E.C era o Centro. Funcionava onde ele funcionava e seus dirigentes eram os mesmos. A campanha cívica que empreendemos, especialmente do voto feminino, a campanha em favor do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, tudo aquilo que na Constituição de 1934 ficou consignado com sendo uma nova fase nas relações da Igreja com o Estado, uma fase de colaboração e não mais de separação absoluta, como em 1819, tudo isso foi feito na Praça 15 e com a mesma gente que constituía o Centro Dom Vital (LIMA, 2001, p. 131).

> Numa conjuntura em que o país se preparava para elaborar uma nova Carta Constitucional, os católicos foram mobilizados pela hierarquia num movimento de reivindicação de seus direitos, implementado por meio da Liga Eleitoral Católica, a LEC. Também neste empreendimento encontramos articulados um corpo doutrinário, a hierarquia, os intelectuais, grupos organizados e o caráter massivo do movimento (DIAS, 1996, p. 96).

É importante mencionar ainda as duas emendas religiosas [80] aprovadas na Assembleia Nacional Constituinte em 30 de maio de 1934, que sinalizaram os avanços da organização católica em torno da LEC e possibilitaram a promulgação de três propostas da LEC na versão final da Constituição: a indissolubilidade do matrimônio; o ensino religioso facultativo nas escolas públicas; e a assistência religiosa facultativa às classes armadas. Nesse caso, além de uma vitória eleitoreira, foi um importante ato do reposicionamento doutrinário.

> Foram dois anos em que o Centro D. Vital e a Liga Eleitora Católica como que se confundiram e em que ia começar, em virtude da incorporação das "reivindicações católicas" à nova Constituição, uma nova fase nas relações entre a Igreja e o Estado e na participação mais cívica dos católicos, até então desinteressados obcecados pelo Partido Católico, nas assembleias publicas e no dever de participação eleitoral. A democracia cristã deu em dois anos um passo que em vários séculos nunca dera, no sentido de autonomia, da liberdade e da participação dos negócios públicos, fora e acidam dos confessionalíssimo ou da colocação de Deus, à direita ou à esquerda...A autonomia e a responsabilidade, do plano econômico e do plano político, foi o resultado profundo que nossa campanha de dois anos então procurou realizar e se não o conseguiu de todo, como nunca se consegue, pelo menos alcançou uma parte. Pois incontestavelmente, se não fosse essa campanha, teríamos tido lutas religiosas e incorporação às leis de princípios contrários à lei natura e à lei cristã, que foram até agora evitados (LIMA, 2001. p. 133).

No entanto, o Pe. Leonel Franca S.J., por encontrar-se debilitado de saúde, em 1936, afastou-se das funções de assistente eclesiástico, da direção do Colégio Santo Inácio e das atividades pastorais. Porém, após um período de reabilitação, retomou a organização de importantes documentos que iriam orientar a pastoral contra o comunismo, em 1937[81]. Também reiniciou os cursos e as conferências no Instituto de

[80] Foram elas: a invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto constitucional e o restabelecimento da colaboração entre a Igreja e o Estado. Essas vitórias são imediatamente atribuídas à "consciência dos constituintes" (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 78).

[81] A necessidade indeclinável de preservar a integridade da fé e premunir os nossos amados fieis dos perigos que a ameaçam impõe-nos, neste momento de incertezas e apprehensões, o austero dever de elevar solenemente a voz em defesa do precioso e insubstituível patrimônio espiritual da nossa civilização christã. Gravissimo entre os mais graves e angustiosos da história é o momento actual em que se debate a humanidade, inquietada, em todos os continentes, pelos assaltos organizados do conmunismo sem Deus.

Formação Social em prol da Universidade Católica, em 1938, e atuou no cargo de consultor do Cardeal e do Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, com inúmeras produções, alocuções e notas à carta pastoral coletiva.

Nesse período, importantes articulações da ACB fizeram parte da atuação do padre jesuíta, como: a inauguração do Círculo de Estudo das Universidades Católicas; o projeto da Biblioteca de Pedagogia Católica, assentado com Mario Casasanta e Alceu Amoroso Lima; a direção da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (RJ), convidado por Cândido Mendes; a posição como membro da Academia de Ciência e Educação; a composição da Comissão de Educadores e da Academia de Ciências Pedagógicas, convidado por Jonathas Serrano e Lourenço Filho; a participação na reunião do Ministério da Educação e Saúde sobre a Convenção Nacional da Educação; a articulação da fundação do Instituto Normal Particular entre os colégios religiosos (RJ); a discussão entre reitores das Faculdades Católicas (Everardo Backheuser, Theobaldo Miranda Santos e Laura Lacombe); a fundação da Escola Normal para formação do magistério primário; a entrega do anteprojeto do Plano Nacional de Educação ao Ministro Capanema; e a atuação nos trâmites da fundação da Universidade Católica com o governo (Documentos. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

A posição almejada pela Igreja Católica entre suas instituições de ensino no país era alcançar o status de Universidade Católica. A presença do Pe. Leonel Franca S.J., no projeto possibilitou intensificar suas articulações na organização da AUC. Após oportunizar cursos com participação do laicato católico e de membros da AUC, o padre jesuíta articulou a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), em 1932.

No ICES, foram organizados os cursos de filosofia, teologia, sociologia, direito, engenharia e medicina, tornando-o um espaço estratégico na formação elite católica e nas projeções à fundação da Universidade Católica. Dessa forma, a mobilização apostólica repercutiu depois do Concílio Plenário, em 1939, na Pastoral dos Bispos do Brasil, que deliberou:

Não é sobre um ou outro dos nossos dogmas que se lança a dúvida; é sobre a existência do christianismo ou a sua negação radical que se trava a lucta gigantesca. Já se não discute sobre esta ou aquella religião; o que se pretende, num esforço de imenso orgulho, é eliminar a Deus da vida humana e construir o futuro sobre o atheismo mais intractavel como o cortejo tétrico de todas as suas avinosas consequências. O communismo atheu, basêa-se, de facto, com bem sabeis, no materialismo absoluto, materialismo na concepção da natureza humana, materialismo na concepção da sua história. [...] Não é possível collaborar com quem planeja estabelecer um estado de coisas em que se estanquem para as almas todas as fontes da vida sobrenatural que nos mereceu Christo com o seu sacrifício redemptor (Introdução Pastoral e mandamentos do episcopado brasileiro sobre o conmunismo atheu. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1939, p. 1).

> Tinha realmente soado a hora de Deus. E o Cardeal Leme reconhece logo a pessoa que o Céu talhara para presidir aquela árdua tarefa. Pela sua ciência, virtude, operosidade e prudência, ninguém tão indicado com o Pe. Leonel Franca. A 1º de janeiro de 1940 inicia ele com o Dr. Alceu Amoroso Lima os trabalhos preparatórios da grandiosa empresa. É o que nos diz a primeira nota que figura em seu diário referente à Universidade Católica. Esta, doravante, dominará suas páginas com sua vida toda, centro que se tornou de graves e santas preocupações (D'ELBOUX, 1953, p. 245).

Em 1940, o Pe. Leonel Franca S.J., foi nomeado reitor das Faculdades Católicas pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, que atribuiu a função administrativa e pedagógica à Companhia de Jesus. Na aprovação do estatuto das Faculdades Católicas, houve participação dos representantes da Santa Sé (Vaticano), do corpo apostólico provincial e do laicato católico. A autorização prévia foi concedida pela CNE e, depois, o Presidente da República Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 6.409, de 30 de outubro de 1940, deu a autorização oficial às Faculdades Católicas[82] para instalarem o curso de bacharel em direito e, à Faculdade de Filosofia, os cursos de filosofia, letras clássicas, letras anglo-germânicas, geografia e história, ciências sociais e pedagogia (FÁVERO e BRITTO, 1999).

Nesse contexto, a posição das lideranças católicas no campo político-educacional permitiu articular os avanços do projeto de restauração no ensino superior, ou seja, aproximar a relação de poder com o Ministro Gustavo Capanema e com o funcionamento das Faculdades Católicas.

A solenidade dos novos cursos das Faculdades Católicas aproximou as relações diplomáticas entre a Igreja Católica e o Estado, sendo acompanhada por representantes das principais instituições do país[83]. Essa oficialização, inclusive, apontava os avanços das estratégias católicas no ensino, como sua representação no cenário acadêmico.

---

[82] Importante mencionar, entre as questões que demandaram o empenho no campo político-educacional e articulações com o governo, a posição do Pe. Leonel Franca em torno da oficialização das Faculdades Católicas, devido à forte resistência da CNE, por existirem indícios de membros no interior do conselho favoráveis à manutenção do monopólio estatal. No entanto, o pedido de oficialização foi aprovado, tornando as Faculdades Católicas, pelo Decreto nº 10.895, equiparadas às escolas oficiais e autorizando a expedição de diplomas com idêntico valor legal (FÁVERO e BRITTO, 1999).

[83] Conselho Nacional de Educação; Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Medicina; Colégio Dom Pedro II; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Faculdade Nacional de Química; e ordens religiosas, seguidos por catedráticos, professores estrangeiros, alunos e familiares. Entre outros representantes, constavam: Colégio de França; Academia de Ciência Normais/Pontifícia de Paris; Escola Nacional de Belas Artes; Escola Paulista de Medicina; e Federação dos Acadêmicos de Letras (D'ELBOUX, 1953).

TABELA 4 - LISTA GERAL DE MATRÍCULAS DAS FACULDADES CATÓLICAS NA DÉCADA DE 1940

Instituições	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948
Faculdade de Filosofia	70	187	274	269	197	154	141	176
Faculdade de Direito	14	41	63	94	114	144	167	179
Escola de Serviço Social	-	-	-	15	64	76	64	85
Instituto Social	-	-	-	-	-	90	143	110
Escola Politécnica	-	-	-	-	-	-	-	76
Instituto de Direito Comparado	-	-	-	-	-	-	-	46
Total	84	228	337	378	375	464	515	674

Fonte: D'Elboux (1953). Elaborado pelo autor, 2020.

Os dados indicam a fundação dos cursos, bem como o aumento de matrículas nas Faculdades Católicas, representando um espaço privilegiado em torno da formação do ensino superior nos moldes das instituições católicas internacionais. Em 1946, as articulações entre líderes católicos e governo apontavam para a edificação da primeira Universidade Católica no país.

> É dado início ao processo de constituição das Faculdades Católicas em Universidade. Em 15 de janeiro de 1946, o ministro José Linhares assina, juntamente com o Ministro da Educação e Saúde Raul Leitão da Cunha, o Decreto-lei nª 8.689, autorizando que as Faculdades Católicas de Direto e Filosofia e a Escola de Serviço Social (já reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação em 24 de dezembro de 1945 como de utilidade nacional), se congreguem constituindo a Universidade Católica do Rio de Janeiro. O Decreto-lei reconhecia que as Faculdades Católicas preenchiam os requisitos exigidos pelo Decreto-lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, para ereção de Universidades (CASALI, 1995, p. 141).

A instalação dos cursos da Universidade Católica foi presidida pelo Cardeal D. Jayme de Barros Câmara, com a presença do presidente do CNE, Reinaldo Porchat, do Ministro de Relações Públicas, Neves da Fontoura, e do reitor, Pe. Leonel Franca S.J., como autoridades do campo sócio-político-cultural do país. Para Aleixo (2004, p. 118), "em outubro de 1946, por decreto do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, surgiu a Universidade *pleno jure.* Decreto *Laeta Coelo Ridens*, de 20 de janeiro de 1947, concedeu a ela o título de pontifícia", sendo promulgado no auditório do Ministério da Educação.

A Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO), sob orientação do primeiro reitor, Pe. Leonel Franca S.J., – em consonância com sua trajetória intelectual como assistente

eclesiástico, líder da intelectualidade católica, membro de aparatos estatais e representante de instituições tradicionais e órgãos católicas –, consolidou o projeto de restauração no ensino superior, uma das aspirações mais antigas e almejadas no Brasil.

Em 1948, a solenidade realizada no Palácio Itamarati dos novos cursos do Instituto de Direito Comparado[84] e a fundação da Escola Politécnica, na Universidade Católica, demonstraram a representação da PUC-RIO na cultura brasileira e a formação de uma relação intrínseca de poder entre Igreja Católica e Estado.

2.2 AS CONFERÊNCIAS DO PADRE JESUÍTA

A presença do Pe. Leonel Franca S.J., assistente eclesiástico de órgãos católicos[85], entre os líderes Alceu Amoroso Lima (CDV), Everardo Backeuser (APCs), Paulo de Sá (AUC), João Pandiá Calógeras (LEC) e Conde Affonso Celso (SJSI), entre as matrizes e filiais, mostra a representação católica (política, educacional, cultural e jurídica) no país.

O ensino superior católico é uma bandeira do padre jesuíta, que repercute na edificação do ICES (1932), com projeção nas Faculdades Católicas (1940) e na consolidação da Universidade Católica (1946), além de sua elevação para PUC-RIO (1947). Para Casali (1995, p. 219), essa posição católica "consistiu na tentativa de formação de uma "elite intelectual católica", embora não se assumisse como projeto elitista, com o objetivo de catolizar o Brasil".

A extensão dessas conferências na sociedade carioca tem repercussão no processo de mobilizar, formar e organizar os intelectuais em prol da cultura católica, bem como possibilitar novas articulações entre os setores da sociedade e aproximar as relações de poder entre a Igreja Católica e o Estado. Nesse caso, a representação do conferencista padre jesuíta aponta o seguinte:

---

[84] Bem está que na dignidade austera deste recinto se instale solenemente o primeiro Instituto de Direito Comparado do Brasil. Na história da nossa pátria, o Itamarati não só encarna a vigilância da defesa da unidade, da integridade e da soberania da nossa pátria, mas é ainda o elo de união que mantém a estreita a amizade do Brasil com a família dos povos entre os quais aspira viver em paz e com dignidade. A esta grande causa da solidariedade e da aproximação internacional deseja também servir a nova instituição que hoje começa a viver. Conhecer o direito de outros povos é habilitar-se a compreender lhes a história e a vida das suas instituições, e todo processo na mútua compreensão é passo adiante no estreitamento das boas relações. [...] A sua Excelência o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Raul Fernandes, a sinceridade dos nossos agradecimentos (Alocução proferida no palácio do Itamarati, quando da instalação do Instituto Católico de Direito Comparado. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1948, p. 1).

[85] Na década de 1930, apontam entre as organizações e suas lideranças: União Catholica Brasileira, Dr. Joaquim Moreira da Fonseca; Círculo Catholico, Prof. Augusto Paulino; Sociedade Médica de São Lucas, Prof. Henrique Tanner de Abreu; Acção Universitária Catholica, Dr. Paulo Sá; Centro da Boa Imprensa, Prof. Barbosa de Oliveira; Federação dos Escoteiros Catholicos, Dr. João Peixoto Fortuna; Confederação Catholica, Dr. Bento Ribeiro Castro; e outros (CONCURSO, 1930).

> Uma figura que se destaca nos meio intellectuaes brasileiros não apenas pelo profundo conhecimento dos assumptos que versa em livros ou em conferências, mas sobretudo pela sobriedade de attitudes e elevação moral com que se mantem deante dos adversários dos princípios que defende. A universidade dos seus conhecimentos, a facilidade de expressão e a propriedade do vocabulário que emprega, permittem-lhe syntheses apuradas dos assumptos mais transcendentes e justificam plenamente o renome que adquiriu no Brasil (UMA CONFERÊNCIA, 1933, p. 4).

Há uma relação expressiva das produções do Pe. Leonel Franca S.J., – livros, prefácios de livros, artigos, recensões (análise crítica), sermões, alocuções (discursos) e conferências, entre 1906 e 1948 – direcionadas aos estudantes dos colégios e instituições superiores católicas, às comemorações eclesiásticas, aos congregados marianos, às professoras do Colégio *Sacré Coeur de Jésus*, aos capelães militares, aos representantes do governo, aos membros dos órgãos católicos, aos participantes do I Congresso Eucarístico Nacional da Bahia[86], às solenidades da Páscoa dos Intelectuais[87] e à militância católica.

No entanto, entre os locais de intensiva circulação das conferências, destacam-se: I – Conferências Pedagógicas, para as professoras públicas e normalistas do Colégio *Sacré Coeur de Jésus* (de 1928 a 1933, foram 46); II – Conferências para o Centro Dom Vital (de 1929 a 1933, foram 37); III – Instruções as Congregados Marianos (de 1929 a 1931, foram 23); IV – Conferências no Instituto de Formação Familiar Social (de 1937 a 1941, foram 45); e V – Conferências Repetidas (de 1929 a 1940, foram 28)[88].

As conferências do Pe. Leonel Franca S.J., têm espaço privilegiado na formação da cultura católica no país a partir da década de 1920, no Colégio *Sacré Couer de Jésus*

[86] Segue a redação da carta convite ao padre jesuíta para proferir o discurso de abertura no Congresso: Revmo. Snr. Padre Leonel Franca. Seja louvado N. S. Jesus Christo. Em nome da Commissão Organizadora do primeiro Congresso Eucharistico Nacional do qual é Presidente o Exmo. E Revmo. Snr. Arcebispo Primaz, tenho a subida honra de convidar V. Revma. para fazer o primeiro discurso de abertura do Congresso no dia 2 de outubro, sob o thema: A Trilogia Eucharistica da Igreja, Pátria e Família. Desde já, fica muitíssimo grato a V. Revma., em nome dessa Commisão, o Servo humilde em Jesus (Carta – Primeiro Congresso Eucharistico Nacional. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1932).

[87] Ela era organizada a cada ano pela própria Arquidiocese com bastante antecedência e consistia em uma lista que circulava pelas faculdades e centros culturas da cidade durante o período, oferecendo a quem desejasse participar dela a possibilidade de se inscrever. Os primeiros nomes eram cuidadosamente escolhidos por transmitir relevância ao evento: a de 1934, por exemplo, vem encabeçada por ministros, deputados e senadores. A lista seguia então uma hierarquia bem determinada, incluindo os mais consagrados, seguidos de profissionais liberais e, por último, os universitários e secundaristas. A presença de ilustres da sociedade carioca conferia prestígio a todos que participassem da missa (ARDUINI, 2014, p. 29).

[88] Importante mencionar que entre as fontes investigadas no Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província do Jesuítas/RJ, constam alguns originais dessa expressiva lista de produções. Há descrição de tais produções do padre jesuíta em: D'ELBOUX, 1953; *BOLETIM PUC/RIO*, 1978; e ALEIXO, 2004.

e para os Congregados Marianos, com extensão nos órgãos católicos fundados nesse período, o CDV e as APCs, sob orientação e hierarquização da Santa Sé (Vaticano). Nesse caso, os temas[89] das conferências são fundamentados pelos documentos pontífices, direito romano, obras apologéticas, teologia, filosofia e outros.

Entre os escritos originais das conferências do padre jesuíta, constam três produções no Arquivo da Província dos Jesuítas (RJ). A primeira conferência no Arquivo Pe. Leonel Franca S.J., intitulada "Apostolado da juventude", realizada em 1921, é composta por 11 páginas que têm por objetivo recrutar uma legião de jovens em favor da cultura católica, com projeção na formação de uma nova geração envolvida nos projetos da ação social católica nos setores da sociedade.

> Cuida dos interesses de Deus... Sim, meus caros jovens – em todas as idades mas principalmente na vossa juventude o apostolado é um dos mais seguros penhores da nossa salvação. Quero convencer as vossas inteligências a abrir a vossa atividade um campo fecundo de ação (Conferência – Apostolado da Juventude. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1921, p. 2).

O padre jesuíta enaltece a importância do apostolado da juventude às nobres atividades humanas, sendo orientado pelas grandes obras divinas. Eis, então, a sublime missão de cooperar com Deus na realização suprema do fim da criação, reconhecendo a natureza como museu do soberano artista e a criação do ser humano como feitura das mãos divinas, que destina a inteligência a conhecer, amar e glorificar o Soberano Artífice. Assim, a Igreja Católica é uma das grandes obras primas, que tem por missão "iluminar as inteligências" no combate às inclinações humanas (erros e vícios).

> É para esta vida de luta – luta nobre e generosa entre a virtude e o vício que vos concede meus caros jovens. O apostolado outra cousa não é sinão a difusão da verdade e do bem. Colaboremos nesta grande empresa de restauração cristã – restaurar em Christo, que nos nossos dias de modo particular a Igreja fez sua. Contribuamos na medida dos nossos esforços disseminar boas ideias, dissipar preconceitos, exortar com pendência em casa, na escola, na academia e na sociedade (Conferência – Apostolado da Juventude. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1921, p. 7).

[89] Entre outros temas, constam: Ação Católica; Respeito humano; Liberdade e determinismo; Alma da civilização brasileira; Vida interior; Caridade com fator da reforma social; Voto e consciência; Catolicismo na Alemanha; Centenário de Anchieta; Educação; Objeto da fé; Determinismo psicológico e teológico; Agnosticismo empirista; Família; e Divórcio.

Nesse sentido, as atividades humanas orientadas pela Igreja Católica produzem a juventude cristã, eficaz antídoto contra o contágio social[90] e as futilidades da vida na sociedade contemporânea. Para o assistente eclesiástico, a contaminação das consciências ocorre pelas obscuridade das obras de grandes tomos, vulgarização dos livros científicos, erros da moralidade provocados nos romances, teatros, jornais e grande imprensa (salvo raras exceções), que produzem os vícios que percorrem as universidades, os ginásios, as escolas, os clubes, os salões, as casas e os espaços sociais.

> Ora, meus caros jovens, contra o contágio social na sua tríplice manifestação no campo intelectual, moral e religioso, o apostolado oferece o antídoto mais eficaz, o grande remédio imunizador das almas. Com efeito o zêlo na sua expressão mais completa, abrange como que três fases sucessivas: nasce no interior da consciência, desenvolve-se na formação das nossas ações, comunica-se na expressão da nossa atividade, e aí tendes os três graus do apostolado acessível a todos: o apostolado da oração, o apostolado do exemplo e o apostolado da palavra (Conferência – Apostolado da Juventude. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1921, p. 10).

Essas orientações permitem organizar a formação da juventude em três graus: o apostolado da oração, na vida em eucaristia; o apostolado do exemplo, na construção de diques por ações benéficas na sociedade; e o apostolado da palavra, no comprometimento com rigor aos estudos da religião, contra os ataques do erro que só acham brechas nos espíritos desarmados. Tais apostolados têm por objetivo guiar a juventude entre as ações católicas efetivas, em detrimento às inclinações impostas pela sociedade contemporânea.

A presença da juventude no projeto de restauração sinaliza a formação e a organização de membros em torno da militância católica para o engajamento no principal órgão direcionado à juventude católica, a AUC (1929), com extensão na ACB (1935). Para Dias (1996), a juventude está suscetível às "ideias perniciosas" do meio universitário e constitui missão da Igreja Católica orientá-la na ofensiva contra "a indiferença

[90] O Contágio Social – Sob o ponto de vista social, suas causas concorrem para a dissolução lenta e progressiva das consciências: I – Anarquia das Inteligências, donde a dúvida obscurece as inteligências. Remédio: a) o estudo das questões religiosas (objetivo); b) viver a religião – dando assim à ciência abstrata um valor experimental. II – Licença dos costumes, amor livre – espetáculos, flirt etc. (enfraquece as vontades). Remédio: Boycottage organizada contra os estímulos a corrupção, cafés, music-halls, livros – a indústria sensual criou-se e desenvolveu-se porque acha escoamento fácil; quando lhe fecharem os mercados fará bancarrota. Mas a juventude é tempo de amar. O mundo julga que enquanto espera o matrimônio, o jovem deve procurar no amor venal e no flirt uma compensação as aspirações do coração. Se o matrimônio fora apenas um contrato do prazer, transeat. Mas os deveres que ele impõe? Como preparar-se para eles? "Os pecados da juventude" são os fermentos mais ativos de decomposição moral. Mas é preciso ser de seu tempo – é preciso corrigir os fatos em função de direito, os costumes em função da lei "Querer ou não querer, eis a questão". Ter presentes as consequências individuais, familiares e sociais da sensualidade (Notas – O Contágio Social. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

intelectual, a dissipação moral, ao pragmatismo utilitário e imediatista", com projeções que permitam posicioná-la na militância entre as instituições e os órgãos católicos, bem como na sociedade civil.

As conferências do Pe. Leonel Franca S.J., despontam, assim, como estratégias católicas, sendo de expressiva repercussão seus temas em torno dos assuntos apologéticos (a fé, a noção e a natureza; a fé na divindade de Cristo; o objeto da fé; a ciência e a fé; a vontade e a fé; os obstáculos morais da fé; a conquista da fé; e outros) [91], em oposição aos avanços do positivismo, da maçonaria e do laicismo; dos temas relacionados ao ensino (educação; noções; da escola leiga; coeducação dos sexos; escola ativa; escola nova e pedagogia social; educação social; e outros), sinalizando a ação de representantes no campo educacional com reflexos na ABE (1924) e projeções na fundação das APCs (1928); e dos temas relacionados aos órgãos católicos, a importância do engajamento na militância católica, conforme as orientações da encíclica *Il Fermo Proposito* (1905), do Papa Pio X, sobre a natureza da Ação Católica, e a encíclica *Ubi arcano Dei Consilio* (1922), do Papa Pio XI, pelo movimento da Ação Católica. Nesse caso, a posição do programa da Ação Católica ocorre desse modo:

> Combater, por todos os meios justos e legais, a civilização anticristã; reparar por todos os modos as desordens tão graves que daí derivam; recolocar Jesus Cristo na família, na escola, na sociedade: restabelecer o princípio da autoridade humana como representante da autoridade divina; tomar a peito os interesses do povo e particularmente os da classe operária e agrícola, não somente com inculcar no coração os princípios religiosos, - única fonte de verdadeira consolação nas angustias da vida, - mas, esforçando-se por enxugar as suas lagrimas, e adoçar as suas penas, e melhorar a sua condição econômica, lançando mão de sábias medidas; empenhando-se por conseguinte em proporcionar leis públicas conforme a justiça, em corrigir ou suprimir as que o não sejam; defender enfim e sustentar, com espírito verdadeiramente católico, os direitos de Deus e os não menos sagrados da Igreja [...]. Eis a Ação Católica ou Ação dos Católicos (PAPA PIO X, 1905, p. 5).

A segunda conferência no Arquivo Pe. Leonel Franca S.J., é intitulada "Ação Católica e congregações marianas", sendo mencionada por D'Elboux (1953) e no *Boletim da PUC-RIO* (1978), além de proferida aos congregados em 1929. A produção desse texto

[91] Exemplo de "chamadas" nos periódicos: As conferências do padre Leonel Franca. O Revdmo. Padre Leonel Franca S.J. termina hoje, ás 20 1/2 horas, a 2ª série de conferencias do curso sobre o problema da fé, iniciado anno passado. Sua Revma. Dissertará hoje sobre a "Conquista da Fé" – Psychologia da conversão. A lucidez dos raciocínios, a argumentação brilhante, a linguagem escorreita do philosopho brasileiro tem levado á rua de São Clemente, 226 (Externato de Santo Ignacio), numerosas e selecta assitencia, que acorre, ao curso de conferencias do Centro Dom Vital, núcleo intellectual da cultura catholica brasileira (AS CONFERENCIAS, 1930. p. 9).

percorre oito páginas e demonstra a importância de o apostolado leigo associar-se ao ministério sacerdotal. A Igreja Católica, sobre a pedra do Vaticano, repudia a separação e descristianização incitadas pela Reforma Protestante, com extensão na Revolução Francesa, o que provoca a febre neopagã que inflama a sociedade, nutre as seitas e incentiva o sensualismo, o indiferentismo religioso e o racionalismo sectário (intolerante).

O padre jesuíta sinaliza o reducionismo da influência religiosa entre as instituições de ensino, hospitais, cárceres, tribunais e asilos, após os avanços do programa de laicização. No entanto, o movimento do apostolado leigo emerge na sociedade moderna sob as orientações dos Sumos Pontífices na formação do movimento Ação Católica, que projeta a organização das forças católicas pelas congregações.

> Só em 1924 foram agregadas à Prima Primária 1248 Congregações. Destas 74 na pequena Áustria, 86 na Polônia, 180 na Alemanha, 381 nos Estados Unidos. Onde é mais intensa a Ação Católica, aí é mais exhuberante a vida das Congregações. Mais Exhuberante a sua vida individual e mais organizada a sua colaboração coletiva. Um só exemplo. Na Alemanha a legislação do Kulturkampf proibira as Congregações Marianas como "perigosas ao Estado". Mas Bismark saiu e as Congregações ficaram. Em 1890 o Dr. Krammer, diretor da Congregação de Colônia, planejou a federação das unidades dispersas. Em 1896 constituíram-se as Uniões diocesanas. Dez anos mais tarde, em 1907, já havia 1207 Congregações federadas com um efetivo de 150.000 membros. Em 1921, o número das Congregações triplicara, subindo a 3.666 com um total de 340.000 membros. De todos os grupos de juventude, católicos ou não católicos, é este o mais imponente da Alemanha e talvez do mundo (Conferência – Ação Católica e Congregação Mariana. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1929, p. 7).

O apostolado leigo cristão brasileiro exerce uma ação admirável na Congregação de Nossa Senhora das Vitórias ao projetar a ação social em consonância às congregações da Europa. Depois, na fundação do apostolado da cultura, ao instituir uma escola noturna com o objetivo de organizar as classes populares, e do apostolado do catecismo nas casas de detenção. Essas ações pastorais e projetos em execução da congregação são relatados pelo periódico católico da Confederação Católica do Rio de Janeiro.

> Recebemos o annuario desta Congregação no qual relata os principaes acontecimentos de 1925 a 1929. Por este documento de N. S. das Victorias apresenta os múltiplos trabalhos de acção catholico social com que tem se desempenhado galhardamente. A congregação está dividida em secções tendo uma escola noturna, a secção vicentina, catechista, círculo de estudos, secção de retiros fechados, secção eucharística e secção de canto. Uma das mais justas aspirações dos Congregados e das maiores necessidades para o desenvolvimento das obras sociaes da Congregação é a construção de um prédio, em que ella possa funcionar independente do Collegio. Desde que foi lançado este projecto, os congregados se têm esforçado para conseguir os

> meios necessário possuindo já a quantia de 50:034$600. Parabéns muito calorosos a Congregação Mariana de N. S. das Victorias que muito tem trabalhado pelo reino de Deus e pela causa de Maria em nossa Pátria (CONGREGAÇÕES, 1929, p. 1).

A congregação está integrada no projeto de restauração, sendo precisas as orientações do assistente eclesiástico ao direcionar aos retiros espirituais[92] a leitura de bons livros, a prática inteligente da vida litúrgica e a esclarecida direção às práticas dos sacramentos, formando os alicerces da consciência de seus membros e os instrumentos da vida interior da Igreja Católica.

Entre os aspectos que constituem a extensão desse projeto, nos primeiros anos da década de 1930, estão as menções às conferências do Pe. Leonel Franca S.J., entre os periódicos no país, com maior intensidade nos periódicos cariocas. O papel da imprensa aponta a circulação de tais informações entre instituições e órgãos católicos, assim como em setores estratégicos da sociedade. As conferências permitem articulações de intelectuais católicos no campo sócio-político-cultural em prol da cultura católica.

> **Deus e o pensamento Contemporâneo**. A primeira conferência da série, pelo padre Dr. Leonel Franca. A primeira conferência dos prolegômenos de uma demonstração da existência de Deus, da série Deus e o Pensamento Contemporâneo. [...] Aberta a sessão pelo Dr. Amoroso Lima (Tristão de Athayde), foi lido um protesto, que recebeu um grande número de assignaturas, contra o acto recente do diretor da instrucção municipal, julgado nesse documento como contrário ao decreto que faculta o ensino religioso. Em seguida, o notável jesuíta R. P. Leonel Franca proferiu a sua momentosa conferência "Deus. A questão fundamental", em que se referiu ao princípio da causalidade "a incapacidade da sciencia humana – já por si, creada, como cosmos – para definir as causas supremas" (A PRIMEIRA, 1932, p. 4, grifo do autor).

Entre as estratégias católicas no campo editorial, seguem nas redações desse periódico consecutivas informações acerca das conferências (realizadas ou previstas), como horário e locais específicos (realizadas no reduto intelectual católico, o CDV, e no externato do Colégio Santo Ignácio, com algumas exceções no Instituto Histórico e Geográfico, Teatro Municipal, Palácio da Saúde Pública, Clube das Fontes e Círculo Católico), acompanhadas e prestigiadas pelo público-alvo (intelectuais, autoridades das

[92] Entre os periódicos católicos, constam inúmeras menções aos "retiros fechados", situando fatos que percorrem a vida apostólica na França, Bélgica, Itália, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos, Canada, Chile, Colômbia e outros países, com dados que referenciam a presença crescente dos participantes entre os retiros. No Brasil, os pioneiros foram os padres jesuítas, que executam tal atividade no Colégio Anchieta, em Fraiburgo (RJ).

letras, finanças e política, figuras de grande relevância nos meios científicos e sociais, membros dos órgãos católicos, entre outros).

Há inúmeras menções às conferências do padre jesuíta entre os periódicos cariocas (1920-1940), das quais podemos destacar: *Jornal do Commercio*; *A Notícia*; *Correio da Manhã*; *A Cruz*; *A Manhã*; *Diário Carioca*; e *A Noite*. Eles constituem uma expressiva lista de temas, como: "Antropologia à luz da teosofia"; "O problema da fé"; "Perda da fé"; "Conquista da fé"; "O divórcio"; "O divórcio e a prole"; "O divórcio e a felicidade conjugal"; "O divórcio e o aspecto jurídico social"; "Problema da família"; "Reação moralizadora da família"; "A caridade como fator social da civilização"; "O problema pedagógico"; "Coeducação no ponto de vista pedagógico e psicológico"; "Deus e o pensamento contemporâneo" (série) [93] ,– com destaque para "O agnosticismo positivista"[94]; "Existência de Deus"; "Deus e a inteligência contemporânea" (série)[95]; "Ação Católica"; "Teleologia cósmica"; "Materialismo"; "O catolicismo na Alemanha"; "Centenário de Anchieta"; "Páscoa dos intelectuais" [96] ; "A indissolubilidade do casamento"; e "Rumos da democracia".

Nesse cenário, tais menções sinalizam uma parte das conferências[97] proferidas pelo padre jesuíta, sendo os temas estratégicos acerca de orientações da cultura católica entre os periódicos do país. Algumas menções intercalam uma breve redação da trajetória do autor, como sua atuação de assistente eclesiástico dos órgãos católicos, as produções

[93] Segue a ordem dos temas: 1. Prolegômenos de uma demonstração da existência de Deus; 2. Deus, a questão fundamental; 3. A negação de Kant; 4. O agnosticismo positivista; 5. O subjetivismo kantista; 6. A demonstração *a priori* e *a posteriori*; e 7. Atheismo.

[94] O Padre Dr. Leonel Franca, proferiu, no Externato Santo Ignácio, a sua conferência sobre o thema "O agnosticismo positivista". Nessa conferência, o philosopho patrício continuou a crítica scientifica do systema de Augusto Comte e, com argumentação, analysou a estrutura philosophica do comtismo, negando-lhe ante a sciencia, o direito de impor limites a intellignecia, capaz de não somente perscrutar os fenômenos, mas desvendar suas causas suprema. Não grado o tempo chuvoso foram ouvir o conferencista, centenas de intelectuais, autoridades e vultos de destaque no mundo social (A CONFEFÊNCIA, 1932, p. 6).

[95] Segue a ordem dos temas: 1. Deus, a contingência e as perfeiçoes do ser; 2. Teologia e intelectualidade ordenadora; 4. Deus e as conclusões da sciencia positiva; 5. Personalidade a transcendência de Deus; 6. Anti-intelectualismo e demonstrabilidade da existência de Deus; e 7. Theologia e inteligência ordenadora.

[96] Paschoa dos Intelectuais no Rio. Mas de mil commungantes. [...] Escabeçando este comitê consta-se o bello e tocante apelo da lavra do preclaro jesuíta Padre Dr. Leonel Franca, cujas palavras são as seguintes: "A Paschoa é a primavera do anno religioso; quadra de rejuvenescimento interior e de renovação das energias espirituaes [...]. Encontra-se o Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Tribunal Militar, dezenas de membros do Poder Legislativo Federal, mais de cem professores das nossas escolas superiores, centenas de advogados, médicos, engenheiros, archietéctos, agrônomos, chimicos, odontologistas, pharmacologistas, além de mais de quatro centos acadêmicos. [...] A Paschoa dos Intellectuaes se realizou, como de costume, na Catedral Metropolitana, ás 8 horas, sendo a missa celebrada por Sua Eminencia o Sr. Cardeal-Arcebispo Dom Sebastião Leme (PASCHOA, 1936, p. 1).

[97] A lista foi composta respectivamente entre os órgãos católicos: no CDV com 36 conferências; no Instituto de Formação Familiar e Social, 45 conferências; no Colégio *Sacré Cour de Jésus*, 44 conferências; nos Congregados Marianos, 23 conferências; além das conferências repetidas no Instituto Social, Instituto Santa Úrsula, APCs e Liga das Senhoras Católicas (D'ELBOUX, 1953).

editoriais e, com intensidade, citam os livros apologéticos e o manual *Noções de História da Filosofia*.

A circulação dessas informações permite aos leitores se aproximarem das produções do Pe. Leonel Franca S.J., dando visibilidade às ações católicas pelas conferências e tornando efetiva sua relação ao orientar, formar e engajar uma legião católica em torno de novas alianças no projeto de restauração católica.

Tais periódicos divulgam a presença do assistente eclesiástico em cerimônias, solenidades, organizações das instituições e dos órgãos católicos (Confederação Católica de Educação; Congresso Eucarístico Nacional; SJSI; Concílio Plenário Brasileiro; ICES; Liga São Sebastião; e outros), bem como dos aparatos estatais (IHGB; CNE; Comissão Censitária Nacional; e outros), apontando uma rede de sociabilidade em torno do intelectual que possibilita articulações e intervenções no campo sócio-político-cultural.

A presença de líderes dos órgãos católicos CDV, SJSI, LEC, AUC e APCs entre as conferências, bem como nas comissões da Confederação Católica do Rio de Janeiro, como Octavio M. Soares (piedade e culto), Bento J. de R. de Castro (fé e moral) e Joaquim M. da Fonseca (mocidade), aponta uma representação intelectual na militância católica.

Essa organização aproxima os membros das instituições e dos órgãos católicos, assim como de adeptos da cultura católica que constituem os aparatos estatais e outros setores da sociedade, convidando-os a participarem de eventos católicos (conferências, reuniões, cursos de formação, assembleias, congressos e outros), algo imprescindível ao projeto de restauração.

No fim da década de 1920, o padre jesuíta intensifica as conferências pedagógicas, sendo primordial apresentar os fundamentos da educação, a legislação educacional vigente e os imperativos que constituem as escolas leigas e católicas – sempre com a presença da cultura católica na formação da nação. Entre os periódicos católicos do período, o jornal *A Cruz*, sob jurisdição da Confederação Católica do Rio de Janeiro, divulga a síntese de uma conferência aos professores municipais.

> **Ensaios de Philosophia Thomista** – A MORAL LEIGA E A THOMISTA (Parallelo Crítico). *SYNTHESE em tono da última conferência do Exmo. Snr. Padre Dr. Leonel da Franca no seu curso de cultura pedagógica ao professorado municipal (Collegio Sacré Coeur).* [...] Actividade humana, pois, não é sem *causa* está subordinada a um fim último que a philosophia moral identifica ao Bem Supremo. Todos os actos humanos devem ser ordenados na conquista deste fim. Há uma regra para estes actos tirada da lei moral atestada pela consciência. A moral thomista, estabelece, pois, as regras da moralidade supondo o *fim último* que conclue psychologia e metaphysicamente. Ao coroamento theologico da philosophia de Santo Thomaz chegam

> inconscientemente todos os pensadores que estabelecem systemas ethicos fundados sobre o dever (NASCIMENTO, 1929, p. 1-2, grifo do autor).

A expressiva síntese é estruturada por aportes que intercruzam psicologia, sociologia, filosofia, teologia, direito e a ciência pelo positivismo, sob a moral leiga e o tomismo. Ela apresenta o fundamento da moral e sua relação entre a noção de dever em Kant e expõe a falência da moral leiga, por ser incapaz de fundamentar o dever e os fatos insuficientes que o reportam à ética. Depois, no 4º Congresso da Moral Laica, em 1926, para Nascimento (1929, p. 2), os "grandes orientadores do laicismo" demonstram ser impossível "fundamentar o dever fora da metafísica", concluindo que o verdadeiro fundamento do dever ocorre na "natureza psicológica, sociológica e metafísica", sendo impraticável "demonstrar a moral sem o *absoluto*".

Essas orientações aos professores municipais demonstram as ofensivas católicas contra os imperativos da moral leiga e o laicismo impetrado pelas ideias do modernismo agnóstico. Para Carvalho (2011, p. 115), a restauração da ordem religiosa no campo educacional tem por princípio instruir o lado da formação espiritual "e desmantelar o postulado evolucionista e positivista da modernidade", pois ataca a unidade cristã pela "escola ativa e laica", retirando a formação espiritual do ato de instruir.

A terceira conferência no Arquivo Pe. Leonel Franca S.J., é intitulada "Renascimento da pedagogia católica", sendo mencionada por D'Elboux (1953) e no *Boletim da PUC-RIO* (1978), além de proferida às professoras públicas e normalistas no Colégio *Sacré Couer de Jésus*, em 1931. A produção desse texto percorre quatro páginas e demonstra a importância das atividades literárias em torno da pedagogia católica, organizando obras de larga envergadura nos países europeus como um movimento de proporções imponentes entre as instituições, com revistas, coleções e bibliotecas pedagógicas.

O Pe. Franca (1931) enaltece as obras pedagógicas católicas belgas e alemãs. No primeiro caso, das produções belgas, pela coleção flamenga intitulada "Estudos pedagógicos sobre a filosófica pedagógica", com 30 edições dirigidas pelos professores de pedagogia François de Hovre e Décour, da Universidade de Grand (Bruxelas). Depois, com a publicação de uma série histórica com o título "Ideias pedagógicas", pelo professor J. Renault, inspetor do ensino primário na Bélgica, que reconstitui a teoria e a prática dos grandes pensadores católicos.

No segundo caso, das produções alemãs, enfatiza a publicação de um grande curso de pedagogia católica, com 25 volumes, desenvolvido pelo professor Max Ettilinger, da Universidade de Munique e diretor do Instituto Alemão da Pedagogia Científica. Por fim, menciona a publicação de um expressivo dicionário de pedagogia, em cinco volumes, sob a direção de Rollof, que permite acesso a volumosos artigos, monografias e lembretes, o que sinaliza um trabalho monumental, inclusive com suas atualizações realizadas por 192 autores colaboradores, representantes das universidades e dos institutos superiores de ensino.

Essa conferência visa demonstrar às professoras católicas a importância de tais referências na solidificação da cultura católica na formação das nações, sendo primordial dialogar com obras que apresentam impacto significativo no campo educacional católico. As instituições e os periódicos católicos europeus se tornam uma referência organizacional que possibilita à militância atuar nas APCs, sendo primordial a atuação nos eventos educacionais católicos com foco na orientação e formação do professor católico.

> Ao lado da atividade literária propriamente dita, poderíamos lembrar a fundação de institutos, de cathedras especiais, de ligas e associações, de semanas e congressos destinados a facilitar a corrente das ideias e a por em contacto vivo os mais notáveis representantes do importante movimento scientifico. Neste gênero de factos significativos, citaremos só o mais recente, ou um dos mais importantes: o 1º Congresso Internacional de Ensino, reunido o anno passado, em Bruxellas, na commemoração do centenário da independência belga. A esta importante reunião fizera representar-se quase 30 nações. Mas é também dos arraiaes acathholicos que nos chegam os testemunhos mais insuspeitos não só de surpresa ante a marcha conquistadora e victoria das nossas ideias, mas também de admiração ante o valor intrínseco, scientifico e vital, desta pedagogia que eles, por tanto tempo, quiseram voluntariamente ignorar. Entre os grandes mestres já não se identifica atabalhoadamente pedagogia tradicional com rotina, velharia e inútil, antigualha de museu (Conferência – Renascimento da Pedagogia Católica. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ, 1931, p. 3).

Além disso, essa conferência aponta os indícios de estruturação do ensino pela ciência pedagógica na pedagogia católica, que proporciona aos mestres belgas e alemães fundamentarem expressivas obras, bem como os avanços da cultura católica europeia nos campos educacional e editorial entre a fundação de instituições, órgãos e periódicos católicos. Nesse caso, as conferências pedagógicas do padre jesuíta são primordiais na Reação Católica, sendo proferidas 32, entre 1930 e 1934, no Colégio *Sacré Couer de Jésus*, direcionadas à educação moderna, à renascença da pedagógica católica, à unidade

pedagogia católica, à família na educação, à escola ativa, à ação católica e educação, à pedagogia social e outros, indicando, assim, orientações fundamentais em prol da formação da nação pela pedagogia católica.

No campo político-educacional, entre as principais discussões no período, dá-se o Decreto-lei nº 19.941, de 30 de abril de 1931[98], que dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primários, secundários e normais. A partir dele, o ensino religioso de caráter facultativo pode ser ministrado nas instituições oficiais e outorga que "o governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso". Essa legislação aponta indícios da relação de poder entre intelectuais católicos e o Ministro Francisco Campos. No entanto, provoca reações de protestantes e liberais em prol da manutenção das orientações do laicismo (sem instrução religiosa no ensino), do modo como foram instituídas no início do governo republicano, em 1891.

> Interessante notar como, desde as primeiras escaramuças, os adversários do decreto de 30 de abril evitaram cautelosamente os aspectos pedagógico e social da questão. Nenhum delles empreendeu a árdua tarefa de demonstrar, por exemplo, que era possível educar, isto é, preparar para a vida sem uma concepção da vida, formar a consciência, traçar-lhe os deveres e subministrar-lhes motivos efficazes de fidelidade, sem tocar nestas grandes realidades espirituaes que necessariamente entendem com a solução religiosa o problema da existência. Nenhum tomou sobre si o cuidado de dar um balanço imparcial nos resultados do ensino religioso, entre nós, de provar que a exclusão dos ensino religioso das escolas tinhas contribuído para diminuir a delinquência de menores, argumentar a moralidade pública, fortalecer os hábitos de honestidade profissional e administrativa (FRANCA, 1931, p. 24).

A instabilidade do ensino religioso na formação da nação provoca ações em torno das emendas católicas, enaltecidas na Constituição de 1934, no artigo 153, que decreta o ensino religioso de frequência facultativa, porém, constituindo matéria dos horários nas escolas oficiais do país. Tal repercussão de impacto contra os grupos hostis ao direito elementar das consciências religiosas sinaliza as aproximações da Igreja Católica e do Estado, já entre indícios na legislação educacional em 1931.

[98] O decreto de abril de 1931, que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas, é recebido pela Igreja como uma primeira comprovação de que o governo provisório, e mais precisamente Francisco Campos, se manteria fiel aos "compromissos assumidos perante a consciência católica". Os elogios a esta decisão indicam, no entanto, que a reivindicação da Igreja era muito mais ampla. Referiam-se ao "ensino leigo e neutro" como causa da "anarquia espiritual". Além de reivindicar o direito do ensino religioso, a Igreja pretendia que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico (SCHWARTZMAN, 2000, p. 74).

Nesse caso, "O ensino religioso na nova Constituição", tema do artigo do Pe. Leonel Franca S.J., na *Revista Brasileira Pedagógica*[99], em 1934, constitui a extensão do artigo "Aspecto social e pedagógico do ensino religioso", publicado na revista *Hierarchia* (RJ), em 1931, entre discussões que apontam a presença do ensino religioso anterior à concordata da Igreja Católica com países europeus; os preceitos jurídicos que constituem a legislação brasileira; e o ensino religioso na formação das nações.

O Pe. Leonel Franca (1934) apresenta pontos fundamentais que sinalizam a trajetória do ensino religioso entre os países europeus, dos quais se destacam: na Alemanha, após 1919, é marcado por profundas alterações, sendo retiradas as quatro ou cinco aulas por semana sob orientações do laicismo, no entanto, os professores da Universidade de Berlim, associados a milhões de assinaturas, revertem a situação e o ensino religioso retorna como matéria de programas nas escolas oficiais; a reforma da instrução da Holanda (1920) adota o princípio que faculta o ensino religioso e oportuniza o respeito à liberdade de consciência à nação; na Polônia (1921), não se concede educação sem formação religiosa; a nova legislação escolar da Irlanda (1926) segue as orientações inglesas e a instrução religiosa é parte integrante da educação da juventude; na Itália, a instrução pública pela reforma Gentile (1923) respeita o direito da consciência religiosa no país, sendo o ensino da doutrina cristã elementar a todos os graus da educação; e, por fim, a reorganização da instrução religiosa na Austrália (1934) mantém sua obrigatoriedade.

A instrução do ensino religioso aponta traços da cultura católica acerca do processo de formação dos cidadãos nos países europeus citados, sendo constituídos laços importantes entre os membros de instituições e órgãos católicos na edificação de diques contra os ataques do laicismo. As alianças constituídas entre a Igreja Católica e o Estado demonstram uma cooperação mútua, pois tal ausência provoca ruptura drástica à nação.

> O México e a Espanha. E nestes dois exemplos, o que presenciamos é, nas novas leis, uma hostilidade franca, contra o ensino religioso nas escolas, o laicismo na forma agressiva e intratável. [...] Folheai a história contemporânea do México ou a da Espanha: o que vereis em barda, são execuções sumarias,

[99] A Revista Brasileira de Pedagogia era o órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação e aparece como fruto da transformação do Boletim da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, sendo seu primeiro número publicado em 1934, com tiragem mensal e direção a cargo de Everaldo Backheuser. A revista era composta das seguintes seções: Lições e métodos; Debates sobre a escola nova; Metodologia e didática; Legislação do ensino; Ação social; Psicologia infantil; Política educacional; Literatura pedagógica; Consulta. É, principalmente, na seção de "Consulta" que se podem encontrar prescrições sobre a leitura e listagens de bibliografias com referências às obras classificas como de "valor educativo", segundo a moral católica (VILHENA, 1994, p. 155).

> expulsões injustificadas, sem delongas processuais, prisões arbitrarias, incêndios destruidores de tesouros artísticos e de instituições beneméritas de educação, violência, opressões, intolerâncias de toda espécie (FRANCA, 1934, p. 6-7).

O laicismo escolar é um anacronismo impetrado às nações. No entanto, entre as estratégias católicas brasileiras, possibilita articulações de forma magistral na nova Constituição (1934), que permite sancionar o artigo 153, facultando o ensino religioso em consonância com as constituições contemporâneas que prezam pelo direito da consciência religiosa na formação da nação.

Na década de 1930, entre as intensas articulações em prol da restauração, constam as discussões das emendas religiosas, que posicionam no campo editorial as orientações de extrema relevância sobre o voto católico. Nesse caso, a conferência "O voto e a consciência", proferida pelo padre jesuíta à Confederação Católica, em 1932, é publicada na íntegra no *Jornal do Commercio* sob o título "Confederação Católica do Rio de Janeiro. A sessão magna na Catedral Metropolitana – Seus fins: A Liga Eleitoral Católica, o discurso do Revmo. Padre Leonel Franca".

Tal conferência compõe a edição nº 1 do livro *Os cathólicos e o voto*, organizado pela LEC, em 1932, sinaliza os censores na autorização dos impressos católicos *Nihil Obstat*, Pe. Luis Riou S.J., e *Imprimatur*, Cardeal Arcebispo D. Sebastião Leme. Segue a relação dos artigos: "O Voto e a consciência", de Pe. Leonel Franca[100]; "O voto feminino", de Cecilia Luiza Rangel Pedrosa; e "Religião e política", de Alceu Amoroso Lima. Por fim, na última página do livro, com o título "As boas leituras", há orientação aos católicos para assinarem e lerem a revista *A Ordem*, o melhor periódico de cultura no Brasil.

> Estes três discursos foram pronunciados na reunião da Confederação Catholica do Rio de Janeiro, e na presença de representantes de 400 associações catholicas, sob a presidência de Sua Eminência o Cardeal Arcebispo, D. Sebastião Leme, no Domingo, 30 de outubro de 1932, festa do Chirsto-Rei (LIGA ELEITORAL CATÓLICA, 1932, p. 2).

Nessa conferência, o padre jesuíta ressalta a importância da "consciência católica" em cumprimento às obrigações cívicas, pois "o voto não é um simples direito, mas um dever" que pressupõe sua realização com responsabilidade. Na missão de reorganizar o

[100] Em 1937, essa conferência retorna a circular no campo editorial, sendo publicada na íntegra pelo jornal *A Ordem* (RN), sob o título: "O dever do voto" (FRANCA, 1937, p. 1).

país, todo cidadão brasileiro que preenche os pré-requisitos do código tem obrigação legal de votar – e os católicos desempenham uma função dupla: como membros da sociedade civil e como filhos da Igreja Católica.

> Como *filhos da sociedade civil* todo cidadão é obrigado a collaborar para o bem commum e afastar na medida das suas influências, os males sociais. [...] *Como filhos da Igreja* somos ainda obrigados a defender os seus direitos, todas as vezes que possam periclitar. A Igreja, Senhores, não faz política no sentido estreito da palavra – política de partido. Afóra e acima dos interesses ephmeros e das combinações contingentes dos grupos e das colligações partidárias, paira a sublimidade de sua missão espiritual. Mas a política, no sentido nobre e elevado da palavra, a direcção prudente dos destinos de um povo, pela necessidade ineluctavel das cousas cruza muitas vezes nos seus caminhos com interesses religiosos (FRANCA, 1932, p. 5-6, grifo do autor).

Para o autor, os católicos têm a reponsabilidade de exercer "a obrigação do voto" seguindo as orientações pontífices[101] de "fazer da política o melhor uso", conforme o discurso proferido aos católicos italianos pelo Papa Pio XI, em 1924. Dessa forma, o exercício do voto é uma obrigação moral e compete aos católicos reconhecerem as lições impostas pela história da legislação francesa, em 1902, que aponta o "bloco vencedor" com apenas 15% da presença dos eleitores, sendo os outros 85% abstenções. Tal ausência dos votos católicos provoca consequências de forma catastrófica na presença da cultura católica aos franceses.

> Vós conheceis a obra da legislação franceza eleita em 1902; ruptura com o Vaticano, prohibição às congregações religiosas de existirem e ensinarem, confiscação dos seus bens, fechamento dos collegios catholicos, como o imenso cortejo de males que podeis imaginar, acarretaram estas medidas sobre o destino espirituaes da França. [...] A intolerância instalou-se como forma de regime, expulsam sacerdotes, desterram ou fuzilam catholicos, prohibem até que os mortos sejam acompanhados a sua última morada com o signal religioso (FRANCA, 1932, p. 7).

[101] Importante mencionar que foram três citações de orientação pontífice, traços de intencionalidade em torno do dever moral dos católicos sobre o voto e sua obrigação legal como cidadão: 1ª "A natureza; escreve Leão XIII na *Encyclica Libertas*, ordena aos cidadãos de contribuir com o seu trabalho para a tranquilidade e a prosperidade pública"; 2ª "A fazer da política o melhor uso, dizia ainda há pouco Pio XI num discurso aos catholicos da Itália (9 de novembro de 1924), são obrigados todos os bons cidadãos e de modo especial os catholicos, porque a sua profissão de catholicos deles exige que sejam os melhores cidadãos"; e 3ª "Ouçamos ainda os ensinamento de Pio XI: A ação catholica eleva-se e desenvolve-se fora e acima de qualquer partido político; não procura a política de um partido nem deseja ser um partido político... quando porém a política toca o altar, então... o Papa, o Clero e Laicato catholico parecem fazer política, mas na realidade só fazem religião... Não fazem senão religião, não fazemos senão defende-la todas as vezes que combatemos pela liberdade da Igreja, pela santidade da escola, pela santificação dos dias consagrados a Deus. Neste e noutros casos semelhantes não se faz política; é a política que entrou no domínio da religião e ameaçou o altar" (FRANCA, 1932).

Nesse caso, as organizações eleitorais exercem função estratégica na orientação do eleitor. Para Dias (1996, p. 97), a LEC foi a "obra de consciências", com a mobilização do eleitorado católico, pelo campo de ação eclesiástica, ao enfrentar a modernidade. As emendas religiosas alcançadas em 1934 representam as ofensivas da LEC pela mobilização efetiva de uma massa de eleitores em prol da cultura católica e em detrimento às imposições do laicismo impetradas pela Constituição Federal de 1891.

> Estamos, portanto, deante da lei eleitoral, que vem preparar o terreno para a futura Constituinte. E como nesta se debaterão problemas de maior relevância pra os ideaes sociaes defendidas por nós, não temos o direito de nós conservar inactivos. De modo que, mesmo sendo remota a volta da ordem legal completa ou a reunião da Constituinte, nosso dever immediato é *preparar as forças eleitoraes catholicas* para que possam opportunamente apresentar-se unidas e conscientes perante as urnas desse tremendo *Soberano*, contra cuja *tyrannia* temos de nos bater porventura com o mesmo desassombro com que nossos antepassados se bateram contra as tyrannias dos Reis: a do *Povo* (DEVER, 1932a, p. 5, grifo do autor).

A questão do dever político dos católicos tem espaço nas discussões entre os órgãos católicos, permitindo uma estratégia fora e acima dos partidos políticos que não distancie os problemas políticos que atravessam o país no momento, como o dever cultural dos católicos em benefício dos direitos da razão, da consciência e dos grupos naturais contra as arbitrariedades impostas pela Constituição Federal de 1891[102]. Os votos católicos devem estar comprometidos com a ação cultural religiosa, e não distanciando uma ação política imediata, pois tais ações precisam ser conscientes e concomitantes.

> Mostrámos, no último número, qual deve ser, em nossa opinião, o dever político dos catholicos neste momento difícil que vamos vivendo. Segundo as mais explicitas prescripções das Encyclicas e recommendações da Santa Sé, não devem de modo algum os catholicos fugir ao cumprimento de seus deveres cívicos. A vida de um catholico decorre no seio de várias sociedades, umas naturaes, outras artificiaes, umas perfeitas, outras imperfeitas, mas todas com a sua natureza específica e exigindo dos seus membros o cumprimento de obrigações decorrentes dessa natureza (DEVER, 1932b, p. 1).

Nesse caso, a condição primordial em torno do dever cultural dos católicos está contra as ideologias destrutivas do comunismo, laicismo e liberalismo que assolam a

[102] Entre as alterações na legislação de 1890, constam: o Decreto nº 119 – A (separação da Igreja e do Estado); o Aviso nº 17 (a Teodiceia seria eliminada do currículo do colégio D. Pedro II); e o Decreto nº 510 (bens de mão morta, casamento civil antes dos religiosos, secularização de cemitério, proibição de subvenção, proibição de vida religiosa em convento e ensino público leigo, entre outras prerrogativas) (CURY, 2010).

nação. O dever político, porém, não pode ser, para um católico, o seu dever supremo, pois suas ações na sociedade devem se orientar pelo bem comum, em consonância com a conservação dos preceitos mínimos do espírito cristão.

A presença do assistente eclesiástico entre instituições e órgãos católicos constitui uma estratégia em prol do projeto de restauração, pois fortalece as redes de sociabilidade ao engajar novos membros especialmente no CDV, espaço privilegiado para intensificar as estratégias católicas no campo sócio-político-cultural.

Entre as conferências no CDV proferidas pelo padre jesuíta no fim da década 1920, foram oito temas, com foco na Ação Católica (apologéticos e ciência). Mas, no início da década de 1930, 25 conferências aparecem entre os temas apologéticos "A finalidade da família"; "As relações deontológicas" (teoria do dever); "Os perigos do materialismo"; "Agnosticismo (Kant), positivismo (Comte) e empirismo (Hume)"; e "As provas teleológicas" (estudo filosófico dos fins). No entanto, constam sete conferências específicas que apontam as intenções do autor contra o divórcio (aspecto jurídico-social) e em defesa da família contra o individualismo, sendo a primeira dessa série[103] proferida em 29 de maio de 1931:

> **Constituição e Finalidade da Família**. É no campo da família que se jogam os destinos da nossa civilização e só o cristianismo poderá salvar a família. Neste pensamento de um dos maiores estadistas ingleses do século XIX, resume-se todo o plano das modestas palestras que hoje reencetamos. Com visão profunda de psicólogo, conhecer das tendências e inclinações humanas, Gladstone previra há mais de meio século a crise dolorosa em que hoje se debatem as instituições conjugais. Não há exagero nem pessimismo em registrar um fato por todos universalmente reconhecido. Lêde a literatura norte-americana, francesa, inglesa, alemã: só os títulos das obras altamente significativos: falência do casamento, crise do lar, cancarrota da família (FRANCA, 1954b, p. 246-247, grifo do autor).

Para o autor, a crise da família tem influência incontestável das medidas legislativas, da organização social, do regime econômico, dos sistemas pedagógicos e das influências literárias e artísticas. Tais ideias modernas sobre a constituição e a finalidade da família apontam uma crise profunda, persistente e progressiva sob influência da concepção do individualismo.

---

[103] Segue a relação das conferências no CDV, em 1931: A família (constituição e finalidade), em maio; O divórcio (aspectos jurídico-social), em junho; O divórcio e a prole, em julho; O divórcio e a felicidade conjugal, em agosto; O neo-maltusianismo (I – Aspectos morais), em setembro; O néo-maltusianismo (II-Consequências higiênicas psicológicas e sociais), em outubro; e, por fim, Defesa da família contra o individualismo, em novembro (D'ELBOUX, 1953, p. 501).

> O individualismo – expressão mais delicada e menos ofensiva com que muitas vezes designamos o mais inconfessável egoísmo – é uma tendência multiforme, – intelectual e sentimental, – em que se embebem profundamente quase todas as manifestações da nossa vida moderna (FRANCA, 1954b, p. 249).

Na edificação desse pensamento, encontra-se o individualismo religioso, pela "exaltação doentia" em Lutero; o subjetivismo filosófico, "rompendo a continuidade orgânica" em Descartes; e o individualismo contemporâneo, "a natureza é boa, a sociedade corrompeu-a, voltamos à natureza" em Rousseau. A influência dessas concepções acontece de forma expressiva nos salões da aristocracia, que percorrem as camadas próximas à burguesia e, depois, inflamam e exaltam tal sentimento nas multidões, fato que resulta na formação antissocial. Esse pensamento impregnado na família provoca os males "que a ameaçam desde o divórcio até ao amor livre, das práticas neomalthesianas ao aborto e ao infanticídio".

O Pe. Leonel Franca (1954b) aponta a posição de pensadores contra o imperativo do individualismo sobre a família, com J. L. Maitre no combate ao individualismo de Rousseau, pois esse pensamento, inclinado aos instintos e à natureza, como um "sistema de ideias é bem pobre"; com Faguet, sobre o instinto social à desconfiança permanente, porque a exaltação do sentimento individualista resulta no culto do próprio eu; com P. Bereau, em prol da família monogâmica, ao considerar um equilíbrio harmonioso à família entre o desenvolvimento individual e o progresso social; com Grasset, considera a dissolução do casamento um mal, tanto do ponto de vista biológico quanto moral, pois é uma monogamia livre, consentida e indissolúvel; e com Lacordaire, chama de instinto depravado o sexual, pois seu exercício fora de ordem, distante das exigências essenciais de suas finalidades, é o mais irrefletido, anárquico e antissocial e deve ser corrigido e educado pela moralidade humana. Essas posições sinalizam um conjunto de ofensivas contra o individualismo que prioriza a família como uma instituição natural, ordenada à conservação da espécie.

Os temas sobre a família têm extensão nas conferências pedagógicas no período, sendo primordial introduzir a concepção racional-cristã em torno da finalidade natural da família, contra os instintos e os impulsos indisciplinados das paixões, pela consciência cristã (antídoto) contra o individualismo. Tais discussões percorrem os periódicos

cariocas no período, com menções[104] à série de conferências do padre jesuíta, como nos artigos "Divórcio e suicídio" e "Divórcio e contrato nacional" (parte de uma série especial intitulada "A família e o divórcio").

> **Divórcio e Suicídio**. A lei da indissolubilidade, naturalmente protectora dos interesses da creança, representa outrossim a mais segura defesa da felicidade dos esposos. As duas finalidades do matrimonio harmonizam-se numa solidariedade indestrutível. Aos que estão habituados as apologias do divórcio em nome do direito e da felicidade conjugal, a afirmação poderá ter artes de paradoxo. Mas é a expressão mesma da verdade. Uma analyse psychologia poderá evidenciá-la sem grande esforço. Mas há também uma via mais positiva que nos levará ao mesmo termo. Ahi estão as estatísticas da mortalidade e da loucura a atestar-nos que os divorciados abreviam os seus dias ou desfecham na dolorosa tragédia dos hospícios com uma frequência superior ao de qualquer outro estado civil (FRANCA, 1931c, p. 330, grifo do autor).

Essa análise expõe uma relação entre o divórcio e o suicídio a partir de informações do Instituto Internacional de Estatística La Haye (França - 1917) e intercruza dados de pesquisas europeias e americanas, fortalecendo uma posição que permite considerar o divórcio um dos grandes fatos sociais relacionados ao suicídio. Nesse viés, tal relação demonstra perigos aos países que sancionam o divórcio (legislação), sendo a ação inclinada ao comportamento epicurista e o contorno de uma relação antissocial.

O padre jesuíta aponta o divórcio como uma instituição profundamente antissocial, que produz uma fase decadente (biológica e social), sustentada pelos princípios individualistas e sensualistas impostos pelo capitalismo à vida social moderna. O divórcio é, então, considerado "um produto do egoísmo" e da "febre dos prazeres sexuais", como o suicídio em torno da decadência "moral, da dedicação, da solidariedade, da influência dos valores espirituais na orientação da vida". Após identificar os dados de tais fenômenos sociais, sob um quadro sinóptico internacional (1896-1905)[105], ele fundamenta a hipótese de que "o divórcio exercia no suicídio uma influência indireta".

---

[104] Entre as menções: As conferências do padre Leonel Franca. De conformidade com o programma organizado, em começos deste ano, o eminente jesuíta padre Leonel Franca realizará hoje no Collegio de Santo Ignacio, á rua de São Clemente n. 266, sob o patrocínio do Centro D. Vital, mais uma conferência sobre o "Problema da Família", subordinada ao thema: Retricção artificial da natalidade. Consequências hygienicas, psycologicas e sociaes". Orador fluente, argumentador impeccavel, e perscrutador de estados de alma, de notável sagacidade, o padre Leonel Franca, com essa conferência atrairá, como as anteriores, extraordinária assistência. Nessas conferencias, em que será agitado um dos pro lemas de maior actualidade, irão encontrar os estudos dos acontecimentos sociaes a explicação, de admirável clareza, de innumeras perturbações individuaes e sociaes, que tem desafiado a capacidade dos sociólogos, que se confessam impotentes para definir as origens de semelhantes perturbações (AS CONFERENCIAS, 1931, p, 5).

[105] Os países que compõem a lista são: Hungria; Áustria; Baviera; Suécia; Bélgica; Inglaterra; Noruega; Holanda; Itália; Espanha; Finlândia; Servia; Irlanda; Saxônia; Suíça; França e Dinamarca. Produz uma média anual dos divórcios e suicídios, intercruzando os dados, e autoriza uma conclusão genérica, que

> **Divórcio e Contrato Nacional**. E sobre a natureza do laço conjugal que de preferência concentram os juristas a sua attenção. O casamento, dizem elles, é um contracto; da essência do contracto é que, em certas condições, se possa rescindir; resolúvel, portanto, como todos os outros, também o contracto matrimonial. Foi esta quase a única premissa jurídica com que a ideologia revolucionária de 89 justificou a introducção do divórcio na legislação francesa (FRANCA, 1931a, p. 117, grifo do autor).

Para o autor, é imprescindível a defesa da sociedade civil, a família, pois constitui-se uma "finalidade anterior e superior aos indivíduos que a querem constituir", sendo uma relação de direitos e deveres que aponta a "indissolubilidade" e a "união para a vida". Dessa forma, apresenta uma breve lista de pensadores, juristas e professores italianos – Vigliani; Foschini; Pisanelli; Gianturco; Gabba; Cenni; Tempia; Salandra; Fiori; Monaldi; A. Cicu – e franceses – H. Simonnet; Rouast; E. Lévy; H. Morim; Ch. Lefebure; Paul Hansy; e o discípulo de Le Play, o Conde de Bréda – que defendem o matrimônio e repudiam a concepção imposta pelo contrato, não sendo legítima a imposição da nova doutrina às instituições pelo direito moderno.

O assistente eclesiástico mostra os perigos que assolam a sociedade ao sancionar o divórcio, pois o contrato matrimonial organiza a família pelas inclinações das paixões humanas e a distância "do fim mais elevado e perfeito da comunidade psíquica e espiritual", que é, assim, a constituição da família. O divórcio é a ruptura do vínculo conjugal, a dissolução da família, "em última análise, a negação de toda moralidade".

Na década de 1940, as conferências universitárias do assistente eclesiástico somam 42 e apresentam os avanços do projeto de restauração sobre o ensino superior. Tais alocuções são proferidas no Colégio Santo Inácio (abertura das Faculdades Católicas), Candelária (bacharelandos de direito), Faculdades Católicas (instalação dos cursos), Palácio do Catete (Escola Politécnica), Palácio do Itamarati (Direito Comparado), no rádio (Hora das Faculdades Católicas)[106], no Colégio *Sacré Coeur de Jésus*, entre outros, sempre em prol da Universidade Católica.

---

aponta entre os índices de muito divórcio, muito suicídio; menos divórcio, menos suicídio; pouco ou nenhum divórcio ou suicídio, também pouco frequente (FRANCA, 1931c).

[106] Serão 30 minutos dedicados à cultura e à amizade. Neles ouvireis, periodicamente, aos primeiros e terceiros domingos de cada mês, às 20 horas, uma breve palestra sobre os mais variados temas que interessam a inteligência contemporânea. Deles fará parte integrante um programa líbero-musical a cargo de artistas escolhidos. Entre os minutos dedicados à inteligência e à emoção estética falará também a amizade do coração, transmitindo notícias sobre a vida e os progressos de nossa instituição que possam interessar os amigos distantes e estreitar os vínculos entre quantos colaboram na grande tarefa comum (FRANCA, 1954a, p. 136).

Nesse caso, a posição estratégica das conferências do Pe. Leonel Franca S.J., sinaliza a projeção organizacional das instituições superiores católicas (ICES, Faculdades, Universidade e PUC-RIO), bem como sua relação de poder ao instituir os cursos, compor a equipe administrativa e docente e, ainda, formar alianças com representantes de ordens religiosas e o Estado.

> **Faculdades Católicas**. São imprevisíveis os caminhos da Providência. [...] O Cardeal legado em entrevista à imprensa declarou que ela estaria organizada em 1940. E não iludiu à Nação. Em novembro do ano passado o governo lhe dava autorização para funcionar. Dois Institutos ficaram fundados – as Faculdades de Direito e Filosofia. [...] Abrem-se os cursos inaugurais. O Cardeal, o Sr. Núncio Apostólico, o Ministro, representações culturais, professores, famílias preenchem literalmente o vasto salão de atos de S. Inácio. Lê-se a provisão que nomeia Reitor o P. Leonel Franca. Todos sabem o que significa esta escolha (FACULDADES, 1941, p. 32, grifo do autor).

Em 1941, a abertura dos cursos de filosofia e direito das Faculdades Católicas demonstra a posição estratégica de lideranças católicas no ensino superior, pois tais instituições possibilitam a formação do homem integral que vai atuar no governo do país, na magistratura, na administração pública, no sacerdócio e no exercício das profissões liberais, sendo primordial intensificar os princípios que regem a formação da cultura de uma nação. Na sessão inaugural, os discursos são pronunciados[107] por Pe. Leonel Franca S.J., Afonso Pena Junior, Alceu Amoroso Lima e Ministro Gustavo Capanema. Nesse contexto, segue uma parte da alocução do padre jesuíta:

> Universidade católica não é centro de estudos em que se cortam as legítimas liberdades de investigação e se substituem pela aceitação dos dogmas os processos da ciência. Não. A igreja, nos seus ensinamentos mais solenes do Concílio Vaticano, reconhece a justa autonomia dos métodos, nos domínios das várias disciplinas. O sábio católico tem uma confiança inabalável na coerência total da verdade; todos os métodos que a ela podem levar, êle os segue com uma fidelidade religiosa. O mundo da experiência para êle é um Cosmo, isto é, um Todo Ordenado, feitura de uma Sabedoria Criadora, e, por isso mesmo, permeável a inteligência e a razão (FRANCA, 1954a, p. 152-153).

[107] Pronuncia o Reitor sua oração. Estão traçados com mão de mestre os rumos da Universidade. Seguem-se os dois professores, um de cada Faculdade, também grandes na admiração e n a estima dos católicos brasileiros – Afonso Pena Junior, catedrático de Direito Civil e Alceu Amoroso Lima, de Literatura Brasileira. Fala ainda o Ministro da Educação. As responsabilidades de alto cargo não permitem a S. Excia, um simples discurso composto de frases banais para se apagarem com o tempo. S. Excia, que foi também, no seu próprio e no nome do governo, um grande admirador do movimento, integrado nele pelos seus sentimentos católicos que jamais ocultou, não destoou uma linha das orações anteriores. E foi por isto que a assembleia se sentiu na obrigação de interromper a pequenos intervalos a corajosa alocução do Ministro (FACULDADES, 1941, p. 32-33).

Os centros universitários católicos devem operar sob o espírito de unidade, harmonia e coerência interior. Tal ação, vinculada à solidariedade orgânica, tem por objetivo desenvolver a inteligência, sem atrofiar o homem religioso; alinhar o patrimônio científico com a vida espiritual; e não apoiar a laicização progressiva, pois ela atua dissociada da cultura católica na formação da nação.

Em 1942, os avanços na organização das Faculdades Católicas apontam o aumento substancial das matriculas, sendo intrínseca a responsabilidade do patrimônio intelectual pelas instituições católicas de ensino superior. No processo de formação, o naturalismo e o humanismo são duas grandes categorias, seriam tabelas de valores diferentes — "que na filosofia, na interpretação da história, na pedagogia, no estudo da vida social" — com rumos divergentes de julgamento e critérios para ações, sendo "nobre essa tarefa". No entanto, essas instituições católicas têm por princípio assumir a missão providencial de formar a alta intelectualidade humanista em torno de uma nova cristandade (FRANCA, 1954a).

> **As Faculdades Católicas em 1942.** O Brasil católico de todos aqueles que sentem a necessidade imperiosa de alargarmos os quadros do apostolado intelectual estão acompanhados com atenção e simpatia o desenvolvimento de nossas Faculdades Católicas, base e início da futura Universidade. Felizmente, elas estão entregues às mãos de timoneiro inteligente e criteriosos: Leonel Franca é uma bandeira. Debaixo de sua direção temos um dia, **volente Deo**, nossa Universidade. Pelos esforços que despendeu até agora, Pe. Leonel Franca já se tornou merecedor de reconhecimento. A esta hora, ao norte e ao sul do país, não haverá centro de cultura católica em que não seja pronunciado a gratidão a que faz juz, o nome de Leonel Franca (AS FACULDADES, 1943, p. 1, grifo do autor).

Em 1943, ocorre a consolidação jurídica das Faculdades de Direito e Filosofia, constituída por docentes admiráveis, e a formação de profissionais comprometidos com as funções na vida social. Nesse caso, projeta-se a ampliação das instituições católicas[108], sendo elevados os índices de matrículas em relação ao ano anterior. A missão providencial dos centros de cultura católica na reconstrução do mundo de amanhã, então, tem por objetivo permitir condições modernas de existências regradas pela justiça e pela paz.

[108] Materialmente, ampliamos de muito as nossas instalações. Não obstante as dificuldades dos tempos, tivemos a consolação de ver levantar-se um novo pavilhão com suas 20 salas de aulas, amplas e bem visitadas pela luz e pelo ar. Cada uma das duas faculdades terá, assim, o seu pavilhão próprio, a assegurar-lhes a autonomia da vida escolar (FRANCA, 1954a, p. 163).

> **Homenagem das Faculdades católicas ao Chefe do Governo**. No palácio do Catete 5ª feira numerosas delegações de professores e alunos para agradecer ao Chefe do Governo o decreto que doou á nossa Universidade Católica um terreno na esplanada do Castelo [...]. Pelos professores da Universidade Católica falou o Revmo. Pe. Leonel Franca. Discurso curto, mas expressivo e rico de ideias acerca do papel reservado a uma Universidade Católica na vida cultura de um povo. Agradeceu o descortino do Presidente e a compreensão larga em ter ele acolhido desde o nascer a iniciativa da Igreja de organizar em nossa Pátria uma universidade, veículo de ciência, de cultura e de formação espiritual (HOMENAGEM, 1943, p. 1-2, grifo do autor).

Em 1944, é marcada, pela fundação da Escola de Serviço Social (obra da renovação social), a expedição dos primeiros diplomas das Faculdades Católicas. O padre jesuíta aponta a missão das universidades no progresso científico ao lado da função social de preparar os profissionais em tempos de singular gravidade na história da família.

Depois, expõe os perigos dos governos totalitários e a emergência de uma democracia em prol das liberdades essenciais de cada pessoa humana, que possa estender as exigências das instituições econômicas, políticas, jurídicas e sociais, assumindo tal condição. E ao defendê-la e restabelecê-la, constitui uma concepção cristã da sociedade. Essa projeção das instituições católicas superiores na sociedade direciona a formação da juventude para os princípios da cultura católica, algo proferido na sessão inaugural dos cursos.

> **Formando a juventude nos princípios sociais-cristãos –** A instalação dos cursos das Faculdades Católicas. [...] Sob presidência de D. Jayme de Barros Câmara, Arcebispo Metropolitano, que abriu a sessão solene de instalação perante o corpo docente e discente. Falou, de início o reitor, rvmo. Padre Leonel Franca S.J, que se referiu, sob gerais aplausos, à formação da juventude para a solução dos problemas de após-guerra, os quais deverão ser resolvidos segundo os postulados do Evangelho (FORMANDO, 1944, p. 6, grifo do autor).

Em 1945, há a consolidação da revista *Verbum* (o fascículo nº 5 marca o início de seu segundo ano de existência), bem como a doação da biblioteca de Samuel MacDowell (especializada em história do Brasil) à Universidade Católica. Na sequência, a vitória das armas contra a maior potência militar dos tempos modernos enaltece a função transcendental do cristianismo na restauração do mundo pela missão sobrenatural de guiar a humanidade na reorganização da vida social. Nesse cenário, interpretar a vida social e as necessidades das nações é primordial para o desenvolvimento das funções sociais entre os membros universitários, sendo imperativas as ações das universidades católicas.

Em 1946, é mencionada a presença eclesiástica na fundação das mais célebres instituições de ensino superior do velho mundo (Oxford e Cambridge, Paris e Bolonha, Viena e Cracóvia, Roma e Coimbra), assim como a elevação das Faculdades Católicas brasileiras, em 15 de janeiro, para Universidade Católica. Segundo Franca (1954a, p. 199), "eis a missão perene das universidades católicas: elaborar um ideal concreto de cristandade e iluminar a ação dos que o devem realizar". A missão educadora intrínseca à Igreja Católica tem função de propagar a cultura cristã na civilização e projetar as universidades católicas como redutos imprescindíveis de ação profunda do cristianismo.

Em 1947, são recordados fatos do ano anterior, como a lei que outorga a categoria universidade *pleno jure* e a integração do Instituto de Formação Familiar e Social. Depois, o autor adentra nas questões da democracia e nos osbstáculos políticos, econômicos e humanos que a cercam, demonstrando o papel da educação na retirada de tais obstáculos.

A formação para a democracia, por sua vez, ocorre no espiritualismo cristão por convicção, apoiando conclusões racionais e se diferindo dos ateus, materialistas, relativistas e céticos por ser questão de sentimento entre os sistemas ideológicos que povoam a inteligência.

Nesse sentido, a Universidade Católica constitui o ambiente educativo apropriado para a democracia, além de defensor dos princípios da inviolabilidade dos nossos direitos. E a conferência proferida na solenidade em que a Universidade Católica do Rio de Janeiro foi elevada ao título – Pontifícia, no dia 16 de dezembro daquele ano, consagra a grandeza de sua vocação espiritual.

> O ato da S. Sé, que, por um decreto, erige a nossa Universidade, associando-a, irmã mais nova, às Universidades Católicas disseminadas pelo mundo, como ontem outro decreto do nosso Governo a colocava entre as universidades brasileiras, vem por a coroa a um longo trabalho de desenvolvimento espiritual. [...] O título de PONTIFÍCIA de que doravante se poderá exornar a nossa Universidade ratifica e autêntica o de CATÓLICA que a designou desde o berço. [...] Sua missão é realizar a síntese orgânica do saber, orquestrar a estruturação inteligente e justa dos elementos da vida social, esclarecer os fundamentos constantes da solidariedade e da paz na convivência dos povos. Sua aspiração suprema: consolidar o amor difundindo a verdade (FRANCA, 1954a, p. 222-224, grifo do autor).

Por fim, em 1948, é fundado o Instituto de Direito Comparado (pioneiro no país), com o objetivo de trazer contribuições, ou seja, fórmulas jurídicas de uma solidariedade e fraternidade real e a Escola Politécnica, que representa uma necessidade inadiável na realização de uma consciência do progresso, a partir do rigor de aplicação científica às

atividades da indústria no país. Depois, é publicado (pela universidade) o livro *Servir*, composto por três séries que apresentam: estudos sociais direcionados às questões contemporâneas de urgência ao pensamento cristão; a psicologia experimental (tratado) do Pe. Siwek e escritores brasileiros da Companhia de Jesus (monografia da época colônia), por Pe. Serafim Leite; e textos clássicos, com a edição fac-símile *Vita Christi*, de Ludolfo Cartusiano, pelo Pe. Augusto Magne.

Entre as conferências do padre jesuíta, está a imposição contra as potências autoritárias, governos mantidos pela força, partido único no curso de uma nação, atos de opressão, medo e escravidão do homem. Tais atrocidades fazem emergir a restauração das nações a partir de governos democráticos que prezam pelos direitos essenciais aos cidadãos e ao patrimônio comum da família humana.

Nesse contexto, no *Jornal do Commercio*, é publicada na íntegra, em 24 de novembro de 1946, a conferência "Rumos da democracia", realizada pelo Pe. Leonel Franca S.J., magnifico reitor da Universidade Católica, no palácio do Itamaraty, promovida pelo Instituto Interaliado de Alta Cultura. Essa conferência percorre os periódicos cariocas do período e sinaliza a representação da Igreja Católica sobre o tema em tempos de pós-guerra, perguntando-nos o que entendemos de democracia.

> De Lincoln, que, na sua simplicidade aparente, tem uma concisão mnemônica: "governo do povo, pelo povo, para o povo". Nesta fórmula encerram-se as duas implicações características do regime democrático: igualdade dos cidadãos perante a lei, governo das maiorias. Qualquer que seja a técnica de escolha dos seus representantes, o governo democrático é o governo da maioria. Por ela, se diz que o povo governa: governo do povo, pelo povo (FRANCA, 1946, p. 4).

O autor considera fundamental no regime democrático a igualdade dos cidadãos perante a lei. Um caminho na realização desse regime é retirar os privilégios e estender a todos os direitos essenciais à vida, ao trabalho, à liberdade, entre outros que permitam constituir um ato da democracia com extensão na comunhão social. Os perigos são eminentes das políticas autoritárias, pois os resquícios estão impregnados entre as massas, que se intitulam politicamente livres, mas vivem sob um regime de servidão econômica. Dessa forma, a operação não é fácil, uma vez que a verdadeira igualdade requer um nivelamento econômico que assegure o convívio humano e a justiça social.

> O mundo cristão tomou consciência mais viva dos fundamentos espirituais de suas instituições sociais e estruturas políticas. Os maiores estadistas dos nossos dias, os grandes pioneiros dos povos livres proclamaram-no sem rebuços: a

> defesa da democracia é a defesa da civilização cristã ameaçada pelos governos que absorvem totalmente o homem numa finalidade terrena (FRANCA, 1946, p. 4).

Os rumos da democracia percorrem a relação entre a presença e a ausência da liberdade, sendo uma utopia, para o assistente eclesiástico, alcançá-la fora de uma concepção espiritualista e cristã. Eis aí, então, uma posição estratégica ao demonstrar que a convivência da sociedade democrática percorre os caminhos de fraternidade, benevolência e respeito mútuo, o que permite aos cidadãos e sua consciência a responsabilidade dos próprios atos, em acordo com os direitos e deveres que constituem a sociedade.

2.3 O CENTRO DOM VITAL: PILAR DOS ÓRGÃOS CATÓLICOS

Entre os órgãos católicos que iriam compor o instrumento estratégico de restauração[109] e aglutinação de intelectuais frente à sociedade brasileira na primeira metade do século XX, estava a fundação do Centro Dom Vital (CDV), no Rio de Janeiro, em 1922[110]. Tal projeto foi liderado, na esfera eclesiástica, pelo Cardeal D. Sebastião Leme, com objetivo de formar um quadro de escritores em defesa dos princípios que constituíam a tradição católica. E, na esfera laica, foi liderado por Jackson de Figueiredo, membro dos ciclos culturais no período, crítico literário, político, jornalista, advogado, professor e filósofo, com articulações intelectuais na imprensa católica.

A revista *A Ordem*[111] (1921) apontava um pioneirismo entre os periódicos da Reação Católica[112] por aglutinar uma legião de intelectuais em prol da restauração institucional católica. Dessa forma, no campo ideológico, posicionou-se contra a

---

[109] A restauração católica foi um movimento que se fortaleceu nos primeiros anos do século XX, liderado pela Sé Romana com objetivo de organizar a reação do clero aos projetos que defendiam a laicização em vários países. Os sistemas de governo laico de algumas nações se efetivaram com as publicações das constituições republicanas, decretos e leis que defendiam a separação entre o Estado e a Igreja, a exemplo do Decreto 119-A de 1890, da Constituição Brasileira (MOURA, 2012, p. 17).

[110] 1922 é o ano da tríplice revolução, como gosta de dizer Amoroso Lima, a política (o Forte de Copacabana), a estética, através da Semana, em São Paulo, e a espiritual, com a fundação do Centro Dom Vital e a publicação de livros como *Pascal e a inquietação moderna* de Jackson, e *A Igreja, a reforma e a civilização*, do padre jesuíta Leonel Franca (VILHAÇA, 2006, p. 170).

[111] Órgão catholico de cultura geral que todo cidadão patriota e bem-intencionado deve ler e meditar, para comprehender os angustiosos problemas sociaes e philosophicos, de que dependem diretamente a salubridade moral e a paz collectiva do mundo comtemporaneo (INDICE, 1929, p. 415).

[112] Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica não tardaria em iniciar a sua política de tentativa de reaproximação com o Estado, denominada de "reação católica". A "reação" que se vislumbrava na Igreja Católica, durante o pontificado de Leão XIII, estaria presente nas iniciativas em torno da questão social e na renovação do tomismo, no campo das ideias (RODRIGUES, 2005, p. 138).

influência das tendências anticatólicas – liberalismo, positivismo e laicismo na sociedade brasileira. Já no campo político, atuou em defesa do nacionalismo em detrimento ao comunismo, em apoio às intencionalidades do governo republicano.

> Desde o início da década de 20, a Igreja Católica aferra-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política mediante a criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos. A amplitude desse projeto resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro em crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos. Ao mesmo tempo em que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas, as ligas destinadas ao culto e à oração, os círculos e as congregações voltados ao recrutamento de "vocações", os altos dignitários do clero empenharam-se em preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais (MICELI, 2001, p. 127).

O projeto de restauração teve posição estratégica no CDV, pois contou com ramificações organizadas entre filiais espalhadas em 1938, por Recife, São Paulo, São João Del Rei, Belo Horizonte, Aracaju, Fortaleza, Porto Alegre, S. Salvador, Juiz de Fora, Aracajú, Itajubá, Ouro Preto, Uberaba, Campos, S. Luiz do Maranhão, Diamantina, Manaus, Florianópolis, Pelotas e Pesqueira. A função dos centros era mobilizar uma legião de intelectuais (letras católicas) no processo de fortalecimento dos pilares da militância (juventude universitária, operários e professores) e intensificar a ação dos leigos engajados nos movimentos pastorais[113].

Nesse viés, as articulações dos intelectuais entre as filiais do CDV tiveram como objetivo reposicionar a presença da Igreja Católica no setor sócio-político-cultural da sociedade brasileira. No campo educacional, o CDV de São Paulo foi responsável pela organização do I e II Congresso de Educação (1931-1932), que discutiram os princípios teóricos e doutrinários fundamentados em nove teses[114], de um ponto de vista cristão, sobre a educação.

---

[113] O saldo mais importante do trabalho desenvolvido por tais agremiações foi o surto de "vocações" entre jovens intelectuais originários de antigas famílias (Almeida Prado, Penido etc.) que decidiram ingressar nas ordens religiosas de maior prestígio (os beneditinos, os jesuítas, os dominicanos) (MICELI, 2001, p. 128).

[114] Apresentaram as teses: Dr. Vicente Mellilo, argumentando que "menosprezar a capacidade educativa da Família é contrário à verdadeira moral, sã política e boa pedagogia"; Dom Gastão Liberal Pinto, exaltando a capacidade educativa da igreja; Dr. Manoel Marcondes de Rezende, "contra o absolutismo pedagógico do Estado liberal ou comunista"; Dr. Papaterra Limongi, "contra a supervalorização da capacidade educativa escolar. Pela colaboração entre Família, Igreja, Escola"; Dr. Leonardo Van Acker, pela abertura aos novos métodos pedagógicos, "excesso ao naturalismo pedagógico"; Dr. Paulo Sawaya, acusando o naturalismo pedagógico de perturbar os benefícios da convivência racional e cristã dos sexos, e defendendo

Depois, do I Congresso de Educação Católica (1934), organizado pelo CDV do Rio de Janeiro, para Casali (1995, p. 111), "demonstrou que o movimento restaurador da Igreja no campo educacional estava em desenvolvimento com objetivos estratégicos e ações bastante abrangentes". E no campo editorial, os impressos católicos (jornais, revistas, manuais escolares, boletins, livros apologéticos e outros) apontavam indícios dos avanços do projeto de restauração em torno da manutenção da hegemonia católica.

A formação do laicato católico sinalizava uma ação sincronizada e organizada no projeto de recrutar e engajar as lideranças nos órgãos católicos. Conforme Moura (2012, p. 21), era "a formação de representações de letrados comprometidos com os projetos da Igreja, com a família e com a ordem social, que fizessem valer as determinações da Sé romana que estavam centradas na sacralização da política".

Ao articular esse projeto, o CDV posicionou-se de forma estratégica com a revista *A Ordem*, que recrutou os intelectuais e permitiu a manutenção dessa relação de poder entre os impressos católicos que circulavam na organização e na projeção dos novos órgãos católicos: APCs, LEC, SJSI e AUC. No entanto, as instituições que compunham a Coligação Católica Brasileira (CCB)[115] foram incorporadas pela ACB, em 1935.

A Reação Católica, comprometida com as orientações do episcopado católico no país, articulou com os intelectuais do CDV, nas seções e crônicas[116] da revista *A Ordem*, a publicação de documentos eclesiásticos que fundamentavam o projeto de restauração por inspiração da encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio* (1922), do Papa Pio XI, ao priorizar a participação dos católicos na construção de uma sociedade cristã. Dessa forma, deu continuidade às orientações da encíclica *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII, ao evidenciar a importância do projeto de restauração pela ação eclesiástica nos movimentos sociais.

Nessa conjuntura, a representação do Cardeal D. Sebastião Leme (arcebispo de Recife e do Rio de Janeiro) apontava a formação de uma rede de sociabilidade e laços na

---

a necessidade e normas da Ação Católica Feminina no Brasil; Prof. Júlio Penna, defendendo que "é dever dos católicos organizar a educação católica em todos os graus escolares, e conseguir superioridade de ensino católico"; e Dr. Alexandre Correa, argumentando que "Escolas Superiores católicas devem formar professoras para escolas primárias" (CASALI, 1995, p. 109-110).

[115] Enumera os seguintes órgãos como componentes da CCB: Secretariado, Centro D. Vital, Associação Universitária Católica (AUC), Confederação Nacional de Operários Católicos (CNOC), Equipes Sociais, Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), Associação de Bibliotecas Católicas e Confederação de Imprensa Católica (VELLOSO, 1978, p. 143).

[116] A lista das crônicas foi composta por: Objeções; Tradução; Filosofia; Literatura; e Artes. Após 1929, a revista incorporou: Crônicas Femininas (1932); Seção Universitária (1930); e Seção Letras Contemporâneas (1935), responsável pela extinta seção Bibliográfica Letras Católicas.

manutenção do poder eclesiástico ao projetar a organização de uma imprensa católica[117] – espaço de circulação das letras católicas na produção dos periódicos visando intensificar os debates sobre os temas educacionais, sociais, políticas e culturais. Tais impressos circulavam em espaços privilegiados, como os centros de estudos católicos organizados pelos movimentos pastorais; as instituições educacionais católicas; os ambientes de socialização de intelectuais católicos; e as bases da militância.

> A movimentação de Dom Sebastião Leme nos setores governamentais, o reconhecimento do Estado a suas ações contra a desordem e a capacidade dos religiosos de organizar um grupo de intelectuais voltados para a recatolização foram atitudes admiradas por eclesiásticos de países com fortes correntes anticlericais. As atividades do religioso brasileiro serviram como exemplo para muitos projetos diocesanos, tais com a organização das cruzadas religiosas, a formação dos núcleos da Ação Católica e a aprovação dos projetos eclesiásticos em um país com considerável crescimento de adeptos de outras práticas religiosas (MOURA, 2012, p. 27-28).

A posição dos intelectuais eclesiásticos na Reação Católica mostrava articulações, ou seja, pontos de influência na política nacional, ao combater as ideias de cunho comunista em posição de cooperação ao governo Vargas[118]. Tal intervenção culminou na estratégia de aproximar os poderes eclesiástico e político. A atuação de intelectuais católicos entre os aparatos estatais sinalizou os indícios de cooperação republicana. Para Dias (1996, p. 22), "o reordenamento social nos anos 30 fez-se inspirado no corporativismo. Nesse projeto, Estado e Igreja prestavam-se mútuo auxílio. Mesmo num período em que o Estado passava por processos de laicização".

Entre as ações no campo apostólico, podem ser destacadas as cartas pastorais (documentos eclesiásticos de orientação para ação e reflexão dos católicos); a posição entre os líderes dos órgãos católicos, com o objetivo de promover diálogos na intelectualidade católica; a atuação significativa na formação do laicato católico; e a posição de diretores nas instituições tradicionais (católicas). Essas ações de recrutamento em benefício do projeto de restauração foram vestígios da ACB, que possibilitou aos

[117]A imprensa católica, que pode e deve de modo variado e atraente, procurar dar a conhecer cada vez melhor a doutrina social, informar com exatidão, mas também com a devida amplidão, acerca da atividade dos inimigos, referir os meios de combate que se mostraram os mais eficazes em diversas regiões, propor ideias úteis e gritar alerta contra as astúcias e enganos com que os comunistas procuram, e com resultado, atrair a si até homens de boa-fé (PAPA PIO IX, 1937).

[118] A concepção de um Estado forte, presente tanto nas formulações do próprio Getúlio Vargas como de intelectuais ligados a seu governo, é também incorporada, em certa medida, pelos católicos, principalmente no que diz respeito à sua crítica ao liberalismo e ao comunismo (RODRIGUES, 2005, p. 147).

católicos leigos, sob orientação eclesiástica, o exercício de funções importantes na militância.

Nesse período, ocorreu a fundação do Movimento Litúrgico[119], um projeto inovador na cultura católica, pois, ao romper com a resistência do corpo eclesiástico conservador, passou a compor uma nova estrutura entre as comissões pastorais. As três dimensões desse projeto eram: possibilitar a participação dos cristãos nos cultos divinos, com acesso ao mistério de Cristo entre as novas lideranças nos movimentos pastorais; desenvolver a vida litúrgica, com aproximação da teologia e compreensão das concepções tradicionais da Igreja, rompendo com traços da hegemonia no âmbito eclesiástico; e permitir ao movimento ecumênico uma função do catolicismo militante (LIMA, 2001).

O Movimento Litúrgico rompeu os limites territoriais das paróquias, dioceses e arquidioceses com ações refletidas na Pastoral do Brasil (com objetivo da formação dos católicos leigos). Essa mobilização apontava posições de resistência e anuência das congregações religiosas após romper com a hegemonia no espaço litúrgico. Nesse caso, a Reação Católica permitiu ao laicato católico a intervenção entre funções no espaço litúrgico e a fundação de inúmeras pastorais que, até hoje, dinamizam a ACB no país.

Entre os projetos de edificação de Reação Católica, os intelectuais engajados nos tempos do líder Jackson de Figueiredo no comando do CDV (1922-1928) indicavam a influência católica entre as trincheiras do campo sócio-político-cultural. As articulações desse grupo representavam indícios do reposicionamento, pois utilizavam a relação de poder das letras católicas (política, educação, direito e outros) em detrimento ao liberalismo, positivismo e laicismo (munindo os professores católicos na ação de militância entre as instituições tradicionais católica, militar e laica), com o objetivo de posicionar a representação católica entre os ciclos culturais.

Tais recomendações no campo educacional foram expressas pela encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), do Papa Pio XI, que estabelecia a posição acerca da educação cristã[120] da juventude entre as "três sociedades necessárias, distintas e também unidas

[119] Foi a partir dos anos 1930 que o movimento ganhou dimensões nacionais. Dom Martinho Michler (monge) atuou entre os representantes eclesiásticos no país, sendo no Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Uberaba o divulgador do Movimento Litúrgico, onde circulava a fim de realizar cursos e conferências em prol da renovação litúrgica. Tal movimento católico, "na opinião da revista *A Ordem* – foi um dos acontecimentos mais marcantes da vida católica dos últimos tempos", pois a participação dos fiéis nas celebrações são marcas do reposicionamento católico dentro da cultura católica (LIMA, 2001).

[120] Conclui a encíclica, a educação cristã abraça toda a extensão da vida humana, sensível, intelectual e moral; individual, doméstica e social, não para diminuí-la, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e a doutrina de Cristo. [...] Diante disso, talvez não pareça muito pretencioso e pouco viável o desejo de chamar à encíclica: Prolegómenos cristãos a qualquer educação do futuro que pretenda apresentar-se com foros de genuinamente humana (VAN ACKER, 1940, p. 69-70).

harmonicamente por Deus", sendo de "ordem sobrenatural" a Igreja Católica e de "ordem natural" a família e a sociedade civil. Assim, as APCs tinham posição estratégica na orientação e na formação dos professores católicos, na organização de eventos educacionais e na fundação do *Boletim das APCs*, sempre em prol da pedagogia católica no país.

Nesse contexto, a produção e a circulação de intelectuais nos periódicos católicos solidificaram a presença da cultura católica no país e apresentaram ofensivas aos avanços do laicismo pedagógico, orientadas pela encíclica *Divini Illius Magistris* (1929) e outras posições assumidas pela Igreja Católica no Brasil.

No campo editorial, a revista *A Ordem*, vinculada ao CDV, teve posição estratégica por se manter alicerçada nos documentos eclesiásticos, com extensão aos aportes teóricos, pelo viés conservador do líder católico Jackson de Figueiredo (1922-1928) e, depois, pelo viés democrático do líder católico Alceu Amoroso Lima.

> O centro estava ligado à revista dos intelectuais católicos, que realizava a divulgação das atividades da instituição de acordo com seu posicionamento teórico e de militância com os valores da igreja romana. A função do centro era disponibilizar um ambiente de debates de interesses da Igreja Católica, liderados por eclesiásticos e homens das letras das principais cidades do país. Suas atividades se dividiam entre palestras, formação de religiosos, organização de um espaço onde fosse possível encontrar publicações religiosas para a sociabilidade entre intelectuais católicos e realização de retiro para orientação espiritual, dentre outras atividades desenvolvidas em diversas cidades do Brasil (MOURA, 2012, p. 34-35).

Nos tempos do líder católico Jackson de Figueiredo, a revista *A Ordem* adotou o pensamento tradicionalista francês[121], com traços italianos e ingleses, e se posicionou entre os temas contrarrevolucionários pelos aportes teóricos de matriz político-ideológica dos filósofos franceses, como é o caso de Joseph de Maistre na defesa do princípio de autoridade:

> E Jackson, cujas ideias políticas transcendiam de muito o nível puramente partidário, e trazia para o campo da luta política uma doutrinação filosófica bebida sobretudo em Joseph de Maistre, de Bonald, Donoso Cortez e Veuillot, em vez de fundar um partido ou entrar para o Parlamento, como pensou um momento, formando as hostes defensoras da Legalidade, deliberou atuar de modo mais profundo, mais remoto, mais indireto, *fundando um Centro de Cultura* e uma *Revista*, esta em 21, aquela em 22. Foi assim que o Centro Dom Vital nasceu, ao mesmo tempo no plano da doutrinação, não apenas de base intelectual, mas religiosa, e ligado a uma intenção política de caráter prático, embora não propriamente partidário: o da *defesa do princípio da autoridade*,

[121] Entre outros pensadores tradicionalistas, constam: Edmund Burke, Louis Ambroise de Bonald, Joseph de Maistre e Juan Donoso Cortés, Henri Massis, Auguste Biatte, Charles Maurras e Louis Veuillot.

> que lhe parecia o mais debilitado, pela delinquências do liberalismo burguês em trinta anos de República sem ideal político doutrinário (LIMA, 2001, p. 75, grifo do autor).

O conservadorismo[122], na Reação Católica defendida por Jackson de Figueiredo, apontava a importância de tais discussões político-ideológicas entre os intelectuais nos grupos sociais pela restauração na sociedade brasileira. Nesse sentido, sob orientação do Cardeal D. Sebastião Leme, a extensão desse projeto deu-se ao posicionar os intelectuais de forma expressiva nos periódicos católicos, em especial na revista *A Ordem*. Para Moura (2012, p. 33), o "periódico foi considerado porta-voz dos intelectuais empenhados em restabelecer o poder do clero nas decisões do Estado nacional".

Nesse contexto, os artigos eram posicionados, principalmente, das seguintes formas: em defesa da moralidade católica; em combate ao liberalismo impregnado no governo; contra as tendências do comunismo; em repúdio aos princípios do protestantismo; na ferrenha crítica às posições políticas da maçonaria; e na defesa da influência católica sobre o sistema educacional. Essas produções fortaleciam o pensamento católico e tinham impacto no projeto de restauração, pois circulavam entre as instituições e os órgãos católicos, com extensão no campo sócio-político-cultural.

O líder católico Jackson de Figueiredo teve como objetivo organizar uma elite que lutasse por recristianizar a cultura brasileira, com o apoio do Cardeal D. Sebastião Leme. Entre as influências que constituíam sua posição em defesa da ordem e da tradição, estavam os ideólogos da *Action Française*, Henri Massis, Auguste Biatte e Charles Maurras, ao lado do escritor e jornalista Louis Veuillot e do filósofo Joseph de Maistre.

No entanto, ele permaneceu fiel a Joseph de Maistre, que foi a grande matriz reacionária, e, no Brasil, foi adepto do escritor e filósofo Raimundo de Farias Brito. Ao encarnar a doutrina da ordem entre suas produções, três obras tiveram destaque: *Algumas reflexões de Farias Brito*, em 1916; *A questão social na filosofia de Faria Brito*, em 1919;

---

[122] O grupo católico se apropriou de elementos do conservadorismo para organizar as suas intervenções na União e na imprensa católica. A doutrina conservadora foi elaborada no século XIX, na Europa, por De Bonald, Joseph de Maistre, Jaime Balmes e Donozo Cortés. O grupo católico se expressava como defensor do conservadorismo na medida em que se opunha ao desejo de mudança. Em vez da mudança, recorria à tradição e retomava alguns elementos do passado com padrão e modelo para o presente. Nesses termos, o laicato católico recusou a mudança proposta pelo laicismo e defendeu a tradição católica no Brasil como garantia para a manutenção dos valores católicos na sociedade brasileira do século XX. Além de se apropriar desse elemento do conservadorismo, o laicato católico retomou a noção de valorização da nação em detrimento ao indivíduo. Com esse argumento, o grupo católico se contrapôs ao liberalismo e justificou o seu papel salvacionista da sociedade brasileira. Opôs-se ao liberalismo quando afirmou que a liberdade individual não estava acima dos interesses da nação, mas ao contrário, a liberdade individual deveria ser corrigida pelas regras estabelecidas na sociedade (CAMPOS, 2010, p. 65).

e *Pascal e a inquietação moderna*, em 1922. Isso porque essas obras o distanciaram de uma linha de primazia literária e constituíram sua posição em uma linha de primazia ideológica em defesa dos temas catolicismo, ordem, autoridade, contrarrevolução, nacionalismo e restauração moral. Assim, o processo de revitalização do catolicismo brasileiro, se não começou com ele, teve nele uma das suas forças mais importantes devido à sua ação no CDV e à participação entre os debates políticos (VILHAÇA, 2006).

A matriz reacionária assumida pelo líder católico sinalizava as diretrizes[123] do Papa Pio XI ao priorizar a utilização das obras de caráter intelectual na formação da nação. Desse modo, os periódicos católicos tinham que indicar, além das discussões teóricas e apologéticas, a conversão de intelectuais ao catolicismo e demonstrar a relação entre o intelecto e a fé. Nesse sentido, a posição da revista *A Ordem* era:

> Retoma constantemente nomes de intelectuais do movimento católico brasileiro, apresentando a sua respectiva contribuição. São publicados ensaios sobre Farias Brito, Joaquim Nabuco, Júlio Maria e transcritos textos de sua autoria. Menciona nomes como os de Carlos de Laet, Felício dos Santos, Cardeal Arcoverde, D. Sebastião Leme, Pe. Leonel Franca, Conde de Affonso Celso e outros. Algumas vezes apresenta ensaios sobre personalidades políticas, destacando a sua atuação benéfica em relação à Igreja, tais como: Rui Barbosa, Braz de Florentino, Cândido Mendes (VELLOSO, 1978, p. 124).

Após a morte de Jackson de Figueiredo, em 4 de novembro de 1928, Alceu Amoroso Lima assumiu o comando do CDV, naquele mesmo ano, com apoio entre os expressivos intelectuais católicos Cardeal D. Sebastião Leme, Pe. Leonel Franca S.J., e Heráclito Sobral Pinto. O sucessor do líder da Reação Católica, para Arduini (2012, p. 46), foi "considerado um neófito por ter assumido a fé católica poucos meses antes, trazia consigo a consagração como crítico literário capaz de aumentar o prestígio de A Ordem e seu projeto de valorização dos aspectos religiosos da cultura nacional".

Nessa conjuntura, ocorreu a mudança do paradigma conservador na revista *A Ordem*, como o abandono da tendência política impregnada nessa instituição – embora tenha mantido a posição de resistência aos princípios do comunismo, liberalismo e laicismo –, que passou a atuar entre suas produções com maior representação nas linhas religiosas e filosóficas, como o reposicionamento de intelectuais católicos sob aportes da matriz teórico-filosófica do francês Jacques Maritain.

[123] Para esse efeito, é indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola, como mestres, programas e livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão sob a direção e a vigilância maternal da Igreja Católica, de modo que a religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior (PAPA PIO XI, 1929).

Nas décadas de 1930 e 1940, entre os temas mais expressivos que circulavam nas discussões intelectuais na revista *A Ordem*, destacavam-se, para Rodrigues (2005, p. 137), a "Liga Eleitoral Católica, comunismo, liberalismo, fascismo, totalitarismo, democracia e integralismo, educação, ação católica". Esses temas apontavam uma relação de poder nos projetos que compunham a restauração católica e a aproximação do Estado.

> A atividade intelectual do centro pela chave de seu discurso anticomunista. O centro é visto como um monobloco em seu apoio à política repressora de Vargas a partir de duas perspectivas: a formação de uma intelectualidade e a criação de agremiações operárias que ocupassem os espaços de vida social nos quais o Estado ainda não estivesse muito presente [...]. São dois os períodos de maior força do anticomunismo: os anos entre a "Intentona Comunista" e a instalação do Estado Novo, e o período seguinte ao Golpe de 1964, que em grande medida reproduz os argumento em meados da década de 1930 por meio de revistas como A Ordem (ARDUINI, 2012, p. 49).

A atuação do CDV no campo político, mesmo com a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1932, consistia em manter a defesa dos seus princípios[124] e afastar-se de qualquer compromisso partidário. Dessa forma, foi assumida a estratégia de não intervir entre lutas partidárias ao criar diques que distanciavam os riscos que podiam colocar em xeque a autoridade moral e política da LEC, com intervenção em ações que estivessem propensas às inclinações político-ideológicas contrárias à Reação Católica. Assim, entre as atribuições LEC, constavam:

> A Liga Eleitoral Católica deveria divulgar as diretrizes e as tomadas de posição da Igreja entre os fiéis e canalizar os votos dos eleitores católicos em favor dos candidatos dos diferentes partidos que estivessem prontos a sustentar as posições católicas em questões delicadas e controversas, como, por exemplo, a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência eclesiástica às classes armadas etc. Como a LEC não dispunha de uma lista explícita de candidatos, limitando-se a recomendar aqueles que se comprometiam a apoio ao elenco de exigências mínimas da Igreja, fica difícil avaliar o peso político efetivo que suas indicações tiveram na futura Assembleia Constituinte. Sabe-se, contudo, que grande parte das reivindicações constante do programa católico foi incorporada à constituição de 1934 (MICELI, 2001, p. 130).

[124] I - defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com assistência efetiva às famílias numerosas; II - Incorporação legal do Ensino Religioso facultativo nos programas e horários das escolas primárias, secundárias e normais da União, dos Estados e dos Municípios; III - Regulamentação das assistências religiosas facultativas às classes armadas, aos hospitais, prisões e instituições públicas; IV - Legislação do trabalho inspirada nos mais amplos preceitos de justiça social, e nos princípios de ordem cristã para os trabalhadores tanto urbanos como rurais (LIMA, 1945, p. 424).

A posição do CDV em relação à participação dos católicos na política teve como objetivo posicionar o voto entre os candidatos e os partidos que estivessem propensos aos princípios da ACB, à proteção do nacionalismo e à defesa da democracia. A formação da consciência política pela LEC (organização não partidária) possibilitou ações de intervenção no campo político, como a manutenção da sua relação de poder na sociedade, ao intensificar suas posições entre os eleitores católicos e ao apoiar os candidatos políticos que expressassem ideias em benefício da cultura católica.

A estrutura ideológica da LEC foi organizada para atuar em quatro posições: nacional, como grupo decisório sobre os assuntos da política nacional; estadual, tornando públicas as decisões das instâncias superiores e das bancadas apoiadas pela LEC; regional, informando as decisões das juntas regionais, como as resoluções de conflitos; e local, agindo no registro dos eleitores na LEC. Nesse contexto, ao mobilizar os católicos em relação aos candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja Católica, a LEC atuou de forma estratégica no campo político.

Segundo Lima (2001, p. 131), a "em 1930 e na década respectiva, começava apenas a sua irradiação, tanto no plano da ação política não-partidária (a Liga Eleitoral Católica) como na ação puramente religiosa, um dos núcleos", da AUC. A LEC apontava ações de uma campanha cívica ao reposicionar os católicos em defesa dos princípios da cultura católica e ao demarcar a posição dos eleitores católicos em relação ao dever do voto. A participação da LEC na política nacional era um vestígio de reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado, que seria expressa na Constituição Federal de 1934.

Nesse sentido, a participação da LEC aconteceu nas eleições da Assembleia Nacional Constituinte (1933/1946), na Câmara Federal, e das Assembleias Constituintes Estaduais (1934) e Presidenciais (1945/1950). É importante mencionar ainda a mudança da nomenclatura LEC, em 1962, para Aliança Eleitoral para a Família (ALEF), que demarcou o posicionamento da Igreja Católica frente a outras intencionalidades no período.

Na manutenção do projeto de restauração pelo CDV, as reuniões[125] no prédio da Praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro, apontavam a constante presença de

[125] O grupo do Centro se reunia na sede da Livraria Católica, a fim de ler as correspondências de Figueiredo Lima e de estudar os autores prediletos deste grupo. Só mais tarde este grupo foi orientando o Centro, passando a defender a universalidade e a liberdade, ao contrário do nacionalismo e do autoritarismo que predominavam na época de Figueiredo (DIAS, 1996, p. 91).

intelectuais[126] da cultura brasileira com ações entre as lideranças na produção e na circulação da revista *A Ordem*. A rede de sociabilidade instituída entre as filiais do CDV (considerado elemento aglutinador de intelectuais) aproximava as discussões centrais do período (educação, política, ciclos culturais, dogmas, livros eclesiásticos, filosofia, revistas católicas e militância), organizadas pelo líder católico.

> No tocante às relações entre a Igreja e o campo intelectual, duas instituições de enquadramento ideológico receberam a incumbência de congregar o núcleo de intelectuais leigos que passariam a atuar como porta-vozes orgânicos dos interesses da corporação religiosa: a revista *A Ordem* (1921) e o *Centro Dom Vital* (1922). Tendo sido criadas como centros de reunião e de difusão das doutrinas e tomadas de posição de intelectuais católicos acerca de inúmeras questões temporais, essas instituições acabaram assumindo um elenco cada vez mais diversificado de tarefas e funções (MICELI, 2001, p. 128, grifo do autor).

Nesse viés, a primeira edição da segunda fase[127] da revista (1929) teve posição especial entre os intelectuais católicos, pois os artigos foram direcionados ao idealizador e fundador de *A Ordem* e do CDV. Tal legado impetrado pelo líder intelectual católico leigo Jackson de Figueiredo era um indício da Reação Católica que recrutou intelectuais em prol da cultura católica e da atuação nos periódicos católicos.

> Havia o desejo da figura eclesiástica mais importante do período, o então arcebispo coadjutor Sebastião Leme, de arregimentar um batalhão de escritores para a defesa dos pontos de vista da igreja católica no Brasil. [...] Figueiredo desejava fazer da revista a trincheira de defesa de um racionalismo que reafirmasse nossa tradição católica e pacífica e justificasse a condenação irrestrita de todas as revoltas sociais e do modernismo literário (ARDUINI, 2012, p. 45).

Assim, foi impressa uma edição especial da revista *A Ordem* — exemplar anno VIII - vol. I (nova série) —, tendo como fundador Jackson de Figueiredo e como diretores Tristão de Athayde (pseudônimo adotado por Alceu Amoroso Lima) e Perillo Gomes, pela Typ. do Annuario do Brasil (Rio de Janeiro, de 1929). No índice do volume I – Nos.

---

[126] Entre os nomes que circulavam na lista desse periódico, destacam-se: Pe. Leonel Franca, D. Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Durval de Moraes, Hélio Vianna, Jonathas Serrano, Leonardo Van Acker, Everaldo Backheuser, Lúcia Miguel Pereira, Prudente de Moraes Neto, San Tiago Dantas, Sobral Pinto, Tasso da Silveira, Afrânio Peixoto, Pedro de Oliveira Ribeiro, Hamilton Nogueira, Perillo Gomes, Mário de Alencar, Alexandre Correia, Barreto Filho, José Vicente de Sousa e Francisco Karam.

[127] A nova fase da revista, sob nova direção, deveria ver logo que não mudou apenas sua liderança por motivos acidentais (morte de Jackson). Embora no editorial do primeiro número, Tristão de Athayde, "obedecendo ao chamado do amigo", comunique que seguirá os mesmos caminhos de Jackson, já se indica que A Ordem perdera seu caráter político para tornar-se uma revista católica de cultura geral (CASALI, 1995, p. 126).

1 e especial 2 (nova série), constava a relação de 55 artigos direcionados ao fundador e diretor (*in memoriam)*[128] pela sua importância na formação do laicato católico e atuação entre os intelectuais desse órgão.

Nessa edição, de 1929, Alceu Amoroso Lima assumiu como presidente do CDV e ficou responsável pela revista *A Ordem*, que tinha como diretor Perillo Gomes e assistente eclesiástico o Pe. Leonel Franca S.J. A revista foi publicada com periodicidade trimestral – em 15 de março (edição exclusiva sobre a personalidade e as obras do fundador), 15 de junho, 15 de setembro e 15 de dezembro.

Alceu Amoroso Lima assumiu a posição de líder católico por influência direta do Pe. Leonel Franca S.J., e de Jackson de Figueiredo, após conversão ao catolicismo, em 1928. A segunda fase da vida e obra de Tristão de Athayde foi marcada, no campo teórico, pelo abandono das tendências do agnosticismo e esteticismo e apropriação dos princípios do catolicismo, sendo influenciado pelas obras do filósofo francês Jacques Maritain, representante da tendência filosófica neoescolástica, cujos preceitos filosóficos de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino foram os pilares teóricos da Igreja Católica.

> A influência de Maritain sobre Alceu foi poderosa. Ninguém o influenciou mais profundamente. O primeiro livro de Maritain que leu foi *Primauté Du Spirituel*, de 1926, logo seguido de vários outros, como *Trois Réformateurs*. O pensamento político-social de Alceu segue a evocação de Maritain, pelo menos até 1950. (Quando justamente Maritain se recolhe mais à intimidade da sua vida mística, em Princeton, a escrever *A filosofia moral*...) E foi Alceu quem divulgou amplamente no Brasil a obra de Maritain, que significava uma grande abertura de espírito, no fim da década de 1930 e começo de 1940. Alceu foi e é um maritainiano (VILHAÇA, 2006, p. 188, grifo do autor).

Assim, a filosofia de Jacques Maritain ocupou espaços privilegiados na imprensa católica, com significativa presença entre as discussões desses intelectuais, em consonância com os princípios democráticos que influenciaram a ACB. Essas discussões

[128] Na lista dos respectivos artigos (autores e título), constam: ARANHA (Graça) Jackson de Figueiredo (Sua modernidade); ARAUJO (Murillo) Evangelho de Jackson; AZEREDO (Carlos Magalhaes de) Jackson de Figueiredo (O Conciliador); BARRETO (Filho) O sentido da tragédia em Jackson de Figueiredo; CARVALLHO (Ronald de) Jackson de Figueiredo (O realista); CORREIA (Alexandre) Jackson de Figueiredo (O philosopho); "DIARIO de Minas" O alto sentido da revista de Jackson de Figueiredo, hoje nas mãos de Tristão de Athayde; FONSECA (Gondin da) Jackson de Figueiredo (O polemista); GANNS (Claudio) Jackson de Figueiredo (O jornalista); GOMES (Perillo) Jackson de Figueiredo (O apologista); LEME (D. Sebastião) Jackson de Figueiredo; LIMA (A. Amoroso) Jackson de Figueiredo (Seu lugar); LIMONGIO (J. Papaterra) Jackson de Figueiredo (O *christiannizador*); NOGUEIRA (Hamilton) Jackson de Figueiredo (O pensador político); OLIVEIRA (Xavier de) Jackson–pescador; PEIXOTO (Afrânio) (O romancista); PESSOA (Epitáfio) Jackson de Figueiredo; PINTO (H. Sobral) Jackson de Figueiredo (O realista político); REDAÇÃO Jackson de Figueiredo; RODRIGUES (Contreiras) Jackson de Figueiredo (O sociólogo); e SILVIA (Olegário) Jackson de Figueiredo (Infância e adolescência); entre outros.

filosóficas adentraram as reuniões do CDV e as projeções de ação dos órgãos católicos APCs, SJSI, LEC e AUC.

Depois de Alceu Amoroso Lima traduzir as obras de Jacques de Maritain – *Humanismo integral*, *Direitos do homem* e *Cristianismo e democracia* –, ele expressou sua posição sobre os acontecimentos que constituíram a política europeia no período da 1ª e da 2ª Guerra Mundial em defesa da relação entre França e Inglaterra, contra o sofrimento que predominava nas nações submetidas aos governos nazistas e fascistas, indicando, por exemplo, a necessidade de órgãos católicos atuarem no campo político defendendo os princípios que regiam a democracia.

> A obra definitiva de Maritain foi, à luz dos princípios religiosos e filosóficos mais puros da Igreja Católica, ter mostrado a veracidade da sentença bergsoniana, de que "a democracia é de essência evangélica". Eis por que é em Maritain que vamos procurar os fundamentos metafísicos indispensáveis para uma restauração da dignidade da democracia, que deixa assim de ser, *quando bem entendida e aplicada*, a defesa de uma classe moribunda, para se tornar a garantia dos próprios direitos do Homem, contra toda opressão econômica e política, na sociedade (LIMA, 1945a, p. 12, grifo do autor).

Nesse sentido, entre os erros das democracias modernas, consistiam os interesses de uma democracia burguesa, corrompida pelas ambições das classes dirigentes na manutenção dos privilégios político-econômicos, em oposição a uma democracia inteiramente humana, ou seja, uma democracia real pela sociedade organizada, sem autoritarismo velado pelo governo. O líder católico Alceu Amoroso Lima defendia uma democracia cristã, na perspectiva do humanismo integral de Jacques Maritain, ancorada nos princípios cristãos de liberdade, solidariedade e justiça.

Assim, ele se posicionou frente a outros assuntos da modernidade e circulou entre produções nos setores da cultura e da ciência, como economia, pedagogia, direito, filosofia, política, sociologia, psicologia, crítica literária, metafísica e teologia. Tanto que foi considerado, entre os intelectuais mais expressivos do período, como:

> Um homem que, independentemente de qualquer partido, tomou sempre posição em face dos problemas de seu tempo. Foi o intérprete do mundo moderno. Um espírito universal, clássico, harmonioso, católico, duplamente, a um tempo lógico e lírico, desejoso de tudo compreender e anotar. Um líder, uma presença católica, uma testemunha da revelação. Não há, na história cultural do Brasil, outro exemplo, outro caso, um testemunho tão longo e profundo de fidelidade ao espírito (VILHAÇA, 2006, p. 199).

A projeção cultural e social de Alceu Amoroso Lima o fez transitar entre dois polos: a interpretação do Brasil pela civilização brasileira e o humanismo brasileiro; e a interpretação do mundo moderno pela integração no espírito moderno. As ações por princípio do humanismo cristão se tornaram um dos pilares da restauração pelos temas justiça, liberdade, sociedade, trabalho e primazia da inteligência e da contemplação.

As articulações do CDV possibilitaram ao líder católico atuar diretamente na idealização e na fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES)[129], em 1932, sob direção do jurista católico Heráclito Sobral Pinto e do membro administrativo e docente Pe. Leonel Franca S.J., com foco na formação de quadros intelectuais católicos com o intuito de compor as futuras elites dirigentes do país.

O ICES foi uma importante organização da Reação Católica, considerado empreendimento do CDV ao mobilizar os representantes dos jesuítas, beneditinos e dominicanos com o objetivo de compor os princípios gerais que iriam engajar as massas sob a liderança do episcopado entre os intelectuais católicos que atuariam na formação do laicato católico.

Nesse contexto, a função do ICES, para Dias (1996, p. 106), "restaura a harmonia e a integralidade no domínio do saber que, no entender de seus promotores, encontrava-se fragmentado pela ação do naturalismo moderno, e submetido à tirania de cada ciência particular". Essa estratégica católica posicionou-se de forma consoante ao projeto de restauração na formação da elite católica, dando sentido do realismo integral da posição do ICES.

> A inauguração do INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES, que a iniciativa audaz do CENTRO D. VITAL empreendeu levar avante. Este estabelecimento, do qual nos virá um dia a Universidade Católica por que todos almejamos, é que tem o destino de conduzir a inteligência brasileira para essa *seriedade*, essa hierarquia, essa profundeza, esse plano creador que nos permitirá a formação original dum pensamento nosso, posto ao serviço da

[129] Sob o patrocínio de Santo Alberto Magno e os auspícios de S.E. Sebastião Leme será inaugurado, às 17 horas, no Salão Nobre da Escola de Bellas Artes, o Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado por iniciativa do Centro D. Vital. A fundação do Instituto é de grande importância, por isto que este representa o embryão da projectada Universidade Catholica do Rio de Janeiro. O início dos trabalhos no novo estabelecimento cultural verifica-se-a com seis cadeiras, das quaes três obrigatórias e três facultativas. As obrigatórias são: Theologia, Philosophia e Sociologia, a cargo respectivamente dos Srs. D. Thomaz Keller, O.S.B; frei Pedro Secondi, O.P; e Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). As facultativas: introdução ás Sciencias Juridicas; introdução ás Sciencias Biologicas e introdução ás Sciencias Mathematicas, que serão lecionadas pelos Srs. Dr. Heraclito Sobral Pinto, Dr. Hammilton Nogueira e o padre Agostinho Jaensch, S.V.D e Dr. J. A. de Souza Viana. A directoria do instituto compõe-se do Dr. Amoroso Lima, directos; Dr. Paulo Sá, secretário; Drs. Affonso Penna Junior, Heraclito Sobral Pinto, Augusto Saboia Lima, Jhonatas Serrano, Everardo Backheuser e Vilhena Moraes, membro do conselho administrativo (INSTITUTO, 1932, p. 2).

> Verdade, uma brasilidade creadora que pressuponha sempre a universalidade católica e humana, a eternidade superior a tempo e espaço (UM GRANDE, 1932, p. 65, grifo do autor).

Na década de 1940, a fundação das Faculdades Católicas, segundo Franca (1954a, p. 134), "uma instituição de alta cultura; a expressão mais alta da inteligência de um povo; o órgão que, de geração a geração, transmite, com o patrimônio da ciência universal, o tesouro próprio e incomunicável de sua história, de sua literatura, de sua arte". No entanto, a função das Faculdades Católicas de Filosofia e Direito adquiriram posição estratégica, pois eram consideradas núcleos da futura Universidade Católica no Brasil. O líder católico Alceu Amoroso Lima atuou nos campos pedagógico e cultural, seguindo as orientações da encíclica *Divini Illius Magistri* sobre a educação cristã da juventude.

Nessa conjuntura, o CDV teve a função de núcleo engajador e organizador de forças católicas no campo político-educacional. Essa posição, para Dias (1996, p. 89), "sustenta o processo de constituição da doutrina entre a autoridade: ortodoxia, hierarquia, os intelectuais, os grupos organizados e o movimento de massa", contribuindo com os avanços do projeto de restauração no Brasil.

A presença do laicato católico nos órgãos católicos foi marcada por vários indícios da manutenção de poder intrínseco à cultura católica sobre a formação da cultura brasileira, conforme seguem: LEC; Confederação dos Operários Católicos (COC) [130]; Associação das Bibliotecas Católicas (ABC); Apostolado da Comunhão; ICES; conferências semanais[131] do Pe. Leonel Franca S.J.; APCs; fundação de filiais do CDV; criação do Prêmio Jackson de Figueiredo (destinado às melhores publicações); ACB; Movimento Litúrgico; SJSI; Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE); e articulação para fundar a Confederação da Imprensa Católica.

---

[130] A organização dos operários se desenvolveu orientada pela doutrina católica, de caráter anticomunista, corporativista e assistencialista, com objetivo de combater o materialismo e a apostasia na sociedade, e de integrar o operariado à vida civil e religiosa. A atuação da igreja entre o operariado realizava uma estratégia de ocupar espaços vagos, onde a presença do Estado ainda não era suficientemente forte (DIAS, 1996, p. 105).

[131] Outra iniciativa do Centro Dom Vital, por essa época, foi a das conferências mensais do Pe. Leonel Franca S.J., no Santo Inácio. A grande sala ficava cheia, desde um ex-presidente da república, Epitácio Pessoa, até os poetas recém-convertido, como Murilo Mendes [...]. Essas conferências do Pe. Franca sobre divórcio, sobre psicologia da fé, sobre a vida sobrenatural constituíam, nessa época, um dos pontos mais concorridos e mais eficazes do nosso programa. Padre Franca era o nosso assistente (LIMA, 2001, p. 116).

2.4 A AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL

A Ação Católica, considerada uma associação de católicos leigos interligados ativamente à missão apostólica da Igreja Católica, teve início na segunda metade do século XIX entre os movimentos católicos italianos. No século XX, sua atuação ocorreu na reorganização dos preceitos teóricos expressos entre os documentos eclesiásticos (encíclicas) e na formação do apostolado leigo em defesa dos princípios cristãos sobre autoridade e hierarquia eclesiástica. A projeção dessa associação ocorreu entre as nações católicas que absorveram as ramificações do projeto inicial organizado pelos católicos leigos italianos e permitiu a intervenção da militância nos diferentes setores da sociedade.

As primeiras estratégias da Ação Católica ocorreram na encíclica *Quanta Cura* (1864), do Papa Pio IX, pois representava, entre os instrumentos da Reação Católica, uma posição primordial ao abordar, além de outras discussões, a importância de preservar a juventude – pela oração, ação e sacrifício – e conduzi-la entre os católicos leigos – homens e mulheres adultos – em oposição às tendências iluministas impregnadas na sociedade pelo panteísmo, racionalismo, materialismo, liberalismo, socialismo e positivismo.

Nesse contexto, a hierarquia episcopal atuou na formação de líderes na militância, em oposição aos avanços das tendências iluministas. Assim, a formação do apostolado leigo alcançou uma expressiva articulação, por meio de reuniões, seminários e congressos, entre os círculos sociais da juventude católica.

Em 1867, os membros dos círculos da juventude católica que estavam espalhados pelos estados italianos organizaram um pequeno congresso em Roma com o objetivo de mobilizar a juventude pelo projeto de restauração. A fundação da Sociedade da Juventude Católica, em 1868, tornou-se um dos pilares da propagação dos princípios da encíclica *Quanta Cura*, que demonstrava uma iniciativa expressiva entre as manifestações da juventude, como os avanços da Ação Católica Italiana (ACI).

A mobilização da juventude católica teve significativa representação após a realização do I Congresso Católico Italiano, em Veneza, em 1874, e do II Congresso Católico Italiano, em Florença, em 1875, consolidando entre suas articulações a fundação da nova associação Obras do Congresso[132] – em parceria com a Sociedade da Juventude Católica –, marcando a posição dessas associações em torno da ACI.

[132] Tal obra acabou sendo fundada em 1875, durante o 2º "Congresso Católico Italiano", em Firenze. Essa nova fundação não nasceu com o objetivo de suprimir a "Sociedade da Juventude Católica", mas num

No início do século XX, ocorreu o ordenamento de outros movimentos católicos italianos, que estruturaram outras frentes de batalha, como a fundação da União Popular Católica Italiana, da União Católica Italiana das Associações Eleitorais, da União Católica Italiana das Instituições Econômicas e Sociais e da União das Mulheres Católicas. Essa estrutura possibilitou a união de forças católicas sempre distintas em relação à política partidária, mas que atuavam diretamente na defesa dos princípios católicos, em particular nos ciclos sociais, culturais e políticos das nações católicas (SOUZA, 2006).

A encíclica *Il Fermo Proposito* (1905), do Papa Pio X, expunha o projeto de formação do laicato católico e sua importância no auxílio às ações pastorais – conjunto de atividades pelas quais realizava a sua missão. Desse modo, os leigos membros da Ação Católica ou da Ação dos Católicos deveriam ser orientados e organizados pelas diretrizes da Santa Sé (Vaticano), sendo subordinados à autoridade e à hierarquia episcopal.

Para Dias (1996, p. 88), "Pio X definiu a Ação Católica pautado no combate ao laicismo, incentivando a participação dos leigos na Igreja, e na reação contra o individualismo, propondo a subordinação e hierarquia". A presença do laicato católico na sociedade moderna permitiu intensificar o projeto de restauração entre as ações contra a influência dos princípios filosóficos e políticos que divergem da cultura católica, como, por exemplo, as inclinações ao neopaganismo materialista impregnado na sociedade.

> No mesmo documento de Pio X aparecem às orientações para que a Ação Católica se organize de acordo com as necessidades próprias de cada nação e a partir das circunstâncias peculiares em que se encontra cada país. Isso indica que os documentos oficiais da Igreja Católica apenas davam as diretrizes gerais para os bispos de cada nação organizarem os documentos norteadores do projeto no interior do país. Em cada nação os bispos deviam se reunir (episcopado) e organizar suas diretrizes para o clero local e para os leigos (auxiliares do clero). Nas dioceses os bispos davam as orientações para o clero local e para todo tipo de organização que visasse auxiliar o projeto católico (CAMPOS, 2010, p. 34).

A Ação Católica foi estruturada conforme os interesses específicos de cada país, sendo submetida à hierarquização e à organização pelo episcopado da Santa Sé (Vaticano), realizado na promulgação das encíclicas *Quanta Cura* (1864), *Il Fermo*

caminho de parceira. Em 1904 a obra é extinta por Pio X (1902-1914), à qual sucederam outras organizações. Em seus 30 anos de existência, a "Obra dos Congressos" "tocou em problemas seja ao interno da Igreja, como também em seu relacionamento com o mundo no campo cultural-religioso, político e social" e teve uma forte atuação política (SOUZA, 2006, p. 46-47).

Proposito (1905) *e Ubi Arcano Dei Consilio* (1922) como instrumento de resistência católica às ideias políticas, filosóficas e religiosas inclinadas às tendências do iluminismo. Isso representou também a fundação de uma associação leiga para o apostolado no mundo católico e o recrutamento dos católicos pela formação de uma sociedade cristã.

> Desde o início do século XX o Vaticano buscou reconquistar o mundo moderno pelo esforço de membros dos diversos segmentos sociais, especialmente intelectuais. O apostolado leigo era um dos aspectos do "projeto de neocristandade" que propunha a recristianização da sociedade moderna. No pontificado de Pio XI (1921-1939) foi lançado a Ação Católica, que alcançou seu apogeu no período de Pio XII (1939-1959), apesar da mudança no papel do laicato entre os pontificiados (PAULA, 2012, p. 172).

No entanto, a união da força católica organizada no contexto italiano teve influência no posicionamento, na difusão e na atuação da vida individual, familiar e social. Tal ação demonstrou a importância na formação dos líderes da militância a partir da manutenção ortodoxa e hierárquica episcopal. Nessa conjuntura, ocorreu oficialmente a fundação da Ação Católica[133] pela encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio* (1922), do Papa Pio XI[134], sob nova orientação política do Vaticano para reagrupar as diversas instituições católicas.

> Pio XI é o Papa da Ação Católica, a ele mais frequentes vezes iremos pedir luzes neste particular. Ora é exatamente a encíclica *Ubi Arcano Dei* que define a Ação Católica como sendo um "espírito operoso de apostolado que, por meio da prece, da palavra, da boa imprensa, com o exemplo de toda a vida e com todas as indústrias da caridade, busca por todos os caminhos, conduzir ao coração de Deus e reintegrar ao coração de Cristo Rei o trono e o cetro na família e na sociedade" (NERY, 1933, p. 15, grifo do autor).

A Ação Católica teve como objetivo atuar na formação urgente de homens, da Liga Feminina e da Juventude, a fim de constituir um apostolado leigo organizado, com auxílio da hierarquia episcopal (clero) para atuar na área educacional, na promoção da cultura católica e na política não partidária, ou seja, em prol das orientações da Santa Sé (Vaticano) no combate aos avanços das ideias iluministas nas nações católicas. Essa

[133] O efeito institucional pelo qual se norteava a Ação Católica conferia à cúpula da hierarquia eclesiástica um poder análogo aquele de que dispunha o chefe integralista, além de prover as linhas de autoridade e gestão que uma implantação por todo o território parecia exigir, a começar pelas paróquias, passando pelas dioceses, até chegar às arquidioceses e, por fim, ao centro político sediado no Rio de Janeiro e sob liderança do Cardeal Leme (MICELI, 2001, p. 130).

[134] É importante mencionar que, de 1929 a 1931, o Papa Pio XI recebia oficialmente 1500 jovens operários delegados da JOC belga e explicava-lhes sua missão: "Sois os missionários da Igreja no mundo do trabalho" (CARDIJN, 1967).

organização competia às autoridades religiosas, que deviam intensificar sua atuação entre os espaços de formação do laicato nas paróquias, dioceses e arquidioceses, pelas instituições e órgãos católicos, com extensão na associação de outras redes nos planos nacional e internacional.

A fundação das associações, ligas e movimentos foi estruturada sob os princípios da doutrina católica, em consonância com os documentos pontífices da Santa Sé (Vaticano) – cartas apostólicas, constituição apostólica, discursos, homilias, exortações apostólicas e encíclicas –, pela ortodoxia e conforme a hierarquia das novas organizações católicas, bem como por sua relação entre os diversos setores da sociedade.

> Essa organização da Ação Católica é necessariamente *hierárquica*. E isto sob um duplo ponto de vista. Exteriormente, se assim se pode dizer, a Ação Católica depende completamente da hierarquia pontifícia e episcopal. Interiormente, em sua organização, exige uma hierarquia leiga, que assegure a unidade entre todas as partes e todas as atividades que suscite um impulso entusiástico e confiante para todas as campanhas e que afirme a autoridade dos representantes da Ação Católica nas instituições governamentais e não-governamentais na Igreja. Assim cresce e fortifica-se duplamente na Igreja esta colaboração do laicato com o apostolado hierárquico, laicato disciplinado, hierarquizado – "*acisordinata*: um exército formado" – consciente de suas responsabilidades; livre, altivo e totalmente submisso à hierarquia, feliz de participar de seu apostolado que é o de sua Igreja, em sua classe, em seu lugar, em seu meio, por seus métodos e maneiras (CARDIJN, 1967, p. 33, grifo do autor).

Nesse viés, a Igreja Católica manteve sua posição no poder hierárquico entre as organizações católicas, tanto no ato que instituía os documentos[135] que a regulamentava quanto ao estabelecer o formato das respectivas estruturas entre ações que competiam aos membros dirigentes e militantes ao atuarem como porta-vozes[136] ativos da Reação Católica. Assim, para Cardijn (1967, p. 34), "a Ação Católica é o apostolado leigo *autorizado*", que professa os "preceitos católicos", com repercussão na formação dos autênticos missionários leigos que iriam propagar ações em favor da cultura católica.

---

[135] O maior documento da Igreja (encíclica) deverá orientar na elaboração do maior documento da Igreja dentro de uma nação (carta pastoral coletiva), e essa deverá modelar a carta pastoral do Bispo da diocese. Essa é a hierarquia que seguem os documentos dentro da Igreja. Os leigos católicos deveriam seguir as diretrizes dos documentos oficiais. Não obstante, organizar-se-iam de acordo com as circunstâncias e necessidade do contexto concreto da região (CAMPOS, 2010, p. 35).

[136] Assim, a Igreja faz ouvir a sua voz, exerce sua influência em usinas, escritórios, mercados, administrações, congressos científicos e econômicos, assembleias legislativas, tribunais e manifestações políticas. Junto ao altar, à escola, à cátedra, ao confessionário, forma o sacerdote uma elite de militantes de Ação Católica. Estes, por sua vez, dirigem-se às massas que eles penetram e informam, porque a Ação Católica tem que invadir e sobrenaturalizar tudo, como a graça que transforma a natureza, sem se deixar avassalar nem diminuir por nada (AUGUSTO, 1940, p. 7).

Ao projetar um imenso apostolado, foi possível absorver a juventude católica em torno de objetivos comuns de ordem atemporal e temporal. Segundo Cardijn (1967, p. 18), foi posicionada a "participação de todos na liturgia e no culto, o respeito e a defesa da moralidade pública, a imprensa, o rádio, a presença nas estruturas nacionais, a ação social etc.", sendo esses os traços do engajamento católico entre aspectos multiformes, que requeriam do apostolado leigo da Ação Católica certo posicionamento.

> Nos *aspectos físicos*, diminuindo os obstáculos materiais [...]; nos *aspectos econômicos e sociais*, generalizando a participação equitativa de todos nos bens físicos, na sua produção, repartição, circulação e utilização [...]; nos *aspectos culturais*, difundindo e fazendo progredir a cultura humana pelo ensino, pela técnica, pela arte, e pela difusão das ideias [...]; nos *aspectos cívicos e políticos*, favorecendo a colaboração positiva entre os povos [...]; e nos *aspectos religiosos*, colocando continuamente os atos humanos e as instituições a serviço do Criador e Redentor, tanto pelo desenvolvimento de uma religião interior quanto pelo culto público (CARDIJN, 1967, p. 155-156, grifo do autor).

A Ação Católica Brasileira (ACB), fundada pelo Cardeal D. Sebastião Leme, em 1935[137], ao lado do líder católico Alceu Amoroso Lima, seguia o projeto da participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, que vinculava a organização das associações leigas pela formação e participação concomitante da juventude na sociedade, alicerçada nos princípios que regiam o catolicismo. No entanto, as bases que constituíam tal projeto foram reguladas pelos arcebispos e bispos do Brasil (autorizados pela Santa Sé) que, após apreciação desse documento, aprovaram o Estatuto da ACB, em 5 de julho de 1935. Em relação às diretrizes da associação, o capítulo I apontava o seguinte:

> Natureza e fins: Art. 1.° - A Ação Católica Brasileira é a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e a atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. a) Como fim último, visa a Ação Católica, no dizer do Santo Padre Pio XI, "dilatar e consolidar o reino de Jesus Cristo". b) Como fins próximos: a formação e o apostolado dos católicos leigos. Art. 2.º - Para alcançar os seus fins, a Ação Católica Brasileira propõe: 1) reunir em organizações próprias, de caráter nacional, diocesano e paroquial, os homens, as senhoras, a juventude masculina e feminina; 2) coordenar todas as associações e obras católicas

[137] Em agosto de 1935, o Cardeal D. Leme escreve "Os Princípios e disposições gerais da Ação Católica na Arquidiocese do Rio de Janeiro", estabelecendo como metas prioritárias: organização do apostolado sob a dependência da hierarquia; perseguição de fins espirituais e celestes; apostolado universal; colaboração em todos os campos do apostolado hierárquico; chefias desvinculadas de posições partidárias e doutrinárias; formação de uma imprensa católica (submissa à orientação hierárquica); desenvolvimento das atividades da Confederação das Associações Católicas; ação em benefício do operariado; intervenção direta e indireta na política (desde que ligada a assuntos religiosos e morais); apostolado baseado na piedade e espírito sobrenatural, preparo e estudo, coordenação e união de esforços; integração das paróquias no corpo da Igreja (VELLOSO, 1978, p. 143-144).

> existentes. Art. 3.° - A Ação Católica Brasileira está sob a imediata dependência da hierarquia e exerce as suas atividades fora e acima de toda e qualquer organização partidária. Art. 4.° - A Ação Católica Brasileira é consagrada ao Coração Eucarístico de Jesus, e fica sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, de São José, São Pedro Alcântara e dos Bem aventurados Inácio de Azevedo e seus companheiros (COSTA, 1937, p. 17).

O Estatuto da ACB teve o formato organizado pelos leigos católicos italianos, seguindo sua relação hierárquica episcopal. Nos trâmites de sua aprovação, constava a participação de 87 membros eclesiásticos, representantes das arquidioceses e dioceses do território nacional. Após o período de estudos do Estatuto da ACI – os documentos normatizadores da cultura católica –, foram realizadas adequações pertinentes à participação e à ação do laicato na ACB e, depois, na sociedade brasileira.

Esse projeto manteve os quatro grandes organismos de base – Homens da Ação Católica, Liga Feminina da Ação Católica[138], Juventude Católica e Juventude Feminina Católica[139] –, adotando no Brasil os modelos já instalados na Itália, na Bélgica e na França, com o objetivo de formar leigos que atuassem nos campos político, social, econômico e cultural.

A partir da necessidade de reagrupar órgãos católicos no Brasil, sob a nova orientação estruturada pela política do Vaticano, a fundação da ACB projetou os pilares do apostolado católico nos moldes da ACI. Assim, a configuração do projeto da ACB teve como órgão centralizador a Confederação das Associações Católicas, quer dizer, a antiga Confederação Católica, mantendo a posição hierárquica na condução da organização e da ação (MICELI, 2001). Nesse viés, a estrutura organizacional da associação manteve os pilares da ACI no Estatuto da ACB, conforme o capítulo II:

---

[138] Liga Feminina de Ação Católica – uma formosa série de conferências sobre ação católica. É esperada no Rio Mme. Steenberghe Engernigh, ilustre dama de grande cultura e conferencista de renome, que virá realizar aqui uma magnifica série de palestras sobre Ação Católica. Essa senhora, presidente da União das Ligas Femininas Católicas, passará uma semana entre nós, partindo em seguida para Buenos Aires, a fim de comparticipar do Congresso Eucarístico Internacional. Mme. Steenberghe Engernigh destina essa série de conferencias às senhoras da Liga Feminina da Ação Católica, mas estão convidadas a assisti-la todas as senhoras da nossa sociedade, que se interessam pelos assuntos sociológicos mais oportunos da hora presente. [...] Todos os centros católicos e intelectuais femininos do Rio se preparam para homenagear a senhora Steenberghe bem como a melle. Chirstine de Hemptinne sua companheira de viagem e a quem tanto já deve a nossa juventude católica do Rio de Janeiro (LIGA, 1934, p. 6).

[139] Em 1932, a belga Cristine de Hemptine, presidente internacional da JFC, ministrou, no Rio de Janeiro, curso intensivo às moças, para atuarem nas fileiras católicas. O Pe. Leonel Franca, assistente eclesiástico, aconselhou a leitura de obras de Guardini, Karl Adam, Pratt e Maritain. A JFC se tornou um movimento expressivo de presença de moças na instituição eclesiástica após participação entre as sessões especializadas na I Semana Nacional da Ação Católica, em 1937. Depois do Congresso Eucarístico de Juiz de Fora, em 1937, foi publicada na revista *A Ordem* a conferência "A influência da eucaristia na vida social das moças", que apontava a importância da JFC na Ação Católica brasileira (LIMA, 2001).

> Das organizações fundamentais da Ação Católica Brasileira: Art. 5.° - Individualmente, os católicos brasileiros só fazem parte da Ação Católica, quando inscritos em uma das seguintes organizações, consideradas como básicas e fundamentais: a) Homens da Ação Católica (H. A. C), para os maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; b) Liga Feminina da Ação Católica (L. F. A. C), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Católica Brasileira, (J. C. B.), para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (J. F. C.), para moças de 14 a 30 anos. Às associadas da Juventude Feminina Católica, logo que atinjam a idade de 25 anos, é facultada a passagem para a Liga Feminina da Ação Católica, aos 30 completos, é obrigatória. Nada impede que na Juventude Católica Brasileira e na Juventude Feminina, para o exercício de funções técnicas, organização de quadros, círculos de estudo, por exemplo, sejam aproveitados sócios da H. A. C. e da L. F. A. C. Nada impediria igualmente que, em caso de necessidade, possam os dirigentes continuar até ao limite de 35 anos de idade. Sem prejuízo da unidade de orientação, a Juventude Católica compreende também os seguintes setores; a) Benjamins da Ação Católica, para menores de 8 a 12 anos; b) Aspirantes da Juventude Católica, para os de 12 a 14 anos (AÇÃO, 1935, p. 3).

A organização da ACB[140] foi composta pelo Conselho Nacional (assistente eclesiástico, presidente, secretário e tesoureiro nomeados pela Comissão Episcopal da Ação Católica), pelos Conselhos Diocesanos (diretorias nomeadas pelo Exmo. Bispo) e pelas diretorias locais (ao encargo dos vigários). Aos membros era requerida a aceitação tácita dos programas da Ação Católica e das respectivas organizações, sendo vetados aos cargos de diretoria aqueles filiados a um partido político.

O movimento Juventude Católica Brasileira (JCB) teve um caráter especial nesse projeto, pois sua atuação ocorreu em diferentes espaços da sociedade, sob direção de intelectuais católicos que iriam influenciar a propagação do engajamento dos jovens estudantes dos ensinos secundário[141] e superior, os jovens funcionários dos meios de produção (operários ou agrários) e os jovens independentes.

Nesse sentido, a participação da juventude católica na ACB foi articulada pela representação de siglas com destaque para as cinco vogais: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC); Juventude Operária Católica (JOC); e Juventude Universitária Católica (JUC). Tais

[140] Comissão Episcopal da Ação Católica; Junta Nacional da Ação Católica; Conselho Nacional da Ação Católica; Juntas e Conselhos Diocesanos; Conselhos Provinciais e Conselhos Paroquiais, conforme consta no Estatuto da ACB, expresso no capítulo IV do Estatuto da ACB.

[141] A organização da J.C.B. faz-se através das associações paroquiais. Mas as suas atividades devem atingir também os elementos que não podem pertencer diretamente à associação paroquial. Os alunos dos colégios, que atravessam uma fase da vida tão propícia a venéfica influência do trabalho de formação, ficariam privados dos bons efeitos da sua organização específica, se fossem obrigados a pertencer diretamente à associação paroquial. Devem-se criar, por consequência, nos colégios associações internas da J.C.B., adaptando-as ao ambiente escolar e às condições particulares dos alunos. O delegado jecista diocesano e os delegados jecistas paroquiais se encarregam da organização dessa associação interna da J.C.B nos colégios (COSTA, 1937, p. 327).

ramificações foram resultado da necessidade de ação entre os setores da sociedade brasileira, o que resultou na ampliação do padrão expresso pelos movimentos JEC, JOC e JUC, conforme apontam as diretrizes do Estatuto da ACB:

> Art. 6.° — Constituem secções importantíssimas da Juventude Católica: a) Juventude Estudante Católica (J.E.C.), para a mocidade do curso secundário; b) Juventude Universitária Católica (J. U. C), só para universitários, onde seja possível; c) Juventude Operária Católica (J. O. C), para a mocidade operária. Logo que seja possível, a J. U. C. e a J. O. C. passarão a funcionar independentemente da Juventude Católica, constituindo assim organizações fundamentais da Ação Católica Brasileira (AÇÃO, 193, p. 3).

As alterações incluíam a JAC e a JIC como extensões do projeto, articulando com jovens de outros setores da sociedade em favor da cultura católica. Assim, o Estatuto da ACB contemplou uma força significativa na restauração ao convocar a juventude católica. As articulações foram projetadas por intervenções diretas e indiretas entre mobilizações regionais, estaduais e nacionais, expressas nos eventos católicos com atuação nos círculos sociais da juventude brasileira.

A regulamentação do Estatuto da JCB na Arquidiocese do Rio de Janeiro apontava a importância dessa ramificação da ACB, pois atuava tanto no campo da formação da nação, com representação entre os jovens estudantes nos colégios ou universidades (católico/laicos), quanto no setor econômico, entre os jovens trabalhadores operários ou agrícolas.

O Estatuto da JCB foi estruturado pelos seguintes itens: natureza; fins e meios; programas específicos; órgãos constituídos; junta e assembleia arquidiocesana; associação paroquial; sócios; setores; fundação de novos centros e disposições gerais. Desse modo, hierarquizou-se e organizou-se a estrutura dos preceitos que regiam a formação e a participação da JCB na sociedade brasileira.

> Art. 1.° - Natureza – A "Juventude Católica Brasileira", uma das organizações fundamentais da Ação Católica Brasileira, agrupa os jovens de 14 a 30 anos de idade que desejam participar do apostolado hierárquico da Igreja. A J. C. B. está sob a imediata dependência da hierarquia da Igreja; exerce suas atividades fora e acima de qualquer organização ou influência de política partidária. A J. C. B. é consagrada ao Coração Eucarístico de Jesus e tem por especiais protetores Nossa Senhora da Conceição Aparecida e S. Luís de Gonzaga. [...] Art. 2.° – Fins e meios – O fim da J. C. B. é a difusão, defesa e aplicação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social, pelos meios seguintes; a) formação da consciência cristã da juventude católica; b) organização do movimento da juventude católica; c) ação no que se relacione com o movimento geral da juventude católica no Brasil (COSTA, 1937, p. 321).

A Ação Católica ampliou o campo de intervenção na sociedade com o laicato católico entre funções nas instituições e nos órgãos católicos e também ao organizar um conjunto de ações pastorais no mundo moderno a partir das orientações expressas no Estatuto da ACB e na hierarquia do corpo episcopal.

Na ACB, o papel da imprensa católica intensificou a posição dos membros em relação às folhas sujas de tintas, ou seja, os impressos perigosos que circulavam com interesse de combater a religião católica, incitar o ódio, atacar a moralidade pública ou mesmo escandalizar a sociedade. Assim, o Estatuto da ACB orientava a posição de resistência que os católicos deveriam assumir.

> O dever do católico diante desses abusos é não assinar tais folhas, nem comprá-las na venda avulsa, não as ler nem emprestar, não consentir que os seus subalternos e amigos as retenham. Quando houver desacato à religião [...] louvável o protesto e reclamação (NERY, 1933, p. 93).

As orientações ao apostolado da Ação Católica consistiam em defender as folhas católicas com sua assinatura, isto é, consumir os impressos católicos e demarcar os espaços estratégicos no projeto de atuação entre as forças da ACB. Para Nery (1933, p. 94), "apóstolos da pena, os jornalistas católicos repetiriam o denodo e a força de caráter que celebrizaram um Luis Veuillot[142]. Apenas convertido, este espírito [...] soube colocar o seu instrumento de trabalho ao serviço absoluto da igreja".

Na primeira metade do século XX, o papel da imprensa católica brasileira teve posição estratégica no avanço da Reação Católica. Entre os periódicos católicos, em evidência estava a revista *A Ordem*, mantendo uma relação contínua de produções sobre assuntos de ordem eclesiásticas (filosofia, teologia, documentos eclesiásticos, laicato e outros) entre as discussões que inflamavam a política nacional (regimes políticos autoritários) ou mesmo com temas que distanciavam o Estado da cultura católica. Esse impresso foi considerado um instrumento disseminador das discussões que constituíam a Ação Católica organizadas pelas articulações da ACB.

> A revista assume posição concreta de apoio à Ação Católica, tanto que publica uma carta do Papa Pio XI dirigida ao Dom Sebastião Leme e ao Episcopado Nacional, intitulada "Ação Católica Brasileira", em que reforça a ideia já exposta por Tristão de Athayde de mútuo auxilio entre o clero e o laicato e

[142] Jornalista católico francês do século XIX, reconhecido pelo apoio incondicional ao Papa Pio IX.

> sugere ao Brasil uma formação rígida aos que fossem integras o movimento no País (RODRIGUES, 2005, p. 157).

Entre as publicações que apresentavam os movimentos da ACB na década de 1930, estavam na revista *A Ordem*: Frei Sebatião Tauzin O.P. - "Ação Católica em profundidade"; Seção Redação [143] - "Ação Católica Brasileira"; H. J. Hargreaves - "Homenagem ao presidente da Ação Católica Brasileira em Juiz de Fora"; Antônio Jesus Queiroga - "Confederação Nacional de Operários Católicos JOC"; e Frei Sebastião Tauzin O.P., - "Alma do nosso tempo JUC". Além de notas intituladas "Ação Católica, Órgão Oficial da Ação Católica Brasileira", "Diretor: Alceu Amoroso Lima", "Censor Eclesiástico: Pe. Leonel Franca S.J.", que se configuraram como uma chamada aos membros e simpatizantes da ACB.

Entre as publicações relacionadas à Ação Católica no cenário internacional, nesse impresso constavam: um artigo que evidenciava a juventude católica italiana, por Mos. Francisco Olgiate, chamado "Heroísmo da Ação Católica Italiana através das páginas gloriosas de sua história JC"; um artigo que relatava a juventude católica colombiana no I Congresso Ibero-Americano, pela Seção Redação, "Boletim do Instituto Católico de Cooperação Intelectual"; e pela Seção Registros, "Um curso de Ação Católica", direcionado aos dirigentes da ACB e ministrado por Alceu Amoroso Lima e Mons. Leovigildo Franca.

> O discurso da revista continua favorável à Ação Católica [...], publicando, via de regra, artigos notificando a promoção de cursos para leigos, boletins de atividades e esclarecendo sobre sua finalidade na promoção humana e no "reinado de Cristo", por meio da igreja, como demonstraram os artigos de Alceu Amoroso Lima, "Formação apostólica dos leigos", e Fábio Alves Ribeiro, "Bases dogmáticas da Ação Católica", ambos de 1943. Para Alceu Amoroso Lima, o que caracterizava a Ação Católica naquele momento de 1943 era "não ser uma ação individual ou coletiva, aprovada pela igreja", mas, sim, uma ação "individual e coletiva *promovida* pela igreja". Apresentava-se como

[143] Ação Católica Brasileira: é sobremodo grato assinalar o desenvolvimento promissor que teve, este ano, a Ação Católica Brasileira. Em memorável sessão efetuada a 4 de abril, na Catedral Metropolitana, sob a presidência do S. Eminência o Sr. Cardial Arcebispo, foram solenemente fundados os ramos masculinos da referida instituição. No decorrer do ano funcionaram vários cursos de formação para dirigentes da A. C., sendo bastante animador o número de inscritos, assim como os resultados colhidos. Uma referência especial devemos fazer à I Semana Nacional de Ação Católica, realizada de 1 a 7 de novembro e na qual tomaram parte grande número de sacerdotes e várias centenas de fiéis, não só desta Capital como de quase todas as dioceses do país. Foi um espetáculo verdadeiramente impressionante, o daqueles dias de atividade intensa e exemplar espírito religioso. Homens e senhoras, moças e moços de todas as condições sociais, tendo à frente a figura inconfundível do S. Em. o Sr. Cardeal Arcebispo, unidos pelo mesmo espírito de fé, deram ao país inteiro uma primeira e magnífica demonstração do que já é a Ação Católica Brasileira. [...] Viva Cristo Rei (AÇÃO, 1938, p. 199).

> uma "operação da própria igreja, pelos seus fiéis, sobre a assistência e direção docente da hierarquia" (RODRIGUES, 2005, p. 195, grifo do autor).

A presença da ACB na revista *A Ordem* sinalizava a presença dos seus membros entre os círculos sociais, com o objetivo de atuar na militância em harmonia com a hierarquia episcopal no projeto de restauração. As ações que circulavam nas ramificações da ACB permitiram constituir redes de comunicação regionais do país, com extensão aos movimentos na América Latina e na Europa.

A ACB constituiu ainda outros movimentos católicos, como a Ação Católica Operária (ACO), que se tornaria o Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC), e, entre suas articulações com a JEC/, a JOC e a JUC, consolidou a fundação das Comunidades Eclesiásticas de Bases (CEBs), com atuação na inserção das comunidades em prol da cultura católica e da luta pela justiça frente aos problemas da sociedade brasileira. Nesse contexto, as lideranças que constituíam os movimentos em torno da JCB eram representantes da ACB, atuando em ações que as tornavam ativas na participação da vida democrática, bem como no exercício pleno da cidadania.

A Ação Católica organizada em moldes nacionais indicava uma relação intrínseca entre o apostolado eclesiástico e a militância que percorria todo o território nacional entre ações que estavam fora e acima dos partidos. A relação da ACB pelas matrizes dessa civilização ocorreu dos seguintes modos: doméstico, tendo por fecundo o sentido casto da família; jurídico, tendo por base o respeito e a confiança no direito e na justiça; cultural, tendo por alicerce o verdadeiro humanismo intelectual; e religioso, tendo por substância a fé cristã.

Mesmo que as inclinações dos novos tempos imperassem, com o materialismo, o ceticismo jurídico, a tirania da técnica e os sectários que inflamavam o ódio e a violência na sociedade brasileira, havia traços de atuação da Reação Católica contra essas posições ao mobilizar ações de resistência entre os órgãos católicos. Para Lima (1935, p. 218), a fundação da ACB "é a mais cristã das respostas que a Igreja poderia dar a todos aqueles que diretamente lançam contra" a atuação da cultura católica na sociedade brasileira.

A Ação Católica, conforme definição do Papa Pio XI na encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio* (1922), "é a participação do laicato católico no apostolado hierárquico da igreja". Dessa forma, para Augusto (1940, p. 7), "esta ação dos leigos permite a Igreja atrair e trazer à doutrina católica e à lei do Evangelho aqueles que, não tendo relação com os padres, prestes houveram de aderir às mentiras e às práticas perversas dos sediciosos".

Nesse cenário, a ACB constituiu-se um órgão centralizador da militância no país, com projeção nos eventos católicos organizados nos âmbitos regional, estadual e nacional (no solo das paróquias, dioceses e arquidioceses) e ação nos espaços sócio-político-culturais da sociedade brasileira, visando fortalecer a presença da cultura católica na ação social e não política no país, como na redefinição das funções dos órgãos católicos.

2.5 A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA DE JACQUES MARITAIN

Entre os pensadores católicos franceses no século XX, Jacques Maritain[144] propôs suas discussões em prol da Reação Católica conforme as orientações da encíclica *Non Abbiamo Bisogno* (1931), do Papa Pio XI, ao expressar a necessidade de "convocar todas as forças da inteligência católica para mobilizar em torno da Ação Católica" no mundo contemporâneo.

> A ação católica define-se necessariamente em referência à forma como a Igreja se posiciona diante da sociedade moderna, já que assumia o combate a princípios filosóficos e políticos [...]. A Igreja propõe curar a sociedade do materialismo e restabelecer as consciências na harmonia e paz, numa obra em que os leigos cooperariam, subordinados à hierarquia [...]. Pio XI indicava o resultado almejado: a instauração do catolicismo na vida da sociedade. Para isso era necessário o envolvimento de "seculares" no apostolado hierárquico (DIAS, 1996, p. 88).

A presença do pensador francês no campo filosófico deu-se em defesa do neotomismo[145] e em oposição aos avanços das doutrinas filosóficas do agnosticismo e do ceticismo. No campo político, foi contra as tendências políticas totalitaristas que inflamavam a Europa e ao advento do integralismo na América do Sul e, no campo educacional, entendia que o pensamento pedagógico entre as nações católicas e anticatólicas precisava ser projetado para a educação do amanhã.

Além de atuar como docente na França – *Institut Catholique* de Paris –, no Canadá – Instituto Pontifício de Estudos Medievais da Universidade de Toronto – e nos Estados

---

[144] Jacques Maritain produziu um trabalho filosófico alternativo e inovador, em plena vigência das ondas sucessivamente hegemônicas do idealismo, do positivismo e do marxismo. Teve a humildade de atrelar-se ao pensamento anterior e clássico de Santo Tomás de Aquino, da mesma forma que este já se atrelara a Aristóteles e é certo que o maior entre os primeiros filósofos da Igreja, Santo Agostinho, não esconde as finas raízes de um pensamento platônico (PUZZOLI e LIMA, 2012, p. 8).

[145] Com este termo ou com o outro, bem menos apropriado, de "neo-escolástica", entende-se o movimento de retorno à doutrina de S. Tomás de Aquino, no seio da cultura católica, que foi iniciado pela encíclica *Aeterni Patris*, de Leão XIII (4 de agosto de 1879). Esse movimento consiste na defesa das teses filosóficas tomistas contra as diversas tendências da filosofia contemporânea e, indiretamente, na reelaboração e na modernização de tais teses (ABBAGNANO, 2007, p. 828).

Unidos – Universidades de Princeton, Columbia e Chicago –, foi nomeado embaixador francês no Vaticano entre 1945 e 1948, uma posição que marcou sua influência entre os intelectuais católicos no campo político não partidário e na formação do laicato entre as nações católicas. Também atuou como membro[146] da equipe que organizou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sua trajetória foi marcada por várias obras nos campos de filosofia, religião e política, com destaque para: *Arte e escolástica* (1920); *Os graus do saber* (1932); *O humanismo integral* (1936); *Filosofia da natureza* (1941); *De Bergson a Tomás de Aquino* (1944); *Rumos da educação* (1945); e *Cristianismo e democracia* (1947).

Os paradigmas de cunho conservador e renovador da Igreja Católica possibilitaram ao pensador francês seguir as orientações de acordo com as encíclicas *Aeterni Patris*[147] (1879), em torno da restauração da filosofia cristã sob os preceitos da filosofia de Santo Tomás de Aquino[148], e *Rerum Novarum* (1891), sobre a condição dos operários quanto aos direitos de formarem uma organização não inclinada às tendências totalitaristas. Nesse sentido, a revista *A Ordem* teve função significativa entre os operários católicos brasileiros ao defender a fundação de sindicatos católicos em detrimento aos até então vigentes, provocando novas discussões no campo econômico.

> A revista noticia frequentemente congressos e retiros de operários católicos no Brasil e no mundo. Em dezembro de 1931, anuncia a Semana de Caridade, organizada em resposta aos apelos do Papa Pio XI. D. Leme coloca que a iniciativa significa não apenas preocupação com o operariado, mas convocação de uma "frente única" para resolver os problemas sociais; crítica àqueles que censuram a interferência da Igreja nesta esfera (VELLOSO, 1978, p. 139).

---

[146] Maritain foi convidado pela UNESCO para integrar uma comissão de sábios - vindos de todos os horizontes intelectuais, políticos e religiosos - encarregada de formular uma carta de Direitos Humanos, de aceitação geral, e que resultou na importante Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, assinada por todos os países livres e democratas de então (o Brasil incluído). Maritain praticamente liderou a comissão. Pelo diálogo e não pela imposição de uma verdade, chegou-se ao entendimento sobre as bases concretas e universais do respeito ao "Homem todo e a todos os Homens" - fórmula de Maritain que ficou consagrada desde então. Pode-se dizer sobre a Carta de 1948 que a influência de Maritain foi considerável, decisiva (MARCÍLIO, 2012, p. 10).

[147] Um fato de alcance mais geral veio em 1879 dar ao movimento incoado com tão auspiciosos sucessos um novo e universal incremento. Leão XIII, com a intuição profundamente genial das necessidades do tempo que tanto lhe caracterizou os atos, na encíclica *Aeterni Patris* (4 de agosto de 1879), veio, com todo o peso de sua autoridade de chefe supremo da Igreja, exortar a todos os filósofos cristãos a voltarem sinceramente ao estudo dos grandes mestres da escolástica, e particularmente, do príncipe deles S. Tomás de Aquino. Ao mesmo tempo que apontava as funestas consequências da moderna anarquia intelectual, traçava o documento pontifício, com admirável sabedoria, as regras que deviam servir de norma ao delicado trabalho da repristinação das ideias medievais (FRANCA, 1944, p. 278).

[148] É importante mencionar que consta no Arquivo do Pe. Leonel Franca - Província dos Jesuítas/RJ, uma lista dos artigos publicados sobre o tomismo na revista *A Ordem* (1927). Porém, a referida edição não foi encontrada entre os impressos consultados no CDV ou mesmo no site da Hemeroteca Digital Brasileira, na Biblioteca Nacional.

A influência do Papa Leão XIII (1878-1903) em torno das organizações operárias nas nações católicas foi um instrumento de combate à crise política social, que se solidificou na primeira metade do século XX. E a posição de Jacques Maritain em torno do projeto de restauração no campo social possibilitou discussões sobre os direitos do homem, do conceito autêntico do trabalho, da justiça social e outros, numa perspectiva renovadora. No entanto, tal posição iria provocar a reação do círculo conservador católico ao projetar a democracia na constituição da justiça e da liberdade da sociedade.

> Embora tenha esclarecido que não pretendera, em momento algum, afirma que o cristianismo e o catolicismo acomodavam-se somente com a democracia, tal questão lhe redeu a acusação, nos meios católicos, de compactuar com as ideias do *Sillon* – movimento condenado pela igreja, para o qual só a democracia instauraria o reino da verdadeira justiça e cujo catolicismo só se acomodava com a forma democrática do governo (RODRIGUES, 2005, p. 110, grifo do autor).

O pensador francês, defensor dos princípios democráticos, sinalizava uma reação contra os avanços das correntes políticas totalitaristas ao projetar a instauração de uma forma de governo que promovesse a organização de uma comunidade internacional em oposição à crise que imperava nos tempos da 1ª e da 2ª Guerra Mundial. Porém, a democracia era considerada uma forma de governo perigosa para a ala católica conservadora, pois suprimia o domínio hierárquico do clero na formação das nações, como a influência sobre as legislações do Estado, e fragilizava a representação dos órgãos católicos. No entanto, a relação entre o regime democrático e a religião cristã teve uma posição renovadora com Jacques Maritain:

> Nenhuma doutrina ou opinião de origem simplesmente humana, por mais verdadeira que seja, nos pode ser imposta. Só as coisas reveladas por Deus se impõem à fé da alma cristã. Pode-se ser cristão e salvar a sua alma militando em qualquer espécie de regime político, com a condição, entretanto, que esse regime não ofenda a lei natural e a lei de Deus. [...] É verificar que a democracia está ligada ao cristianismo, e que o impulso da democracia surgiu na história humana como uma manifestação temporal da inspiração evangélica (MARITAIN, 1945, p. 45).

A Ação Católica articulou entre os cristãos o engajamento na vida política, o que, para Lima (2001, p. 39), "contribuiu para que a atuação política começasse a ser reconhecida como um valor na esfera católica. Até então, era reconhecida apenas como

uma atividade de menor importância, praticada por pessoas materialistas e corruptas". Em Jacques Maritain, a ausência de uma visão sobrenatural do mundo (governos) tornou imperativas as articulações dos líderes das instituições e dos órgãos católicos no campo político não partidário, fazendo com que passassem a atuar na defesa dos princípios da cultura e da democracia cristã.

A crise pela qual a civilização passava na primeira metade do século XX, foi marcada por atos de tirania, forjando uma cultura nefasta pelos governos totalitários. Assim, era imprescindível aos católicos engajarem-se na Ação Católica em colaboração ao apostolado hierárquico e em prol da organização do laicato católico na sociedade e sua ação na defesa dos princípios democráticos.

Isso porque os avanços dos regimes políticos totalitários, para Maritain (1945, p. 43), eram "novas ditaduras, nascidas da miséria e de ressentimento ou dos impulsos nacionalistas e o perigo criado pelos hábitos mentais dos povos que não foram formados para a liberdade, que veneram hereditariamente a força militar".

O pensamento filosófico renovador de Jacques Maritain[149] desempenhou uma função importante para o futuro do mundo contemporâneo e dos tempos modernos, pois intensificou outras leituras sobre a sociedade nos círculos católicos. Os alicerces do maritainismo estavam no movimento da renascença escolástica (no séc. XVI) e, depois, da neoescolástica (no séc. XIX), em oposição às resistências do pensamento conservador.

Naquele período, as três vias que configuraram a posição estratégica da Igreja Católica na nova ordem foram: a primeira, em defesa do *status quo* burguês — ao identificar a posição privilegiada; a segunda, uma revolução proletária comunista — mesmo após a encíclica *Rerum Novarum*, manteve posição de resistência; e a terceira, uma reação militar do totalitarismo fascista — sinais da aliança com o governo na extrema direita. Porém, Jacques Maritain apresentou uma quarta via, a fim de manter uma linha clássica aristotélica tomista e posicioná-la de forma renovadora em matéria político-social (PUSSOLI e LIMA, 1995).

A função da quarta via, então, era representar os princípios sociais cristãos em torno da vida política, econômica e cultural, ou seja, assumir uma nova cristandade em relação ao humanismo integral, teocêntrico, pluralista e cristão, tornando possível o

[149] Jacques Maritain – mensageiro da idade nova, coloca que o filósofo teria apresentado as orientações adequadas para a obra de reconstrução social do mundo contemporâneo. O discurso católico insiste no fato de que a "Idade Nova", compreendida como o estabelecimento da hegemonia do "Estado Cristão", deve ser alcançada através da reforma e nunca da revolução. Defende a reforma das consciências como a essência das grandes reformas sociais (VELLOSO, 1978, p. 150).

convívio entre cristãos e não cristãos. Nesse caso, o humanismo moderno, que imperava sob o viés antropocêntrico, perdeu o status de individualidade impregnado por interesses particulares na sociedade e permitiu ao cristianismo articular a democracia como regime desejável de organização entre as nações.

> O homem integral, o homem pessoal, cujos confins dão para Deus, pois é Deus quem completa o homem. É nesta base que se firma o humanismo christão, que não deve ser definido, para empregar expressões de Maritain, pela exclusão de toda ordenação ao sobre-humano e pela abjuração de toda transcendência. O Humanismo, diz ainda o sábio, tende essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente humano, e a manifestar sua grandeza original, fazendo-o participar em tudo o que lhe pode enriquecer na natureza e na história, "concentrando o mundo no homem (Scheler)" e "dilatando o homem ao mundo"; exige ao mesmo tempo que o homem desenvolva as virtualidades nelle contidas, suas forças creadoras e a vida da razão, e trabalhe a fazer das forças do mundo physico instrumento de liberdade (COUTINHO, 1936, p. 440).

A percepção do homem integral deu-se no humanismo teocêntrico, no qual o cristão assumia o dever de construir uma cristandade que o permitisse viver livremente sendo cristão e não-cristão, como partidário de um regime pluralista em oposição ao humanismo antropocêntrico, em que o homem era da burguesia, abstrato, amputado, rasteiro e individual. Nesse sentido, o humanismo integral, para Rodrigues (2005, p. 107), apontava "uma nova cristandade, a que diz respeito à liberdade das pessoas, [...] liberdade de autonomia das pessoas, em substituição à ideia medieval da força ao serviço de Deus". Nessa nova ótica, os órgãos católicos que constituíam a Ação Católica se posicionavam articulados a uma sociedade pela quarta via no campo político-social.

> Maritain foi, para nós, o grande revelador da verdade como uma totalidade, com uma integração de todas as realidades materiais e espirituais, não apenas ontológicas, mas sociológicas. Essa revelação da verdade total representava também uma reintegração do espírito de dinamismo revolucionário das instituições de uma sociedade injusta na reforma do regime político; na ascensão social das classes populares; na reabilitação da democracia; no fim do reino da plutocracia e, portanto, do capitalismo liberal; na liberdade como uma pedra fundamental da cidade humana, ao lado da justiça. Tudo isso é que constituía a quarta via, que Maritain propunha como a verdadeira revolução a empreender sob o signo de uma filosofia cristã. Tudo isso na época era considerado subversivo (PUSSOLI e LIMA, 1995, p. 40).

Assim, o humanismo integral [150] teve por objetivo reabilitar a sociedade e comprometê-la com as transformações radicais na construção da democracia. A instauração de uma nova estrutura social pelo humanismo integral teve na filosofia social e política os instrumentos que organizaram tal projeto e reconheceram o mundo pelos traços temporal e atemporal, sobre bases democráticas institucionais.

> A realização de tal mundo não seria possível sem o auxílio das *novas elites*, provenientes das camadas profundas das nações, devendo estar em comunhão com o próprio povo. [...] Maritain argumenta que só na "ação e que a filosofia democrática" terminaria sua elaboração (RODRIGUES, 2005, p. 111).

Porém, para compreender a relação das novas elites, compostas por elementos da classe dirigente outrora em vigor e sua extensão nas elites operárias e camponesas, na perspectiva do novo humanismo sob a influência das ideias de Jacques Maritain na América Latina, é necessário que alguns fatos do período sejam contextualizados.

No fim do século XIX, e início do século XX, as correntes filosóficas tradicionais perderam sua força para as tendências filosóficas do monismo, positivismo e evolucionismo, fato que marcou a crise filosófica cristã. Contudo, entre os indícios da ofensiva teórica católica estava o pensamento filosófico de Farias Brito[151], defensor da metafísica espiritualista, com forte influência entre os intelectuais do período. E a fundação da Faculdade de Filosofia de São Bento, em 1908 — o mais antigo centro de estudos tomistas do Brasil –, representava as bases do Método Pedagógico Jesuíta, o *Ratio Studiorum*, sendo uma referência entre os estudos filosóficos da (neo)escolástica ao posicionar a formação de intelectuais no engajamento em benefício da cultura católica.

Nesse cenário, para Vaz (1978, p. 366), dois ilustres mestres apontavam os anseios da metafísica espiritualista, sendo "Alexandre Correia, o tradutor benemérito da Suma Teológica, e Leonardo Van Acker, que ultimamente vem instituindo úteis confrontações

---

[150] Na defesa do Humanismo Integral, Maritain seria ainda, a larga chamada, contra a tentação do franquismo e das restaurações de uma sociedade católica e hierárquica, em proveito, inclusive, da defesa da democracia como a mais compatível com uma sociedade pluralista, ao sopro da inspiração cristã, tão penetrante ao melhor ideal de Alceu (MENDES, 2012, p. 21).

[151] O fim que se propõe o nosso pensador é eminentemente moral. Lançando um olhar em derredor de si vê o filósofo o mundo a debater-se na mais terrível das crises que ainda o convulsionaram. *Crise intelectual*, manifestada pela anarquia das ideias, pela implacável crítica demolidora que tudo destrói e nada reedifica, pelo ceticismo estéril e escarninho. *Crise moral*, provocada pelo interesse erigido em norma suprema de ação, pelo utilitarismo invasor, pelo predomínio do egoísmo sobre o amor e a dedicação. *Crise social*, que avulta na grande revolução preparada por todas as causas anteriores e que os ameaça, terrível e eminente como cataclismo destruidor. *Crise religiosa*, enfim, acusada pelo esmorecimento geral da fé nos povos e nos indivíduos (FRANCA, 1944, p. 400-401).

entre o tomismo e o pensamento de Bergson e Blondel", sinalizando, assim, a influência do pensamento filosófico francês no país.

Na primeira metade do século XX, os movimentos de renovação da metafísica clássica que eram processados na Europa influenciaram as articulações nos departamentos de filosofia e permitiram o avanço da neoescolástica nos meios universitários, como a renovação cultural do catolicismo brasileiro.

> Quem vem acompanhando de perto o movimento philosophico comtemporaneo já terá notado neste primeiro quartel do século XX uma mudança de atitudes para com o thomismo altamente significativa e consoladoramente favorável. Hoje na França Maritain e Gilson, um no Instituto Catholico outro na Sorbona, ocupam os primeiros logares, entre os mestres que dirigem o pensamento das novas gerações. Na Allemanha, a legião dos neo-escolasticos impõe-se não menos pelo número que pela qualidade e influência dos combates (FRANCA, 1929, p. 45).

Nesse cenário, entre os representantes dessa tendência filosófica, estavam: Universidade Católica de Pernambuco – Pe. Aloísio Mosca Carvalho S.J., e Pe. Paulo Gaspar de Menezes S.J.; Universidade Católica do Rio de Janeiro – Pe. Francisco X. Roser S.J.; Universidade de Minas Gerais – Artur Versiani Velloso; Faculdade de Filosofia de São Bento – Alexandre Correia, Leonardo Van Acker e Pe. Roberto Saboia de Medeiros S.J.; Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná – Ubaldo Puppi; Universidade do Rio Grande do Sul – Armando Câmara e Ernâni Maria Fiori; Faculdade Nacional de Filosofia (anexo à Universidade do Rio Grande do Sul) – Pe. Maurílio T. L. Penido e Eduardo Prado de Menezes; Universidade do Distrito Federal – Tarcísio M. Padilha; e Centro Dom Vital - Dom Justino Paoliello O.S.B., e Dom Irineu Penna O.S.B., (VAZ, 1978).

Além dos aportes teóricos da filosofia cristã – humanismo integral, democracia cristã e outros – em favor da Ação Católica, o pensador francês Jacques Maritain foi um estrategista hábil ao constatar os perigos das interpretações errôneas vigentes na sociedade, como a utilização dos termos como sinônimos liberdade e liberalismo, ou autoridade e autoritarismo, que se encontravam impregnados na ideologia dos regimes totalitários da Alemanha e da Itália. Nesse caso, a liberdade não podia estar impregnada nos paradigmas do espírito liberal burguês (falseado como católico) e a autoridade não podia se distanciar da concepção cristã ao organizar a sociedade a partir dos parâmetros de ordem e hierarquia.

Essas evidências permitiram reabilitar o conceito de democracia, até então adormecido por tais regimes, partindo dos princípios cristãos com base em aportes teóricos filosóficos. Assim, o princípio democrático, conforme Pussoli e Lima (1995, p. 52), "veio abrir novos caminhos para um regime político e econômico de liberdade e justiça" pelo viés renovador, impregnado na filosofia do pensador francês.

A influência de Jacques Maritain na América Latina teve repercussão na ação das elites intelectuais, ancoradas na nova posição assumida pela Igreja Católica em torno do movimento Ação Católica, ao organizar entre os órgãos católicos uma resistência frente às influências das tendências evolucionista, positivista e agnóstica.

Entre os diques construídos para conter os avanços das tendências anticatólicas no século XIX, na América do Sul, estavam os representantes Garcia Moreno (América Espanhola) e Dom Vital (América Portuguesa). No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a presença do filósofo Farias Brito e, depois, do líder católico Jackson de Figueiredo, manteve a posição na ofensiva católica brasileira pelo viés conservador.

Entretanto, os vestígios da influência do pensador francês Jacques Maritain na década de 1920, pelo viés democrático/renovador, permitiram aproximar a sociedade da concepção do humanismo integral. Para Pussoli e Lima (1995, p. 58), isso "disciplinou nossa inteligência jovem em desordem, mas ansiosa por uma nova ordem, para que não constituísse um retorno ao passado, mas uma abertura para o futuro".

As diretrizes da Ação Católica orientavam a representação do laicato nas nações católicas. Os traços conservadores do projeto eram ancorados pelos pensadores Edmundo Burke, Visconde de Bonald, Joseph de Maistre e Donosco Cortés, que mantinham a defesa dos privilégios da Igreja Católica entre as discussões pela restauração da monarquia católica, autoridade pontifícia e privilégios da aristocracia.

Esses pensadores proferiam críticas às inclinações propensas a defender princípios da liberdade, soberania popular e igualdade, pois esse comportamento provocava rupturas com a tradição e impossibilitava utilizar a Igreja Católica como modelo comunitário para o controle da sociedade civil. O pensamento conservador católico brasileiro, marcado pela filiação teórica de Joseph de Maistre (contrarrevolucionário), sob forte influência do líder católico Jackson de Figueiredo, repercutia de forma expressiva entre os intelectuais engajados em torno da CDV e na revista *A Ordem*.

Nesse período, as ideias de Jacques Maritain iniciaram sua relação sem impacto expressivo com a revista *A Ordem* devido à filiação conservadora do periódico. Mas o pensamento maritaniano começou a aproximar-se do país com a fundação do Centro

Jacques Maritain (1924), na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1929, Alceu Amoroso Lima, o novo líder católico do CDV, possibilitou que as ideias de Jacques Maritain percorressem os círculos católicos do país, sendo adotada na revista *A Ordem* a filiação teórica renovadora, como os preceitos do humanismo integral em consonância aos movimentos de restauração tomista.

Em 1936, no período do auge da influência intelectual e espiritual de Jacques Maritain, ele viajou à América Latina, onde participou, em Buenos Aires, na Argentina, de um ciclo de conferências para os católicos argentinos e, no Rio de Janeiro, no Brasil, da conferência aos intelectuais católicos no CDV – principal reduto católico do país. Sua presença possibilitou intensificar as discussões pelo humanismo integral, sendo publicado na revista *A Ordem* um número especial[152] sobre os fundamentos e influências do pensamento maritaniano.

Na década de 1940, as influências do pensador francês ocorreram pela fundação do Centro Jacques Maritain na Faculdade Católica de Direito de Porto Alegre/RS e pela fundação do grupo Economia e Humanismo, organizado em torno do conceito de democracia cristã na América Latina, baseado nos princípios e ensinamentos cristãos como igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e fraternidade – sendo esta última o maior de todos. O pensamento maritaniano foi articulado por grupos católicos uruguaios, argentinos, chilenos e brasileiros em benefício dos princípios cristãos à vida política, econômica e cultural.

A representação de Jacques Maritain na revista *A Ordem*, então principal impresso católico no país, deu-se pela produção e circulação de artigos[153] acerca de temas como democracia cristã, humanismo integral, tomismo, cristianismo, filosofia moral e introdução à filosofia. A tradução de suas obras por Alceu Amoroso Lima foi fundamental

[152] A revista "A Ordem" do Rio de Janeiro publicou em 1946 um número especial tirado em separata, com mais de trinta artigos sobre suas obras. Pode-se dizer que não passa uma semana sem que seu nome seja citado nos jornais. O trabalho bibliográfico para as teses de concursos que não tardarão a ser publicadas sobre Maritain na América deverá ser considerável e nunca será completo, pois a imprensa das províncias de todo continente, onde é muito mais difícil de pesquisar as referências, não fica atrás dos interesses que a imprensa das grandes capitais vem mantendo pelo filósofo do humanismo integral (PUSSOLI e LIMA, 1995, p. 54).

[153] Segue a relação de artigos que circularam de 1936 a 1945 sobre o pensador francês na revista da intelectualidade católica *A Ordem*: "Sentido da obra de Jacques Maritain", por Oliveira Franco Sobrinho (1936); "Jacques Maritain, mensageiro da Idade Nova", por Silvio Elia (1937); entrevista de Jacques Maritain, pela Seção Redação (1937); "Jacques Maritain", por Fr. Sebastiao Tauzin O.P (1938); "*Lapensée de Saint Paul* – J. Maritain", por Fabio Alves Ribeiro (1941); "Observações sobre o caso de Maritain", por Fabio Alves Ribeiro (1944); *Postscriptum* "aos estudos sobre Jacques Maritain", por Leonardo Van Acker (1945); "A propósito do personalismo Jacques Maritain," por Leonardo Van Acker (1945); além de notas de artigos em periódicos internacionais, obras traduzidas em português e a publicação de um número especial sobre o autor, em 1946.

à nova geração de intelectuais, sendo aporte teórico em detrimento do conservadorismo impregnado na cultura católica brasileira.

Entre as publicações no periódico do autor, constam: *O doutor comum* (1929); *Sobre a sabedoria agostiniana* (1930); *Freudisme et psychanalyse* (1937); *Os pontos no ii* (1939); *Resposta ao professor Mercier* (1945); e uma entrevista[154] de Jacques Maritain que apontava uma estratégia católica entre ele e o líder católico brasileiro.

> O Maritain do *Humanismo integral*, dos *Direitos do homem*, de *Cristianismo e democracia*, que Alceu traduz e prefacia, o reconciliaria com o ideal democrático. Para essa edificação com a democracia concorrera o sofrimento da França, sob o domínio nazista. Alceu logo se colocou ao lado da França e da Inglaterra, contra o nazismo e fascismo (VILHAÇA, 2006, p. 189, grifo do autor).

Nas primeiras décadas do século XX, floresceu um novo modelo de Igreja, que assumiu uma posição de autodefesa a partir das tendências sócio-político-culturais que inflamavam as nações católicas, sendo orientado à fundação de instituições paralelas à hierarquia eclesiástica sob liderança de intelectuais católicos leigos. Essa estrutura apoiou-se no conservadorismo hierárquico do Vaticano, porém, os indícios do pensamento maritaniano ocupavam as novas formas organizacionais da Reação Católica.

A posição dos intelectuais engajados nas instituições e nos órgãos católicos sinalizava uma relação de poder entre os adeptos da filiação conservadora e renovadora, marcando um novo ciclo nas discussões em prol da cultura católica. Para Rodrigues (2005, p. 141), o laicato católico estava "saindo de uma visão conservadora, fundada em pensadores europeus por Burke, De Bonald, joseph De Maistre e Juan Donoso Cortés, para uma visão mais liberal, mais democrática, no estilo de Jacques Maritain".

Uma ala dos intelectuais católicos aderiu aos preceitos filosóficos do pensador francês e reconheceu a influência do líder católico Alceu Amoroso Lima nas articulações da democracia cristã. A atuação da imprensa católica em favor da neocristandade teve posição estratégica entre os círculos católicos ao propagar as ideias do pensador Jacques Maritain mesmo com resistência da ala conservadora do clero e de intelectuais do CDV.

---

[154] Publica, em julho de 1937, a entrevista de Jacques Maritain sobre as formas de conciliação da unidade cristã com o pluralismo político. Maritain distingue a ação católica da política, caracterizando a primeira pelo espírito de união e a segunda pela diversidade. Admite a participação católica na política, desde que a diversidade não sobrepuje a unidade (VELLOSO, 1978, p. 155).

> Dom Jaime de Barros Câmara, substituto de Dom Sebastião Leme, não conseguiu reunir os intelectuais necessários para retomada do projeto desenvolvido por seu antecessor, encontrando maiores dificuldade com a absorção de ideias democráticas em meio ao clero. Tais propostas eram baseadas na democracia cristã e difundidas pelas obras de Jacques Maritain, que defendia novas relações entre católicos, sociedade democrática e regimes governamentais baseados na justiça, liberdade e solidariedade. A revista A Ordem, com a influência do pensador francês, também modificou seu direcionamento e adotou uma relação próxima entre catolicismo e os debates culturais (LIMA, 2012, p. 40).

A principal revista da intelectualidade católica, *A Ordem*, apontava as diretrizes teóricas que iriam direcionar as discussões do pensamento cristão, adotando para isso o viés renovador e direcionando as orientações ao laicato católico para intensificar ações de politização em defesa da cultura católica.

Nesse sentido, o advento do movimento democrático cristão na América Latina foi um indício do pensamento maritaniano, sendo uma resposta à crescente influência das ideias fascistas e comunistas entre as novas gerações, como o predomínio da filosofia política liberal e o espírito burguês dominante, impregnado pelos resíduos de poder entre as culturas que constituíam a América Latina.

Segundo Pussoli e Lima (1995, p. 51), "os católicos foram profundamente dominados pelo movimento reacionário que apresentava o fascismo como o único obstáculo ao comunismo", tornando estratégica a intervenção de intelectuais católicos na Liga Eleitoral Católica (LEC) contra os fundamentos fascistas que proliferavam entre as nações católicas com forte representação no Brasil na década de 1930.

> O surto integralista [...] foi sobretudo expressão de uma juventude em ascensão social, motivada por objetivos culturais e políticos, mais do que interesses econômicos específicos. Uma parcela de sua amplitude se deve, sem dúvida, à ausência de um partido católico num momento em que a importância dos debates culturais e o despertar católico conduziam a incorporação do fato religioso ao político. [...] O fracasso desse movimento, que num dado momento parecera irresistível, remete, sem dúvida, a inúmeras explicações. Quaisquer que fossem as simpatias da Igreja e dos líderes católicos em relação a este, a Igreja, principalmente, e muitos desses líderes estavam atentos para não se deixar envolver em uma luta contra um regime do qual muito obtinha (PÉCAUT, 1990, p. 80).

Em oposição ao surto integralista no país ocorreu a fundação da LEC, em 1932, com Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima no projeto de mobilizar o eleitorado católico em apoio aos candidatos que estivessem comprometidos com a doutrina católica, sendo orientados pela hierarquia e organização eclesiástica em oposição a quaisquer

articulações de cunho partidário ou mesmo à organização de um partido católico. Nesse caso, a influência dos membros engajados na LEC, ao compor as representações políticas do país, possibilitou estratégias católicas no campo político na legislação do país.

> E o programa da Liga foi incorporado na íntegra à nova Constituição de 1934, que substituiu a do início da República, em 1891. Se a instabilidade política que, a partir daquele momento, dominou as instituições brasileiras, conduziu o país a regimes de força muito remotos das nossas esperanças de revolução pacífica, embora atuais à época, não podemos negar que uma semente se plantou e que ela está pronta a medrar para dar novos furtos no futuro. E o nome de Jacques Maritain e da filosofia social não poderá ser esquecido nesse futuro incerto (PUSSOLI; LIMA, 1995, p. 63).

Assim, a influência de Jacques Maritain esteve presente no campo intelectual, entre a formação da elite, a partir dos princípios da filosofia social; no campo religioso, pela renovação espiritual, entre ações direcionadas ao projeto de restauração católica; e no campo social, entre articulações diretas e indiretas que envolviam os círculos eclesiásticos e políticos ao projetar o início da organização sindical católica como um princípio da democracia cristã.

A LEC foi uma tentativa de colocar em prática, no campo político, os anseios da filosofia social com a fundação dos movimentos democráticos cristãos, no fim da década de 1940, por lideranças católicas no Brasil, Argentina, Peru, Chile e Venezuela, em oposição aos avanços dos regimes políticos totalitaristas na América Latina. No entanto, a influência do pensador francês na América Latina deu-se de forma expressiva entre os intelectuais católicos após intervenção no campo editorial pelas Editoras Agir, no Brasil, Del Pacífico, na Argentina, e Difusión, no Chile, em torno dos princípios que ancoravam o pensamento maritaniano. A revista *A Ordem*, inclusive, teve papel fundamental na divulgação do pensamento francês entre o clero, os intelectuais e a militância.

> No projeto de "aproximação" entre as nações, Tristão de Athayde sugere que a revista e seus intelectuais deveriam pautar suas ações, fundamentalmente, nas ideias estabelecidas nos escritos não somente de Jacques Maritain, mas também de George Bernanos, sendo essas a seu ver, as mentes "esclarecidas" e representativas do pensamento francês, que considerava "por natureza universal". Sendo assim, seria necessário ler, estudar e, sobretudo, amar a obra de ambos para poder compreendê-los e deles "tirar as lições indispensáveis ao nosso comportamento", não devendo importar-se com as campanhas que se realizava contra eles (RODRIGUES, 2005, p. 198).

A repercussão do pensamento maritaniano na Ação Católica apontava indícios, no campo editorial, contra os sistemas políticos totalitários em prol de um novo panorama internacional, com o advento do governo democrático na construção de um mundo que se realizaria a partir da liberdade e da justiça. Assim, a democracia cristã teve seus fundamentos pautados, ao mesmo tempo, na harmonia entre fiéis e infiéis, cristãos e não-cristãos, católicos e também comunistas, sendo projetada entre ações nas esferas política, econômica e cultural, sem inclinação aos grupos ou classes privilegiadas, pela manutenção dos direitos legítimos aos cidadãos. Tratava-se, para Rodrigues (2005, p. 205), da "democracia baseada na liberdade individual e na justiça social".

Na década de 1940, foi realizado o I Congresso da Democracia Cristã na América, reconhecido pelos militantes e políticos católicos como o Movimento de Montevidéu, cujo objetivo era promover estudos dos problemas políticos e econômicos da América Latina, uma estratégia de ação conjunta e instrumento para conter os pressupostos do regime de autoritarismo.

Nesse período, ocorreu a fundação dos partidos Democratas Cristãos Latino-Americanos, inspirados entre as ideias do pensador francês e, na década de 1960, foram alcançadas vitórias eleitorais de Eduardo Frei Montalva, no Chile (1964), e de Rafael Caldera Rodrigues, na Venezuela (1969). A representação da democracia cristã ocorreu entre partidos europeus e repercutiu na conquista dos governos italiano, francês e alemão sobre as bases do pensamento maritaniano, pela Ação Católica no combate à miséria[155] do século XX e a partir do humanismo integral. Dessa forma:

> Essa democracia e esse humanismo, ao mesmo tempo que reconhecem os direitos da comunidade política e do bem comum político, reconhecem também, e antes de tudo, os direitos da família e os direitos da pessoa humana. E se me perguntardes quais esses direitos inalienáveis da pessoa [...] o direito à vida, a integridade do corpo, aos meios necessários de existência; o direito de tender ao seu fim último, no caminho traçado por Deus; o direito de associação, o direito de possuir e usar da propriedade (O CREPUSCULO, 1939, p. 188).

[155]O facto é que não há quem medianamente inteligente se conforme a tolerar sem protesto a miséria do mundo actual, mundo deshumano. Miséria da escravidão proletária. Miséria da exploração capitalista. Miséria de opressão econômica de uma classe sobre a outra. Miséria da propriedade capitalista. Miséria do imperialismo e da exploração de povos, em nome de um vago princípio de colonização, mas em que umas potências que se arvoram o direito sobre outras mais fracas, sujam as mãos em incríveis atrocidades. Miséria de exploração do braço alheio. Miséria de um mundo sem finalidade superior. Miséria de uma civilização escrava do dinheiro. Miséria de uma cultura inhumana. Nada se salva. Tudo em nosso tempo encerra maldade e é passível de acusação justa (COUTINHO, 1936, p. 439).

O humanismo integral do pensador francês Jacques Maritain apontava a necessidade de liberdade e justiça, sendo um direito intrínseco do ser humano participar e atuar entre as decisões que projetavam a fundação de instituições na sociedade, além de serem representados na organização sócio-político-cultural. O humanismo integral de cunho teocêntrico reconheceu os aspectos antropocêntricos e projetou um movimento que continha as inclinações e as paixões que distanciavam o ser humano da democracia cristã e do convívio em sociedade do cristão e do não cristão.

Entre pontos de problematização – a trajetória do Pe. Leonel Franca S.J., no campo sócio-político-cultural sinaliza uma posição estratégica entre as instituições e órgãos católicos, sendo considerado "centro de gravidade de uma geração de intelectuais" católicos. Mas, seguindo a ação apostólica do padre jesuíta (1910 a 1940), centralizada na capital – Rio de Janeiro (Distrito Federal no período), e como foi a representação dos líderes eclesiásticos das ordens religiosas (franciscanos, beneditinos, carmelitas, mercedários, oratorianos e os capuchinos), no projeto de restauração católica.

Entre os "projetos em disputas" nas primeiras décadas do século XX, posiciona a Reação Católica em oposição as tendências do positivismo, liberalismo, protestantismo, laicismo, comunismo e outros. Mas, o reposicionar de lideranças pela restauração provoca expressivo engajamento de intelectual no Rio de Janeiro e São Paulo, e como foi a extensão desse movimento no país.

O CDV no Rio de Janeiro e São Paulo sinalizam expressiva influência entre os intelectuais católicos, além do periódico *A Ordem* a organização de eventos, cursos, palestras e outros, em torno da formação da militância. No final da década de 1930, alcança a extensão de 20 Centros no país, no entanto, como foi a representação de tais órgãos católicos e sua relação com a matriz, o CDV/RJ.

As instituições tradicionais ocupam espaço privilegiado na formação da elite, sendo estratégico o predomínio eclesiástico (até o final da década de 1920) sobre o ensino. Nesse caso, a fundação de um movimento que aglutinou a juventude católica em prol da restauração – AUC, demostra a relação de poder no campo universitário. Mas, como foi a extensão de tal organização entre alguns países da América Latina.

3. O MANUAL ESCOLAR: NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Os manuais escolares[156] na formação da sociedade são importantes instrumentos de pesquisa no campo da História da Educação, pois emergem como fonte e objeto de análise, tornando-se documentos que contribuem para a investigação da cultura escolar[157].

Para Choppin (2002, p. 10), os manuais escolares "aparecem essencialmente como instrumentos poderosos da constituição identitária dos Estados Modernos", um objeto que participa do universo cultural em torno de um conjunto de estratégias políticas, pedagógicas e editoriais. Nesse viés, sinaliza pontos comuns de análise, organizados como objetivos da instrução: intencionalidade, sistematicidade, adequação, regulamentação e intervenção.

> Las características comunes que senãlan los diferentes autores acerca del manual escolar [...] podríamos anotar las seguintes: a) intencionalidad, por parte del autor (o editor), de se expressamente destinado al uso escolar; b) sistematicidade em la exposición de los contenidos; c) adecuación para el trabajo pedagógico, ajustándose a un determinado nível de complejidad de los contenidos y a un determinado nível de maduración intelectual y emocional de los educandos; d) reglamentación de los contenidos, de su extesión, y del tratamento de los mismos; e) intervención estatal administrativa y política, a través de la reglamentación citada (que seleciona, jerarquiza o excluye saberes e valores), y/o de la autorización expressa o implícita posterior de la publicación de la obra (OSSENBACH e SOMOZA, 2009, p. 20).

Segundo Ossenbach (2010, p. 122), "la delimitación entre lo que es y lo que no es um manual escolar no siempre es fácil". Entre pontos comuns da investigação do objeto escolar, aponta-se a intencionalidade do autor (adequação do trabalho pedagógico, sistematização e regulamentação dos conteúdos) e a intervenção estatal (sequência dos conteúdos, combinação de textos e ilustrações, estilo textual expositivo e presença de recursos didáticos), sendo essa uma extensão pertinente para análise, pois permite identificar os indícios das finalidades educativas impressas no manual escolar.

Os manuais escolares são depositários de conteúdos educativos em torno dos programas oficiais que exercem funções estratégicas ao transmitir um conjunto de saberes

---

[156] Os lusófonos entendem que o livro escolar é um livro que serve para ensinar, por isso utilizam-se das respectivas terminologias: livros didáticos, manuais escolares ou textos didáticos. O manual é um objeto planetário, marcado por traços históricos que sinalizam sua função de evangelização e colonização, sendo importante objeto escolar entre os sistemas educacionais, como sua relação entre os métodos de ensino que foram inspirados no modelo ocidental (CHOPPIN, 2009).

[157] Entendo o conceito de cultura escolar como possuidor de multiplicidades de interpretações capazes de apresentar fragmentos explicativos do universo escolar, aptos a contribuir para o estudo dos fenômenos educacionais em seus mais variados aspectos históricos (BENCOSTTA, 2010, p. 42).

(áreas do conhecimento) e um processo de socialização e aculturação constituído por um sistema de valores morais, religiosos, políticos ou ideológicos.

Conforme Choppin (2009, p. 65), "os manuais refletem manifestadamente as preocupações pedagógicas. O que significa que um manual não é um simples livro utilizado na escola", mas um símbolo da escola[158] regido por um conjunto de métodos e técnicas de aprendizagem e uma legislação específica (leis, decretos e programas de ensino) em torno da produção, circulação e usos de tais objetos escolares[159].

> Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for os interesses por questões relativas à educação, à cultura ou mentalidades, à linguagem às ciências... ou ainda à economia, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente desapercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante – até mesmo inquietante – constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento da vida, no contexto educativo; definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religiosos, sindical ou associativo, ou simples eleitor...) nos instiga a ali pesquisá-lo (CHOPPIN, 2002, p. 13-14).

Nesse contexto, as articulações dos pesquisadores nos campos da literatura escolar[160] possibilitam estruturar uma rede de programas nacionais e internacionais[161], bem como suas inúmeras discussões e produções pela história do livro. As investigações dos manuais escolares apontam avanços significativos no campo da História da Educação a partir de novas lentes nas pesquisas — História e Historiografia da Educação — e constrói uma rede de dados que fortalecem a produção, a circulação e a apropriação teórica nos grupos de pesquisa.

---

[158] Representam el símbolo mismo de la escuela, constituyen, quiérase o no, um instrumento de poder. [...] Este poder se acomoda essencialmente a las características del público hacia el cual se supone que el manual se dirige, por la permanência de contenido, por la importância cuantitativa de su difusión y por las sacralización, más o menos efectiva, según las culturas, de la institiución escolar y de lo escrito (CHOPPIN, 2001, p. 211).

[159] Suas análises permitem atentar para as dimensões pedagógicas, políticas, econômicas e culturais que intervêm na produção, seleção e usos do livro escolar, possibilitando ver no livro, simultaneamente, um "ícone geracional", um "símbolo nacional", fortemente implicado nas dinâmicas de transmissão de uma cultura nacional" (ROCHA E SOMOZA, 2012, p. 28).

[160] A literatura escolar constitui em todos os países um objeto de disputa real como simbólico (CHOPPIN, 2008, p. 12).

[161] Entre os diversos centros de pesquisas que atuam no recenseamento da produção nacional, destacam-se: Emmanuelle/França, Manes/Espanha, Eme/Portugal, Mascofo/Ontário, Colloquium/Grã-Bretanha, Iartem/Noruega, Relle/Argentina, Cience/Espanha, Québécois/Canáda, entre iniciativas que percorrem pesquisa no Brasil, Alemanha, Itália, Bélgica, Hungria e outros, que intercruzam aos pesquisadores dos quadros legislativos e dos regulamentos, nas bases de dados da Universit of Toronto Press/Toronto, INRP/Paris, A Henn/Kastellaun, UNED/Madri, Minerva Shobô/Kyoto e USP/FFCH/Brasil.

Para Choppin (2002, p. 14), os manuais “não constituem uma fonte isolada”, pois são instrumentos que possibilitam a pesquisa e a revelação de aspectos que intercruzam outros contextos, que podem ser “institucionais, políticos, científicos, culturais, religiosos, pedagógicos”, bem como a relação entre sua “concepção, sua produção e seus usos”.

Trata-se, então, de um produto impresso que participa da formação dos sujeitos, organizado por um conjunto de tipografias, formas, cores e outros elementos textuais que permitem estimular a sensibilidade dos alunos. Assim, os manuais são configurados como guias de orientação aos processos de aprendizagem e ensino a partir de estratégias didáticas na comunicação dos conteúdos, o que os diferenciam das outras textualidades (ESCOLANO BENITO, 2012).

A presença do manual escolar na formação da sociedade, de acordo com Choppin (2008, p. 13), representa uma “poderosa ferramenta de unificação — nacional, linguística, cultura e ideológica” — que sinaliza uma relação de poder aos governos, pois, ao instituir uma política educacional, tais objetos escolares se apropriam de preceitos instituídos nos programas de ensino e representam uma forma de controle e orientação política.

Nesse sentido, a presença de censores no processo de fiscalização dos manuais sinaliza uma estratégia do governo nas políticas do livro, constituída por comissões específicas para atuação nos órgãos reguladores (aparatos estatais) a partir de uma legislação em torno de concepção, produção, difusão, financiamento e utilização.

> Os censores começaram a definir os limites da ilegalidade de aceitável e a classificar os livros submetidos à sua aprovação de acordo com as categorias oficiais que determinavam que canais de distribuição os livros podiam seguir. Decidiam também quais livros deveriam ser aprovados imediatamente e quais deveriam sofrer adiantamento, e se deveriam receber um privilégio, uma permissão tácita ou algum outro tipo de autorização (ROCHE, 1996, p. 26).

A presença dos censores permite ao governo, aos autores e as editoras para Roche (1996, p. 31), acionarem “os oficiais da polícia do livro” acerca da fiscalização e apreensão das obras classificadas como “perigosas, clandestinas e proibidas”, além de intensificarem a supervisão em torno dos “impressores, livreiros, trabalhadores e vendedores ambulantes”. Esses aspectos evidenciam o poder da palavra impressa, tornando-a um objeto estratégico no controle da formação da nação, bem como suas relações no campo sócio-político-cultural.

Ao historiador que percorre a investigação do livro, para Chartier (1999, p. 18), seu projeto deve estar vinculado ao "estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos". Dessa maneira, é possível transitar entre a "crítica textual, a história do livro", bem como "do impresso ou do escrito", ao revelar indícios da "história do público e da recepção".

Nesse contexto, inquerir os aspectos que constituem sua materialidade[162] torna-se um movimento primordial na pesquisa e possibilita reconhecer outras interpretações, compreensões e usos desses instrumentos de poder, com as intenções intrínsecas no impresso.

Noções de História da Filosofia foi o primeiro manual escolar do padre jesuíta Leonel Franca. Publicado em 1918, trata-se de um instrumento no projeto de restauração católica considerado dos melhores pelos críticos literários no período, uma vez que presta um serviço à cultura brasileira. Entre as representações do manual nos periódicos, o jornal *A União*, na seção "Literatura Philosophica", aponta que:

> Com a publicação do seu trabalho o prof. Leonel Franca veiu minorar a pobreza da nossa literatura philosophica, oferecendo a mocidade estudiosa um compendio admirável de História da Philosophia, capaz de satisfazer às exigências do meio intelectual em que vivemos. Num século de verdadeira anarchia das intelligencias, quando se pensa a todo custo subtrair a sciencia aos influxos da fé, proclamando a independente do dogma e da verdade revelada, é preciso que venha a campo, com as suas ideias e ensinamentos, os grandes pensadores, os Mestres, que podem e devem, enriquecendo a nossa paupérrima literatura, contribuir no cultivo intelectual dos estudiosos apontando-lhes o caminho único da verdade (REGO, 1919, p. 5).

A presença do manual na literatura filosófica do país sinaliza traços da Reação Católica na formação de uma elite por organizar e posicionar aspectos da história do pensamento filosófico, como: a renascença escolástica no século XVI, por um vigoroso movimento de conciliação (teologia e filosofia) na Espanha, Itália e Bélgica; a encíclica *Aeterni Patris* e sua posição estratégica na restauração do tomismo; e a filosofia espiritualista no século XX, com ênfase nos movimentos neotomistas nas nações católicas. No entanto, o autor expõe os avanços das correntes filosóficas

[162] O livro é papel e tinta formando a mancha (a área impressa de uma página); o que ali se imprime passa por edição e copidesque (que muitas vezes introduzem alterações no texto original), revisão e preparação de texto, que então, é organizado em páginas (paginação), de acordo com um projeto editorial; as páginas formam cadernos de um certo formato, que são colados ou costurados e encadernados, recebendo procedimentos de acabamento editoria e gráfico; para, finalmente, serem distribuídos e (eventualmente) lidos (MUNAKATA, 2012, p. 184).

modernas/contemporâneas e sua relação epistemológica inclinada às ciências em oposição aos grandes pensadores escolásticos, lançando críticas a tal filosofia ao constatar o distanciamento das discussões de metafísica e o apogeu das ciências.

No manual, o capítulo "Filosofia Moderna" indica o advento do empirismo inglês e francês, ancorado pelo positivismo, evolucionismo e materialismo, e, depois, assinala a corrente do espiritualismo pelo viés do ecletismo, tradicionalismo, ontologismo e neoescolástica, representando traços de restauração das discussões do pensamento (neo)tomista.

A posição do manual na formação da nação aponta a magistral organização do pensamento histórico filosófico, como o pioneirismo e a acertada erudição do autor na sistematização dos sistemas filosóficos. Nesse caso, a revista *Gil Blas*, pela seção "Através dos livros"[163], destaca as seguintes evidências sobre o manual:

> Não conheço outro livro de igual denominação, publicado no Brasil, o que me faz acreditar na virtude chronologica da primeira obra, versando a assumpto acima, editada no nosso paiz. [...] Os fins collimados pelo Sr. Franca no prefacio das suas "*Noções de Historia da Philosophia*" – são plenamente atingidos. Estas noções estão escriptas com grande claresa e concisão, dando um conhecimento synthetido e perfeito de todos os systemas philosophicos. Extraordinários serão os serviços que este livro irá prestar aos estudiosos. [...] Vêm galhardamente preencher uma lacuna (é impossível deixar de empregar a velha chapa), na nossa bibliografia didactica. O ilustre padre jesuíta demonstra neste utilíssimo compendio grande erudição philosophica e notável capacidade de raciocínio: cousa raríssimas nos escriptores (AMARAL, 1919, p. 12, grifo do autor).

Desse modo, o manual do Pe. Leonel Franca S.J., junta-se ao compêndio de Direito, de Jonathas Serrano, à tese sobre José de Maistre, de Alexandre da Cunha, e à obra *Metaphysica versus phenomenismo*, do cônego Florentino Barbosa, entre as importantes produções do pensamento filosófico no país (GUALTER, 1922). Tais produções na literatura filosófica apontam um movimento crucial para a organização da comunidade filosófica, como indícios de articulações na edificação da "tradição acadêmica" com o intuito de suprir as lacunas do pensamento filosófico brasileiro.

[163] É importante mencionar que o autor reproduz alguns trechos do manual do Pe. Leonel Franca, sob a filosofia de Kant e Spencer, e realiza uma breve análise, sendo uma grande surpresa o juízo desfavorável do padre jesuíta a tais filosofias, pois apontam um dos mais sólidos fundamentos do espírito religioso, seja com Kant, ao acreditar na existência de Deus, no livre arbítrio, na imortalidade da alma e no imperativo categórico, seja em Spencer, na obra *Primeiros princípios*, que concilia a fé e a razão, destruindo as incompatibilidades que as separam.

> O estudo e o ensino da filosofia têm sido, entre nós, descurados e tratados quase sempre com supremo descaso. Faculdades e Institutos Superiores de estudos filosóficos, como se encontram em todas as nações cultas do velho continente, só agora os começa a conhecer o Brasil. Nos tempos mais auspiciosos para o ensino, não passou a filosofia de simples preparatório. Aos 15 ou 16 anos, nossos jovens folheavam, de afogadilho, um compêndio que os habilitasse a passar de qualquer modo no exame de uma disciplina que a maior parte deles tinha na conta do luxo dispensável. É a esta falta de estudos metódicos e profundos, feitos sob a direção de mestres abalizados, que atribuímos principalmente a inferioridade da cultura filosófica no Brasil (FRANCA, 1944, p. 331).

Para o Pe. Leonel Franca S.J., o ensino de filosofia deve abandonar essa posição de "simples preparatória" e formar uma comunidade filosófica que possa projetar sua representação no campo político-educacional (ensinos secundário e superior) em torno de anseios e reivindicações primordiais ao ensino de filosofia no país.

Pode-se observar que na 10ª edição do manual o padre jesuíta mantém uma configuração que privilegia a história da filosofia ao recuar para a investigação do período da filosofia oriental e, na sequência, da estrutura da filosofia grega, patrística, medieval e moderna, avançando aos arcabouços teóricos da filosofia contemporânea.

Porém, na produção do capítulo "A Filosofia no Brasil" (pelas correntes filosóficas espiritualista, positivista, materialista e o panpsiquismo panteísta – Farias Brito), a posição dos pensadores (membros de instituições tradicionais) sinaliza uma breve compilação de produções de filosofia no país. E no apêndice[164], aponta um instrumento genuíno da Reação Católica acerca da renascença escolástica no século XIX.

> Ninguém há que desconheça hoje a importância da história da filosofia. Complemento natural da própria filosofia teórica, ela interessa não só ao filósofo de profissão a quem rasga novas perspectivas e envereda pelas sendas mais seguras, senão ainda a todo homem da mediana cultura, que não pode sem desaire, ignorar quanto pensaram os grandes gênios acerca das questões que tão de perto se referem à direção aos destinos da vida humana (FRANCA, 1944, p. 5).

A posição desse manual entre uma rede de impressos católicos nas primeiras décadas do século XX, para Carvalho (2003), permite reconhecê-lo como um produto, instrumento e alvo de práticas de organização e mobilização católica. A trajetória do

[164] Em appendice sobre a oportunidade e a importância da renascença escolástica no século XIX, o autor dá um quadro geral da situação anarchica do pensamento contemporâneo, apontando o caminho único a seguir, traçado já pelo imortal Leão XIII na *Encyciclica Aeterni Patris: vetera novis augere et perficere*. "Conservar o antigo deputado de todos os erros e imperfeições, enriquece-lo com as acquisições posteriores para a conquista de novos conhecimentos" (REGO, 1919, p. 5).

manual no recorte temporal da pesquisa, no período de 1918 a 1944, entre dez edições, é percorrida por três casas editoriais — Livraria Drummond Editora, nas primeiras edições; Editora Livraria Pimenta de Mello & Cia, no fim da década de 1920; e Companhia Editora Nacional, no começo dos anos 1940 [165] —, fato que sinaliza uma relação entre produção, circulação e usos, sendo estratégica sua permanência entre os impressos que constituem a formação da elite (dirigente/intelectual) no período.

Para Correia (1931, p. 213), era "o compêndio de Historia da Philosophia, de Leonel Franca, a melhor obra que sobre o assunto se publicou no Brasil". Essa posição percorre as obras do padre jesuíta e é expressa pela revista dos intelectuais católicos *A Ordem* devido à sua relevância na cultura católica e na literatura filosófica[166], compondo a seção "Livraria católica" ou "Bibliografia" do periódico entre as edições da década de 1920 a 1940.

A repercussão do manual entre os críticos literários do período sinaliza a erudição apurada do autor jesuíta, ao expor de forma precisa seus apontamentos sobre o pensamento filosófico brasileiro, tornando digna sua posição na literatura filosófica. O capítulo "A Filosofia no Brasil", além do pioneirismo, tem impacto sobre as produções filosófica no país, como indica o artigo impresso pela revista *A Ordem* intitulado "O Philosopho".

> O que temos, os brasileiros, em matéria philosophica, é muito pouco, quase nada. As causas dessa nossa falta de cabeça philosophica estão muito bem apontadas na obra de Leonel Franca *Noções de Historia da Philosophia* (Rio, 1921, pg. 108), nem é a ocasião de desenvolvermos aqui esse ponto. Basta notarmos que dois nomes resumem o que temos de mais importante na matéria: Tobias Barreto e Farias Brito. Isto, deixamos de parte os sequazes mais ou menos orthodoxos de A. Comte, já bem pouco numerosos, e que não fizeram senão repetir o mestre, sem nenhuma ou com muita pouca originalidade, em religião, crítica scientifica e teorias políticas. Também deixamos de lado homens como Gonçalves de Magalhaes e Sylvio Romero. Aquelle não foi senão um echo muito secundário e enfraquecido do já de si desconradissimo ecletismo de Cousin; e deste se pode dizer que é a negação do verdadeiro espírito phylosophico. Restam, pois, Tobias Barreto e Farias Brito. Não que se possa comparar qualquer deles a um Mercier ou Bergson, por exemplo. Nenhum tem a *vis philosophica* de Bergson; nenhum soube fazer, com os systemas de que foram tributários, cousa comparável ao que Mercier fez com a Escolástica (CORREIA, 1929, p. 207-208, grifo do autor).

[165] Depois, Editora Agir Livraria (propriedade de Alceu Amoroso Lima), do fim da década de 1940 em diante.

[166] Segue uma breve relação de artigos que apontam a presença do manual entre os impressos católicos: "Bibliografia", Perillo Gomes, 1922; "O philosopho", Alexandre Correia, 1929; "Filosofia da escola nova", Alexandre Correia, 1931; "Filosofia cristã e filosofia pagã", A. J. Guimarães Sampaio S.J., 1937; "Modernismo senil", Pe. Leopoldo Aires, 1938; "Letras catholicas", Jonathas Serrano, 1932; "Correspondência", B. Castro, 1942; "Correspondências", *A Ordem*, 1942; entre outros.

Nesse caso, é apontado o pensamento filosófico inclinado ao positivismo, com Tobias Barreto e Farias Brito, seguido pelos discípulos Benjamim Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que sinalizam os pilares da fundação, organização e articulações positivistas no país, com alianças no campo sócio-político-cultural em prol das ideias republicanas sem vínculo com a Igreja Católica. Na sequência, aparecem Gonçalves de Magalhães, apesar de muito extravagante, nenhuma novidade, e Silvio Romero, apontando sua obra filosófica, de influência desastrada, como pontos de imprecisão na produção do pensamento filosófico brasileiro. Por outro viés, a filosofia de Mercier e Bergson sinaliza a presença do pensamento escolástico em oposição aos avanços do positivismo (FRANCA, 1944).

Em benefício da restauração, os intelectuais ancorados pelos aportes filosóficos católicos posicionam suas produções entre os centros culturais, espaços privilegiados para a construção de diques contra as inclinações filosóficas que almejavam atacar a cultura católica, sendo estratégica a incursão dos pilares da corrente filosófica espiritualista.

> Um elemento essencial para o periodismo católico era sua ligação estreita com "a missão da igreja", não apenas no nível jurídico, mas também do ponto de vista de suas vinculações com as autoridades da comunidade escolástica. Outro aspecto que ressalta a imprensa católica era sua conceituação como meio moralizador e saneador dos costumes da sociedade, concomitante ao desempenho do papel de conservação dos princípios e valores norteadores da ética cristã (VILHENA, 1994, p. 150).

Assim, os impressos católicos disputam espaços entre as instituições tradicionais na formação de uma elite. Conforme Arduini (2014), o manual escolar *Noções de História da Filosofia* e o livro *A Igreja, a reforma e a civilização* (apologético) são adotados nos colégios jesuítas em parceria com as editoras católicas. Essa relação no campo editorial intensifica uma rede de impressos católicos na formação das bibliotecas pedagógicas católicas (acervo especializado), com repercussão nas instituições e nos órgãos católicos.

Ao investigar as intencionalidades que constituem o projeto de restauração, a presença do manual escolar *Noções de História da Filosofia*, do Pe. Leonel Franca S.J., aparece entre os impressos católicos na primeira metade do século XX, como instrumento do ensino secundário e superior das instituições tradicionais devido ao rigor epistemológico na história da filosofia e da análise do pensamento filosófico do país.

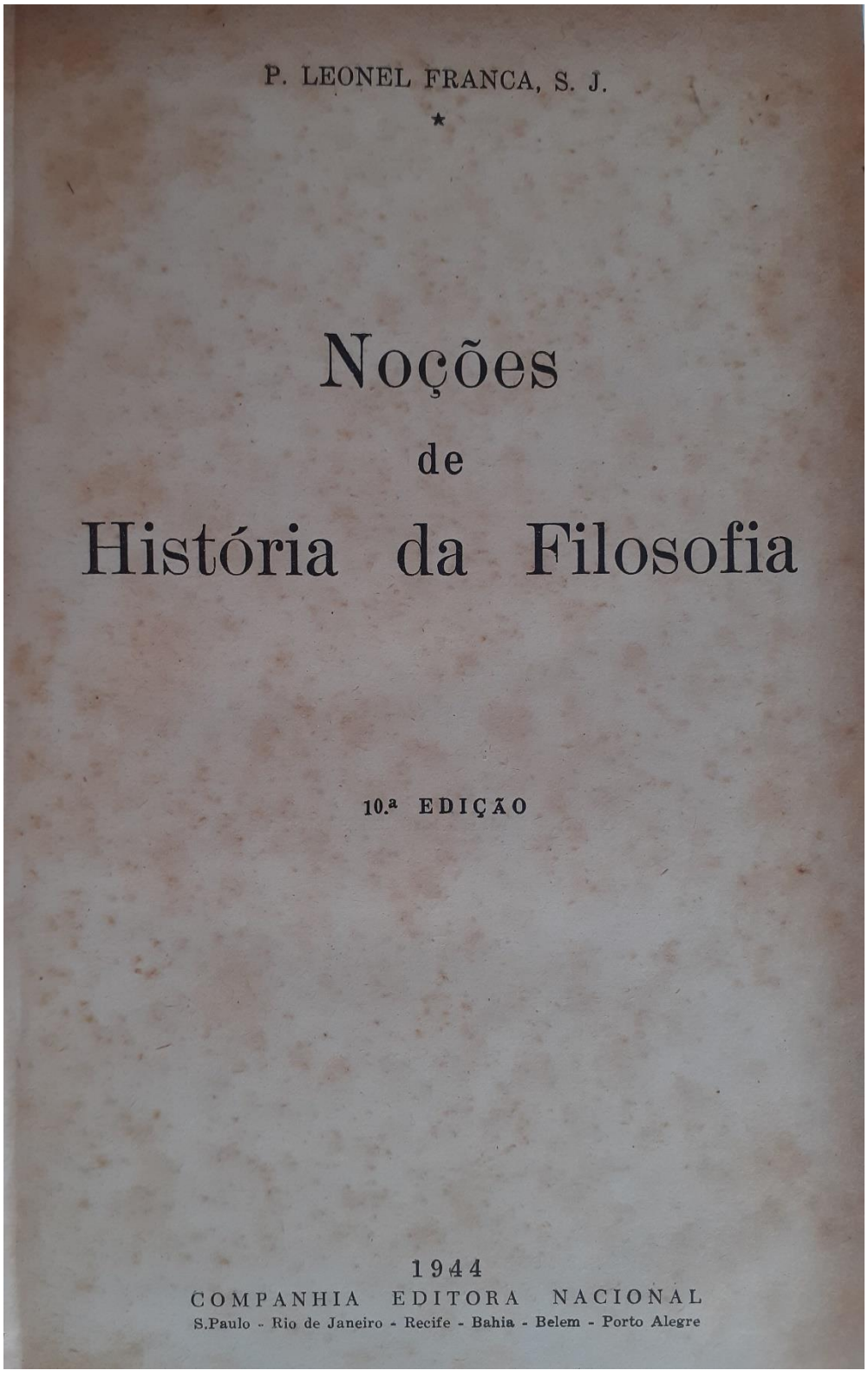
> Quanto à história da filosofia, só conhecemos, em nossa língua, o excelente livro do P. Franca: Pe. Leonel Franca, S.J. – Noções de história da filosofia – Pimenta de Melo & Cia. Rio de Janeiro. Onde além da filosofia antiga e moderna, encontramos uma boa exposição crítica da filosofia brasileira, inclusiva Farias Brito (CORRESPONDÊNCIA, 1942, p. 90).

Os traços da trajetória do manual escolar — no recorte temporal nas décadas de 1910 a 1940 —, a partir rigor metodológico e epistemológico do autor, apresentam revisões primordiais, atualizações teóricas e novos capítulos que percorrem os padrões didáticos no campo editorial com o acordo ortográfico[167] entre Brasil e Portugal, em 1931, e, depois, com a autorização pela CNLD, na década de 1940, como um dos manuais do ensino secundário.

Nesse contexto, os manuais são instrumentos de poder que ocupam espaços privilegiados no processo de formação das nações. Para Choppin (2001, p. 210), "participa estrechamente en el processo de socialización, de aculturación, véase de adoctrinamento de las jóvenes generaciones", e adentrar sua materialidade torna-se primordial para reconhecer os traços das intencionalidades políticas, pedagógicas e editorais que os constituem e sua posição estratégica no projeto de restauração. Tais aspectos podem ser constatado ao analisar o manual *Noções de História da Filosofia*, 10ª ed. de 1944, (ver Figuras 2 e 3) do autor Pe. Leonel Franca S.J.

[167] O "Decreto 20.108, de 22 de junho, de 1931 – dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino", que institui alterações na ortografia portuguesa. **"**De conformidade com o que votou em 1907, e examinando as modificações e ampliações que, em 1911, constituíram a ortografia oficial portuguesa, a Academia Brasileira de Letras resolveu aceitar o acordo que se segue, dentro das novas alterações constantes das bases juntas e dele fazendo parte integrante - 30 de abril de 1931. A Academia das Ciências de Lisboa, pelo seu representante, Sua Excelência o Senhor Embaixador Duarte Leite, e a Academia Brasileira de Letras, pelo seu Presidente, Fernando Magalhães, firmam o acordo ortográfico (BRASIL, 1931c, p. 10513).

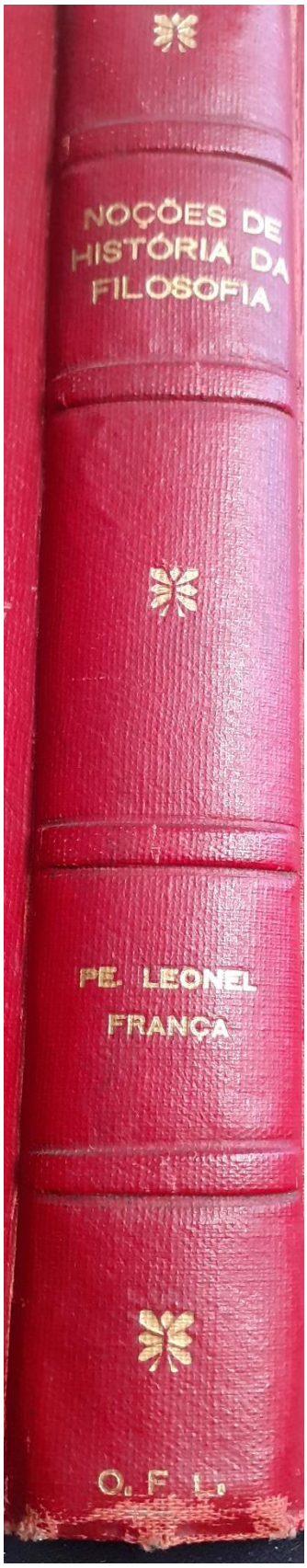
FIGURA 2 - FOLHA DE ROSTO DO MANUAL: NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA[168]



Fonte: Franca (1944).

[168] A capa do manual não é a original, mas uma capa dura. Assim, optamos por trazer a folha de rosto.

FIGURA 3 - LOMBADA DO MANUAL: NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA



Fonte: Franca (1944).

3.1 ASPECTOS ESTRUTURAIS

A 10ª edição do manual escolar *Noções de História da Filosofia* foi impressa nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda[169] para a Companhia Editora Nacional em outubro de 1944[170]. Conforme Japiassú e Marcondes (1996), o manual é considerado uma referência para o ensino de filosofia ao expor de forma estrutural a história da filosofia. O formato do manual tem 13,5 cm de largura por 21,2 cm de altura e 2,6 cm de espessura, com encadernação tipo brochura, tendo na primeira página o título centralizado e um carimbo com o número 1886.

Os traços de materialidade apontam a fonte *Times New Roman*, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em negrito. Os capítulos seguem uma numeração hebraica, de 1 a 232, no começo de alguns parágrafos, como naqueles relacionados aos temas "Vida e obras"; "Divisão da filosofia"; "Caráter geral"; "Divisão"; "Introdução"; "Outras escolas"; "Vista retrospectiva"; "Conclusão" e suas subdivisões. Também apresenta uma tabela com o tema "Analítica transcendental"[171], de Emanuel Kant, na página 219.

Não constam imagens, exercícios ou espaço para anotações. A posição da bibliografia no manual dá-se entre os textos de introdução dos capítulos, em notas de rodapé e no fim dos textos de cada subtítulo. As notas de rodapé, de 1 a 540, mostram uma base referencial e indicações de periódicos no corpo do texto.

Na contracapa, há o nome do autor, o título da obra, a edição, o ano, a editora e suas filiais. E no verso da folha de rosto estão impressos os seguintes dizeres: *Imprimi postest* – P. Aloysius Riou (Provincialis Brasil Central), e *Imprimatur*[172] – D. Jaime de Barros Camara (Archiepisc. Rio de Janeiro). Tais expressões dos censores eclesiásticos demonstram o sinal de poder sobre as letras católicas.

---

[169] A Revista dos Tribunais, como impressora de livros, foi muito mais que apenas um apoio para a Nacional [...]. Nas décadas de 30 e 40 a Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais respondeu por cerca de 60% da produção brasileira de livros (HALLEWELL, 1985, p. 271-272).

[170] Na última página do manual, já sem numeração, consta a seguinte redação na parte inferior, alinhada à margem direita: "Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., à rua Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional em outubro de 1944".

[171] Kant chamou de "Analítica transcendental" a primeira parte da "doutrina dos elementos" na *Crítica da Razão Pura* e na *Crítica da Razão Prática* (enquanto a segunda parte é dialética), entendendo por A. a determinação das condições *a priori* do conhecimento e da ação moral. A *Crítica do Juízo* contém, além disso uma A. do belo, uma A. do sublime e uma A. do juízo teleológico, que determinam as condições *a priori*: respectivamente, as primeiras duas do juízo estético, a outro do juízo sobre a finalidade da natureza (ABBANGNAO, 2007, p. 52).

[172] Estampa a autorização oficial da Igreja Católica para publicação (ARDUINI, 2014).

No prefácio, na redação da 1ª edição de 1918, o autor expressa a escassa literatura filosófica no país, citando a ausência de manuais de filosofia que possam orientar a inteligência ao exercício da reflexão crítica, pois ao consultar periódicos e outros manuais de filosofia era possível evidenciar uma desorientação à instrução sólida.

O manual do padre jesuíta constitui-se um curso breve de filosofia, organizado por um esquema geral da história da filosofia, que aponta o perfil intelectual dos grandes pensadores, teorias, correntes filosóficas e sua influência histórica. As abordagens sobre a renascença escolástica (séc. XVI e XIX), por exemplo, percorrem a estrutura pós-filosofia patrística.

Além das revisões, atualizações e críticas necessárias feitas pelo autor no manual, os prefácios da 2ª e da 3ª edição, de 1921 e 1928, respectivamente, indicam acréscimos de informações bibliográficas em torno da feição escolar e didática. Mas o ápice da nova configuração é o pioneirismo na organização documental do capítulo "A Filosofia no Brasil"[173] (1921). Depois, o prefácio intitulado "Antes da 7ª edição" (1940), apresenta o capítulo "Filosofia contemporânea" (bibliografia atualizada), que oferece aos leitores/investigadores outras lentes sobre o movimento filosófico no período.

Antes dos capítulos, o autor jesuíta expõe um breve texto intitulado "Preliminares: definições, importância e a divisão da filosofia". Essa configuração permite a ele apresentar, no primeiro subtítulo, as definições da abordagem filosófica a partir de uma exposição crítica — o dever de julgar os saberes que são alicerces das ciências e confrontar quais são suas contribuições para o progresso ou atraso do saber — e metódica — utiliza a junção entre os métodos cronológicos, racional e sistemático, pois permite aliar as vantagens que os compreendem. No segundo subtítulo, "Utilidade e importância da história da filosofia", o autor evidencia o legado do pensamento filosófico entre as gerações.

> A. É, em primeiro lugar, à própria filosofia que a sua história apresta os mais relevantes serviços. [...] B. A história da filosofia é ainda de grande importância para a inteligência perfeita da história da civilização. Do pensamento nascem as ações dos homens. E toda revolução social ou política tem sua explicação derradeira num movimento de ideias. Por outro lado, os grandes acontecimentos que agitam profundamente a vida dos povos exercem uma influência poderosa na orientação especulativa de seus pensadores. Daí esta reciprocidade de ação, esta comunicação mútua de movimento e de vida,

[173] Livro já em 2ª edição e com um capítulo inteiramente novo acerca das corrente philosophicas nacionais, é o trabalho do sr. Leonel Franca assaz conhecido nas rodas dos estudantes de taes assumptos; e, exatamente porque se destina a lhes servir de compendio, parece que, vai um pouco além do fim visado pelo autor (DUQUE-ESTRADA, 1922, p. 6).

> em que os pensamentos preparam e dirigem os fatos e os fatos reagem sobre os pensamentos. Levar, pois, de par à análise e das ideias é o melhor meio de compreender umas e outras; estudar a história civil à luz da história da filosofia é completar a primeira com a segunda e reunir as duas partes naturais de um mesmo todo que é a história da humanidade (FRANCA, 1944, p. 14-15).

E, por fim, no terceiro subtítulo, "Divisão da história da filosofia", sinaliza os primórdios do pensamento filosófico desenvolvidos no Oriente entre epistemologias mitológicas e racionais antes do apogeu da filosofia na Grécia. Assinala, assim, as "doutrinas cristãs" sendo aprimoradas pelos doutores escolásticos em torno da filosofia cristã na Idade Média e as novas correntes filosóficas na renascença e na Idade Moderna.

Na redação do texto "Preliminares", constam duas listas de tratados de história da filosofia. Na primeira, são sete tratados antigos[174], entre 1776 e 1847, e, na segunda, considerada mais recente, são 47, entre 1884 e 1936, nos idiomas inglês, alemão, italiano, espanhol e francês, o que sinaliza a erudição do autor na configuração do manual escolar.

Em torno da organização estrutural no manual *Noções de História da Filosofia*, então, temos a capa, a folha de rosto com título e número do manual, uma folha com o título das informações editoriais, os prefácios, o texto preliminar, os capítulos, o índice analítico (sumário) e o índice onomástico.

TABELA 5 - SUMÁRIO DO MANUAL NOÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Capítulos		Temáticas	Nº de páginas
Filosofia Oriental	Cap. I Cap. II	A filosofia na Índia: Bramanismo; Buda e Budismo A filosofia na China	13
Filosofia Grega	Cap. I Cap. II Cap. III	A filosofia na Grécia Escola Jônica; Itálica. Pitágoras; Eleática, Atomística; Sofistas Sócrates; Platão; e Aristóteles Acadêmicos e peripatéticos; Epicuro e sua escola; Zenão e Estoicismo; Ecletismo e Ceticismo; Filosofia romana; Filosofia grego-oriental. Escola neoplatônica.	52
Filosofia Patrística	Cap. I Cap. II	Cristianismo e filosofia Primeiro período Santo Agostinho	14

[174] Entre os mais *antigos* tratados gerais da filosofia, citemos apenas um e outro dos mais importantes: J. BRUCKER, história crítica *filosofiae a mundi incunabulis ad mostram usque aetatem deducta*, 6 vols., Leipzing, 1766-67; G. TIEDEMANN, *Geist der spekulativen Philosophie*, 6 vols., Marburg, 1791-97; - J. G. BUHLE, *Lehrbuch der Geschichte der Philosophie und einer Kritischen Literatur derselben*, 8 vols., Gottingen, 1796-1804; - W. G. TENNEMANN, *Geschichte der Philosophie*, 11 vols., Leipzig, 1798-1819; - H. RITTER, *Geschichte der Philosophie*, 12 vols., Hamburg, 1829-53; - H. C. W. SIGWART, *Geschichte der Philosophie*, 3 vols., Stuttgart, 1844; - J. M. de DEGÉRANDO, *Historie comparée des systèmes de philosophie*, 4 vols. (antiqueté et moyen-âge), Paris, 1822-23; 4 vol., (philosophie moderne), Paris, 1847. (FRANCA, 1944, p. 16).

	Cap. III	Terceiro período	
Filosofia Medieval	Cap. I Cap. II Cap. III Cap. IV	Introdução Art. 1 Filosofia escolástica; Art. 2 Outras correntes filosóficas; Art. 1 Filosofia escolástica (Filosofia escolástica: escola franciscana anterior a S. Tomás; Alberto Magno e Tomás de Aquino; Antitomistas, tomistas e ecléticos; Nova escola franciscana. Duns Scoto; orientações cientificas); Art. 2 Filosofia antiescolástica. Art. 1 Filosofia escolástica; Art. 2 Filosofia escolástica dissidente. Art. 1 Renascença (Humanismo e Helenizantes; Naturalistas; Juristas. Filosofia social; Ceticismo. Conclusões). Art. 2 Renascença escolástica do século XVI.	65
Filosofia Moderna	Cap. I Seção A. Seção B. Cap. II	Características gerais Art. 1 Descartes; Art.2 Francisco Bacon; Art.3 Evolução da filosofia de Descartes (Malembranche. Ontologismo; Spinoza. Panteísmo; Leibniz. Monadismo e harmonia preestabelecida); Art. 4 Evolução da filosofia de Bacon. *O empirismo na Inglaterra* – reação da escola escocesa (Hobbes. Materialismo; Locke. Sensualismo; Berkeley. Idealismo; David Hume. Fenomenismo e Ceticismo; Escola escocesa. Moralistas). *O empirismo na França* (Condillac; Enciclopedistas). Art. 1 Kant e Kantismo (Kant; Evolução da filosofia de Kant); Art. 2 O positivismo e suas derivações. Materialismo e Evolucionismo (Augusto Comte; O positivismo depois de Augusto Comte; Materialismo e transformismo; Evolucionismo. Spencer e Fouillée); Art. 3 Filosofia espiritualista no século XIX (Ecletismo. Victor Cousin; Tradicionalismo; Ontologismo; Filosofia neo-escolástica).	110
Filosofia Contemporânea	Cap. I Cap. II Cap. III Cap. IV	Filosofia da ação e da vida Art. 1 Pragmatismo; Art. 2 Bergson; Art. 3 Blondel. Idealismo Art. 1 O Idealismo na França; Art. 2 O Idealismo na Itália; Art. 3 O Idealismo e Criticismo transcendental na Alemanha; Art. 4 Idealismo Anglo-saxônico. A fenomenologia Filosofia neo-escolástica.	47
A Filosofia no Brasil		A Filosofia no Brasil Art. 1 Correntes espiritualistas (Ecléticos; Ontólogos e Idealistas; Escolásticos). Art. 2 Corrente positivista (Positivistas ortodoxos; Positivistas dissidentes). Art. 3 Corrente materialista (Materialistas transformista; Monistas e evolucionistas). Art. 4. Pampsiquismo panteísta. Farias Brito.	88
Conclusão			03
Apêndice		Apêndice sobre a oportunidade e importância da renascença escolástica no século XIX.	14
Índice Analítico		Estrutura do sumário	05
Índice Onomástico[175]		Lista de todos os nomes que apontam citação na obra, assim como as páginas.	14

Fonte: Franca (1944). Elaborado pelo autor, 2020.

[175] Do esforço do ilustre autor é prova o seu "índice onomástico", que consta mais de trezentos nomes de autores citados ou examinados (LIVROS, 1919, p. 2).

No capítulo “Filosofia oriental”, em 13 páginas são apresentados os vestígios da literatura religiosa e da filosofia na Índia, a partir de traços da tradição Veda como elemento de um sistema filosófico e indícios dos primeiros germes da especulação filosófica, com destaque aos *Upanishads*[176], nos quais repousam os escritos filosóficos da literatura védica sobre a natureza do universo, a origem e os destinos do homem.

As concepções do bramanismo sobre o ente supremo, indivisível, incriado e eterno são as primeiras noções de metafísica, no entanto, há divergências entre os pensadores. E, por fim, a filosofia na China se aproxima de Sócrates e Sêneca, pois utiliza fundamentos racionais da moral, ou seja, a lei do dever e das concepções de prazeres em Epicuro. Para Franca (1944), o pensamento oriental conserva-se fundamentalmente religioso, sem precisão e rigor científico, sendo difícil de definir.

O capítulo “Filosofia grega”[177], organizado em 52 páginas, versa sobre a cultura grega partindo de sua formação cosmopolita. Para isso, aponta os estudos cosmológicos entre os filósofos das primeiras escolas (Jônica, Itálica, Eleática, Atomista e Sofista), como questões sobre devir e não devir (movimento), lógica e psicologia, em torno da natureza e do corpo.

Na percepção de um método filosófico, as discussões aportam o paradoxo entre as questões que fundamentam o conhecimento, de cunho *a priori* (anterior a experiência) ou *a posteriori* (posterior a experiência). Para Franca (1944), é nesse período que ocorrem os primeiros passos da especulação filosófica, que permitem identificar entre os filósofos gregos as discussões sobre um ser supremo e eterno. E é com Sócrates, Platão e Aristóteles que há a teorização das questões primordiais da filosofia, isto é, um legado à civilização entre obras e reflexões sobre temas como metafísica, psicologia, lógica, dialética, ética, física, moral e teoria do conhecimento. Na sequência, os peripatéticos — discípulos dos grandes mestres — se movimentam entre as correntes filosóficas, porém, a invasão da cultura romana assinala a decadência e a dissolução da filosofia grega.

Em 14 páginas, o capítulo “Filosofia patrística” aponta a influência do cristianismo sobre a cultura romana. Para o autor, as questões morais e teológicas ocupam

---

[176] Em torno dos Vedas, livros sagrados de hinos e orações, formou-se toda a primitiva literatura religiosa e filosófica da Índia. [...] Os *Upanishads*, que constituem a doutrina esotérica dos brâmanes, soa os escritos mais filosóficos da literatura védica. Comentários especulativos da teologia representam os primeiros esforços para resolver em termos racionais os problemas da natureza do universo, da origem e dos destinos do homem. Os sistemas que neles se contêm respeitam as tradições dos livros sagrados, a que procuram dar uma interpretação filosófica (FRANCA, 1944, p. 22-23).

[177] Nesse capítulo constam inúmeros termos e frases nos idiomas latim e grego, sinalizando aproximações do texto com os originais, e uma apropriação do autor às regras que compõem o método pedagógico jesuítico – *Ratio Studiorum*.

posição privilegiada entre os apologistas (defensores da nova fé), gregos, latinos, africanos e representantes da escola cristã de Alexandria. O foco do pensamento filosófico no período é centralizado nos preceitos cristãos (a existência de Deus único) e posiciona a intelectualidade eclesiástica (padres) para combater a filosofia pagã, munindo-se dos fundamentos da metafísica (Aristóteles).

No capítulo "Filosofia medieval", são 65 páginas divididas em quatro períodos que sinalizam os avanços e os recuos do poder eclesiástico sobre o pensamento filosófico. Ele é iniciado com as discussões filosóficas entre as escolas carlovíngias[178], místicas, árabes e judaicas em torno dos problemas de ordem psicológica, metafísica e questões dos universais[179]. Na segunda parte, é falado sobre o apogeu cultural na Europa e os novos paradigmas na política, artes, arquitetura, pintura, poesia e ciência. Mas o marco na filosofia é a introdução no Ocidente católico das obras completas de Aristóteles pelas leituras no original grego, sem interpretações impostas pelas traduções (errôneas) latinas, árabes, hebraicas ou língua vulgar.

As universidades e ordens mendicantes foram estruturas que visavam fortalecer o poder eclesiástico. Nesse viés, a filosofia de Santo Tomás de Aquino (Doutor Angélico) exerceu forte influência no período (pensamento aristotélico) entre os debates filosóficos e teológicos, com extensão nas questões de lógica, metafísica, antropologia, teoria do conhecimento, cosmologia, teodiceia, moral e política. Porém, a presença de interpretações errôneas sobre os pontos da metafísica aristotélica pelo averroísmo é o que fundamenta a filosofia antiescolástica e os embates com o tomismo.

Para Franca (1944), o terceiro período de "Filosofia medieval" mostra a influência da ciência experimental moderna sobre os pensadores, a inoperância do poder eclesiástico sobre os governos e a reforma protestante em curso — acentuando o distanciamento do pensamento filosófico cristão, sinal da fragilidade estrutural que solidificava as escolas

[178] Um dos maiores títulos de Carlos Magno ao reconhecimento da posteridade é o impulso por ele dado ao estudo das letras e ao cultivo das artes, após longa viagem pela Itália, em 787, recomendou a formação de escolas por todo império, tendo o pensamento de Alcuino (735-804), monge de York, a inspiração desse movimento, que permitiu ressuscitar as antigas escolas e criar novas, dividindo-as em três grupos: monacais (mosteiros), para religiosos e leigos; catedrais (sedes episcopais), para clérigos e seculares; e palatinas (nas cortes), para clérigos e leigos (FRANCA, 1944).

[179] Essa expressão designa a disputa sobre o *status* ontológico dos U. (gêneros e espécies), que começou na escolástica do século XI e caracterizou toda filosofia medieval, continuando depois, com formas pouco diferentes, na filosofia moderna. Essa disputa foi motivada por um trecho da *Isagoge* (Introdução) de Porfírio às *Categorias* de Aristóteles e pelos comentários de Boécio a elas relativos. [...] Mas o fundamento para entender tanto a origem histórica da disputa quanto o alcance permanente que ela pode ter é que suas duas soluções fundamentais – realismo e nominalismo – correspondem às duas tendências fundamentas da lógica antiga e medieval, a platônico-aristotélica e a estóica (ABBAGNANO, 2007, p. 1168).

medievais. E, por fim, o renascimento, com a ciência experimental moderna, intercruza as novas correntes filosóficas helenizantes, naturalistas, juristas (filosofia social) e ceticismo, com abordagens que retornam à filosofia grega sem influência das questões metafísicas aristotélicas.

Contudo, também são apontados traços da renascença escolástica no século XVI, entre os representantes das Ordens Dominicanos, Carmelitas e Jesuítas, que atuam na Espanha, Itália e Bélgica no cultivo dos grandes mestres medievais pela produção de tratados e poderosos documentários filosóficos e teológicos que impulsionam a restauração escolástica.

O capítulo "Filosofia moderna", por sua vez, apresenta em 110 páginas a influência dos pensadores alemães, franceses e ingleses entre as tendências primordiais do espírito humano pelas correntes dos filosóficos do racionalismo e do empirismo. Primeiramente, há uma breve análise das questões que fundamentam as correntes filosóficas de ontologismo, panteísmo, monadismo, materialismo, sensualismo, idealismo, moralismo, enciclopedismo, fenomenismo e ceticismo.

As discussões centrais em Descartes (pai da filosofia moderna), são expostas em pontos de investigação nos subtítulos "Doutrinas filosóficas", "Métodos", "Teodiceia", "Cosmologia", "Antropologia" e "Juízo sobre o filósofo". E, depois, o criticismo[180] de Kant exerce influência sobre os pensadores do século XIX, tendo espaço privilegiado no manual nos subtítulos "Visão geral da filosofia de Kant", "Sistema de Kant", "Crítica da razão prática" e "Juízo sobre a obra de Kant", com as discussões dos representantes do pensamento kantiano pelas correntes filosóficas do idealismo, realismo e neocriticismo.

O positivismo, com Augusto Comte, dá-se pela exposição das leis sociológicas dos três estados — teológico, metafísico e positivo —, pela classificação e hierarquia das ciências em torno dos representantes ortodoxos ou dissidentes e pelas escolas francesa, inglesa, alemã, italiana e portuguesa. As correntes filosóficas do evolucionismo, materialismo e transformismo apresentam especulações filosóficas que adentram as questões da cientificidade. E, por fim, ainda há um breve cenário da filosofia espiritualista

[180] O termo designa a atitude filosófica inaugurada por Kant que consiste em submeter à crítica os resultados da própria atividade mental e de toda experiência humana, a fim de estabelecer os seus limites, a sua validade e a sua possibilidade. O pressuposto é que a mente deve vigiar a si mesma e inspecionar os próprios produtos, de modo a manter sob controle determinadas tendências naturais da psique, a começar pela propensão a generalizar casos concretos, que formando leis universais de valores metafísicos, são verificáveis pela experiência (NICOLA, 2006, p. 323).

no século XIX (neotomismo), organizado pelas correntes filosóficas do ecletismo, tradicionalismo, ontologismo e neoescolástica.

Em 47 páginas, o capítulo “Filosofia contemporânea” aponta os traços da reação dos grandes pensadores aos debates do materialismo e positivismo, atribuindo um novo panorama à filosofia em torno das questões ontológicas e mantendo o rigor crítico do conhecimento. Essa análise é realizada pelo autor em quatro períodos. Ele inicia abordando a influência do pragmatismo e seus representantes a partir de uma nova metodologia na construção de uma metafísica pragmática do universo. Em seguida, no segundo período, traz a representação do idealismo na França, Itália, Alemanha e região Anglo-Saxônica, demostrando a reação contra as correntes filosóficas do materialismo, empirismo, positivismo e agnosticismo, construindo os pilares da restauração da metafísica e novas contribuições às questões morais, estéticas, sociais e religiosas.

No terceiro período, apresenta a corrente filosófica fenomenologia e sua importância para o pensamento alemão contemporâneo, seguida pelos representantes e suas obras. Por fim, mostra a filosofia neoescolástica, marcada pela restauração histórica das obras filosóficas escolásticas nos centros universitários católicos (*Gregoriana*, *Angelicum*, *Lovaina* e outros) e pela representação sobre inúmeras produções, entre coleções, edições críticas, monografias, revistas, obras e manuais nos idiomas latim, francês, alemão, inglês, italiano, espanhol e português. Os estudos sobre metafísica ocupam centralidade no pensamento filosófico do período pelas orientações da encíclica *Aeterni Patris* (1879) em torno dos estudos nos grandes centros de alta cultura católica.

Assim, a relevância do manual escolar *Noções de História da Filosofia*, do Pe. Leonel Franca S.J., na literatura escolar, permite aos críticos literários demonstrarem a organização do saber filosófico e do pioneirismo do manual ao inserirem nele o capítulo “A filosofia no Brasil”. A posição do jornal *Correio Da Manhã*, na seção “Livros novos”, assinala que:

> Este livro é uma obra de valor escripta sob uma inspiração visivelmente catholica. Cremos que é a primeira História da Philosophia que se publica no Brasil, e é preciso confessar que honra a nossa cultura, e é digna do assumpto que versa com superior erudição. Desde as primitivas filosofias orientaes, e depois a filosofia grega, até os últimos systemas de nossos dias, o autor estuda todas, expondo-as sucintamente e comentando-as num resumo utilissimo. É um compendio organizado com muito methodo e que se torna eficaz como uma boa obra para o estudo e para consulta (VELLOSO, 1919, p. 16).

Seguindo os críticos literários no período, percebe-se semelhante posição sobre o manual no jornal *O Brasil Ilustrado*, em artigo intitulado "Um ilustre jesuíta":

> O Padre Leonel Franca S.J. publicou, há tempos, uma "História da Philosophia", que os nossos críticos receberam com applausos irrestrictos. Trata-se, effectivamente, de um livro utilíssimo, escripto em linguagem simples e concisa, sem obscuridades que afugentem o leitor pouco versado no assumpto, e sem infidelidades na exposição dos princípios de cada philosopho ou cada escola, apezar da orientação catholica do autor. Parecem-nos, pois, inteiramente merecidos os ecomios do Sr. João Ribeiro ao excelente compendio. Achando-o "uma obra de mérito, elaborada com escrupuloso e acurado estudo dos systemas philosophhicos de sabor vários, que desde o começo da cultura clássica greco-romana até os nossos dias tem buscado a explicação do universo e as razões de ser (se as há) da vida e do destino". A História da Philosophia" veiu, segundo a "Revista do Brasil", preparar a iniciação de muitos espíritos juvenis nas origens e nas causas do Grande-todo, abrindo um capitulo novo á bibliográfica didactica da nossa terra" (UM JESUÍTA, 1919, p. 7).

Os críticos apontam o pioneirismo do manual escolar em apresentar a história da filosofia e o incluem na literatura filosófica brasileira por expor uma organização do sistema filosófico apurada, sendo um referencial à bibliografia didática dos estudantes e leitores de filosofia. O manual é considerado um curso breve de história da filosofia, tanto que é indicado para compor a lista dos manuais escolares das instituições tradicionais.

No capítulo "Filosofia no Brasil"[181], em 88 páginas, o autor faz uma breve crítica à inferioridade da cultura filosófica no Brasil, marcada pela ausência de uma rede de faculdades e instituições no ensino superior de estudos filosóficos no país, e salienta que os pensadores/escritores estavam adormecidos, pois atuavam na reprodução das ideias filosóficas europeias sem a profundidade e o rigor metodológico filosófico exigidos na produção dos manuais e suas obras.

A representação de correntes filosóficas no Brasil se torna objeto de investigação do autor, que estrutura os subtítulos entre as correntes e escolas espiritualista (ecléticos,

[181] Sobre o título "Noções de história da philosophia", em feição exterior primorosa que muito a recomenda, a Livraria Drummond, Rua do Ouvidor, 76 – Rio – 1921, nos apresenta a segunda edição, revisada e argumentada, da obra importante do P. Leonel Franca S.J. Si nestas linhas pretendo assignalar-lhe falhas que julgo ter encontrado, desejo, todavia, estabelecer de ante-mão que considero a reaparição desta obra como um verdadeiro acontecimento nos annaes de nossa scientifica. A sciencia das sciencias, a philosophia, ressentia-se aqui de um lamentável abandono por parte dos nossos estudiosos e scientistas que se contentam em manusear os compendios e copias as elaborações de vulgo europeus, já meio apagados. Aquillo que produzimos no ramo de philosophia, o autor perlustrou, por uma inspiração felicíssima, num capitulo próprio de mais de 100 páginas, enchendo dest'arte uma triste e sentidíssima lacuna. Por isto devemos dar a esta obra do ilustrado jesuíta o qualificativo lisonjeiro de único e, portanto, incomparável. O methodo e a divisão da obra primam pela clareza de maneira que não precisa receiar o confronto com os melhores compendios de origem estrangeira. Para o bem da sciencia brasileira, desejo-lhe a mais ampla divulgação entre as nossas rodas intelectuais (FIENE, 1922, p. 283).

ontólogos e idealistas, escolásticos), positivista (ortodoxos ou dissidentes) e materialista (transformistas, monistas e evolucionistas). E, no pampsiquismo[182] panteísta de Farias Brito, apresenta a evolução do pensamento filosófico no Brasil a partir da representação de suas obras filosóficas entre os temas filosofia e ciência, metafísica, finalidade do mundo, moral, filosofia moral e religião e crítica. Tal estrutura expõe traços da trajetória dos escritores — teorias, produções e questões centrais.

> Uma parte muito preciosa do seu trabalho são as vinte e tantas páginas em que trata de Farias Brito, único dos nossos pensadores que não é um improvisador de philosophias. Vê-se que o Sr. Leonel estudou sua obra com carinho e melhor do que ninguém, penetrou o espírito do grande brasileiro. Dahi porque soube apreciar as suas qualidades de pensador "imparcial, exacto, claro" e a independência no seu espírito, e ainda com a mesma justeza expõe os defeitos capitais do seu pensamento (GOMES, 1922, p. 121).

No item "Conclusão", o padre jesuíta evidencia a existência de uma filosofia partindo da transmissão dos ensinamentos entre as gerações, o que constitui um patrimônio aos pensadores. A relação coexistente das correntes filosóficas nos inúmeros embates permite às reflexões filosóficas romperem com a especulação filosófica. O autor aponta critérios relevantes entre os labirintos das teorias: o critério teórico e racional (evidência) do pensamento filosófico ao distanciar dos sofismos[183]; o critério prático pelas consequências morais de um sistema filosófico no campo de ação e nas aplicações práticas de um sistema da moral; e o critério de ordem histórica no curso dos séculos.

Por fim, o Apêndice[184], intitulado "Sobre a oportunidade e a importância da renascença escolástica no século XIX", apresenta em 15 páginas uma breve análise da importância dos fundamentos da metafísica e da lógica como alicerce do pensamento filosófico grego e escolástico, além das inconsistências das construções filosóficas modernas. Assim, surge, no período, uma legião de pensadores entre os departamentos de filosofia europeus (Itália, França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Portugal) e sua rede de periódicos pelo renascimento da escolástica.

Essa configuração dos capítulos no manual funciona da seguinte forma: na abertura de cada capítulo há uma página com a inscrição do título e o período abordado

[182] O pampsiquismo é a caraterística metafísica do espiritualismo contemporâneo, seja ele francês (Ravaisson, Lachelier, Hamelin), inglês (Ward) ou italiano (Martinerri, Varisco) (ABBAGNANO, 2007, p. 863).
[183] 1. O mesmo que falácia (v.). 2. Raciocínio capcioso ou que leva a conclusões paradoxais ou desagradáveis. Neste sentido, esse termo tem uso muito vasto, e até os paradoxos (v.) e os argumentos duplos podem ser chamados de S. (ABBAGNANO, 2007, p. 1085).
[184] Foi publicado o texto completo na revista *Vozes de Petrópolis* (1º de março de 1922).

e, na página posterior, uma breve introdução histórica do período com os assuntos trabalhados, como filosofia oriental, filosofia grega, filosofia patrística, filosofia medieval, filosofia moderna, filosofia contemporânea e filosofia no Brasil.

Entre os itens que representam a configuração didática do manual, constam: "Vida e obras" (subtítulo), que transita entre todos os capítulos e constrói uma breve trajetória dos filósofos e suas principais produções, enfatizando os conceitos que se tornam os pilares de suas discussões filosóficas, como as apropriações em torno das correntes filosóficas; "Doutrinas filosóficas" (subtítulo), que apresenta a classificação do conhecimento, como os temas filosóficos abordados, por um breve panorama de tais discussões entre os conceitos e as obras; "Visão geral da filosofia" (filósofo ou período), com algumas discussões em torno de questões fundamentais filosóficas; "Juízo sobre" (filósofo), ou seja, uma breve análise de Pe. Leonel Franca S.J.; e, depois, itens com menor incidência.

3.2 A HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO MANUAL

O Pe. Leonel Franca S.J., percorre os sinais da influência histórica do pensamento filosófico nas gerações. Ancorado na investigação com rigor metodológico, expõe uma estrutura histórica filosófica, como vícios, lacunas e inclinações que fragilizam e divergem entre as correntes filosóficas. Ao percorrer as possíveis estratégias do autor, verifica-se a construção de uma base sólida do pensamento filosófico aos estudantes, com argumentos capazes de sustentar as discussões primordiais da filosofia e libertá-las das armadilhas especulativas das seitas filosóficas, sendo tais orientações um instrumento do *Ratio Studiorum*[185].

A primeira edição do manual aponta indícios de sua repercussão pelos críticos literários do período, sendo reconhecida como uma literatura filosófica nacional devido à maestria e à erudição do autor na organização da história da filosofia. Desse modo, posiciona-se entre os melhores manuais/compêndios do país, em acordo com os programas oficiais que exigem noções de ordem filosófica (história da filosofia) ao invés

[185] *Averrois* – Por essa mesma razão não reúna em tratado separado as digressões de Averrois (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) e, se alguma cousa boa dele houver de citar, cite-a sem encômios, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte. *Nâo se filiar em seita filosófica* – Não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como o dos Averroistas, dos Alexandristas e semelhantes; nem dissimule os erros de Averrois, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir-lhes a autoridade (FRANCA, 1952, p. 63-64, grifo do autor).

de ordem lógica (temas de filosofia). O periódico *Jornal Do Commercio*, na seção "Livros Novos", aponta que:

> O Rev. Padre Leonel Franca, Professor no externato Santo Ignacio, divide o seu trabalho em philosophia oriental, philosophia grega, philosophia patrística, philosophia medieval e philosophia moderna. Nesta estuda Descartes, Bacon, Malebranche, Spinoza, Leibniz, Hobbes, Locke, Berkeley, David Hume, escola escosseza, Condillac e os encyclopedistas, além de Kant, Comte e Spencer, tratando finalmente da philosophia espiritualista no século XIX, terminando a obra por um bem lançado capítulo da "oportunidade e importância da renascença escolástica no século XIX". "Noções de História da Philosophia" são, portanto, um trabalho que vem prestar reaes serviços e terá fácil aceitação (LIVROS, 1919, p. 4).

Nesse viés, alguns críticos sinalizam a imprescindível presença do manual na formação da nação, destacando-o por ser obra prima; ter expressões autorais; representar um serviço à cultura brasileira; ser uma obra didática; fazer contribuição inestimável; apresentar conhecimento profundo; ser um grande livro; ser uma obra de mérito e compêndio organizado; entre outras características.

Porém, outros críticos[186], fazem ressalvas que apontam ausências e excessos, como não citar a representação Gumercindo Bessa na escola de Recife; escapar da lista dos pensadores Samuel de Oliveira, Moreira Guimarães, Veiga Lima e M. Carlos; seguir uma ferrenha crítica a João Duns Scoto por assemelhá-lo a Kant; e trazer um juízo desfavorável a obras de Spencer; e outros. Nesse caso, pela crítica literária da seção "Através dos livros", a revista *Gil Blas* cita que:

> Na qualidade de trabalho didactico deveria o seu autor evitar o escolho dos juízos sobre os philosophos. O sr. Franca como padre jesuíta que é se mostra demasiadamente parcial e apaixonado em taes juízos. Isto é um inconveniente em obras didacticas. Os fins dos livros didacticos não são sectários partidários. São meramente intructivos e esclarecedores. É erro pedagógico e moral querer que jovens apenas iniciados em estudos transcendentes se convençam das excelências e verdades de um dado systema philosophico ou credo religioso. Si os juízos emittidos sobre os múltiplos autores dos systemas philosophicos fossem tanto dos seus adeptos como dos seus adversários – ainda seria admissível tal processo posto que não muito pedagógico. Mas, é o que infelizmente não acontece no livro do sr. Franca. Os juízos sobre os grandes

[186] *Noções de Historia da philosophia, por Leonel Franca*. [...] Com effeito, creio que num curso breve a *historia da philosophia*, destinado apenas a preparar rapidamente alumnos para a prestação do exame dessa disciplina, bastaria breve notícia de cada um dos grandes pensadores, acompanhada exposição resumida das suas doutrinas e das influencias por esta exercida na marcha do pensamento. Não cabia, pois, em tal trabalho, a inclusão impertinente e fora de propósito da crítica de taes doutrinas, que além de deslocada num *compendio de historia da philosophia*, não poderia jamais ser feita com imparcialidade e justiça por quem, trocando o horizonte largo do raciocínio pelo âmbito acanhado e estreito da myopia religiosa (DUQUE-ESTRADA, 1922, p. 6, grifo do autor).

> pensadores nelle exarados ou são do seu autor, e, conseguintemente partidariamente catholicos, ou são de escriptores cujas idéas lhe são idênticas. É uma restrição que faço, visando um senão apenas moral; tal falha em nada prejudica o livro na sua magnifica feitura intelectual (AMARAL, 1919, p. 12).

Mas ao percorrer os caminhos de análise do pensamento filosófico, uma extrema preocupação são as seitas filosóficas. O autor jesuíta assume a posição de combatê-las, ancorado pelos preceitos do Método Pedagógico Jesuítico – *Ratio Studiorum*, sinalizando os perigos de tais conhecimentos errôneos no processo de formação dos alunos em filosofia, tornando primordial, então, retornar às obras filosóficas originais e criar diques aos avanços de publicações errôneas — esse posicionamento inflama os centros de investigações das instituições jesuíticas, sendo essencial ao pensamento filosófico original.

O manual escolar apresenta, entre suas particularidades, um rigor metodológico e cronológico do pensamento filosófico. No entanto, entre concisas análises dos conceitos filosóficos, alguns filósofos têm espaço privilegiado entre os capítulos, como Platão, Aristóteles, S. Tomás de Aquino, Descartes e Kant, por apresentarem um conjunto de saberes que permite fundamentar sua teoria filosófica nas discussões pelos temas que constituem os pilares filosóficos: psicologia; antropologia; teodiceia; teologia; moral; ética; lógica; dialética; física; metafísica; cosmologia e política. A representação dos discípulos frente à formação das novas correntes filosóficas aponta a influência de tais filosofias, bem como suas inclinações ortodoxas ou dissidentes.

Os indícios da estratégia católica no manual aparecem na estruturação específica de alguns subtítulos: “Importância histórica de S. Tomás”; “Renascença escolástica no século XVI”; “Vista Retrospectiva – Juízo sobre a escolástica” (filosofia medieval); “Filosofia espiritualista no século XIX”, “Filosofia Neoescolástica”; “A encíclica *Aeterni Patris*” (filosofia moderna); “Filosofia neoescolástica” (filosofia contemporânea); e “Sobre a oportunidade e importância da renascença no século XIX” (apêndice).

> São múltiplas as razões que levaram ao renascimento do pensamento escolástico. Os pensadores neo-escolásticos reagiram ao racionalismo de origem iluminista, ao imanentismo idealista e ao materialismo positivista, opuseram-se aos aspectos para eles sempre mais inquietantes do liberalismo político, isto é, o laicismo e a secularização, e procuraram enfrentar as correntes culturais europeias, sempre mais contrárias ao dado revelado e à teologia cristã (REALE e ANTISERI, 1991, p. 767).

O padre jesuíta tem a preocupação de expor alguns itens no manual e centraliza a investigação apurada nos representantes das correntes filosóficas, nomeando com os seguintes subtítulos: “Importância e influência de Sócrates”; “Importância histórica de S. Tomás”; e “Juízo sobre” (filósofo). Já nos títulos, temos: “Platão”, “Aristóteles”, “René Descartes”, “Francis Bacon”, “Malebranche”, “Baruch Spinoza”, “Gottfried Wilhelm Leibniz”, “Thomas Hobbes”, “George Berkeley”, “David Hume”, “John Locke”, “Immanuel Kant”, “Augusto Comte” e “Herbert Spencer”. E, por fim, crítica (pensador) em “Victor Cousin” e “Farias Brito”. Alguns pontos dessa estrutura filosófica exposta no manual são citados pela imprensa do período, como aponta o jornal *O Imparcial*, na seção “Chronica literária”:

> Os padres desde a edade media são thomistas immotos. Entretanto, com estudada crítica e imparciabilidade vemos apreciado o positivismo francez de Augusto Comte, que sob muitos aspectos, não se distingue do criticismo de Kant [...]. As páginas sobre Descartes e Kant, a apreciação da escolástica, e da filosofia de Sócrates, Platão ou de Aristóteles, parecem-nos as mais perfeitas do livro. Apraz-nos apontar ainda que o autor registra frequentemente as opiniões de Farias Brito, um pensador ou philosopho racional que deixou alguns admiradores contemporâneos. [...] Spencer não passa de um literato, dizem também com empaphia alguns dos nossos (RIBEIRO, 1919, p. 2).

Para Ribeiro (1919, p. 2), o estudo “escrupuloso e accurado” dos sistemas filosóficos, desde a cultura clássica greco-romana até os nossos dias, aponta imparcialidade do autor ao examinar as doutrinas do pensamento filosófico e “admirável serenidade do crítico”, sendo obra de mérito, “considerado de grande proveito e certamente digno de estima”.

As análises proferidas no manual apresentam as doutrinas filosóficas e uma visão geral dos conceitos, organizadas em temas que constituem a história da filosofia. Dessa forma, alguns pontos de apreciação do autor, sob o subtítulo: “Importância e influência de”, “Importância histórica de”, “Juízo sobre”, e “Critica” (filósofo), sinalizam a representação de 18 filósofos na estrutura do manual[187], como veremos na sequência.

1. Em Sócrates, os alicerces da filosofia se dão pelo verdadeiro objeto da ciência, a indução dialética[188] como método filosófico que atinge pelo “conhece-te a ti mesmo” o

[187] Os capítulos “A filosofia oriental”, “A filosofia patrística” e “A filosofia contemporânea” seguem outra estrutura na apresentação dos filósofos e correntes filosóficas, não sendo configurado um subtítulo com o “Juízo sobre” (filósofo) ou “Crítica”, por isso não constam tais informações nessa apreciação.

[188] Em sentido psicológico e pedagógico, na filosofia clássica [...], é entendida como um certo tipo de ensinamento, um processo de se levar alguém a adquirir um determinado tipo de conhecimento ou a adotar uma determinada atitude em relação a algo (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 142).

conhecimento. A influência entre seus discípulos permite a fundação das escolas socráticas menores (mégara, cínica e cirenaica ou hedonista) e, depois, as inclinações às seitas filosóficas denominadas céticos, pirrônicos, estoicos e epicuros.

2. Em Platão, há a sistematização da filosofia. Na teodiceia, aborda de forma suprema os fundamentos da existência de Deus, espiritualidade e imortalidade da alma. No entanto, no dualismo platônico entre mundo ideal e mundo fenomenal existem lacunas, pois com a utilização do método apriorístico[189] não há espaço para a experiência.

3. Em Aristóteles, encontra-se o legado da linguagem científica e o pilar da intelectualidade do pensamento humano, uma vez que é o fundador da ciência moderna, criador da lógica, patriarca das ciências naturais e da metafísica[190], moralista e político, autor do primeiro tratado de psicologia científica e da história da filosofia. Tais aspectos compreendem a noção e a origem da filosofia cristã no pensamento grego.

> Certamente houve um Sócrates que procurou aperfeiçoar o conceito de Deus, autor de toda a perfeição, embora ainda não soubesse evitar completamente a escolha do panteísmo. Houve sem dúvida um Platão que alcançou identificar a noção de divindade com a ideia do bem subsistente. Mais, houve um Aristóteles que chegou à culminância, quando afirmou ser Deus um ente puríssimo, perfeição suma; o pensamento que se pensa a si próprio, completamente feliz nesta autognose; escrevendo, como diz Leonel Franca na sua História da Filosofia, "a mais bela pagina da teodicéa pagá." E nós devemos reconhecer o seu grande mérito, pois que esta página de ouro, brilha como um sol num firmamento escuro (GUIMARÃES, 1937, p. 18).

Nesse viés, a filosofia grega, para o autor, é o legado da civilização grega para a ocidental a partir das estruturas do pensamento filosófico — que intensifica as discussões em torno do problema, objeto e possibilidade da ciência em Sócrates —, da relação entre conceito e realidade em Platão e da grande síntese do saber universal em Aristóteles, com questões de metafísica, psicologia e lógica.

4. De S. Tomás Aquino, o principal organizador e legislador da ciência católica e gênio da escolástica, absorve-se o legado da filosofia grega entre as grandes questões filosóficas (Deus e o mundo; espírito e matéria; conhecimento e realidade; ciência e fé), um alicerce vital para a existência da filosofia cristã. Para Franca (1944), foi admirável o

[189] Doutrina ou princípio que atribui papel central a experiências ou raciocínios *a priori* (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 15).

[190] O dualismo primitivo e irredutível entre Deus, ato puro e matéria, princípio potencial, é, na própria teoria aristotélica, uma verdadeira contradição e deixa subsistir, com enigma insolúvel e inexplicável, a existência dos seres fora de Deus (FRANCA, 1944, p. 72).

legado do filósofo ao pensamento medieval, pois fortalece as estruturas teóricas entre a filosofia e a teologia, que se tornam pilares das correntes filosóficas que o procedem.

> Tomás de Aquino foi o maior expoente da **Escolástica**, a filosofia medieval. Além de uma profunda religiosidade pessoal, possuía um talento especulativo extraordinário, que o colocava entre os grandes pensadores da história. Pelo seu aspecto corpulento e pelo hábito do silêncio, recebeu dos colegas da faculdade de Teologia da Universidade de Colônia o apelido de boi mudo, mas quando seu professor – o célebre filósofo Alberto Magno – teve de analisar a forma como Tomás resolvera um *questio* (um controvertido problema teológico), afirmou: *Este, a quem chamas boi mudo, mugirá tão forte que será ouvido no mundo inteiro*. Previsão correta, porque Tomás, que entrou para a ordem dos Dominicanos, tornou-se o protagonista da vida intelectual do seu século, magister de teologia da Universidade de Paris e incansável professor visitante das melhores universidades europeias: Bolonha, Roma, Nápoles, Paris, Colónia. O seu tema intento de conciliar os valores da fé com os valores da razão, retomando uma abordagem aristotélica da filosofia, colocou-o em oposição a duas linhas de pensamento: a tendência místico-platônica, defendida naquela época pelos Franciscanos, e a crença dos chamados Averróis – ou seja, os seguidores da doutrina do grande pensador árabe Averróis –, que identificam na doutrina de Aristóteles argumentos incompatíveis com a revelação cristã (por exemplo a mortalidade da alma individual) (NICOLA, 2005, p. 143, grifo do autor).

Na filosofia medieval, o subtítulo "Importância histórica de S. Tomás" ocupa espaço privilegiado no capítulo ao apresentar os fundamentos dessa doutrina filosófica e sua relação intrínseca ao pensamento de Aristóteles, que o "cristianiza" em torno da relação entre fé e razão. Os discípulos do filósofo se inclinam entre as correntes filosóficas antitomistas, tomistas e ecléticos, com avanços de tais saberes entre as universidades e extensão nas discussões filosóficas essenciais na renascença. Nesse cenário, a crítica literária (católica) sobre a filosofia tomista nos periódicos brasileiros tem posição expressiva, como mostra o jornal *A União*, na seção "Literatura philosophica":

> Merece-lhe especial attenção Thomaz d'Aquino, que incontestavelmente é o maior gênio, o maior pensador da edade media, e, quiçá, de todos os tempos. Estuda com carinho a physionomia incomparável do Duotor Angélico e dá um resumo perfeito das doutrinas philosophicas do grande mestre da escolástica. Realmente, elle é "o principal organizador e legislador das sciencias catholicas". E o professor Franca não exagera dizendo que "as grandes questões philosophicas das relações entre Deus e o mundo, entre o espírito e a matéria, entre o conhecimento e a realidade, entre a sciencia e a fé – questões vitaes para o destino da humanidade e para a existência do christianismo, receberam com elle uma solução racional, clara e definitiva". Falando do Anjo das escolas, o auchtor indica, com a relação minuciosa da synthese escolástico-thomista, os pontos da divergência daquele tempo. Com a morte de S. Thomaz, eclipsou-se o sol da intelligencia medieval. O último raio de luz sahiu da nova escola franciscana, cujo incremento se deve ao grande gênio de Duns Scoto. Pela extraordinária penetração intellectual de que era dotado, mereceu o título de "Doctor subtilis" (REGO, 1919, p. 5).

Essa influência do pensamento tomista sobre a filosofia escolástica posiciona suas obras entre os pilares do saber estruturante da cultura católica, extensão impressa nos documentos eclesiásticos contra o advento da reforma protestante, da renascença e do pensamento filosófico moderno. A filosofia tomista tem a proposta de conciliar os dogmas do cristianismo com a filosofia aristotélica, sendo um instrumento dialético que, para Japiassú e Marcondes (1996, p. 194), pode ser adaptado "quando necessário, para levar em conta as descobertas científicas e os problemas específicos do mundo moderno". Nesse viés, trata-se de um poderoso instrumento da Reação Católica que, após a encíclica *Aeterni Patris* (1879), do Papa Leão XIII, fundamenta o projeto de restauração católica na inauguração (oficial) do neotomismo.

5. Em Descartes, a reforma filosófica acontece com a restauração da dúvida metódica[191], sendo suas obras dignas de um gênio de incontestável valor, com sólidos fundamentos ao estruturar os princípios da teodiceia (a existência de Deus). No entanto, ele menospreza a tradição e recai em erros antigos ao transformar a dúvida metódica em dúvida universal. Depois, comete um ilogismo (absurdo) ao passar do estado de dúvida[192] para a primeira certeza — *cogito, ergo sum* — e para o paralogismo (raciocínio falso) que vicia o método cartesiano. O apriorismo exagerado (menosprezo a observação e experiência), foi o erro capital, a pretensão de "aplicar o estudo concreto da natureza o método das ciências abstratas".

6. Em Bacon, o conhecimento da natureza percorre os caminhos da experiência e investigação ativa, dado pelo método indutivo[193]. O pai do empirismo moderno afasta-se do estudo dos grandes mestres, intitula Platão de "teósofos delirantes", Aristóteles de "detestáveis sofistas" e crítica a revolução científica de Copérnico e Galileu.

---

[191] Método de conhecimento que tem por objetivo descobrir a verdade, consistindo em considerar provisoriamente como falso tudo aquilo cuja verdade não se encontra assegurada. Trata-se da dúvida cartesiana, destinada a ser um método utilizado para atingir uma certeza maior do que as certezas da vida cotidiana, caracteriza pelo fato de ser indubitável (JAPIASSÚ E MARCONDES, 1996, p. 77).

[192] O valor da dúvida para a pesquisa filosófica foi admitido por todas as doutrinas que vêem na filosofia a procurar e a aquisição da verdade, mais que a posse e a revelação desta. Às vezes, também se acreditou que a dúvida trouxesse em si ou implicasse uma certeza originária superior a toda dúvida. Essa é a corrente de pensamento que Descartes difundiu pelo mundo moderno e na qual baseou a evidência da consciência (ABBAGNANO, 2007, p. 348).

[193] Processo cognitivo que, a partir do exame de um certo número de casos, chega à formulação de uma lei geral, cujo alcance se estende para além dos casos considerados. Tem-se a indução perfeita quando se examina todos os casos em que um fenômeno pode verificar-se e a imperfeita quanto isso não é possível. No primeiro caso, as conclusões são evidentemente exatas; no segundo, possui somente um valor estatístico. Geralmente é contraposta à dedução (NICOLA, 2007, p. 218).

7. Em Malebranche, as teorias do ocasionalismo e ontologismo apresentam fragilidade na fundamentação, que incorre na inclinação ao panteísmo[194]. O discípulo de Descartes mantém a distância das doutrinas escolásticas e circula nas especulações físicas e matemáticas da modernidade.

8. Em Spinoza, dá-se a projeção do método geométrico transladado para filosofia, as especulações do pensamento filosófico, o desprezo pela tradição escolástica e a subordinação da teoria à prática. As discussões permitem ao discípulo de Descartes ser reconhecido como o principal representante do panteísmo.

9. Em Leibniz, discípulo de Descartes e apreciador da tradição filosófica, há a aproximação do pensamento tomista, como dos estudos para conciliar a filosofia de Platão e Demócrito, Aristóteles e Descartes, escolásticos e modernos. Trata-se de um opositor à corrente filosófica do sensualismo (a experiência como origem de todo conhecimento) na Alemanha.

10. Em Hobbes, o filósofo do materialismo, conforme Franca (1944), as obras exercem, infelizmente, considerável influência na filosofia inglesa. Isso acontece ao defender que a experiência é a mãe da ciência, reduzir todo conhecimento ao predomínio da sensação e tornar-se um defensor da condição primitiva da natureza humana.

11. Em Locke, arrastado às conclusões materialistas (negação da razão e da liberdade; negação do dever e da justiça; negação do belo ideal; e o despotismo absoluto), mostra-se superficial e incoerente às questões filosóficas em torno da origem e do valor objetivo da ideia.

12. Em Berkeley, opositor ao materialismo de forma radical ao negar a existência da matéria, provoca discussões sobre a existência do espírito, sendo essa uma forma de idealismo acósmico inclinado aos perigos do ceticismo, solipsismo[195], suicídio da razão e niilismo intelectual.

13. Em Hume, a influência do materialismo e do ateísmo na França, bem como do criticismo mal orientado na Alemanha, permitem ao filósofo investigar as questões

---

[194] O termo foi cunhado na época moderna, mas indica a doutrina comum no mundo grego, mais tarde professada por alguns filósofos heréticos (Bruno, Espinosa), segundo os quais Deus coincide com a natureza do mundo: a potência divina é a causalidade que regula e governa a natureza. Na prática, é um sinônimo de imanentismo. Em termos gerais, é aqui que, sendo parte integrante da substância de uma coisa, não pode existir sem ela. A imanência, portanto, indica a noção oposta à transcendência (NICOLA, 2005, p. 252).

[195] Termo de sentido negativo, e até mesmo pejorativo, designando o isolamento da consciência individual em si mesma, tanto em relação ao mundo externo quanto em relação a outras consciências; é considerado como consequência do idealismo radical. Pode-se dizer que a certeza do *cogito* cartesiano leva ao solipsismo, que só é superada apelando-se para a existência de Deus (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 252).

teóricas do fenomenismo, ceticismo e moral. É um precursor da corrente dos enciclopedistas entre seus discípulos na edificação de racionalismo crítico com extrema superficialidade.

14. Em Kant[196], realiza uma crítica à fragilidade do criticismo, pois contribui para a incredibilidade do pensamento, tornando-o instrumento do ateísmo e racionalismo. O sofismo exposto no criticismo sinaliza que as investigações do conhecimento devem passar pelo juízo sintético (*a priori*), não pelos juízos analíticos (*a posteriori*). Essa perspectiva forma uma lacuna no método, que fragiliza sua teoria. Para Franca (1944, p. 226), "a teoria de Kant é uma grande alucinação dum gênio, contendo em germe o ceticismo absoluto, o idealismo, o nihilismo e o panteísmo". Tal posição apresenta-se em desacordo com a crítica literária da revista *Gil Blas*, na seção "Através dos livros":

> Si Kant não tivesse contribuído para o desenvolvimento do atheismo, racionalismo e incredibilidade do século passado – certamente o julgaria com mais indulgencia o distincto sacerdote. É admirável que um padre ajuíze de maneira tão desfavorável a obra do philosopho, que acredita na existência de Deus, no livre arbítrio, na inmortalidade d'alma e no imperativo categórico (AMARAL, 1919, p. 12).

15. Em Comte, o positivismo é uma fonte no caminho destrutivo da filosofia e da ciência, atuando sem princípios absolutos, necessários e universais. O filósofo desconhece os fundamentos da metafísica, veste o agnosticismo e, sem eminente profundidade, fundamenta o estudo da lei dos três estados. No entanto, a fidelidade ao método positivo entre o rigor da observação e a experiência das teorias científicas são o ápice dessa filosofia.

16. Em Spencer, o filósofo do evolucionismo, para Franca (1944), trata-se de uma miragem no deserto, que projeta sua estrutura entre contradições de uma existência universal por meio da evolução. Essa erudição científica em busca de provas biológicas acontece contra os princípios fundamentais da razão à ordem universal dos seres. A crítica literária da revista *Gil Blas*, na seção "Através dos livros", aponta a oposição ao padre jesuíta:

---

[196] Foi grande a influência de Kant em sua época, sobretudo após a publicação da *Crítica da razão pura* (1781), tendo surgido imediatamente vários seguidores da, assim chamada, *filosofia crítica*, bem como pensadores tradicionalistas que reagiram contra ela por considerá-la um ataque à metafísica. [...] O kantismo designa essencialmente a filosofia crítica – o método analítico transcendental – e a consequente rejeição da metafísica especulativa, representando a última etapa do racionalismo iluminista, com o *idealismo alemão pós-kantiano* à filosofia romântica de Schelling, ao idealismo subjetivista de Fichte e ao idealismo absoluto de Hegel, todos igualmente influenciados pelo pensamento de Kant, ainda que rompendo explicitamente com o kantismo (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 154).

> O juízo inteiramente desfavorável do sr. Franca sobre a obra philosophica de Spencer surpreende me, porque esta obra é um dos mais sólidos fundamentos do espirito religioso e um aríete formidável contra o absurdo do atheismo. "A posição centra da Religião é inexpugnável". Spence assim afirma nos seus "Primeiros Princípios". O egrégio philosopho conciliou a fé e a sciencia, destruindo as ridículas incompatibilidades que as separava. Deu as duas – objetivos antagônicos. O alvo da primeira deve ser o incognoscível e o da segunda o cognoscível. Muito lhe devem todas as religiões. Os seus livros appareceram numa quadra irreligiosa de materialismo demolidor. Dahi a minha grande surpresa pela opinião inteiramente desfavorável do sr. Franca sobre o maior philosopho do século XIX (AMARAL, 1919, p. 12).

17. Em Cousin, a fragilidade do ecletismo dá-se ao evidenciar a necessidade de estudar as correntes filosóficas e absorver, sob o critério da evidência, pontos que sejam verdadeiros. Nessa projeção, o ateísmo (um erro porque nega a existência de Deus) e o materialismo (tudo explicável pelos simples fenômenos do movimento) apontam especulações que provocam dúvidas à inteligência e à falta de vigor original do pensamento.

Nesse caso, a representação das inúmeras correntes filosóficas aponta o predomínio do empirismo na Inglaterra e na França. O autor Pe. Leonel Franca S.J., realiza uma breve análise dos filósofos do período nos subtítulos "Juízo sobre" (filósofo) e "Crítica" (filósofo), que permite sinalizar a profundidade de tais pensamentos filosóficos, bem como os vícios impregnados nos teóricos que combatem a filosofia medieval (patrística e escolástica) e as questões metafísicas.

18. Por fim, Farias Brito, pensador brasileiro da Escola de Recife[197], considerado o mais original dos nossos pensadores, foi um historiador da filosofia, mas com lacunas no conhecimento da filosofia grega e medieval. Suas obras se posicionam contra os filósofos Kant, Comte e Spencer e os preceitos antimetafísicos da época, como os perigos

[197] A Escola do Recife não era um grupo homogêneo cujos membros são todos perfeitamente identificáveis. Ela não surgiu em data exata, de forma organizada, fruto de reuniões periódicas registradas em ata, voltadas para a elaboração de um pensamento unívoco. Era, antes, resultado da somatória das mentes brilhantes que, fortuitamente, estavam reunidas no mesmo espaço e tempo e voltaram seus interesses para temas convergentes. Assim, não foi a faculdade que organizou sua famosa escola de pensamento. Esta surgiu espontaneamente no seio daquela. A rivalidade no campo intelectual proporcionava épicas contendas. Os novos gladiadores, que usavam a pena no lugar da espada, dividiam-se em dois grupos básicos: os monistas, também chamados de materialistas, que acreditavam somente na existência da matéria, e os dualistas, ou espiritualistas, crentes da matéria e do espírito. Ora, como os principais corifeus da Escola do Recife se apresentavam como monistas, estruturando no positivismo e, sobretudo, no evolucionismo os pilares de seus pensamentos, muitos estudiosos modernos asseguram não ter havido qualquer envolvimento de Farias Brito com a matilha guiada por Tobias Barreto, salvo na condição de proscrito e que, portanto, a influência de Tobias Barreto sobre Farias Brito teria sido nula. Contudo, a aproximação de Farias Brito com os eixos da Escola do Recife é apontada por alguns respeitáveis filósofos. Na visão deles, o cearense foi um sectário do grupo que, por ser um eterno contestador, punha-se quase sempre em discordância com os demais, sem deixar de participar do ideário recifense (BRITO, 2005, p. 40-41).

do criticismo, positivismo, ceticismo, pragmatismo e materialismo. Para Franca (1944), a ordem especulativa do pampsiquismo panteísta, a moral sem conteúdo, sem obrigação e sem sanção, e o erro fundamental na apreciação do valor do catolicismo são traços falhos, efêmeros e incompletos da sua obra intelectual.

> Vivendo num clima de forte dominância do cientificismo positivista, proclamou a incapacidade da ciência de salvar o homem. Por isso, tentou aproximar a filosofia e a religião. Caberia à filosofia, sem negar a ciência, salvá-la e superá-la. Ao reduzir a exterioridade do mundo à interioridade do homem, Farias Brito defendeu uma metafísica espiritualista privilegiando o pensamento à vontade. Essa metafísica influenciou bastante o pensador católico Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, e outros pensadores (Tristão de Ataíde, por exemplo) que desenvolveram uma espécie de metafísica cristã (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 99).

No capítulo “Filosofia no Brasil”, o pensador Farias Brito é objeto de estudo direcionado ao subcapítulo “Pampsiquismo panteísta”, além da representação dos nossos escritores de filosofia em torno da influência de correntes filosóficas do século XIX, e a representação de suas produções na literatura filosófica brasileira.

3.3 A FILOSOFIA NO BRASIL

> A *Filosofia no Brasil* foi escrita no começo da década de vinte, quando o trânsito do naturalismo ao espiritualismo, efetuado por Farias Brito, já amadurecera o suficiente para se proclamar como filosofia católica. Na Europa, enquanto o cientificismo parecia perder terreno, o neotomismo ganhava ascendência e lograva retirar a escolástica do ciclo da decadência a que parecia condenada desde os fins da Idade Média. Embora a tanto não estivesse obrigado pela sua condição de pensador católico, considerou o padre Franca que o Brasil representava uma excelente ilustração da tese, de validade universal, segundo a qual “a filosofia moderna apresenta o triste espetáculo da mais deplorável anarquia”, cabendo saudar com entusiasmo a renascença escolástica. Constituindo um amontoado de erros e equívocos, ao pensamento brasileiro só restaria render-se à evidência dos fatos (PAIN, 1999, p. 19).

O prefácio do manual *Noções de História da Filosofia* apresenta o capítulo “A filosofia no Brasil”, impresso na 2ª edição, de 1921, expondo a história do pensamento filosófico brasileiro — breve trajetória e posição teórica dos pensadores; classificação das correntes e escolas filosóficas; lista de produções; e análise crítica do padre jesuíta. Essa organização, realizada com rigor e precisão pelo autor Pe. Leonel Franca S.J., possibilita romper as lacunas provocadas pela ausência da sistematização do pensamento filosófico brasileiro.

No entanto, o padre jesuíta[198] aponta ser imperativa a formação de uma cultura filosófica no país, sendo primordial o engajamento de intelectuais nos centros de filosofia nas instituições de ensino superior, com o objetivo de construir uma rede de sociabilidade organizada em benefício da estruturação do pensamento filosófico no país.

O manual escolar, entre os impressos católicos, além de estratégico na formação de uma elite, desponta como preciosidade na literatura filosófica pelo pioneirismo ao compilar uma análise das produções filosóficas do Brasil ou, como relatam os críticos literários, um serviço imprescindível à cultura brasileira. O jornal *O Dia*, na seção "De re philosophica"[199], assinala:

> Padre Leonel Franca juntou a 2ª edição das suas excellentes Noções de Historia da Philosophia um admirável capítulo sobre essa matéria. [...] Em trez correntes dominantes agrupa o autor os pensadores brasileiros espiritualismo, positivismo e materialismo dentro das quaes ainda discerne aspectos particulares com são o eclestismo, o ontologismo, idealismo, escholastisca, sua fidelidade e dissidência, transformismo, monismo e evolucionismo [...] A juventude brasileira deve apreciar o serviço prestado á sua cultura intellectual pelo Padre Leonel Franca, que lhe ministrou um guia amigo e leal para as suas excursões e curiosidade philosophicas e também um argumento, com o seu esboço de philosophia no Brasil, de que os povos novos e sem tradições de alta especulação, podem e devem crear uma tradição philosophica e que não há fatalismo que determine fulminantemente que tal ou tal povo tenha ou não "la tête philosophica" (FIGUEIREDO, 1922, p. 5).

O manual *Noções de História da Filosofia* aponta indícios do projeto de restauração nas instituições tradicionais católicas e mobiliza sua produção, circulação e usos. No magistral capítulo "A filosofia no Brasil", sinaliza aspectos de intencionalidade do autor ao demonstrar uma classificação entre as boas e más produções (obras ou compêndios) e os pontos divergentes da cultura católica.

---

[198] Aponta Leonel Franca como causa principal da inferioridade da cultura philosophica no Brasil a falta de estudos methodicos e profundos bem como a ausência de direção por mestres abalisados. Quem aliás tivera, já em 1909, a intuição dessa verdade, foi o espírito clarividente do falecido abbade do Mosterio de São Bento, em São Paulo, Dom Miguel Kruse, instalando a Faculdade de Philosophia e Letras, que agregou á Universidade de Louvaiana. Primeiramente sob a direção de Monsenhor Dr. Carlos Sentroul, discípulo de Mercier, tem a Faculdade como actual director o Dr. D. Nicolau de Flue Gut O.S.B. e como lentes os Drs. Leonardo Van Acker, Alexandre Corrêa e D. Norberto Antunes Vieira, beneditino. Ministra ella, em cada período de três anos, um curso rigoroso e completo de filosofia néo-escolastica (JASPER, 1930, p. 119).

[199] É importante salientar que o autor realiza um breve panorama do pensamento filosófico lusitano e sinaliza a influência da geração de 1865 e 1866 sobre a cultura literária lusitana, sobre as produções de Lopes Praça, com a *Historia da Philosophia de Portugal* (1868); de Silvio Romero, *A Philosophia no Brasil*; de Lousada Magalhães, com a tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira (1881); e Ferreira Deusdado, com a *Historia da Philosophia Shomista* em Portugal (1898); entre outros, como Theophilo Braga, Antonio Gouveia, Francisco Sanches e Joaquim Carvalho, que apresentam momentos de poderosa originalidade na especulação do pensamento filosófico lusitano. E no Brasil, o pensador Pe. Leonel Franca realiza um nobre trabalho de erudição na obra *Noções de Historia da Philosophia*.

Na trajetória do manual, sua 3ª edição, em 1928, além de operacionalizar as revisões, mostra uma modificação significativa do autor, com a produção de um grande repertório bibliográfico, de imensurável relevância aos estudos. Nesse contexto, o principal periódico católico do período, a revista *A Ordem*, pela seção "Letras catholicas", diz que:

> As qualidades primaciaes e características de seu estilo revelera-as Leonel Franca, sem dúvida, faz alguns anos, em seu trabalho, de natureza didactica, *Noções de história da philosophia*. Hoje em 3ª edição, esta obra se enriquecera, desde a 2ª, com magistral ensaio sobre a philosophia no Brasil. Apreciando Tobias Sylvio e Farias Brito, fez Leonel Franca trabalho original de verdadeiro crítico e situou definitivamente cada um dos três pensadores brasileiros no posto que de direito lhe cabe, sem as hypertrophias laudatícias dos panegyricos. Clareza, concisão, equilíbrio, erudição segura e em dia, foram condignas e de agradável sabor vernáculo – taes, entre outras, as características desde longos patentes (SERRANO, 1932, p. 46, grifo do autor).

A estrutura do capítulo se apresenta pela classificação das correntes filosóficas[200] e suas escolas; a trajetória dos escritores filosóficos e suas produções; a exposição sucinta de suas ideias; e a análise precisa, pelo padre jesuíta, sobre as produções e a influência de tais doutrinas filosóficas. Para Franca, (1944, p. 333), trata-se da exposição de classificação "dos nossos escritores de filosofia em simples correntes filosóficas, idênticas às que estudamos na Europa, durante o século XIX: a) corrente espiritualista; b) corrente positivista; c) corrente materialista e evolucionista". Quer dizer, os temas abordados no capítulo "A filosofia no Brasil" são organizados entre os artigos I, II, III e IV — que expõe as três correntes filosóficas e o pampsiquismo panteísta de Farias Brito.

No artigo I, a corrente filosófica espiritualista segue a estrutura de três escolas, que sinalizam os respectivos representantes brasileiros – Fr. Francisco Mont`Alverne, Manoel Maria de Morais e Vale, Eduardo Ferreira França, Domingos José de Magalhães, Patrício Muniz, Gregório Lipparoni, D. José Afonso de Morais Torres, José Soriano de Souza, Visconde de Saboia, Mons. Carlos Sentroul, Pe. Francisco M. Terlizzi e Cardeal Arcoverde, como as principais influências do pensamento filosófico europeu sobre suas produções a partir da segunda metade do século XIX, com extensão à primeira década do século XX. Assim, estrutura-se o pensamento espiritualista da seguinte forma:

[200] Classificando as várias correntes que o espiritualismo, o positivismo e o materialismo formaram entre nós, o que logo ressalta é a inferioridade numérica dos que attingiram a plenitude das especulações philosophicas, bastando dizer que o Sr. Leonel Franca pouce citar apenas quatro escolásticos, dos quaes, ainda assim, somente um é legitimamente – José Soriano de Souza (GOMES, 1922, p. 121).

TABELA 6 - CORRENTE FILOSÓFICA ESPIRITUALISTA

Escola	Escritor/Filósofo	Obra/Compêndio
Ecléticos	Mont'Alverne	Compêndio de filosofia, 1858.
	Mont'Alverne	Compêndio de filosofia, 1851.
	Ferreira França	Investigação da filosofia, 1854.
Ontólogos e Idealistas	Gonçalves de Magalhães	Fatos do espírito humano, 1858; e A alma e o cérebro, 1876.
	Patrício Muniz	Teoria da afirmação, 1863.
	Gregório Lipparoni	A filosofia conforme a mente de S. Tomás de Aquino, 1880.
Escolásticos	Morais Torres	Compêndio de filosofia racional (2 vol.), 1852.
	José Soriano de Souza	Compêndio de filosofia, 1867; Agostinho, 1869; Tomás de Aquino, 1886; Lições de filosofia elementar racional elementar, 1871; Igreja e Estado, 1874; e Filosofia do direito, 1880.
	Visconde de Sabóia	A vida psíquica do homem, 1903.
	Mons. Carlos Sentroul	Tratado de lógica, 1909.
	Pe. Francisco M. Terlizzi	Breve curso de filosofia, 1912.
	Cardeal Arcoverde	Sinopse de lógica, 1918.

Fonte: Franca (1944). Elaborado pelo autor, 2020.

Para Abbagnano (2007), a análise da consciência é um objeto da filosofia espiritualista que permite extrair dados para a elaboração da pesquisa filosófica ou científica. Essa filosofia ensina a espiritualidade da alma, como a liberdade e a reponsabilidade das ações humanas em torno de preceitos morais e virtuosos que se inclinam à justiça e à caridade, sendo traços da teologia cristã tradicional.

Nesse caso, a influência do pensamento filósofo de Victor Cousin[201], defensor da teoria espiritualista, evidencia a importância da investigação à consciência, à reflexão interior ou introspecção para inventário dos dados indispensáveis a especulação. A investigação filosófica pela interrogação da consciência ocorre entre outros filósofos,

[201] Foi professor de filosofia na Escola Normal de Paris, reitor da universidade e ministro da Instrução Pública, nas primeiras décadas do século XIX, na França. A influência filosófica do "eclestismo espiritualista" do pensador Victor Cousin, sobre os professores/intelectuais brasileiros, além do campo editorial, aponta que tal sistema filosófico foi adotado como filosofia oficial no Colégio Pedro II, e instituições de ensino secundário no Brasil.

como Michael de Montaigne, Blaise Pascal, Maine de Biran e Henri Bergson. Entre suas escolas, destacam-se a dos ecléticos e a dos ontólogos e idealistas.

A escola dos ecléticos, de Victor Cousin, opõe-se ao método sensualista, ao materialismo dos enciclopedistas franceses e aos avanços do empirismo inglês — tais doutrinas reduzem toda a realidade à matéria e negam a existência da alma. Entre as escolas mais antagônicas do século XIX, os ecléticos destacam-se como defensores da filosofia espiritualista, que supõe um método dialético capaz de discernir o que há de verdadeiro nas diferentes doutrinas (extrair e depurar os erros), em oposição ao pensamento filosófico (sensualistas, materialistas, empiristas, céticos e místicos).

É importante salientar que a primeira escola filosófica estruturada no país é a do ecletismo, com expressiva adesão da intelectualidade que cultiva o domínio absoluto entre 1840 e 1880. O pensamento de Cousin compõe os pilares estruturais das publicações periódicas sobre o ecletismo nos principais centros. O problema da liberdade, entre naturalistas e espiritualistas, permite aos adeptos de Biran e Cousin utilizarem o viés de conciliação, aceito pela intelectualidade do período (PAIN, 1999). Nesse caso, a representação espiritualista pelos ecléticos no pensamento brasileiro ocorre assim:

> Frei Francisco de Mont'Alverne (1784-1858), notável orador sacro e autor de um "Compendio de filosofia"; Eduardo Ferreira França (1809-1857), que escreveu a obra "Investigação da Psychologia", em dois volumes; e Manoel Maria de Moraes Vale (1824-1886). Esses três pensadores são nitidamente ecléticos (JASPER, 1930, p. 118)

Frei Francisco de Mont'Alverne (1784-1858), professor de retórica, filosofia e teologia (no Rio de Janeiro e em São Paulo), foi pregador régio em 1816. Seu compêndio[202] é obra póstuma, contendo lacunas em decorrência da falta de revisão e organização didática. O frei abandona sua inclinação ao sensualismo após ter contato com as novas teorias do ecletismo.

Eduardo Ferreira França (1809-1857), professor de medicina na Faculdade da Bahia, é adepto ao sensualismo, porém, em contato com as obras de Maine de Brain, converte-se ao espiritualismo. Seus estudos sobre os principais problemas da psicologia

[202] Importante mencionar o Relatório do Diretor do Colégio Pedro II – Internato ao Excelentissimo Senhor Ministro da Educação e Saúde relativo ao ano 1944, onde consta a relação de autores mais consultados nos diversos assuntos. No subtítulo: "Filosofia", destacam-se os referidos autores: Leonel Franca; Manuela Garcia Morente; Fr. Francisco de Mont'Alverne; Pascal; Orison Swett Marden; Mendes dos Remédios; e Farias de Vasconcelos (Relatório do Diretor do Colégio Pedro II. In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV. GC g 1935.10.08 (1), p. 443).

experimental permitem edificar uma obra estruturada que, mesmo com pontos de fragilidade, mostra concisão do pensamento em defesa dos fundamentos metafísicos e permite sua posição em destaque no ecletismo.

Manuel Maria de Morais e Vale (1824-1886) exerceu a função de diretor da Faculdade de Medicina (RJ). Seu compêndio tem por objetivo ser um instrumento preparatório na admissão dos jovens às faculdades, entretanto, não apresenta os requisitos didáticos. É um defensor do ecletismo francês, mas com traços das ideias do sensualismo.

Já a escola dos ontólogos e idealistas é organizada em torno da influência do pensamento de Nicolas Malebranche, cujas teorias se inclinam aos fundamentos panteístas. Seus primeiros representantes são filósofos cristãos italianos e belgas que visam investigar os problemas do conhecimento, como a relação da metafísica em oposição ao materialismo e o positivismo panteísta do período. Os pensadores brasileiros dessa escola são:

> Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), médico pela Universidade de Coimbra, professor de philosopia no Collegio Pedro II, e, mais tarde, diplomata, que escreveu "Commentario e pensamentos", "Factos do espírito humano", "A alma e o cérebro"; Patrício Moniz (1820-1871), autor de uma "Theoria da affirmação"; e Gregorio Lipparoni, que intentou propagar as doutrinas de Rosmini (JASPER, 1930, p. 118).

Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), o Visconde de Araguaia, foi professor de filosofia no Colégio Pedro II, diplomata e ministro plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé. Suas obras apontam uma relação com o idealismo de Berkeley e o ontologismo de Malebranche, sem representação apurada ao historiador de filosofia. Porém, na análise de refutação aos sensualistas, o autor é reconhecido pela profundidade das discussões.

> Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882) crítica o sensualismo, "filosofia ensinada nas escolas e à mocidade", na década de trinta, por entender que era "abraçada como um dogma, como uma verdade incontrastável, enfim, como a última expressão da filosofia". Se tomada como refletindo adequadamente um aspecto do real, a filosofia das sensações é, entretanto, um momento importante da evolução do espírito humano. Magalhães deseja apenas liberá-la do unilateralismo a fim de preservá-la como referencial a partir do qual irá descobrir o espírito (PAIN, 1999, p. 15).

O Pe. Patrício Muniz (1820-1871), sacerdote católico da Ilha da Madeira, exerceu funções de ordem eclesiástica e no magistério. Sua obra tem por objetivo combater o

panteísmo transcendental alemão, mas a obscuridade impenetrável nas discussões de ontologia e cosmologia tornam a leitura um enigma ao leitor.

O Pe. Gregório Lipparoni (1816-1893), sacerdote italiano, foi professor do Colégio Predo II, reitor do Seminário Episcopal e diretor do ginásio em Pernambuco. Sua obra aponta a relevância do pensamento tomista, como aspectos que harmonizam a presença da ciência no período, e situa a religião entre as edificações espiritualistas dos ontólogos e idealistas.

Já os escolásticos atuam de forma expressiva nos centos culturais católicos europeus e influenciam uma legião de pensadores entre as nações católicas em torno dos pilares da filosofia aristotélica sobre o pensamento tomista. No século XIX, os avanços do pensamento escolástico evidenciam traços da Reação Católica, com expressão na encíclica *Aeterni Patris*, ao intensificarem a renovação da filosofia tomista no século XIX. Tal expressão no pensamento brasileiros ocorre da seguinte forma:

> D. José Affonso de Moraes Torres (1805-1865), Bispo do Pará, que escreveu um "Compendio de filosofia racional", e sobretudo, José Soriano de Souza de Lovaina. Compilou este, de boas fontes, vários escriptos de bastante valor: "Compendio de Philosophia", segundo os princípios e methodos de S. Thomas de Aquino, "Elemento de Philosophia do Direito", etc. Finalmente, o Visconde de Saboya (1835-1909), autor da "A vida psychica do homem" (JASPER, 1930, p. 118).

Dom José Afonso de Morais Torres (1805-1865), foi bispo do Pará. Seu compêndio tem por objetivo apontar as questões primordiais dos grandes mestres das escolásticas pelos temas de lógica, ontologia, cosmologia, psicologia experimental e racional, além da teologia natural. Trata-se de um instrumento contra o ecletismo dos compêndios de filosofia racional.

> Morais Torres representa a Escolástica decadente. Ou seja, a do fim do século XVIII. Soriano de Sousa representa a Escolástica renovada, do século XIX. Dom José Afonso de Morais Torres [...] inspira-se ele no jesuíta Storchenau, que deu à luz as *Instituiones Logicae et Metaphysicae*. O bispo nos fala de lógica, ontologia, cosmologia, psicologia e teologia natural. Há uma nítida influência de Leibniz e Locke. Espiritualismo escolástico decadente, como o chama Leonel Franca (VILHAÇA, 2006, p. 72, grifo do autor).

José Soriano de Sousa (1833-1895), professor do ginásio e da Faculdade de Direito do Recife, atuou na vida pública como deputado e membro do Congresso

Constituinte. Autor de inúmeras obras[203], foi um representante genuíno da restauração metafísica cristã a partir do estudo de grandes filósofos escolásticos. Seu compêndio expõe certa estrutura didática, fundamentação teórica e um conjunto de fontes que aponta sólida profundidade sobre filosofia no Brasil.

> É o mais ilustre representante do tomismo ao longo do Império. [...] Católico, tomista, segui as ideias de Liberatore, Taparelli d`Azeglio, Kleutgen. Seus livros não são propriamente originais, mas textos didáticos. Não comentou diretamente os filósofos, mas repetiu a lição dos comentadores. [...] As ideias de Soriano são, pois, as da renovação tomista, no século XIX. Trata-se da reação neo-escolástica. Soriano bebeu no livro de Salvador Rosélio, em 4 volumes, *Summa Filosofia Ad Mentem Angelico Doctoris Sancti Thomae Aquinatis.* [...] Cultura jurídica e cultura filosófica, Soriano teve duas vocações – a política e o magistério (VILHAÇA, 2006, p. 72-73, grifo do autor).

Vicente Cândido Figueira de Sabóia (1835-1909), o Visconde de Sabóia, foi professor, médico e diretor da Faculdade do Rio de Janeiro. Sua obra visa combater o materialismo e demonstrar que as teses fundamentais da filosofia espiritualista não contradizem as descobertas científicas. A representação dessa obra, entre questões éticas, psicologia racional, imortalidade da alma, livre arbítrio, natureza da liberdade e combate aos sofismas, é o traço que o posiciona entre as principais obras de filosofia brasileiras.

> Ao lado das teorias científicas, estudou as questões filosóficas. Combateu o materialismo e se aproxima mais do tomismo que do cartesianismo ou do ecletismo. Leonel Franca o valoriza e afirma que merece um dos primeiros lugares na história filosófica do Brasil. Embora professor de clínica cirúrgica, tinha o espírito voltado para a especulação filosófica. [...] O que mais o seduz são as questões de psicologia racional. Conclui que as escolas materialista, positivista, transformista, evolucionista, determinista não são dos grandes problemas da concepção do mundo senão uma falsa, enganadora solução. A origem do homem, a sua natureza, o corpo e o espírito, o livre-arbítrio, a moral, os hábitos e instintos, tudo lhe mereceu a atenção (VILHAÇA, 2006, p. 74).

Entre outros representantes inspirados na filosofia escolástica, estão: Mons. Sentroul[204], professor na Faculdade de Filosofia e Letras (SP), que aprimora seus estudos

[203] José Soriano, nas duas obras de cunho filosófico-técnico, *Compendio de Filosofia*, 1867, e *Lições de Filosofia elementar racional e moral*, 1871, propõe clara a solução tomista para o conhecimento das essências, portanto, para a fundamentação da ordem intelectual, moral e religiosa (PAIN, 1999, p. 79).

[204] Monsenhor Charles Sentroul veio lecionar filosofia na Faculdade de São Bento, fundada por Dom Abade Miguel Kruse em 15 de julho de 1908, primeira faculdade de filosofia do Brasil. [...] A guerra criou incompatibilidade entre os monges alemães e Monsenhor Sentroul, belga. Este retirou-se para Roma, em 1917. E veio a morrer na Bélgica, em 1933. A obras de Sentroul dividem-se em três fases: a fase social, com a monografia *Le Socialisme et la reforme agraire*, 1896; a fase epistemológica, dominada pela tese de doutorado sobre *Kant e Aristóteles*, em 1905; e a fase estética, *La Fontaine, fabuliste*, 1913, *La vérité dans l´art*, 1908, *le romantisme français*, 1916. Em nossa língua publicou "A lei dos três estados de Comte",

e produz uma obra de relevância, o Tratado de Lógica, em 1909; Pe. Francisco Maria Terlizzi, sacerdote italiano na Diocese de Campinas (SP), que estrutura sua obra entre perguntas e respostas, sendo direcionada à formação dos jovens sobre filosofia escolástica, como as aproximações entre a ciência experimental e o sistema filosófico moderno; e cardeal Joaquim Arcoverde de Alburquerque Cavalcanti[205], que atua entre funções eclesiásticas e no magistério do Seminário de Olinda, cuja obra é resultado dos exercícios do magistério, com representação entre os estudos de lógica no país.

Por fim, a representação da corrente filosófica espiritualista no Brasil sinaliza a organização de pensadores eclesiásticos e leigos em torno da filosofia escolástica, sendo um desafio manter o rigor exigido a tais discussões entre obras e compêndios. Esses impressos constituem a formação da cultura católica no país em prol dos grandes mestres escolásticos e em oposição aos avanços e inclinações da filosofia moderna pelas correntes filosóficas de tendência positivista, materialista e evolucionista.

Conforme o artigo II, as primeiras articulações da corrente positivista no Brasil[206] ocorrem na metade do século XIX, com a divulgação das ideias de Comte por Tobias Barreto e Silvio Romero. No entanto, a organização da Sociedade Positivista, em 1876, por Benjamin Constant, impulsiona o engajamento de professores da Escola Politécnica e Escola da Guerra aos princípios positivistas (lei dos três estágios) em benefício das ideias republicanas no período.

Para Reale e Antisere (1991), a lei dos três estágios é o conceito-chave da filosofia de Comte. No primeiro estágio, o desenvolvimento humano é teológico — infância —; no segundo, metafísico — juventude; e, no terceiro, positivo — maturidade. Assim, o último estágio, o espírito humano, rompe com as indagações sobre a origem, o destino do universo e as causas íntimas do infinito. Além disso, instaura a combinação entre o

1909, "O lugar de Santo Anselmo na história da filosofia", 1910, nos anais da Faculdade, em um *Tratado de Lógica*, 1909, onde publicou como apêndice *O que é a filosofia*, a aula inaugural" (VILHAÇA, 2006, p. 273).

[205] O cardeal Arcoverde editou, em 1918, uma sinopse de lógica, a melhor no gênero editada no Brasil, segundo Leonel Franca (VILHAÇA, 2006. p. 273).

[206] A corrente positivista tem como grande expoente, além de Benjamim Constant, matemático e professor, cujo nome está para sempre ligado à proclamação da República de 1889, os de Miguel Lemos (1854-1916) e de Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), fundadores da "Sociedade Positivista" no Rio (1876), que veio a ser o "Apostolado Positivista". A esses pode-se acrescentar o nome de um positivista dissidente ou independente, isto é, não ortodoxo. Referimo-nos ao nome de Luiz Pereira Barreto (1840-1922), doutor em medicina e ciências naturais e autor da obra *As três filosofias* (1874-1876), e que não chegou a sair a terceira parte, exatamente a que trataria da doutrina positivista. Mas já nas duas primeiras a crítica à teologia e à metafísica era feita do ponto de vista de Comte. Em todos esses autores nada há de rigorosamente original (SERRANO, 1944, p. 200-201).

raciocínio e a observação, o que permite reconhecer as leis do estado científico ou positivo.

No século XIX, o pensamento positivista influência grande parte da cultura europeia em suas manifestações filosóficas, políticas, pedagógicas, historiográficas e literárias ao posicionar a ciência como instrumento para resolver os problemas humanos e sociais. O pensamento positivista brasileiro é um movimento organizado em duas escolas: os ortodoxos, que defende a tendência positiva, como filosofia e religião; e a dissidentes, que apenas reconhecem um sistema/método filosófico. Nesse caso, o pensamento positivista no Brasil se estrutura da seguinte forma:

TABELA 7 - CORRENTE FILOSÓFICA POSITIVISTA

Escola	Escritor/Filósofo	Obra/Compêndio
Ortodoxos	Miguel Lemos	Pequenos ensaios positivistas, 1877; Ortografia positiva, 1888; Nossa iniciação positiva, 1889; Epítome da via e dos escritos de Auguste Comte, 1898. (outras literaturas)
	Raimundo Teixeira Mendes	*La philosophie chininque d` après Auguste Comte*, 1887 (outras literaturas)
Dissidentes	Luiz Pereira Barreto	Três filosofias (1ª parte, Filosofia Teologia, 1874; 2ª parte, Filosofia Metafísica; e 3ª parte, Positivismo[207]); Soluções positivas da política brasileira, 1880; e Positivismo e Teologia, uma polêmica, 1880.

Fonte: Franca (1944). Elaborado pelo autor, 2020.

A escola do positivismo ortodoxo tem a presença de Miguel Lemos (1854-1961), diretor, organizador e articulador do Apostolado Positivista no Brasil. Ele atua na publicação de um relatório anual e opúsculo da propaganda positivista, bem como nos projetos da fundação do núcleo espiritual (direcionando a formação de aspirantes ao apostolado), sob as bases teóricas da obra *Catecismo Positivista* (1852).

Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) foi professor de um curso continuado de ensino sistemático do positivismo no Liceu de Artes e Ofícios, por sua vez, ocupa uma posição que permite engajar novos membros ao positivismo ortodoxo (escola) e arquitetar

[207] No manual, consta na Nota de rodapé nº 309, a seguinte afirmação: "Não conseguimos ver este terceiro volume, nem mesmo que foi publicado. Quer parecer-nos que não" (FRANCA, 1944).

a construção de parte do Templo da Humanidade no Rio de Janeiro (1897), um espaço direcionado às festas do calendário positivista, como a organização dos membros em torno da influência política e social do grupo.

Entre aspectos da representação do positivismo no governo provisório, temos: o lema adotado na bandeira nacional — Ordem e Progresso; artigos na Constituição; oficialização de feriados; e utilização de uma forma positiva na linguagem oficial. No entanto, entre as questões políticas e sociais, foi secundária sua representação na abolição da escravatura, na separação da Igreja e do Estado e nas questões relacionadas ao casamento civil (FRANCA, 1944).

Na escola do positivismo dissidente, o diretor Luiz Pereira Barreto (1840-1923), filósofo, médico, cientista e político, é seguido por Teixeira de Souza e Aníbal Falcão. Entre as obras de Barreto, a expressiva influência de Comte ocorre na organização dos seus estudos em torno da obra *Três filosofias*, na qual apresenta os aspectos sociológicos do positivismo.

> *Doutrinas*. Antes de tudo, nenhuma originalidade. O autor segue de perto os fundadores do sistema, decalcando páginas inteiras do seu livro sobre Comte e Littré. Já lhes conhecemos as doutrinas. A humanidade passa no seu desenvolvimento histórico por três grandes estados: o teológico, o metafísico e o positivismo, "último termo da progressão humana". [...] *Critica*. Não vamos repetir aqui a crítica da lei sociológica, crítica feita já por tantos outros e por nós brevemente indicada em outro lugar. Lembramo-la apenas para mostrar quão frágeis são as bases sobre as quais o Dr. Pereira Barreto levanta o seu edifício (FRANCA, 1944, p. 356, grifo do autor).

As ideias da obra *Três filosofias* são seguidas pelos representantes do positivismo dissidente, retornando, assim, aos estudos de Pierre Laffitte — discípulo de Comte, professor do Collège de France e autor de obras de relevância ao positivismo — e Emile Littré — filósofo, médico e político francês que, em adesão às doutrinas de Comte, publica a obra *Conversação, revolução e positivismo*, em 1852. Por fim, conforme Franca (1944), os maiores escultores das ciências matemáticas, físicas e naturais estão sobre o julgo do catolicismo[208].

[208] Os positivistas ignoram ou fingem ignorar este fato. Os maiores escultores das ciências matemáticas, físicas e naturais, com raríssima exceção, foram crentes. A prova desta tese pode ver-se amplamente desenvolvida e documentada em: E. Navill, *La physique moderne*, Paris 1890; Kneller, *Das Christentum und die Vertret der neuerem naturwissenchaft*, Friburgo, em Brisgau, 1904; E. Dennert, *Die Religion der Naturforscher* Berlin, 1908; A. Eymie, *La part des croyants dans les progrès de la Science au XIX siècle*, 2 vols., Paris 1020, Cauchy Hermite, Weierstrass, Le Verrie, L. Kelvin, Fresnel, Ampère, Farady, Maxwell, Berzelius, Dumas, Chervreul, Thénard, Cuvier, Hauy, Mendel, Bichat, Laennel, e Pausteur, etc., etc., foram todos crentes e muitos deles católicos fervorosos (FRANCA, 1944, p. 361).

Conforme o artigo III, a corrente filosófica materialista no Brasil ocorre pelas escolas transformistas e pelo monismo realista, que retorna ao antigo materialismo de Demócrito e Epicuro, de D'Holbach e La Mettrie, e tem influência no século XIX, pela hipótese do pensamento darwiniano sobre a origem das espécies.

Segundo Reale e Antiseri (1990), em D'Holbach o homem é obra da natureza, sendo submetido às suas leis. Já em La Mettrie, o homem é uma máquina complexa e, com investigações *a priori*, torna-se um enigma decifrá-lo em relação às investigações *a posteriori*, nas quais podemos alcançar probabilidades que evidenciam a própria natureza. Nesse viés, os materialistas apresentam a ciência como uma teoria que pretende ser a verdade, sendo apoiados pelos resultados de observações e experiências. Essa organização da corrente filosófica materialista no Brasil acontece da seguinte maneira:

TABELA 8 - CORRENTE FILOSÓFICA MATERIALISTA

Escola	Escritor/Filósofo	Obra/Compêndio
Materialista Transformista	Guedes Cabral	Funções do cérebro, 1876.
	Araújo Ribeiro	O fim da criação ou a Natureza interpretada pelo senso comum, 1875.
	Vicente de Souza	Curso de lógica, 1903.
Monistas e Evolucionistas	Tobias Barreto	Ensaios e estudos de filosofia crítica, 1875; Questões vigentes de filosofia e de direito, 1888; Estudos alemães, 1883. Obras póstumas: Vários escritos, 1900; e Polêmicas, 1901.
	Sílvio Romero	A filosofia no Brasil, 1878; História e literatura brasileira, 1882; Doutrina contra ou o Evolucionismo e o Positivismo no Brasil, 1894; e Ensaios de Filosofia do Direito, 1895.
	Estelita Tapajoz	Ensaios de filosofia e ciência, 1908.

Fonte: Franca (1944). Elaborado pelo autor, 2020.

Domingos Guedes Cabral (1852-1883), doutor em medicina pela Faculdade da Bahia e defensor do materialismo radical, expõe no manual, no item "Doutrina", que o pensamento é uma forma de movimento. Sua tese é construída pelo sofismo que, ao investigar os fenômenos da psicologia, não impera o rigor da crítica científica, sendo evidência da imprecisão lógica e do raciocínio. A filosofia ancorada nos pensadores Buchner, Luys e Taine em prol das concepções científicas do materialismo não é

autêntica. No item “Crítica”, por sua vez, aponta a imprecisão e embriaguez do autor em torno da ciência, sendo a obra frágil e sem expressão na discussão filosófica.

José de Araújo Ribeiro (1800-1879), o Visconde do Rio Grande, diplomata, no item “Doutrina”, indica o objeto da obra ao mostrar que a terra é dotada de uma vida própria e se nutre como os indivíduos e organismos. Sua tese é desenvolvida em 650 páginas, sem apresentação de método ou definição dos termos, com inúmeros erros e imprecisões científicas, conforme os pontos do item “Crítica” no manual.

Vicente de Souza (1852-1908), professor de filosofia no Ginásio Nacional e médico, tem sua obra destinada à primeira iniciação lógica dos jovens, sendo considerada uma compilação de citações sem ordem, método ou critério, além de divergente da exigência didática de um compêndio. A ausência de uma organização apurada dos temas de lógica evidencia a falta de ordenação de ideias, raciocínio, silogismo, natureza e critério de verdade. O item “Crítica”, no manual, assinala a tendência acentuada ao materialismo a partir do conhecimento de medicina, como a ilusão de apresentar um investigador de cunho psicológico.

A escola dos monistas tem por base o mundo rígido por um princípio único fundamental, sendo para a escola dos evolucionistas o princípio de evolução constitui a lei geral dos seres. Tais escolas são introduzidas no pensamento filosófico brasileiro por Tobias Barreto e Silvio Romero e, depois, são absorvidas principalmente pelos juristas e médicos nos meios acadêmicos do “evolucionismo monista”, considerado por alguns a grande religião do mundo (FRANCA, 1944).

Entre os representantes do monismo haeckeliano, estão Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro, Oliveira Fausto e Marcolino Fragoso. Do evolucionismo spenceriano, Sílvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Bevilácqua e outros. E do haeckelismo sociológico, Fausto Cardoso e Estelita Tapajoz.

> O monismo evolucionista, quer no seu matiz pseudo-científico haeckeliano, quer no seu aspecto mais filosófico de origem direta de Spencer, teve inegável influência no grupo de juristas e sociólogos mais ou menos ligados à chamada Escola do Recife. Podemos sentir essa influência, por exemplo, em Artur Orlando e em Fausto Cardoso, além dos nomes representativos do próprio Tobias e de Sílvio (SERRANO, 1944, p. 200).

Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), professor da Faculdade de Direito em Recife, filósofo, jurista, crítico e poeta, após contato com as obras de Comte, torna-se adepto dos pensamentos materialista, criticista e evolucionista. Influenciado pela cultura

germânica, passa a ser um defensor do monismo e do racionalismo. No item "Doutrina", no manual, apresenta os seguintes temas: o homem; a sensibilidade e a inteligência; o direito natural; e a religião. Assim, compõe o pensamento monista evolucionista, em defesa da unidade essencial de todos os seres, o átomo. No item "Crítica", sua posição no materialismo não tem originalidade, profundidade e sagacidade, contendo imprecisão na leitura da filosofia de Kant e subversivos ataques à filosofia católica e às ciências sociais. Suas produções filosóficas[209] apontam uma organização fragmentada, ou seja, um enigma aos leitores.

> Contam-se entre os mais notáveis pensadores do Brazil, Tobias Barreto e Sylvio Romero. Se não são notáveis pela doutrina é irrecusável que o são pela influência que exercem na mentalidade brazileira. É justo portanto que nos demoremos na exposição e refutação que lhes faz o Sr. Leonel Franca. Eram ambos pregoeiros de um materialismo que se disfarçava com subtilezas de raciocínio e sofismas nem sempre novos, porém inegavelmente engenhosos. Quanto a Tobias "os polos do seu pensamento giram em torno do monismo evolucionista". Sua cultura é especialmente de Haeckel, Noiré, Hartmann, Schopenhauer, Kant e Strauss. [...] Não há como recusar o seu juízo sobre Tobias Barreto: "estatua pequena para o grande pedestal que lhe erigiram" (GOMES, 1922, p. 121).

Sílvio Romero (1851-1914), professor de filosofia no Colégio Pedro II, atua na Faculdade de Direito (RJ) e como deputado federal. No item "Doutrina", no manual, indica a importância da crítica literária. Na filosofia, é atraído ao positivismo de Comte pelas leituras dos pensadores Littré e Taine e, após longo período como defensor do positivismo, inclina-se à influência dos sete sábios[210]. No entanto, torna-se defensor de Darwin e Spencer, com profunda admiração pelo evolucionismo histórico, fato que o faz ser considerado um naturalista evolucionista e crítico, um evolucionista spenciano ou um monista teológico.

No item "Crítica", assina o talento nas críticas literárias, porém, suas obras apontam ausência de princípios fundamentais e estrutura metodológica (sem precisão filosófica), além de fragilidade nas discussões sobre materialistas, positivistas e evolucionistas (sem precisão teórica). Ele apresenta ainda a teoria das criações

[209] Nenhum dos trabalhos filosóficos de Tobias é um livro no sentido rigoroso da palavra; falta-lhes unidade de plano e concatenação de ideias. Soam críticas avulsas, artigos, teses e opúsculos colecionados em volumes. Ânimo impulsivo e batalhador, polemista arrebatado. Tobias não era homem para escolher um assunto, estudá-lo com serenidade e desenvolvê-lo larga e profundamente. Deixava-se dominar e arrastar pelas circunstâncias e ia produzindo o que elas lhe pareciam exigir. É nesta obra fragmentária que importa respigar as ideias capitais do filósofo (FRANCA, 1944, p. 375).
[210] Spencer; Darwin; Haeckel; Buchner; Vogt; Moleschett; e Huxcley.

fundamentais da humanidade, entretanto, também com inúmeras falhas que não resistem às críticas do período.

> A Sylvio Romero, mostra o autor a fragilidade, sobretudo a mutabilidade das suas convicções. A princípio eclectico; a seguir positivista; depois monista com Haeckel, evolucista com Darwin e Spencer, e materialista com Buchener, Vogt, Moleschott e Huxley. Abjura depois o materialismo para guardar fidelidade as ideias de Spencer e Darwin [...]. Todavia não se escusa o Sr. Leonel Franca a submeter uma crítica cerrada aos pontos capitais do ser ou dos seus systemas philosophicos. [...] E mais frisantemente: no tempestuoso mar das opiniões modernas Sylvio Romero foi um barco sem leme nem bussola (GOMES, 1922, p. 121).

Estelita Tapajoz (1859-1912), filósofo e médico, é defensor do monismo evolucionista de Ernst Haeckel e adepto das obras de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Para ele, a exposição do monismo tem foco entre as questões de ordem social pelos temas: condição social da mulher; antropologia criminal; e evolução da espécie humana. O filósofo aponta a marcha histórica da humanidade entre os organismos sociais, estando a fase do ciclo asiático em decomposição, a do ciclo europeu em decadência e a do ciclo americano em audácia juvenil. No entanto, sinaliza que a intelectualidade brasileira vive uma fase degenerativa e anacrônica por sofrer a influência do espiritualismo.

No item “Crítica”, no manual, o monismo haeckeliano em Tapajoz expõe lacunas na organização, sem precisões científicas entre as abordagens de antropologia criminal (teoria da criminologia lombrosiana), sendo refutado pelos congressos de antropologia europeus no fim do século XIX, inclusive por aproximar a lei biogenética de Kaeckel à Lei de Newton.

E conforme o artigo IV, o pampsiquismo panteísta de Farias Brito, professor no Colégio Pedro II, Ginásio Pais de Carvalho, Faculdade de Direito do Pará, além de funcionário de cargos públicos, resulta nas seguintes produções: “A filosofia como atividade permanente do espírito humano” (1895); “A filosofia moderna” (1899); “Evolução e relatividade” (1905); “A verdade como regra das nações” (1905); “Base física do espirito” (1912); e “O mundo interior” (1914).

> É com verdadeiro prazer que iniciamos esse breve estudo sobre o mais original dos nossos pensadores. Pela primeira vez, nesse resumo histórico que vimos fazendo da evolução filosófica no Brasil, encontramos um homem que, com verdadeiro amor, com incansável perseverança e admirável dedicação, sustentado apenas pelo estímulo de um ideal alevantado se tenha consagrado, durante quase toda a vida, ao estudo da filosofia e ao desenvolvimento orgânico e sistemático de uma doutrina. Oxalá lhe possamos até o fim

> conservar sem reservas esse sentimento de simpatia com que empreendemos a exposição e análise de suas ideias (FRANCA, 1944, p. 399).

Nesse cenário, o padre jesuíta Leonel Franca S.J., expõe uma breve análise do pensador brasileiro e sinaliza uma estrutura organizada pelos temas (letras do alfabeto hebraico): "A. Doutrinas. Ideia geral da filosofia"; "B. Filosofia e ciência"; "C. Metafísica"; "D. Finalidade do mundo"; "E. Moral"; e "F. Filosofia, moral e religião". Depois, no item "Crítica", no manual, aponta algumas considerações sobre a presença de Farias Brito no pensamento filosófico brasileiro.

No item "A. Doutrinas. Ideia geral da filosofia", indica a existência da crise intelectual pela anarquia das ideias do ceticismo; a crise moral, com o egoísmo invasor do utilitarismo; a crise social, forjada pelo cataclismo destruidor do ceticismo e utilitarismo; e a crise religiosa, em torno da desordem da sociedade contemporânea pelo materialismo. Na sequência, sinaliza os perigos do socialismo coletivista de Marx, a teoria naturalista de Spencer e a ditadura de Comte, sendo a missão da filosofia regenerar a sociedade contemporânea.

No item "B. Filosofia e ciência", a filosofia representa puramente a atividade do espírito humano, composta pela primeira fase pré-científica — por elaborar o conhecimento, investigar o desconhecido, interrogar a realidade e produzir ciência —, uma forma de organizar o conhecimento científico. Depois, na segunda fase, a super-científica, aborda a metafísica, a investigação das causas últimas do ser e do grande enigma do universo. Em seguida, trata do combate ao criticismo de Kant e ao positivismo de Comte, negando a investigação dos fenômenos e o estudo da essência.

No item "C. Metafísica", o objetivo da metafísica é dar solução ao problema do universo. Para isso, apresenta três temas: o mundo como fenômeno, sinalizando os perigos da psicologia científica e experimental de Herbart, Fechner e Wundt, por desconhecerem o verdadeiro método dos estudos psíquicos, que é o da introspecção[211]; o mundo como coisa em si, ou seja, para o pensador significa a inteligência, o espírito; e Deus e o mundo, que a visão panteísta tem como um Deus pessoal, de inteligência e

[211] Visão interior, ato pelo qual a consciência examina a si própria, volta-se sobre si mesmo. Autoinspeção. [...] O caráter imediato e privilegiado da introspecção passou a ser questionado na filosofia contemporânea, que aponta os pressupostos inevitáveis que esse tipo de exame envolveria sobre a própria natureza da consciência e da subjetividade, não tendo, portanto, o caráter originário pretendido. Além disso, questiona-se a introspecção como base para o método científico devido a seu caráter, por definição, subjetivo e à impossibilidade de generalização de suas conclusões (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 146).

vontades distintas do mundo (criações antropomórficas) em detrimento à criação no sentido tradicional cristão.

No item "D. Finalidade do mundo", tal questionamento filosófico é cercado de dúvidas e incertezas, o que provoca a indagação sobre a veracidade do conhecimento e a finalidade do mundo, sendo difícil conciliá-lo com doutrinas anteriores e com a experiência.

No item "E. Moral", são apontadas as regras fundamentais da moral — "conhece-te a ti mesmo" e conhece a natureza. Porém, esses conhecimentos procedem dois critérios supremos de conduta: na forma objetiva, em conformidade com a verdade; e na forma subjetiva, em conformidade com as convicções. Tal estrutura do pensamento dá-se na relação entre moral e direito (o direito é a moral sancionada), princípio de obrigação (dever) e autonomia da verdade (fonte única da obrigação é a própria consciência individual do homem).

E no item "F. Filosofia, moral e religião", é apresentada a missão de restauração do sentimento religioso como princípio regulador da anarquia contemporânea. Assim, a relação intrínseca entre os termos os torna solidários e subordinados à consciência, visando um fim comum, que é a posse da verdade. A religião é uma forma de moral organizada, que posiciona uma sociedade em torno da lei moral, sendo essa estrutura arquitetada pela razão. Para Franca (1944), eis um eterno problema entre a razão e a fé, o qual o pensador procura solucionar ao expor uma relação intrínseca, representando um modo de conciliar a filosofia e a religião, mas cometendo equívoco com essa solução.

No item "Crítica", no manual, Farias Brito[212] é um pensador brasileiro em destaque pelo conhecimento amplo e profundo da literatura filosófica moderna, sendo um historiador da filosofia que expõe obras de inegável valia ao pensamento crítico filosófico e psicológico, além de atuar como opositor às tendências filosóficas de Kant (ceticismo grego), Comte (negação da filosofia) e Spencer (evolução mecanicista) e contra as tendências antimetafísicas da época, como criticismo, positivismo, ceticismo, utilitarismo e materialismo. Mas existem defeitos capitais em sua construção filosófica: de ordem

[212] Farias Brito foi um combatente isolado na luta pela restauração do espiritualismo e atuou num meio que lhe era francamente hostil. Contudo, a posteridade iria comprovar que sua mensagem revestia-se de grande força, que residia no fato, assinalado por Reale, de haver cuidado dos temas filosóficos como tais, sem os dissolver em considerações de ordem sociológica ou histórica. Graças a isto, conseguiu adesão de um grupo intelectual. E embora entendesse que a religião deveria evoluir no sentido de uma nova síntese, os que pela sua mão haviam aderido ao espiritualismo iriam converter-se ao catolicismo. À frente desse grupo achava-se a personalidade dinâmica e catalisadora de Jackson de Figueiredo (1891-1928). Começa o ciclo da presença marcante da intelectualidade católica na cultura brasileira (PAIN, 1999, p. 155).

especulativa, o seu pampsiquismo panteísta (Deus e o mundo são uma coisa só); e de ordem histórica-religiosa, a sua apreciação do valor atual do catolicismo (proclama a morte da religião católica).

3.4 A PRESENÇA DO PENSAMENTO TOMISTA NO BRASIL

> Mas o systema philosophico que com mais vigor e vantagem tem combatido e pulverizado os postulados efêmeros e inconsistentes do naturalismo philosophico é a corrente néo-thomista defensora da philosophia "perennis" synthese maravilhosa e eterna porque dimana da própria Verdade, e que conta legítimos representantes no Brasil como sejam Leonel Franca, Alexandre Correia, Ruy Barbosa de Campos e outros, entre os quaes vós, Alceu de Amoroso Lima (SANTOS, 1935).

A presença do pensamento tomista nas primeiras décadas do século XX, aponta um papel discreto entre os intelectuais brasileiros (e sinais de renovação), com impacto progressivo na imprensa católica (obras, compêndios, periódicos, cartas pastorais, encíclicas e outros) como instrumento de poder na extensão da cultura católica.

Para Vilhena (1994, p. 150), os impressos católicos no país "representam mensagens de orientação de conduta do leitor/leitora, enquanto parte integrante de sua formação mais geral, e precipuamente, da formação do seu caráter, compondo um conjunto de normas prescritivas de comportamento e modelos de atitude".

No entanto, a expressiva influência do pensamento europeu (Edmund Burke, Visconde de Bonald, Joseph de Maistre, Donoso Cortés, Carl Schmitt, Henri Bergson e Jacques Maritain) sinaliza os aportes teóricos do rearmamento católico em torno das questões sociais e políticas na restauração do tomismo. No Brasil, a ação pastoral do bispo Dom Sebastião Leme é um traço desse movimento, quando ocorrem as primeiras conversões da nossa história cultural, sendo Júlio Maria um influenciador das camadas populares, seguido por Eduardo Prado, defensor do tradicionalismo e escritor católico.

Mas o meteoro entre as conversões é o jovem Jackson de Figueiredo, considerado um reacionário de expressão na ação política e social, devido suas articulações entre os setores da sociedade e o governo. A posição conservadora do seu grupo, possibilita organiza um movimento em defesa da legalidade no país, contra os movimentos liberais.

> Esse homem foi amigo de Tristão de Ataíde e de um Lorival Fonte, de um Sobral Pinto e de um Hamilton Nogueira, de um Barreto Filho e de um Augusto Frederico Schmidt, de um Afonso Pena Junior e de um Leonel Franca. E a verdade é que a sua personalidade nos escapa (VILHAÇA, 2006, p. 12).

Tal estratégia católica sinaliza avanços do projeto de restauração nos setores da sociedade ao formar novas alianças entre representantes católicos que atuam no campo sócio-político-cultural da nação. A atuação de líderes católicos, como o bispo Dom Sebastião Leme (ação social), Jackson de Figueiredo (reacionário) e Alceu Amoroso Lima (renovador), permite a formação de uma rede de sociabilidade ao recrutar uma legião aos órgãos da militância e imprensa católica, com objetivo de aproximar a relação de poder entre Igreja Católica e o Estado.

Além de intensificar a atuação eclesiástica e o engajamento de intelectuais no projeto de restauração na década de 1920, ocorrem articulações significativas no CDV, pois o reduto católico no país organiza cursos[213] em torno da formação de uma legião católica. A primeira incursão do tomismo ocorre pelo viés conservador (político), com o líder católico Jackson de Figueiredo, discípulo de Joseph de Maistre, em prol dos valores nacionalistas da ordem, do espírito antiliberal e do tradicionalismo.

No período, a repercussão do pensamento tomista nos centros culturais do país sinaliza: a influência católica na organização de estudos direcionados aos grandes mestres escolásticos; a formação de uma rede de periódicos pelos órgãos e instituições católicas; e o predomínio da influência teórica sobre a corrente filosófica espiritualista no país.

Na década de 1930, a segunda incursão do tomismo acontece pelo viés democrático (cultural) e, sob liderança de Alceu Amoroso Lima (CDV), são intensificados os debates filosóficos tomistas. Para Vilhaça (2006, p. 17), "o tomismo chega através de Maritain. E através de um conferencista brilhante, Leonel Franca, mestre e confessor de Alceu por vinte anos". Essa posição no CDV redireciona a ação dos líderes católicos, pelo viés cultural, em torno da formação de uma elite católica.

Conforme Franca (1944, p. 435), "o renascimento escolástico encontrou o mais caloroso acolhimento e medrou em pouco tempo, assumindo as proporções de uma verdadeira restauração científica". A restauração do tomismo nos centros culturais católicos indica uma estruturação teórica edificada pelos departamentos de filosofia, como a formação de uma rede de sociabilidade entre os periódicos católicos.

A influência da corrente filosófica espiritualista, pelas escolas de ecléticos, ontólogos, idealistas e escolásticos, demonstra traços do projeto de restauração em

[213] Cursos de 1930. 2ª serie de conferencia do curso sobre "O Problema da Fé", iniciado o anno passado, pelo Pe. Leonel Franca, S. J., autor da "Igreja, a Reforma e a Civilização", e das "Noções de História da Philosophia" e outras obras famosas do nosso pensamento. [...] Essas conferencias devem realizar-se nos dias indicados, às 8 e meia da noite, no Collegio Santo Ignacio, á rua São Clemente, 266 (CENTRO D. VITAL, 1930, p. 3).

oposição aos avanços da corrente filosófica materialista pelas escolas transformistas, monistas e evolucionistas no país.

A Reação Católica, munida da união de forças entre intelectuais, sob orientações de documentos eclesiásticos (Vaticano), intensifica a organização das bases estruturais do pensamento católico no Brasil. A representação do bispo Dom Sebastião Leme, de Jackson de Figueiredo, do Pe. Leonel Franca S.J. e de Alceu Amoroso Lima, entre outros nomes, aponta indícios da estratégia católica ao organizar a atuação intelectual no campo sócio-político-cultural contra aos avanços da maçonaria, do positivismo e do Estado laico, expressos nas legislações constitucionais de 1824, 1891 e 1926. No entanto, a aprovação das emendas católicas em 1934, sob influência da LEC, fortalece os indícios do reposicionamento católico na legislação brasileira.

Segundo Azzi (2001), a vitória católica, em 1934, não foi apenas eleitoral, mas doutrinária. A visão de forças espirituais dominantes no período provoca a maior das inovações jurídicas introduzidas na legislação constitucional, em que as aspirações políticas essenciais do catolicismo nacional são impressas na Constituição Federal.

No recorte temporal da tese (nas décadas de 1910 a 1940), as produções teóricas em torno do tomismo dão-se pelos intelectuais católicos e sinalizam uma expressiva repercussão na imprensa católica, sejam nas áreas de filosofia, teologia, sociologia e psicologia, direito, educação ou outras. Tais obras, compêndios e inúmeros artigos nos principais periódicos católicos no país (*A Ordem*, *Verbum*, *Kriterion*, *Estudos* e os anais *Sedes Sapientiae* e da Faculdade São Bento, por exemplo) são instrumentos de poder (letras católicas) entre os centros de formação da cultura brasileira.

Os autores tomistas que compõem essa breve exposição são classificados em decorrência das suas produções centrais no período da investigação, com exceção dos pensadores tomistas do Império[214] — Dom José Afonso de Morais Torres, José Soriano de Souza e Cândido Mendes de Almeida, pela relevância de suas produções.

Para Vilhaça (2006), entre os tomistas escolásticos, destacam-se: Cardeal Arcoverde, professor do Seminário de Olinda, primeiro a receber o título de Cardeal na América Latina; Dom José Afonso de Morais Torres, representante tomista no Império, sob influência da filosofia de Leibniz e Locke; Dom Ludgero Jaspers, da Ordem

[214] Entre os representantes tomistas do Império brasileiro, apontam Dom José Afonso de Morais Torres; Pe. Patrício Muniz; Pe. Gregorio Lipparoni; Avelar Brotero; José Soriano de Sousa; Vicente Candido Figueira de Sabóia; João Mendez Junior; Frei Firmino de Centelhas; José Maria Correa de Sá e Benevides; e Cândido Mendes de Almeida (VILHAÇA, 2006).

Beneditina, realizador da tradução da obra *Suma* contra os gentios de Santo Tomás de Aquino; e Dom Tomás Keller, Abade do Seminário de São Bento no Rio de Janeiro, estudioso sobre a teodiceia (1930 e 1940).

E eles são seguidos pelo Frei Pedro Secondi O.P., professor de filosofia no ICES, na PUC-RIO e na Faculdade Santa Úrsula, conselheiro eclesiástico do jornal *Equipe*, ortodoxamente tomista; Frei Sebastião Tauzim O.P., provincial da Ordem Dominicana, professor de filosofia geral do ICES, autor de ensaios e artigos sobre Bergson e S. Tomás de Aquino; e Monsenhor Charles Sentroul, professor da Faculdade de São Bento, estudioso de Kant e Aristóteles, com produções teóricas de viés social, epistemológico e estético.

Temos ainda Pe. Castro Nery S.J., professor da Universidade Católica de São Paulo, um espiritualista defensor do pensamento de Bergson; Pe. Leonel Franca S.J., reitor da PUC-RIO e assistente eclesiástico dos órgãos católicos; Pe. Roberto Sabóia S.J., diretor da Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, defensor da metafísica clássica; Pe. Orlando Vilela, professor de filosofia na Universidade Belo Horizonte, adepto do pensamento filosófico de Jacques Maritain; e Pe. Paul Siwent, professor da Universidade Gregoriana/Roma e PUC-RIO, conferencista e especialista em Spinoza. Na relação de produções editoriais tomistas eclesiásticas, são apontadas as seguintes:

TABELA 9 - TOMISTAS ECLESIÁSTICOS NO BRASIL (1910-1940)

Autor	Obras/ compêndios	Periódicos
Card. Arcoverde	Sinopse de lógica, 1918.	N/E[215]
D. José Afonso de Morais Torres	Compêndio de filosofia moral,1852.	N/E
D. Ludgero Jaspers	Manual de filosofia, 1926; História da filosofia, 1930; e Filosofia existencial, 1937.	*A Ordem*
D. Tomás keller	N/E	*A Ordem; Verbum*
Fr. Pedro Secondi	N/E	*A Ordem*
Fr. Sebastião Tauzin	N/E	*A Ordem*
Mons. Charles Sentrol	*Kant e Aristóteles*, 1913; A lei dos três estados de Comte, 1909; e Tratado de lógica, 1909.	Anais – Faculdade São Bento

[215] A sigla N/E corresponde a "não encontrado" entre as bases de dados utilizadas na pesquisa.

Pe. Castro Nery	O problema céptico à entrada da gnoseologia, 1929; Compêndio de filosofia, 1931; O problema do conhecimento, 1932; Programa da ação católica, 1933; e Evolução do pensamento antigo, 1936;	*A Ordem*
Pe. Leonel Franca	Noções de história da filosofia, 1918; Apontamentos de química geral, 1919; A Igreja, a reforma e a civilização, 1923; Relíquias de uma polêmica, 1926; Ensino religioso e ensino leigo, 1931; O divórcio, 1931; Catolicismo e protestantismo, 1933; Lutero e o Sr. Frederico Hansen, 1933; A psicologia da fé, 1934; O protestantismo no Brasil, 1938; A crise do mundo moderno, 1941; Imitação de Cristo, 1944; Livro dos Salmos, 1947; *Ratio Studiorum*, 1952; A formação da personalidade, 1954; e Alocuções e Artigos I – II, 1954.	*A Ordem; Verbum*
Pe. Roberto Sabóia	N/E	*Verbum*
Pe. Orlando Vilela	Realidade e símbolo, 1947 (entre outras).	*A Ordem*
Pe. Paul Siwent	*L`âme et le Corps daprès Spinoza*, 1930; *La psychhologie humanine d`après Aristote*, 1930; Em busca de Deus, 1944; e Psicologia experimental, 1949; entre outras.	*Verbum;* e *Sedes Sapientiae*[216]

Fonte: Franca (1944); Vilhaça (2006); e Periódicos católicos. Elaborado pelo autor, 2020.

Essas produções sinalizam a presença de intelectuais eclesiásticos entre as produções editoriais, sejam nas discussões das obras filosóficas e nos assuntos pertinentes à cultura católica, ou temas de psicologia, lógica e filosofia que constituem a formação da nação. Alguns autores circulam entre as obras/compêndios e periódicos, sendo indícios do recrutamento em prol da cultura católica.

Franca (1944) faz uma breve menção ao Dom José Afonso de Morais Torres (1805-1865) e ao Cardeal Arcoverde (1850-1930) devido à posição estratégica de tais manuais escolares no ensino secundário do Império. Tratam-se de pensadores da corrente filosófica espiritualista, reconhecidos como escolásticos de menor expressão no pensamento filosófico brasileiro. Porém, a atuação entre a Congregação Missionária e a fundação da Federação das Associações Católicas são indícios da representação eclesiástica em torno da ação apostólica (missionários) e dos órgãos católicos.

[216] Os anais da Faculdade de Filosofia - aponta entre os periódicos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae* (FFCL), fundada pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, em 1932 (direcionada à formação da elite feminina paulista), foi incorporada à PUC de São Paulo em 1946.

> O projeto do bispo Moraes Torres, com o seu compêndio de 1852, é contrapor-se ao ecletismo, já então considerado como uma corrente vitoriosa. Seu objetivo, conforme diz expressamente, é apresentar "uma doutrina pura e expurgada dos princípios do sistema eclético de que se acham iscados todos os compêndios de filosofia racional, admitidos na maior parte das escolas públicas" (PAIN, 1999, p. 97).

É importante mencionar ainda o *Compêndio de Filosofia* (1931), do Pe. Castro Nery S.J., bem como o *Manual de Filosofia* (1926) e o manual *História da Filosofia* (1930), de Dom Ludgero Jaspers O.S.B., citados na Tabela acima, que compõem a lista dos livros didáticos de filosofia autorizados pela CNLD[217] e publicados no DOU na década de 1940 (seguindo os parâmetros vigentes, impostos pela Lei nº 1.006, de 30 dezembro de 1938). Eis o sumário do livro didático de filosofia do Pe. Castro Nery S.J., autorizado pela CNLD, publicado no DOU (seção II) em 4 de julho de 1942, na página nº 4.658, pela Secretaria Geral de Educação e Saúde, sob o Boletim nº 138, expedido no dia 3 de julho de 1942:

> O sumário do programa filosófico para uso dos apressados em vésperas de exame, ou breviário das preleções mais amplas da classe - este opúsculo, por sua própria natureza e destino, exige a explanação competente do professor. Contendo embora o que de comum se encontra nos autores em voga, ele tenta dividir e tratar a disciplina filosófica sob o aspecto analógico e central do ser. Disso resultou uma ordem, ao parecer, arbitrária, mas que tem um fundamento teórico plenamente justificável e vantagens práticas que não fugirão aos profissionais (NERY, 1934, p. 5)

A presença dos manuais escolares de autores católicos na primeira metade do século XX, indica a relevância teórica de tais análises sobre o conhecimento em suas áreas como vestígios de intencionalidades nos impressos em torno da representação do poder intrínseco da Igreja Católica sobre a formação da nação. Nesse contexto, os periódicos católicos, além de absorverem as inúmeras produções, tornam-se instrumentos para discussões primordiais entre os ciclos de sociabilidade do pensamento católico brasileiro.

[217] O manual escolar do autor Pe. Castro Nery S.J., intitulado: *Compêndio de Filosofia* (a primeira edição em 1931, e após adequação a legislação vigente e revisões, lança a segunda edição em 1932), sendo autorização a 3ª edição, de 1934; Os manuais escolares do autor Dom Ludgero Jaspers O.S.B., intitulados: *Manual de Filosofia*, (Baseado no *Cours de Philosophie – 25ª ed, 2 vol. 1926, Paris*, de Ch Lahr. S.J.), tem autorização a edição (não consta expresso o número) de 1932, e o *História da Filosofia*, (Baseado no *Notions Sommaires* de Ch Lahr. S.J.), tem autorização a 5ª edição (sem data) de 1930. Tais manuais escolares de filosofia compõe a lista ensino secundário, autorizados pela CNLD.

TABELA 10 - PRODUÇÕES TOMISTAS ECLESIÁSTICAS EM PERIÓDICOS CATÓLICOS (1920-1940)

Autor	Título/Ano	Periódico
D. Ludgero Jaspers	Chronica de traduções: "A summa contra os gentios" (1929).	*A Ordem*
D. Tomás Keller	A liturgia (1933); Missa e Sacramento, atos de religião e excellencia (1935); Do mysterio da misericórdia divina (1936); Natal e sacerdócio (1937); O sacrifício de Cristo (1937); Matrimônio (1937); O papel de caráter sacramental na recepção dos sacramentos e participação do sacrifício da missa (1939).	*A Ordem*
	Estudo sobre a *Teodiceia*, Leibniz (1946).	*Sede Sapientiae*
Fr. Pedro Secondi	Bernamos e o cura da aldeia (1945).	*A Ordem*
Fr. Sebastião Tauzin	Entre Bergson e S. Tomás (1940, foram 4 artigos); Teoria tomista do conhecimento (1940); Revisão das críticas bergsoniana (1940); O alcance espiritual da obra de Bergson (1941); Entre Bergson e S. Tomás (1941); entre outros[218].	*A Ordem*
Mons. Charles Sentroul	A lei dos três estados de Comte (1909); e O lugar de Santo Anselmo na história da filosofia, (1910).	Anais - Faculdade de São Bento
Pe. Castro Nery	Possessão, histeria extase (1933); Estudos sobre a psychologia forense no Brasil (1933); A evolução do pensamento antigo, sua phsionomia e suas conclusões (1935); e Letras contemporâneas (1936).	*A Ordem*
Pe. Leonel Franca	Caracteres fundamentaes do thomismo (1929); Notas de deontologia medica (1930); Divórcio e suicídio (1931); Exame pré-nupcial (1936); Pio XI e as missões (1939); a Companhia de Jesus (1940); A crise do mundo moderno (1943).	*A Ordem*
	Catolicismo e Totalitarismo (1944); e Ateísmo militante (1945).	*Verbum*
Pe. Roberto Sabóia	Mestre Biondel (1949)	*Verbum*

[218] Segue a relação: Ação católica em profundidade (1937); Prazer e fructo prohibido (1936); Ação em profundidade (1937); Evangelho e cultura (1938); A obra do nosso tempo (1938); Os dominicanos no Brasil (1939); Orientações (1939); Ser e vir a ser (1940); Cultura e vida (1940); O conhecimento por centralidade (1942); O espírito universitário (1944); *Mysterium mortis* (1948); *Mysterium vitae* (1948); e Patrões e empregados (1949).

Pe. Orlando Vilela	Beleza e presença (1941); Mistério da páscoa (1945); Observações à margem da mensagem cristã de Bernanos (1946); e Registros e comentário (1948).	*A Ordem*
Pe. Paul Siwent	O livre-arbítrio segundo Spinoza (1944); e O otimismo no mundo de Leibiniz (1946).	*Verbum*
	A consciência do livre-arbítrio.	*Sede Sapientiae*

Fonte: Franca (1944); Vilhaça (2006); e Periódicos católicos. Elaborado pelo autor, 2020.

A representação de tais periódicos entre os principais centros da cultura católica aponta sua inserção na formação da elite, direcionando primordiais discussões teóricas (filosofia, teologia, direito, psicologia, sociologia e outras) a fim de fortalecer e articular a estruturação de uma rede de sociabilidade entre as instituições superiores católicas do país.

Nesse caso, a revista *Vozes de Petrópolis*, fundada pelos Fr. Inácio Hinte e Fr. Ciríaco Hielscher, em 1907, exerce papel fundamental contra os avanços da filosofia positivista; os anais da Faculdade de São Bento, em 1909, têm foco na formação pela tendência filosófica neoescolástica; a revista *A Ordem*, fundada por Jackson de Figueiredo, em 1921, tem posição estratégica no engajamento dos intelectuais; os anais da Faculdade de Filosofia, *Sedes Sapientiae*, da década de 1930, são direcionados à orientação acadêmica católica; a revista *Verbum*, fundada pelo Pe. Leonel Franca S.J., em 1944, aponta relevância no cenário acadêmico, pois constitui um periódico da PUC-RIO; a revista *Estudos*, fundada por Armando Câmara, em 1945, atua em torno da formação acadêmica católica no Rio Grande do Sul; e a revista *Kriterion*, fundada por Artur Versiani Velloso, em 1947, pela Universidade Minas Gerais é direcionada à tradição filosófica.

Para Vilhaça (2006), entre os tomistas laicos no país, destacam-se: Alexandre Correia[219], tomista rigoroso, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP); Armando Câmara, professor e reitor na PUC do Rio Grande do Sul, senador, fundador da APCs/RS e da revista de cultura *Estudos*, adepto ao tomismo de Blondel;

[219] A ORDEM inicia, com este número, a publicação de uma obra prima para todo catholico, que se não contente com a religião convencional e hereditária que ainda está tão perniciosamente enraizada em nosso indiferentismo reacional. Começamos a publicar, em fascículos, a primeira tradução da Summa Theologica de St.º Thomaz de Aquino, jamais tentada em língua portuguesa. encarregou-se dessa tarefa formidável, o nosso jovem patrício, o professor Alexandre Correia, doutor em phhilosophia pela Universidade de Louvain e professor da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de S. Paulo, sob cujo patrocínio está sendo feita essa traducção. Folgamos em collaborar, modestamente, para que venha á luz essa obra, que é o resultado de longos annos de estudos e de trabalho paciente e continuado. [...] Essa tradução da Summa de S. Thomaz será um passo para essa reeducação de nossas intelligencias (REGISTRO, 1930, p. 89-90).

Artur Versiani Veloso, professor de filosofia, que situa-se entre os tomistas e neokantianos; e Cândido Mendes de Almeida, professor, advogado, senador, católico ortodoxo de expressão no pensamento brasileiro católico no Império.

Na sequência, estão Eduardo Pedro de Mendonça, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conferencista, tomista que dialoga com a filosofia contemporânea; José Barreto Filho, professor de psicologia educacional no ICES, vice-presidente da revista *A Ordem* (1928), autor de obras literárias e reacionário em política, cuja linha filosófica é um existencialismo de inspiração tomista; João Camilo de Oliveira Torres, historiador-sociólogo e filosofo-teólogo (por mergulhar nos estudos direto na fonte), teórico do governo régio no Brasil; e Jonathas Serrano, professor do Colégio Pedro II, membro de aparatos estatais e órgãos católicos.

Em seguida, aparecem José Soriano de Sousa, professor do ginásio e da Faculdade Direito do Recife, ilustre representante do tomismo ao longo do Império; José Fernando Carneiro, tomista, maritaniano e conferencista defensor da filosofia social; Leonardo Van Acker, professor da Faculdade de São Bento, defensor da filosofia tomista; e Nelson Romero, professor do Colégio Pedro II, realizador de estudos da crítica filosófica e religiosa do período. Eis, a organização da lista de produções dos tomistas leigos:

TABELA 11 -TOMISTAS LEIGOS NO BRASIL DE 1910 A 1940

Autor	Obras/ compêndios	Periódicos
Alexandre Correia	Suma Teológica, 1944 (tradução).	*Verbum; Sedes Sapientiae; A Ordem*
Armando Câmara	N/E	*Estudos*
Artur Versiani Veloso	A filosofia e seus estudos, 1947; Introdução a história filosofia, 1947; Aquidade do real, 1948; entre outras.	*Kriterion*
Cândido Mendes de Almeida	Direito civil escolástico brasileiro, 2 tomos em 4 volumes (1866-1873); Aresto do Supremo Tribunal de Justiça 1880; entre outros.	N/E
Eduardo Prado de Mendonça	O princípio de identidade e o pensamento realistas, 1949; entre outros.	*Verbum; e Kriterion.*
João Barreto Filho	N/E	*A Ordem; Estudos*
João Camilo de Oliveira Torres	O positivismo no Brasil, 1944; A democracia coroada 1957; Teoria geral da história 1963.	*A Ordem*

Jonathas Serrano	História do Brasil, 1931; Filosofia do direito, 1942; Antologia Brasileira, 1943; e História da filosofia, 1944;	*A Ordem; Vozes de Petrópolis*
José Soriano de Souza	Princípios sociais e políticos de Santo Agostinho, 1866; Princípios sociais e políticos de Santo Tomás de Aquino, 1866; Compêndio de Filosofia, 1867; entre outras.	*N/E*
José Fernando Carneiro	Catolicismo, revolução e reação, 1946; Psicologia do Brasil (póstuma).	*A Ordem*
Leonardo Van Acker	Introdução à Filosofia Lógica, 1932; entre outras.	*A Ordem*
Nelson Romero	Os grandes problemas do espírito, 1939; Pronúncia do Latim, 1942.	*A Ordem*

Fonte: Franca (1944); Vilhaça (2006); e Periódicos católicos. Elaborado pelo autor, 2020.

Essas produções sinalizam a incursão dos autores tomistas leigos direcionadas à filosofia dos grandes mestres escolásticos pelos assuntos intrínsecos à tradição católica entre os temas direito, democracia, psicologia, lógica e filosofia, bem como os manuais que constituem a formação da nação.

É válido mencionar que os manuais didáticos *Introdução à Filosofia Lógica* (1932), de Leonardo Van Acker, e *A História da Filosofia* (1944), de Jonathas Serrano, têm suas edições autorizadas pela CNLD na década de 1940, sendo oficializados como livros didáticos de filosofia no ensino secundário (em acordo com os parâmetros vigentes, impostos pela Lei nº 1.006, de 30 dezembro de 1938). Nesse viés, a menção de pensadores escolásticos modernos entre as primeiras páginas de *Introdução à Filosofia Lógica* aponta indícios da Reação Católica nos impressos.

> O fim da "Introdução à Filosofia" é esclarecer previamente o aluno sobre a essência e existência da filosofia; não constituindo tais explicações disciplina filosófica distinta, senão apenas fragmentos da Metafísica e da História da Filosofia. Breve apanhado histórico dessa disciplina, além de proporcionar conceito "vivo" da Filosofia, logo inicia aos problemas filosóficos. É o processo seguido por Aristóteles no livro A da "Metafísica". Por modo semelhante procedem escolásticos modernos como: Mercier, Noel, Maritain, Endres, De Bruyne, etc (VAN ACKER, 1932, p. 7).

A presença de intelectuais leigos nos periódicos católicos é um sinal das ações do projeto de restauração ao recrutá-los e engajá-los nas ofensivas da imprensa católica no país, em oposição ao laicismo, agnosticismo, ceticismo, empirismo e outros que se opunham aos preceitos intrínsecos da filosofia tomista, ética católica e documentos

eclesiásticos. Nesse sentido, apresentamos a configuração dos tomistas entre os periódicos:

TABELA 12 -PRODUÇÕES DOS TOMISTAS LEIGOS EM PERIÓDICOS CATÓLICOS DE 1920 A 1940

Autor	Título/Ano	Periódico
Alexandre Correia	Definição tomista da lei (1944 e 1945).	*Verbum*
	O philosopho (1929); Chronica philosophica (1929); O natural e sobrenatural em Santo Agostinho (1930); Filosofia da Escola Nova (1931); Mao livro e livro mao (1931); *Sociolugum Habemus* (1935); e Os mitos Hitlerianos (1941);	*A Ordem*
	São Tomás de Aquino e Aristóteles (1943).	*Sedes Sapientiae*
Armando Câmara	Transcendência e espiritualidade do psiquismo humano (1940); A gênese do pensamento filosófico (1944; e O espiritualismo e a psicologia experimental (1946).	*Estudos*
Artur Versiani Veloso	Ser e conhecer (1947); Idealismo crítico e realismo crítico (1948); O outro Sócrates (1948); e O outro Platão (1948).	*Kriterion*
João Barreto Filho	O sentido da tragédia em Jackson de Figueiredo (1929); Romance (1930); Geração de problemáticas (1931); Introdução a correspondência de Jackson de Figueiredo (1938); Uma psicologia humana da educação (1941); e Crônica internacional (1945).	*A Ordem*
	Filosofia e ciência (1941).	*Estudos*
João Camilo de Oliveira Torres	U.S.A.: este desconhecido... (1939); Da crítica literária (1943); Maritain e o Brasil (1946); e Bernanos (1946).	*A Ordem*
	A mensagem poética de Alphonsus de Guimaraes Filho (1941); Esclarecendo a situação histórica (1942); Do relativismo em história (1942); O progresso (1942); Notas sobre E. Renan (1942).	*Vozes de Petrópolis*
Jonathas Serrano	Letras Catholicas (1932); Letras contemporâneas (1937); Scragnolle Doria (1937); e Afonso Celso (1938).	*A Ordem*
	O cinema e a ética (1940); Volvendo páginas (1941).	*Vozes de Petrópolis*
José Fernando Carneiro	Catholicismo e comunismo (1933); Jackson Figueiredo (1946); Bernanos (1946); Divórcio, reivindicação burguesa (1946); e Exigências fundamentais da democracia (1947).	*A Ordem*
Leonardo Van Acker	Introducção à methapysica thomista (1929); Filosofia pedagógica (1930); Crônicas pedagógicas (1933); Educação	*A Ordem*

	nacional e ação católica (1934); Filosofia e política pan-americana (1939); A encíclica "*Divinus Illius Magistri*" e a educação humana (1940); Haverá um critério objetivo da civilização? (1941); Filosofia e progresso moral da humanidade (1943); *Prostscriptun* aos estudos sobre Jacques Maritain (1945); Escolástica e política (1946).	
Nelson Romero	Realismo thomistico e idealismo moderno (1929); A companhia de jesus e seu fundador (1941).	*A Ordem*

Fonte: Franca (1944); Vilhaça (2006); e Periódicos católicos. Elaborado pelo autor, 2020.

Esses impressos apontam a presença de intelectuais leigos entre os periódicos católicos, como a expressiva repercussão na revista *A Ordem*, para Rodrigues (2005, p. 217), pois "o conjunto de intelectuais que nela escreviam fariam parte com agentes ativos e influentes no meio intelectual, tanto religioso e político". Nesse caso, a relação entre produção, circulação e usos permite aglutinar uma legião de escritores e leitores em torno das intencionalidades católicas pelo viés teológico, filosófico, jurídico, educacional, pastoral, entre outros.

Na primeira metade do século XX, as orientações católicas acerca do neotomismo possibilitam ao filosofo francês Jacques Maritain intensificar o conceito da democracia cristã (aporte teórico da filosofia neoescolástica), com repercussão entre os intelectuais católicos do CDV. Conforme Rodrigues (2005, p. 196), a revista *A Ordem* "toma posição gradual direcionado seu discurso em favor dos regimes democráticos e da liberdade".

Nesse contexto, o intelectual católico Leonardo Van Acker publica dois artigos na revista *A Ordem*, intitulados: "*Postcriptum* aos estudos sobre Jacques Maritain" (1945) e "Escolástica e política: A propósito do personalismo de Jacques Maritain" (1946). Tais produções ressaltam o humanismo personalista em substituição à cultura individualista, ou seja, as democracias modernas devem negar o individualismo e adentrar no ideal personalista. Assim, assumir uma ação ancorada no humanismo personalista acontece pelo teocêntrico em repúdio ao antropocêntrico da civilização individualista.

Na revista *A Ordem* há uma edição especial (1946) sobre o pensamento filosófico de Jacques Maritain, sendo estratégico demonstrar os avanços no projeto de restauração ao ampliar as discussões sobre o pensamento neotomista nos cenários nacional e internacional. Essas produções específicas denotam a influência das orientações

eclesiásticas sobre os autores[220] das letras católicas, como a repercussão no principal periódico da intelectualidade católica do país.

A presença de João Camilo de Oliveira Torres e Leonardo Van Acker na revista *A Ordem* sinaliza a influência do viés democrático maritaniano no engajamento de autores entre as produções filosóficas sobre o neotomismo. Os dois autores são citados no Tabela 11 – Tomistas leigos no Brasil (1910-1940), pelas obras que apontam indícios de representação na cultura católica no país.

Esse grupo é organizado pelas orientações das encíclicas *Aeterni Patris* (1879), pela restauração da filosofia cristã sobre os preceitos filosóficos tomistas e pela *Rerum Novarum* (1891), sobre o direito de organização dos operários (sindicatos) na formação de representantes. As orientações são fundamentais na filosofia de Jaques Maritain, pois permitem avanços nas questões sociais e econômicas e na democracia cristã (com base em razões éticas, pela liberdade, solidariedade e justiça) em suas obras.

> Jacques Maritain surgiu defendendo a verdadeira tradição da Cristandade e vários pseudo-tradicionalistas saíram a combatê-lo, vitimados pela grande doença do século XVIII, a falta de senso histórico: uma instituição pode ter dado bons resultados na Idade Média e possuir utilidade para o presente; a sua restauração não deve ser feita univocamente e sim analogicamente (TORRES, 1946, p. 208).

Para o autor, as questões fundamentais em Jacques Maritain estão nos problemas sociais, nos quais os grupos econômicos e profissionais devem se aproximar da comunidade civil, distanciando-se de ações que os identifiquem como órgãos do Estado. Dessa forma, os grupos precisam participar efetivamente dos conselhos do governo, mas não dirigir a política, sendo importante a representação das classes liberais e conservadoras.

Essa posição permite romper com o espírito do antimaritainismo, defendido pelo direitismo católico ao constituir errônea interpretação dos termos tradição, autoridade, corporação, propriedade e contrarreforma, que compõem a filosofia do pensador francês. Mas, ao utilizar o pensamento aristotélico nas formas de governo, aponta o real sentido

[220] Os autores dessa edição especial na revista *A Ordem* foram: Alceu Amoroso Lima (líder católico), Alfredo Lage, Edgar de Godoi da Mata Machado, Fábio Alves Ribeiro, Gladstone Chaves de Mello, Guerreiro Ramos, Gustavo Corção, H. J. Hargreaves, J. Etienne Filho, J. Guimarães Vieira, João Camilo de Oliveira Torres, Pe. Juvenal Arduini, Luiz Delgado, Pe. Orlando Machado, Orlando Carneiro, Sílvio Elia, Willí Lewin, Wilson de Lima Barros e Etienne Gilson.

das expressões e restabelece a função primordial da política, sem as inclinações arquitetadas pelo direitismo católico.

Para Van Acker (1946), o personalismo de Jacques Maritain é fundamental na esfera cultural do humanismo, assim como nos regimes políticos das democracias modernas e, sobretudo, na essência da filosofia político-social. O humanismo personalista[221] é teocêntrico em repúdio ao império do antropocentrismo da civilização individualista.

3.5 ASPECTOS DA RENASCENÇA ESCOLÁSTICA NO MANUAL

> O retorno da escolástica se insere num quadro de fenômenos como o da nova valorização da Idade Média, o das lutas em defesa da independência política do papado, o das novas preocupações pastorais da Igreja Católica diante do eclipse do sagrado, o da defesa do próprio conceito de autoridade, posto em crise por toda a época moderna, e o da reivindicação do tradicional equilíbrio entre razão e fé no interior do pensamento cristão (REALE e ANTISERI, 1991, p. 767).

A renascença escolástica no manual está na configuração de alguns subtítulos, que apresentam um conjunto de informações estratégicas na organização de uma legião de pensadores em torno dos centros culturais católicos. Ao aglutinar pensadores (eclesiásticos e leigos) em prol da restauração, constitui uma rede de sociabilidade que fortalece as bases da imprensa católica em oposição às correntes filosóficas modernas (inflamadas pelo repúdio às obras filosóficas dos grandes mestres escolásticos). Nesse caso, a produção, a circulação e os usos de tais impressos da tendência da filosofia neoescolástica (obras, manuais escolares, periódicos e outros) possibilita que a imprensa católica atue expressivamente no campo sócio-político-cultural.

> A imprensa católica privilegiava-se o aspecto de luta, de batalha em que estava empenhada, considerando-a como "arma para o bom combate", o que realçava uma concepção de que era preciso estar na defensiva contra os ataques vindos de todas as partes e que vinham, muitas vezes, na forma de adjetivos pouco edificantes (VILHENA, 1994, p. 150).

Essa ação estratégia intensifica a presença da cultura cristã entre as nações e permite construir diques à má imprensa, como engajar a militância de intelectuais na reestruturação católica e fortalecer a relação de poder com o Estado. No manual, alguns

[221] Situado entre os anos de 1930 e 1950, é o personalismo propriamente dito, que também se diferencia em múltiplas orientações (entre as quais o movimento "Esprit" de E. Mounier e o tomismo de J. Maritain), que têm em comum a rejeição ao totalitarismo (ABBAGNANO, 2007, p. 883).

subtítulos apontam sinais direcionados à formação de uma elite católica intelectual/dirigente pelos temas específicos: “Importância histórica de S. Tomás”, “Renascença escolástica no século XVI” e “Vista Retrospectiva – Juízo sobre a escolástica” (filosofia medieval); “Filosofia espiritualista no século XIX: ecletismo, tradicionalismo, ontologismo e filosofia neoescolástica – a encíclica *Aeterni Patris*” (filosofia moderna); “Filosofia neoescolástica” (filosofia contemporânea); e “Sobre a oportunidade e importância da renascença no século XIX” (apêndice) — pontos que sinalizam a restauração católica no manual.

No capítulo “Filosofia medieval”, os sinais em favor da restauração se destacam em três subtítulos. O primeiro deles, “Importância história de S. Tomás”, além de apresentar as grandes questões filosóficas que fundamentam a existência do cristianismo pela filosofia aristotélica, inaugura na escolástica uma coesão doutrinal (a existência de Deus e a espiritualidade da alma são, ao mesmo tempo, verdades filosóficas e teológicas). Para isso, usa os traços da filosofia antiescolástica no século XIII, ao relatar os perigos da interpretação errônea da filosofia aristotélica por Averróis em torno do pensamento escolástico decadente, o qual percorre pesquisas em universidades da Renascença.

No segundo subtítulo, “Renascença escolástica do século XVI”, o impulso contra a decadência do pensamento filosófico escolástico dá-se na organização de representantes dominicanos, carmelitas e jesuítas em consonância ao Concílio de Trento, na defesa dos princípios teológicos/filosóficos cristãos em oposição aos avanços da Reforma Protestante. Nesse caso, os primeiros sinais no movimento de restauração das nações europeias aparecem na Espanha, na Itália e na Bélgica, após ter os estudos intensificados nos centros culturais (doutores escolásticos) pelas orientações do Concílio de Trento (1545-1563).

> A importância desse Concílio está no fato de que ele a) tomou uma clara posição doutrinária acerca das teses dos protestantes e b) promoveu a renovação da disciplina da Igreja, tão invocada pelos cristãos há muito tempo, dando precisas indicações sobre a formação e o comportamento do clero. [...] Deve-se destacar também que, no Concílio de Trento, a Igreja readquire a plena consciência de ser Igreja, de “cuidado com as almas” e de missão, propondo-se a si mesma como objetivo preciso o seguinte: “*Salus animarum suprema lex esto*” (REALE e ANTIESERI, 1990, p. 121-122).

A representação dos temas teológicos e filosóficos pelas obras dos dominicanos direciona as discussões em torno de S. Tomás de Aquino (do direito e da teoria da conciliação do livre arbítrio); pelas obras dos Carmelitas, há comentários de teologia e

filosofia sobre a doutrina tomista; e pelas obras dos jesuítas, fundamentam as discussões de metafísica em Aristóteles (o direito social e os comentários enciclopedistas em Aristóteles), sendo o principal representante Francisco Suarez [222] (*Doctor Eximius*), devido à influência de suas produções entre os católicos e não católicos do período.

> Entre os jesuítas, que produziram os melhores talentos da renascença escolástica [...] o grande philosopho, o jurisconsulto, o theologo da renascença é, sem exagero, Francisco Suarez que na frase de Gonsalez, O.P., é, depois de S. Thomaz, "o personagem mais eminente da filosofia escolástica". Não gosa de muita sympathia entre aquelles que pretendem ser mais thomistas que S. Tomaz. Dirão, talvez que o "Doutor eximio" não entendeu o "Anjo das escolas", mas, ao meu vêr, foi elle o melhor comentador do príncipe da escolástica (REGO, 1919, p. 5).

Por fim, o terceiro subtítulo, "Vista retrospectiva – O juízo sobre a escolástica", aponta uma breve retrospectiva do pensamento medieval e sua importância na investigação filosófica entre os saberes da filosofia grega e o legado dos grandes mestres na estrutura dos pensamentos filosóficos de S. Tomás, S. Boaventura, Alberto Magno e D. Scoto. As especulações do conhecimento (teorias da física, astronomia, cosmologia, psicologia, teodiceia, lógica e moral) são consideradas silogismo na Renascença, por não apresentarem profundidade de tais ciências experimentais. A tradição científica escolástica atua nos tempos que a exigiam, sendo primordial compreender os avanços e recuos dessas ciências. É inegável a importância de grandes mestres e a representação no seu tempo, pois o legado nos campos filosófico e científico possibilita aprofundar tais saberes ou mesmo abandoná-los, corrigi-los, combatê-los ou defendê-los.

No capítulo "Filosofia moderna", são apresentados sinais em prol da restauração pelo subtítulo "Filosofia espiritualista no século XIX", que trata de uma posição estratégica no pensamento filosófico da modernidade ancorada nos movimentos do ecletismo, tradicionalismo, ontologismo e filosofia neoescolástica — a encíclica *Aeterni Patris* (subdivisões do subtítulo) forma uma estrutura sob a influência de grandes pensadores da filosofia grega e medieval e sinaliza os pensadores do século XIX, em torno da filosofia tomista.

---

[222] O maior expoente da "segunda escolástica" foi Francisco Suarez (1548-1617), chamado *doctor eximius*, do qual ficaram famosas sobretudo as seguintes obras: *Disputationes metaphysicae* (1597), e *De legibus* (1612). A ontologia de Suarez não deixou de influenciar o pensamento moderno, especialmente o de Wolff. Desse modo, principalmente nos seminários e nas faculdades teológicas, a escolástica continuou o seu caminho e, embora permanecendo à parte, ficou ao lado do desenvolvimento do pensamento moderno (REALE e ANTIESERI, 1990, p. 126).

O item inicial, sobre o “ecletismo”, a posição contra o movimento sensualismo e o materialismo por incursões entre os fundamentos da existência de Deus e da alma; da irredutibilidade entre o conhecimento sensível e a inteligência; e do caráter espiritual dos fundamentos da ética. A escola eclética defende um espiritualismo com traços que depurem a ortodoxia e que permitam aos ensinamentos cristãos produzirem elementos para salvá-los da crise do pensamento moderno. Entre seus representantes, está Victor Cousin (1792-1867), que, além de fundador da escola eclética, é autor da *Historie de la philosophie* (1841) e *Du vrai, du beau et du bien* (1837), pilares estruturais nos caminhos da nova escola.

O segundo item trata do “tradicionalismo” formado pelos novos apologistas Visconde de Bonald (1754-1840), para o qual a revelação divina é o motivo último de toda certeza; Felix de Lamennais (1782-1845), para o qual o critério supremo da verdade de fé é a razão coletiva que repousa sobre a Igreja Católica; e Joseph de Maistre (1753-1821), defensor do poder da autoridade do pontífice, bem como da filosofia católica contrarrevolucionária na França.

> Tendo em mente que só a religião estava imbuída da função de atribuir o poder e legitimar a política, De Maitre lembra que o homem deveria estar de acordo com os preceitos da mesma e ainda mais com a autoridade do Papa, isso pelo fato de considerar a Igreja Católica a “matriz da civilização européia”. Estando o mundo temporal e supratemporal inteiramente sob a égide do poder divino, ao homem não caberia fazer qualquer tipo de mudança na ordem das coisas, mas, pelo contrário, unicamente conservar o que já existia (RODRIGUES, 2005, p. 52-53)

O surgimento da vertente tradicionalismo mitigado, com Bautin (1796-1864), Bonnétty (1789-1879), Ventura (1792-1861) e Ubaghs (1800-1875), provoca rupturas nessa escola ao evidenciar a incapacidade da razão humana de alcançar as verdades fundamentais da teodiceia e da ética. Nesse caso, a principal oposição a tal vertente ocorre na França, principalmente pelos pensadores jesuítas.

O terceiro item, sobre o “ontologismo”, aborda os defensores do espiritualismo italiano, como João Batista Vico (1668-1744), precursor do método histórico do estudo da natureza humana com a obra *Principi d´una scienza d´nuova intorno ala commune natura delle razioni*, que o posiciona defensor da imortalidade da alma, das instituições universais da religião e das verdades fundamentais da providência divina. Depois dele, o

representante Antônio Rosmini[223] (1797-1855) se envolve nos germes do panteísmo e Vicente Gioberti (1801-1852) interpreta de forma errônea o princípio do conhecimento. Assim, inclinam-se aos caminhos do idealismo e do panteísmo, não alcançando o objetivo de construir instrumentos para a restauração filosófica escolástica.

O quarto item, a respeito da "filosofia neoescolástica", é marcado pelo movimento italiano da Companhia de Jesus em torno da reabilitação histórica e doutrinal dos grandes pensadores medievais. Há a presença de Luiz Taparelli D'Azeglio S.J. (1793-1862), reitor do Colégio Romana (Universidade Gregoriana) e ávido defensor das Constituições Inacianas e do *Ratio Studiorum*. Responsável pela organização de estudos escolásticos, permite influenciar uma legião de pensadores e aglutiná-los no periódico jesuíta *Civiltà cattolica*, promovendo a cultura católica com os debates filosóficos e teológicos.

Entre os representantes jesuítas, o Pe. Matheus Liberatore S.J. (1801-1891), patriarca da nova escolástica, e o cônego Caetano San Severino (1811-1865), membro fundador da revista *Scienze e fede*, atuam, além das funções eclesiásticas, como docentes e autores (obras e compêndios), intensificando a presença dos debates sobre a neoescolástica e retornando aos grandes pensadores que antecedem a Renascença. A extensão desse movimento ocorre na Alemanha, com o Pe. J. Kleutgen S.J. (1811-1883) e A. Stockl (1823-1895), considerados pensadores escolásticos modernos que influenciam a renovação tomista nos países germânicos. Na França, a volta integral ao peripatetismo genuíno escolástico dos grandes pensadores ocorre com A. de Margeriere (1825-1905), E. Grandclaude (1826-1900) e L. C. Bourquard, precursores do impulso do movimento no período. E na Espanha, o cardeal da Ordem dos Pregadores Dominicanos, Zeferino Gonzales O.P. (1831-1895), orienta a restauração tomista e estrutura as discussões teológicas e filosóficas de apologistas católicos.

Nesse caso, as atividades restauradoras na Itália, na Alemanha, na França e na Espanha apontam a extensão dessa influência no Colégio Romano, no Colégio Máximo de Nápoles, no grupo de escritores da *Civiltá Cattolica* e no Papa Leão XIII, pela encíclica *Aeterni Patris*, em 1879, sobre a restauração da filosofia cristã conforme a doutrina de S. Tomás de Aquino[224]. Tal posição estratégica permite à autoridade e chefe supremo da

[223] Rosmini se inclui entre os pensadores que enfrentaram os problemas da filosofia moderna buscando encontrar uma resposta compatível com o ponto de vista católico. Assim, no que respeita o conhecimento, irá buscar uma posição equidistante do sensualismo e do kantismo. [...] Fazendo caso omisso do problema filosófico geral, Pe. Franca diz simplesmente que o erro de Rosmini, advém do desconhecimento da teoria aristotélica de abstração (PAIN, 1999, p. 20).

[224] Agora bem: entre os Doutores escolásticos, brilha grandemente Santo Tomás de Aquino, Príncipe e Mestre de todos, o qual, como adverte Caetano, "(...) por haver venerado profundamente os antigos

Igreja Católica convocar os filósofos cristãos a intensificarem os estudos dos grandes mestres da escolástica, bem como o retorno às obras adormecidas entre as bibliotecas católicas.

Depois, a encíclica *Aeterni Patris*[225] (breve menção) aponta um imponente projeto de restauração tomista no século XIX, com impacto nos centros culturais católicos, o que sinaliza o combate ao pensamento filosófico antiescolástico com o retorno aos estudos do grande mestre escolástico S. Tomás de Aquino (Doutor Angélico).

No século XX, a influência da restauração dos estudos sobre o tomismo no Brasil intensifica os debates teológicos e filosóficos (instituições superiores) pelas letras católicas na revista *A Ordem*[226] (e outras) que, além dos artigos contínuos sobre tomismo, lança uma edição especial (setembro, 1927) em comemoração aos 50 anos da encíclica *Aeterni Patris*.

> Leonel Franca S.J., – Os caracteres fundamentais do thomismo; Prof. L. Van Acker – A metapysica aristotélica – thomista; Alexandre Correa – A doutrina moral de Aristóteles e S. Thomas de Aquino; Hamilton Nogueira – A moral thomista e as doutrinas Moraes contemporâneas; D. Ludgero Jaspers O.S.B., – A apologética thomista; Saboia de Medeiros – A doutrina Jurídica de S. Thomas; Alberto Muniz da Rocha Passos – A esthetica thomista; T. de A. – A sociologia thomista; Nelson Romero – O realismo thomista e o idealismo moderno; P. José de Castro Nery – As encyclicas sobre o estudo do thomismo; Perillo Gomes – A vida do Doutor Angélico; Luiz Delgado – O movimento néo-escolastico contemporâneo; e Cardoso Fonte – O thomismo e a sciencia (A Ordem (nº de setembro) commemorativo de 50º anniversario da Encyclica

Doutores sagrados, obteve, de algum modo, a inteligência de todos". Suas doutrinas, como membros dispersos de um corpo, reuniram-nas e congregaram-nas Tomás, dispondo-as com ordem admirável, e de tal modo enriqueceu-as com novos princípios que, com razão e justiça, é considerado como defensor especial e honra da Igreja Católica (PAPA LEÃO XIII, 1879).

[225] Duas encíclicas pontifícias acompanharam o movimento neo-escolástico: a *Aeterni Patris* de Leão XIII (1879) e a *Pascendi*, de Pio X (1907). A encíclica leonina teve a função de reagir à atonia dos católicos diante do vivaz dinamismo laico (científico, cultural, industrial, imperialista) da Europa da segunda metade do século XIX. A encíclica *Pascendi* foi uma drástica condenação ao movimento modernista, isto é, daquela "cultura" de católicos que pretendiam adotar as correntes do pensamento mais atuais a fim de criar uma nova teologia. [...] Ademais, Leão XIII sugeria que se buscasse a sabedoria de Tomás, suas próprias fontes, para evitar os repensamentos dos seguidores do Doutor Angélico, repensamentos nem sempre oportunos e nem sempre esclarecedores. E por fim, o Papa alerta contra a excessiva sutileza dos filósofos escolásticos e contra todas as teorias medievais que fossem *claramente superadas* (REALE e ANTISERI, 1991, p. 767).

[226] Entre publicações que evidenciam a presença do tomismo na revista *A Ordem*, da década de 1920 a de 1940, destacam-se: "Caracteres fundamentaes do thomismo" (Pe. Leonel Franca S.J.); "Realismo thomistico e idealismo moderno" (Nelson Romero); "Introducção à methapysica thomista" (Leonardo Van Arcker); "Aspectos da neo-escolástica" (Luiz Delgado); "A summa theologica", "Chronica philosophica" e "Suma teologia" (Alexandre Correia); "A summa contra os gentios" (D. Ludgero Jaspers O.S.B); "Tomismo e filosofia perene" (João Pedro Golveia Vieira); "São Tomás e a pedagogia" (Maria Silvio Romero); "Entre Bergson e Santo Tomás" (Frei Sebastião O.P.); "Formação tomista" (Pe. Luiz Amaral Mousinho); "Algumas reflexões sobre o tomismo" (Gerardo Dantas Barretto); "O thomismo e as várias correntes neo-thomistas" (Lucio José dos Santos); "Tomás de Aquino – Patrono das Escolas Católicas" (Frei Romeu Dale O.P.); "O silêncio de São Tomás no "Auto da Alma"" (Gladstone Chaves de Melo); "Santo Tomás de Aquino e o direito de rebelião" (A. Fonseca Pimentel); e "Tomás de Aquino, guia da inteligência moderna" (Ir. Guy Maurice).

> "Aeterni Patris" de 1879. In: Arquivo do Pe. Leonel Franca. Província dos Jesuítas/RJ).

Os autores que compõem essa edição especial da revista *A Ordem* (1927) apontam uma estratégica pela restauração do tomismo entre as instituições e órgãos católicos, além do engajamento dos intelectuais na formação (cursos, palestras, conferências e outros) de uma concisa militância no país. Nesse sentido, o Pe. Leonel Franca S.J., atua nessa edição especial com o artigo "Caracteres fundamentaes do thomismo".

> Aos que assim desejam conhecer o thomismo, na originalidade dos seus aspectos característicos, entreabre-se a possibilidade de duas vias: seguir passo a passo a evolução do pensamento medieval afim de notar o que de próprio e de novo lhe trouxe a contribuição de S. Thomaz; ou desprender-lhe o systema de idéas, em toda a integridade dos seus elementos e nitidez de suas linhas, do ambiente histórico que lhe viu a gênese, para confrontá-lo com as mais importantes construcções philosophicas de outras eras e de outras civilizações. O primeiro methodo, predominantemente histórico, ensinar-nos-ia a individuar, o thomismo, entre as outras syntheses similares da escolástica ambiente; o segundo, de caracter mais doutrinal, levar-nos-ia a fixar as linhas definitivas da physionomia philosophica do grande gênio chirstão na galeria dos mais celebres pensadores da humanidade. Longe de se excluírem, os dois methodos só poderão integrar-se na harmonia de suas perfeições complementares (FRANCA, 1929, p. 26).

Para o autor (1929, p. 40), o retorno à grande tradição intelectual da humanidade demostra "o respeito à tradição", pois a filosofia tomista é "capaz de ser repensada, em todas as épocas, por todas as inteligências". Nesse caso, a restauração do tomismo entre as letras católicas indica um combate às correntes filosóficas pós-escolásticas, movidas pela ausência dos grandes mestres escolásticos que perpetuam discussões inclinadas à dúvida ou mesmo à desvinculação entre a fé e a razão na fundamentação do pensamento.

No capítulo "Filosofia contemporânea", a evidência em prol da restauração está no subtítulo "Filosofia neoescolástica", que aponta os grandes centros de irradiação escolástica e a amplitude de sua influência no panorama filosófico. Para Franca (1944, p. 318), "os grandes centros universitários constituem naturalmente os focos de estudos mais intensos" entre Gregoriana, *Angelicum* e Universidade Católica de Milão (Itália), Lovaiana (Bélgica), Instituto Católico de Paris (França), Institutos de Estudos Medievais de Toronto e Ottawa (Canadá), Católica da América (USA) e outros[227].

[227] Conviria ainda lembrar outros focos universitários, com Friburgo da Suíça, Lião, Nimega, e, ao lado deles, os seminários maiores e centro de estudos superiores das grandes ordens religiosas, de tão intensa atividade intelectual. Descer aqui a pormenores fora, porém, tarefa interminável. O trabalho de restauração

A restauração da história da filosofia neoescolástica tem os pilares na ação que acelera o grande movimento de estudos históricos por V. Cousin; Remusat; Ch. Jourdain; X. Rousselot; R. Hauréau; K. Werner; A. Stockl; Pe. Chenu, O.P.; Pe. Théry, O.P; Pelzer; Glorieux; E. Gilson (diretor dos Altos Estudos na Sorbonia); Cl. Baeumker; Grabmann e Baumgartener (professores da Universidade de Munich); Pe. Denifle O.P.; Pe. Pelster S.J.; e Pe. Francisco Ehrele S.J. (bibliotecário do Vaticano), responsável pela organização e publicação de um plano de estudo direcionado aos manuscritos primordiais da escolástica medieval (coleções, edições críticas, monografias e revistas)[228]. Na relação de periódicos que apontam o pensamento filosófico da neoescolástica, temos:

> São *revistas* cada vez mais numerosas e bem redigidas que ventilam todas as questões filosóficas nos seus variados aspectos históricos e críticos. Mencionemos algumas. Em língua francesa, a *Revue de Philosophie* fundada por Peillaube, em 1900, órgão do Instituto Católico de Paris; a *Revue de Philosophie Néo-Scolastique*, fundada por Mercier (1894), órgão dos estudos filosóficos da Universidade de Louvaiana; a *Revue des Sciences Philosofphiques et Théologiques* (1907), dirigida pelos dominicanos de Sauchoier, notável pelos seus boletins e resenhas bibliográficas especializadas; a *Revue Thomiste*, publicada desde 1893 pelos dominicanos de S. Maximin; *Les Archives de Philosophie*, fundado pelos jesuítas em 1923. Os alemães não são menos ricos em publicações periódicas. Já em 1888 Gutberlet fundava ao *Philosophisches Jahrbuch*, que conta meio século de existência. Os dominicanos de Friburgo da suíça publicam o *Divus Thomas* e os jesuítas de Munich desde 1926 o *Scholastik*. A universidade de Milão tem desde 1909 a sua *Rivista de Filosofia Neo-Scolastica*. Em Roma publicam-se o *Gregorianum* (1920), o *Angelicum* (1925) e o *Antonianum* (1925). A Espanha tem a sua Ciência Tomista (1910) e o Criterio (1925) em catalão. Nos estados unidos, desde 1924, publica-se *The New Scholasticism* (FRANCA, 1944, p. 322-323, grifo do autor).

A presença de tais periódicos sinaliza a influência da encíclica *Aeterni Patris* (1879) nas letras católicas no fim do século XIX e sua expressão na reorganização dos periódicos de tendência neoescolástica nas primeiras décadas do século XX, formando um arsenal de produções interligadas às instituições e aos órgãos católicos (em especial aos jesuítas e dominicanos).

---

do pensamento medieval assim tão amplamente empreendido, orientou-se em duas direções: histórica e especulativa (FRANCA, 1944, p. 320).

[228] Em relação às coleções (*Beitrage zur Geschichte der Philosophie und Theologie des Mittelalters; Texte und Untersuchungen* (1891); *Bibliothèque Thomiste*; *Les Philosophe Beges*; e *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen-Âge*), há influência de autores dominicanos. Na relação de edições críticas, o destaque é da grande edição de S. Tomás de Aquino (dominicanos) e da magnifica edição de S. Boaventura (franciscanos). E por fim, uma numerosa relação de estudos sobre S. Tomás, S. Boaventura, Scoto Erigena, Ricardo de Middletown, Siger de Brabante, S. Anselmo e Henrique de Gand (FRANCA, 1944).

Para Franca (1944), no processo de reconstrução doutrinária, a posição de textos e manuais aponta sinais de domínio didático pela iniciação do pensamento da escolástica, desenvolvido nos cursos de filosofia (latim, francês, alemão, inglês, italiano, espanhol e português) pelos jesuítas (25), dominicanos (3), beneditinos (2) e leigos (15). Nesse sentido, os textos do *Cours de philosophie*, do Pe. Lahr S.J., são traduzidos para português (2 vols.), por D. Ludgero O.S.B., na década de 1940, e compõem a lista dos manuais escolares de filosofia autorizados (CNLD) para ensino secundário brasileiro.

> No domínio didático já se não constam os textos e manuais de mole desigual, que facilitam uma primeira iniciação no pensamento escolástico. Em *latim*, podem lembrasr-se os cursos de Cronoldi S.J., Schiffini, S.J., Van Der AA. S.J., Lahouse, S.J., Urraburu, S.j., De Maria, S.J., Remer, S.J., De mandato, S.J., Donat, S.J., Boyer, S.J., Zigliara, O.p., Lepidi, O.P., Lottini, O.P., Gredt, O.S.B., Reinstadler, Willems, Maquart, o *Cursus Lacensis* Maior de T. Pesch, S.J., Hontheim, S.J., Th. Meyer, S.J., e o *Cursus ad usum scholarum* de C. Frick, S.J., H. Haan, S.J., Boedder, S.J,, Cathrein, S.J. Em *francês*, são mais conhecidos o grande *Cours de philosophie* 12 vol., de Lovaiana, escrito por Mercier, Nys, De Wulff, e o *Traité élémentaire*, resumo do anterior em 2 vols. E os textos de Lahr, S.J., Sortais, S.J., Castelein, S.J., Farges-Barbedette, Foulquié, Maritain (apenas indicado). Em *alemão*: Stöclk, Gutberlet, Lehmen, S.J., Hagemann, Grimisch, O.S.B. Em *inglês*: a Stonyhurst series philosophical, de Jhon Rickaby, Joseph Rickaby, S.J., Klarke, S.J., Maher, S.J., Joyce, S.J., Waker, S.J. Em *italiano*, Rossignoli; em *espanhol*, Mendive, S.J., em *português*, Sinibaldi (FRANCA, 1944, p. 323, grifo do autor).

A presença de pensadores neoescolásticos em alguns setores da filosofia possibilita fortalecer o desenvolvimento de estudos nos campos da estética, pedagogia, psicologia científica, filosofia religiosa, filosofia da história, ciências jurídicas e sociais. Nesse contexto, surge a posição da ala conservadora (Cajetano, João de S. Tomás, Silvestre de Ferrara e outros) por uma restauração literal do pensamento tomista do século XIII, e da ala progressista, (Pe. Del Prado O.P., Jacques Maritain, Pe. Billot S.J., Pe. Mattiussi S.J., Konstantin Gutberlet e outros), que sinaliza aproximação com os avanços da ciência experimental e possíveis inspirações a renovações da visão de posições antigas.

Por fim, o Apêndice, intitulado “Sobre a oportunidade e a importância da renascença escolástica no século XIX”, apresenta um erro fundamental na filosofia moderna: a ânsia de destruir a herança dos pensadores gregos e escolásticos. A filosofia é um monumento grandioso que perpassa os séculos, pois suas obras edificam o legado do pensamento — e os vícios do pensamento moderno devem ser sanados onde começaram, ou seja, é preciso retornar ao último período da Idade Média, aos pilares da metafísica na filosofia de S. Tomás Aquino. Esse é o verdadeiro caminho da regeneração filosófica:

> Em appendice sobre a opportunidade e a importância da renascença escolástica no século XIX, o auctor dá um quadro geral da situação anarchica do pensamento contemporâneo, apontando o caminho único a seguir, traçado já pelo imortal Leão XIII na Encyclica *Aeterni Patris*: *vetera novis augere et perficere*. "Conservar o antigo depurado de todos os erros e imperfeições, enriquecel-o com as acquisições posteriores, e marchar confiado para a conquista de novos conhecimentos" (REGO, 1919, p. 5, grifo do autor).

Aponta no manual *Noções de História da Filosofia*, do autor Pe. Leonel Franca S.J., os principais centros culturais católicos europeus (seminários, colégios, institutos e universidades) como espaços privilegiados para a formação das elites sob influência do pensamento neoescolástico. E, depois, sinaliza os departamentos de filosofia na Itália, na França, na Alemanha, na Bélgica, na Inglaterra, na Espanha e em Portugal como os principais representantes em prol da cultura católica.

Nessa incursão, os periódicos de cultura geral *Civiltà cattolica*[229], *Ètudes, Le correspondant, La revue des jeunes, Razon y fe, The month, Stimmen der zeit e Brotéria*[230] (2ª fase), para Franca (1944), são instrumentos estratégicos para facilitar a circulação dos artigos de filosofia e propagar as ideias do pensamento filosófico (neo)escolástico. No manual, é exposta uma lista de 20[231] revistas fundadas entre as principais instituições de filosofia na Europa (de 1876 a 1926), sinalizando os espaços privilegiados de produção, circulação e usos dos temas que aportam o renascimento escolástico entre questões vitais do pensamento filosófico neotomista.

> Este despertar de energias adormecidas, esta movimentação vida das doutrinas sólidas e fecundas são realmente confortadoras. Estamos profundamente

[229] Importante salientar que consta uma crítica literária sobre a obra *A Igreja, a reforma e a civilização*, do Pe. Leonel Franca S.J., em 1926.

[230] Os críticos literários do periódico posicionam as obras do Pe. Leonel Franca S.J. entre os títulos: *Ensino religioso e ensino leigo*, em 1932; *A Igreja, a reforma e a civilização*, em 1935; *O Divórcio* e o artigo "Ateísmo militante", em 1946.

[231] *La Scienza Italiana* (1876), órgão da Academia de S. Tomás em Bolonha, fundada em 1891 com a *Scuola Cattolica*, que hoje se pública em Milão; – *Divus Thomas*, de Placência, fundada em 1879, suspensa em 1905, continuada em 1925 – *Divus Thomas* (1887), de Friburgo, antigo *Jahrbuch fur Philosophie und Spekulative Theologie*, primitivamente em Viena, atualmente órgão da Faculdade Filosófica da Universidade de Friburgo (Suíça); – *Philosophisches Jahrbuch* (1888), da Goeresgesellschaft, Fulda; - *Revue Thomiste* (1893), atualmente publicada em Saint Maximin (Var); – *Revue Néo-scolastique de Philosophie* (1894), fundada por cardeal Mercier, como órgão do Instituto Superior de Filosofia da Univ. de Louvaina; - *Revue de Philosophie et théologiques* (1907), de Kain, Bélgica; – *Rivista de Filosofia neo-scolastica*, fundada em 1909, e ainda dirigida por A. Gemelli, outrora reitor da Universidade de Milão; - *Gregorianum* (1920), órgão da Universidade Gregoriana, Roma; – *Estudios Eclesiásticos* (1922), Madrid; - *Archives de Philosophie* (1923), Paris; *Studia Catholica*, Neiwe reeks van "De Katholik", (1924), órgão da Universidade de Niemega (Hollanda); – *Criterion* (1925), em catalão, Barcelona; – *Angelicum* (1925), Roma:– *Antonianum* (1925), Roma; – *Scholastik* (1926), Valkenburg e Pullach, de Munich (FRANCA, 1944, p. 435).

> convencidos que a escolástica é esta "filosofia natural e orgânica, tradicional e universal, viva e vivificante, imperiosa e, por assim dizer, consubstancial com a vida mesma do espírito" de que falava Farias Brito. [...] Hoje com muito mais razão nos é lícito afirmar que se a reação neo-escolástica, vencendo dificuldades e dissipando antigos preconceitos, lograr de todo vencer na arena onde se debatem as questões vitais do pensamento, bem podemos afagar a esperança de ver raiar para a filosofia uma nova era, era de harmonia e de concórdia, de reconstrução firme e duradoura, de vida intensa e de progresso verdadeiro (FRANCA, 1944, p. 437).

Entre os indícios da Reação Católica no manual, a representação do latim e do grego indica um importante traço do *Ratio Studiorum* na configuração do programa de ensino dos estudos inferiores (ensino secundário) e de extrema relevância nas Faculdades Superiores de Filosofia e Teologia. Além de pré-requisito aos exames de admissão para estudos inferiores, tais habilidades devem ser aprimoradas com afinco no processo de formação jesuítica.

> O *Ratio* deixa subentendido que os alunos já devem saber ler e escrever quando ingressam na classe dos Estudos Inferiores para começar a aprender a ínfima *Grammatica*, os rudimentos do latim. Caso não o saibam, uma classe obrigatória deve ser anteposta a todas as outras. Nos Estudos Inferiores, as classe de gramática eram divididas em três categorias: *Ínfima*, em que se estudavam regras gerais da sintaxe latina, princípios de grego [...]; *Média*, em que havia um estudo geral da gramática latina e de obras de Cícero e Ovídio, no grego [...]; Na terceira categoria, *Suprema*, suponha-se o conhecimento de toda a gramática latina e notícias da prosódia, aprendia, por exemplo, com a metrificação de hexâmetros, em grego continuava o estudo das regras gramaticais (HANSEN, 2001, p. 18-19, grifo do autor).

O método pedagógico jesuítico atua com rigor na formação de uma elite dirigente/intelectual e posiciona no currículo de humanidades [232] a introdução de conhecimento de outros idiomas, entre a língua vernácula das nações que atuam em suas instituições, em consonância ao ensino do latim e do grego. Essa exigência é primordial para o estudo das obras clássicas da antiga Grécia e de Roma, assim como para o desenvolvimento de habilidades em torno de oratória e retórica. Dessa forma, a leitura das obras clássicas nos idiomas originais possibilita a formação jesuítica sem influência de traduções errôneas dos clássicos, sendo uma posição estratégica contra as seitas filosóficas.

[232] A finalidade desta aula é preparar, nos que terminaram a gramática, o terreno à eloquência. Para este fim concorrem três meios: o conhecimento da língua, algumas erudições e uma introdução breve aos preceitos da retórica (FRANCA, 1951, p. 80).

TABELA 13 - OS USOS DOS IDIOMAS NO MANUAL DE PE. LEONEL FRANCA S.J.

Idiomas	Termos e frases	Obras	Notas	Notas de rodapé
Latim	117	101	6	23
Grego	32	1	1	-
Alemão	38	53	1	-
Francês	8	57	28	13
Inglês	4	45	-	-
Italiano	4	20	1	-
Espanhol	-	6	-	-
Total	**207**	**283**	**38**	**36**

Fonte: Franca (1944). Elaborado pelo autor, 2020.

A presença dos idiomas latim, grego, alemão, francês, inglês, italiano e espanhol no manual escolar é um traço da erudição do autor, pois, ao preservar a originalidade dos termos e frases, obras, notas e notas de rodapé, mostra sinais do *Ratio Studiorum*, o pioneiro plano de organização de estudos da Companhia de Jesus.

Tais indícios no manual escolar apontam a presença da cultura escolar[233] jesuítica, que sinaliza traços de um poder que percorre o pioneirismo na edificação das instituições tradicionais, como a representação da cultura católica nos impressos (manuais escolares) como estratégia no processo de formação de uma elite católica.

Entre pontos de problematização as fontes/documentos – os temas da renascença escolástica ocupam posição privilegiada entre os capítulos do manual, sendo um instrumento fidedigno em prol da restauração e oposição aos avanços das tendências filosóficas anticatólica. Mas, tal estratégia no campo editorial foi uma bandeira dos autores das ordens religiosas, ou assumida em particular pelo Pe. Leonel Franca S.J. – análise crítica.

As produções sobre a filosofia (neo)tomista no país sinalizam um avanço teórico nas instituições tradicionais superiores do país, formando uma rede de sociabilidade entre as alas conservadora, progressista e neotomista. Porém, a circulação de tais produções e discussões, foram descentralizadas pelas regiões do país e extensão na América Latina.

Os manuais escolares de filosofia no século XIX, já apresentavam tais evidencias do renascimento escolástico, ou tal posição foi assumida pelas letras católicas brasileiras,

[233] Como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

após a Carta Pastoral, em 1916. No confronto editorial pela autorização dos manuais de filosofia na CNLD, aponta o predomínio dos autores eclesiásticos. No entanto, a ausência da lista dos manuais não autorizados sinaliza um objeto de investigação, importante para confrontar as disputas no campo editorial e teórico, pelos autores adeptos a tendências escolásticas ou positivistas.

As instituições tradicionais na primeira metade do século XX, fortalece a posição da Igreja Católica sobre a formação da elite dirigente/intelectual, e a representação do Reação Católica no campo sócio-político-cultural, entre os projetos em disputas. Mas, indagar a investigação sobre os significativos avanços e resistências em oposição as tendências do liberalismo, positivismo, laicismo, protestantismo e outros, sinaliza uma incursão primordial as novas discussões no campo da pesquisa.

4. OS MANUAIS DE FILOSOFIA AUTORIZADOS PELA CNLD

Sobre os manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD na década de 1940 e publicados pelo DOU, nove títulos percorrem os trâmites do Decreto-lei nº 1.006/38[234], que "estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático". Entre as orientações no processo de inscrição do livro didático, compete aos interessados "autor ou editor, importador ou vendedor", dirigir uma petição ao Ministério da Educação e Saúde, com o envio das respectivas obras (três exemplares). Os referidos pedidos de autorização são encaminhados à Secretaria da CNLD, responsável por catalogá-los com as informações relativas à obra inscrita e, em seguida, indicar seu número de registro.

Esses trâmites percorrem as diretrizes regulamentares do processo de avaliação da CNLD, sendo os livros didáticos de filosofia encaminhados à seção (F) de filosofia, sociologia e pedagogia e também à seção (I) de redação. Após o encerramento do processo de avaliação, é emitido o parecer de autorização ou recusa (com orientação para nova submissão), sendo deliberado pela Sessão Plenária da CNLD.

Nesse viés, nove livros didáticos de filosofia (com uma reedição) são autorizados pela CNLD e por sua Comissão Especial (constituída pela CNE) direcionada, respectivamente, aos autores e membros da CNLD. Entre as listas em que constam os livros didáticos de filosofia autorizados, apontam a publicação no DOU o Boletim nº 138 (04.07.1942) e nº 8 (12.01.1946); as específicas Listas Parciais nº 1 (24.09.1947 – relação dos livros autorizados em 1941) e nº 3 (24.11.1947 – relação dos livros autorizados em 1946); e a Lista Parcial Condicionalmente nº 3 (02.12.1947 – retificação). Segue a redação do primeiro livro didático de filosofia autorizado:

---

[234] É importante mencionar alguns pontos específicos dessa legislação entre os capítulos: I – Elaboração e utilização do livro didático (liberdade de concorrência; são livros didáticos os compêndios e livros de leitura de classe; autorização previa a partir de 01/01/1940; isento de autorização quando editado pelo Estado; livre escolha aos professores; livros do ensino superior independem de autorização; e os livros adotados por ano letivo, sendo possível renová-los ou não); II – Da comissão nacional do livro didático (a função dos membros; respectivas especialidades; restrições; e competência para examinar, estimular, indicar e promover o livro didático); III – Do processo de autorização do livro didático (petição; disponibilizar três exemplares da obra; restrições aos livros de membros da CNLD (com alteração pelo Decreto-lei nº 1.417/39); compete à comissão proferir autorização ou recursa, como os respectivos motivos e possíveis adições ou alterações, que permitam retornar ao julgamento; e publicação no DOU); IV – Das causas que impedem autorização do livro didático (atente contra unidade, independência e a honra nacional; pregação ideológica; ofensa à autoridade constituída; despreze as tradições nacionais; incite ódio; destruir o sentimento religioso; erros de natureza científico e técnico; inobservâncias as normas didáticas; e não esteja escrito na língua nacional); e V – Disposições gerais e transitórias (a parti de 01/01/1940, adoção dos livros autorizados pela CNLD; penalidades ao autor ou editora que infligir a lei; e obrigatoriedade da ortografia oficial).

> Secretaria Geral de Educação e Cultura. Boletim Nº 138. Commissao de Livros. Livros examinados nos meses de janeiro a maio de 1942: Livros julgados – 31; Livros aprovados – 23; Livros impugnados – 8; Relação dos livros aprovados: Autor – Obra – Editor – Data. [...] Nery, P. J. de Castro – Filosofia – Edit. Nacional – 1934 [...] Rio de Janeiro, 5 de junho de 1942 (DOU, 1942, p. 4658).

Entre as informações no DOU, algumas características se destacam: constata-se o número reduzido de livros julgados (foi expressiva a demanda, fato que provoca alterações nos processos de permissão); a lista dos livros impugnados não consta nas publicações, a pedido da Associação Profissional de Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais; e não consta o preço, conforme orienta o artigo 21ª da legislação vigente da CNLD.

A CNLD alterna as redações que são publicadas no DOU, utilizando "Boletim" ou "Relação dos livros autorizados em (ano)". No segundo caso, há uma lista organizada entre os itens autor; nome da obra; série; edição; registo; e processo (os dois últimos dígitos do número do processo correspondem ao ano de inscrição da obra).

A partir de dados do livro didático de filosofia no Boletim nº 138/1942, é possível constatar, além das informações no DOU (autor, obra, editora, data), que ele corresponde à 5ª série, pela 3ª edição, registro e processo (não consta). Tais ausências percorrem outros Boletins da CNLD publicados no DOU.

> Secretaria Geral de Educação e Cultura. Serviço de Expediente. Boletim Nº 8. Expediente de 11 de janeiro de 1946. Atos do Sr. Secretário [...]. Centro de Pesquisas Educacional (Setor de pareceres sobre livros didáticos). Relação dos livros aprovados em 1945: [...]. Diversos [...] Serrano, Jonathas – História da Filosofia - 1ª Ed., 1944 – L. Zélio Valverde (DOU, 1946, p. 265).

Após investigar dados do livro didático de filosofia no Boletim nº 8/1946, percebe-se a ausência de itens (série, registo e processo), sendo tais aspectos revisados depois das publicações de 1947, ou seja, o referido livro de registro (1.006) segue o processo (88.259-44). As publicações intituladas "Relação dos livros autorizados (ano)" pela CNLD indicam o número de todos os processos, sendo possível intercruzar tais informações e constatar o período de trâmite de um específico livro didático.

> As listas continham as seguintes informações sobre o livro analisado: nome do autor; título do livro; série correspondente (em alguns casos); número da edição (em alguns casos); registro do livro na CNLD; número do processo; e preço autorizado. Além disso, cabe observar que cada lista era separada em

> categorias/disciplinas e nível de ensino. Um aspecto a ser destacado é a ausência de informações sobre as editoras responsáveis por cada obra (DASSIE, 2012, p. 96).

No período, a posição estratégica das editoras pela autorização dos livros didáticos sinaliza uma relação de poder no mercado dos livros. Assim, entre 1947 e 1961, é publicada uma lista de livros aprovados ou aprovados condicionalmente no DOU[235], que apontam lacunas na legislação vigente, como a "possibilidade de recursos por parte de editores e autores".

> Ministério da Educação e Saúde. Conselho Nacional de Livros Didáticos. Para conhecimento dos interessados, publica-se, a seguir, a lista parcial n° 1 dos livros didáticos julgados como de uso autorizados, por esta Comissão, e os quais, com os das demais listas, a serem publicadas, serão aqueles que poderão ser adotados nas escolas primarias, secundarias, normais e profissionais, no próximo ano letivo de 1948, na conformidade do Decreto Lei nº 8.460 de 26 de dezembro de 1945. Em relação aos livros que contenham matéria referente a organização administrativa e política do país, fica esclarecido que, para que possam ter uso autorizado nas escolas, deverão atualizar essa matéria, na conformidade dos princípios institucionais vigentes, só podendo, pois, em novas edições, assim corrigidos, apresenta o número de registro, desta Comissão, e o dístico de "Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde". Depois de publicadas as listas parciais que resumem o trabalho desta Comissão, ano por ano, será feita a publicação de todos os livros didáticos de uso autorizado, numa só relação (DOU, 1947, p. 12555).

Em 1947, é publicada a Lista Parcial nº 1, intitulada "Relação dos livros autorizados em 1941", que aponta informações primordiais aos interessados (autor, editor, importador, vendedor, diretor e professor), sendo organizada entre os itens (já expressos) por categorias/disciplinas[236] e nível de ensino. Entre os respectivos livros didáticos de filosofia autorizados, constam:

> Isidoro Dumont – Ponto de Filosofia – Série – 1ª Edição – Registro nº 107 – Processo 39.643-40; Leonardo Van Acker – Introdução à Filosofia Lógica – Série – 1ª Edição – Registro nº 99 – Processo 30.840-40; Ludgero Jaspers O.S.B. – Manual de Filosofia – Série – 5ª Edição – Registo nº 10 – Processo 2.361-39; José Bonifácio R. e José da Silva – Compêndio de Filosofia – Série – 1º Série – Registro nº 48 – Processo 17.744-40 (DOU, 1947, p. 12557).

---

[235] Consta uma tabela das listas localizadas no DOU (1947-1961) pelos itens: Denominação (Lista Parcial, foram 31, com lacunas em sua numeração; e Lista Parcial Condicional, foram 3); e Data de Publicação (1947, foram 6; 1950 e 1951, foram 3; 1952, 1953 e 1954, respectivamente 2; 1955, 1956 e 1957, respectivamente, 2; 1959, foram 4; 1960 e 1961, foram respectivamente 2) (DASSIE, 2012).

[236] Segue exemplo: Categoria: Ensino Secundário. Disciplinas: Português, Grego, Filosofia, Latim, Francês, Inglês, Alemão, Espanhol, História do Brasil, História Geral, Pedagogia, Geografia, Puericultura, Religião, Química, Física, História Natural, Biologia, Higiene, Ciências Naturais, Matemática e Música.

No período, é publicada a Lista Parcial nº 2, intitulada "Ensino secundário (1944)". Nela, não há menção aos livros didáticos de filosofia. E, depois, tem-se a Lista Parcial nº 3, intitulada "Relação de livros autorizados em 1946", na qual constam livros de autoria dos membros da CNLD, por isso, tais processos tramitam na Comissão Especial (CNE). São eles:

> Jonathas Serrano – História da Filosofia – Série – Edição – Registro nº 1.006 – processo 88.259-44; Leonel Franca (Pe.) – Noções de História da Filosofia – Série – 8º Edição – Registro nº 1.051 – Processo 1.182-42; Leonel Franca (Pe.) – Noções de História da Filosofia – Série – 10º Edição – Registro nº 1.060 – Processo 85.754-44 (DOU, 1947, p. 14998).

O manual escolar *Noções de História da Filosofia*, 10ª edição, da Companhia Editora Nacional, de 1944, e sua autorização pela Comissão Especial, aponta o compromisso do Ministério da Educação e Saúde entre os trâmites que consolidam a autorização dos livros didáticos para formação da nação.

Após a Lista Parcial nº 3, a CNLD publica uma "Retificação", ou seja, a Lista Parcial Condicional nº 3, de acordo com o § 2º do art. 18, do Decreto-lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945[237]. Nessa "Retificação" constam livros didáticos de filosofia, ampliando as opções aos interessados no campo editorial.

> D. Ludgers Jaspers O.S.B – História da Filosofia – Série – Edição – Processo 2.375-39; Henrique Geenen – Compêndio de Filosofia – 2ª Série – 2ª Edição – Processo 42.839-41; Isidoro Dumont (Ir.) – Pontos de Filosofia – Série – 1ª Edição – Processo 39.642-40 (DOU, 1947, p. 15310).

Esses títulos completam a lista dos nove livros didáticos de filosofia autorizados pela CNLD e sua Comissão Especial, sendo publicados pelo DOU na década de 1940. Sobre os interessados no campo editorial, "autor ou editor e importador ou vendedor", e no campo pedagógico, em particular aos diretores e professores, o artigo 5º da legislação vigente da CNLD prevê que a escolha dos livros didáticos de uso autorizado compete de forma exclusiva aos diretores (escolas pré-primárias e primárias) e aos professores (escolas normais, professionais e secundárias).

[237] Consolida a legislação sobre produção e utilização do livro didático.

A existência da CNLD[238] percorre as décadas de 1950 e 1960 entre as publicações consultadas no DOU, constando na "Relação dos livros autorizados (1951)" o registro "Teobaldo Miranda Santos – Manual de Filosofia – Série – 3ª edição – Processo 61.326.50" (DOU, 1952, p. 12702), que sinaliza na investigação ser o último livro didático de filosofia autorizado pela CNLD.

4.1 AUTORES ECLESIÁSTICOS

4.1.1 Manual de Filosofia (D. Ludgero Jaspers)

> Ministério da Educação e Saúde. Comissão Nacional do Livro Didático. Livro. Manual de Filosofia – proc. nº 2.361-39. Autor. Ludgero Jaspers. Redator. Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira. Resultado. Aprovado na respectiva secção e na secção de redação. Parecer. Aprovado na sessão de 27 de novembro de 1941 (Comissão Nacional do Livro Didático. In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV. GC g 1938.01.06 (1), p. 642).

O *Manual de Filosofia*, do autor D. Ludgero Jaspers[239] O.S.B., inscrito pelo processo nº 2.361-39, após trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1941. Na capa, o título é seguido pela redação – Baseado no *Cours de Philosophie* de Ch. Lahr S.J., (25ª edição – 2 Vols. – 1926 – Paris) por D. Ludgero O.S.B., – com o consentimento do autor – quinta edição refundada (sexta edição da "Psicologia e lógica"), com o símbolo da editora, pela Editora Proprietária Companhia Melhoramento de S. Paulo (Weiszflog Irmãos Incorpora), S. Paulo – Caieiras – Rio.

---

[238] Embora tenha sido a primeira comissão nacional instituída pelo governo brasileiro para controle do conteúdo ideológico e pedagógico dos livros didáticos, há indicações de que a burocracia administrativa e conflitos de interesses político e econômico impediram a aplicação efetiva desta medida no campo prático. A ausência de estudos mais sistemáticos sobre a CNLD deve-se também, em grande parte, à fragmentação dos documentos referentes à sua atuação que se dispersou no tempo e na precariedade dos arquivos públicos, tornando-os um objeto secundário e complementar de outras fontes e análises (FERREIRA, 2008, p. 9-10).

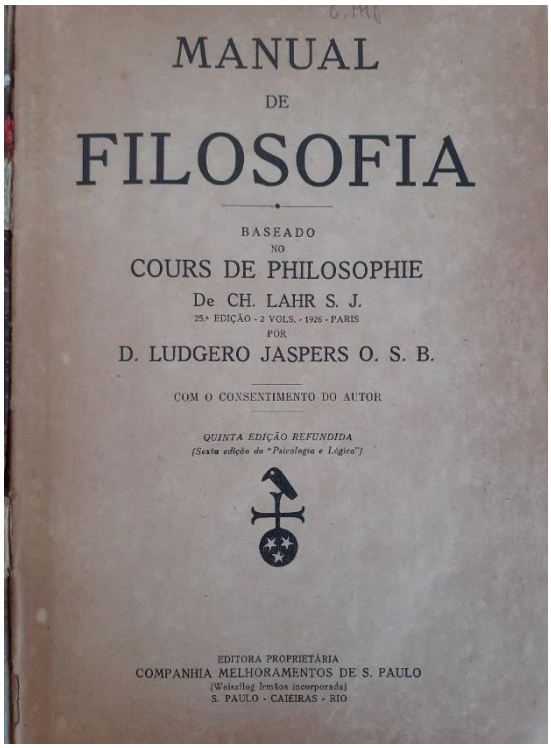
[239] Nascido na Westphalia (Allemanha) aos 30 de setembro de 1892, ingressou no Mosteiro de S. Bento, aos 19 annos de edade e fez os votos religiosos a 16 de maio de 1912 ordenado sacerdote em 27 de maio de 1917, leccionou philosophia no Gymnasio de S. Bento, tendo, nessa occasião, traduzido e editado o "Curso de Psychologia e Logica", do padre Ch. Lahr S.J. Foi, depois, professor da Escola de Agricultura de Tapéra (Pernambuco), tendo vindo, a seguir, para esta capital onde foi nomeado reitor do Gymnasio de São Bento, cargo que desempenhou por vários annos, tendo deixado um largo círculo de admiradores. Seguiu em 1933 para Allemanha onde fez o doutorado de Philosophia na Universidade de Musters, dirigindo-se depois para Portugal, para leccionar na Universidade de Coimbra (FALECIMENTO, 1937, p. 6).

Apresenta no verso (1ª página) os sinais dos censores católicos: com aprovação das autoridades eclesiásticas *Nihil Obstat*, por P. Ernesto de Paula (censor) e *Imprimi Potest*, por Mons. Gastao L. Pinto (V.G), em *Sancti Pauli die* 7 *Maii* 1932. E tem o prefácio da 4ª edição e o programa de filosofia (40 pontos), que permitem visibilidade nos campos editorial e educacional.

> A presente edição do "Manual de Filosofia" procurou sobretudo estar o mais possível em acordo com o programa do Colégio Pedro II, que se encontra logo a seguir. Para esse fim, e também para possibilitar aos alunos assimilarem os pontos do programa, dentro de um ano, resumimos e simplificamos o mais possível a edição anterior, esgotada. Entretanto, parece-nos conveniente conservar algumas questões, não exigidas diretamente pelo programa, mas de utilidade para os candidatos a exames de vestibulares nas Faculdades de Direito. As "Noções sumárias da História da Filosofia", anexas a segunda edição acham-se publicadas em livro separado. Resta-nos agradecer a benemérita Companhia Melhoramento de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada) a solicitude com que veiu tratar desta nova edição do "Manual". São Paulo, Ginásio de São Bento, 14 de abril de 1932. Dom Ludgero Jaspers O.S.B., (JASPERS, 1933, p. 3).

Entre aspectos de materialidade no manual, seu formato é de 13,8 cm de largura, por 20 cm de altura e 2,7 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. No verso da última página, há informações comerciais sobre a matriz e a filial da editora e, pelo título "Edições da casa", expõe uma relação de obras (27) e os respectivos valores. O título do capítulo e a paginação (696) estão centralizados na parte superior. E há numeração (hebraica) de 1 a 22, com a inscrição L. Jaspers – Manual de Filosofia (a cada 64 páginas), na parte inferior.

FIGURA 4 - FOLHA DE ROSTO: MANUAL DE FILOSOFIA



Fonte: Jaspers (1932).

A menção ao manual percorre a investigação nos periódicos cariocas *A Noite* (1925), *A Cruz* (1932), *O Imparcial* (1937), e *A Ordem* (1942); nos paulistas *Correio Paulistano* (1937 e 1938) e *Correio de S. Paulo* (1936 a 1938); seguidos pelo pernambucano *Diário Pernambuco* (1938); e pelo mineiro *Lavoura e Commercio* (1944), pelas sessões investigadas ("Correspondência"; "Os direitos autorais"; "Livros para os cursos complementares, normal, comercial e secundário"; "Instituto Superior de Cultura"; e "Últimos livros chegados").

> Os direitos autorais. Os registros effectuados no mez passado, na Biblioteca Nacional. [...] Trata dos extraídos da obra francesa "Cour de Philosophie" de Ch. Laher. S.J., adaptado aos programas brasileiros. Por D. Ludgero Jasper, O.S.B. Um volume impresso em S. Paulo, em 1922, primeiro da edição (OS DIREITOS, 1925, p. 8).

Também há a presença de manuais escolares franceses, conforme Bastos (2008, p. 45): "de autores e/ou traduzidos para o português, em um processo de nacionalização do livro escolar, cuja matriz francesa inspira os autores nacionais". A tradução do *Cours de Filosofie*, de Ch. Lahr S.J., pelo autor eclesiástico, sinaliza a representação do manual escolar de filosofia no processo de formação, bem como sua posição no domínio didático,

segundo Franca (1944, p. 323), “em francês, são os mais conhecidos o grande *Cours de philosophie*, 12 vols. de Lovaina, escrito por Mercier, Nys, De Wylff [...] os textos de Lahr S.J., Sortais S.J., Castelein S.J. e Farges-Barbedette”.

> Manual de Filosofia – Resumo adota do “Cours de Filosofie de Ch. Lahr. S. J.,” por D. Ludgero Jaspers O.S.B., lente de Filosofia do Ginasio de São Bento, S. Paulo – Companhia Melhoramento de S. Paulo – editora proprietária. O presente manual de filosofia foi apresentado organizado pelo culto professor de filosofia, D. Ludgero Jaspers, O.S.B., para satisfazer ao programa do Colégio Pedro II, proporcionando aos alunos ginasiaes uma sumula mais apta ao seu limitado tempo de um ano de curso filosófico e as suas habilitações. Desenvolve, todavia, outros assuntos que são do maior proveito para os candidatos aos exames vestibulares nas Faculdades de Direito. A edição da Companhia Melhoramento de S. Paulo é da mais perfeita sob todos os pontos de vista (BIBLIOGRAFIA, 1932, p. 6).

Nesse caso, os autores e editoras, atentos às exigências dos programas oficiais de ensino, projetam a (re)organização dos temas específicos (área do conhecimento), como a materialidade dos respectivos manuais escolares em torno da projeção editorial no cenário nacional. Na relação entre produção, circulação e usos, as editoras o posicionam no setor do ensino secundário e preparatório aos exames do ensino superior.

TABELA 14 - SUMÁRIO DO MANUAL DE FILOSOFIA (D. LUDGERO JASPERS)

Secções	Capítulos
Introducção	Filosofia, Conceitos e Divisão; Divisão da Filosofia; Apêndice I e II
Tema I	Psicologia
Tema II	Lógica
Tema III	Moral
Tema IV	Metafísica

Fonte: Jaspers (1932). Elaborado pelo autor, 2020.

Na introdução, sete páginas apresentam uma relação entre o saber científico e filosófico e a divisão da filosofia entre as ciências da psicologia, lógica, moral e metafísica. Nos apêndices I e II, são indicados os erros relativos ao objeto da filosofia, contrários aos sábios antigos (ciência universal) e os positivistas (ciência puramente formal), um objeto próprio e real. Depois, é apresentada a importância das questões filosóficas, sob influência intelectual e moral (investigar as causas primeiras), além da influência moral (os costumes).

O tema I, "Psicologia"[240] (249 páginas), aponta uma breve introdução: objeto (uma ciência experimental, procedendo por observação e experimentação); evolução (rompe com ideia de especulação da Antiguidade e Idade Média, pois após Descartes, a psicologia tradicional dá espaço à psicologia associacionista em Locke e Hume, renova-se em Mill e é representada por Brain. A psicologia experimental percorre outros pensadores modernos e divide-se em três grupos, segundo os métodos que a aplicam); e método da psicologia (os fatos conscientes são objetos de verificação experimental).

O tema II, "Lógica" [241] (265 páginas), apresenta de forma concisa no item "preliminares": objeto (são as operações e métodos empregados pelas diversas ciências no estudo de seus objetos); importância (a lógica nos ensina a raciocinar e descartar os sofismas. Romper com o bom senso é uma aptidão inata da intelectual); e divisão (leis gerais do pensamento abstrato na lógica formal ou geral, leis particulares e métodos especiais na lógica especial ou aplicada, chamada de metodologia, e critérios da verdade e do erro na lógica crítica).

O tema III, "Moral"[242] (165 páginas), indica no item "preliminar": objeto (uma ciência das leis submetidas aos princípios racionais e uma arte das regras do dever – fazer, que são dirigidas ao homem para o seu fim, o bem); método (a moral não é uma ciência de observação ou *a priori*, mas uma ciência mista e dedutiva, sob ímpeto da razão por noções fundamentais de bem, dever e direito); e divisão (moral geral ou teórica é a ciência do dever; e moral particular ou prática é a ciência dos deveres). Entre os exames dos diferentes sistemas de moral, as doutrinas utilitaristas apontam:

---

[240] Foi divido em cinco livros: Fenômenos fundamentais da vida psicológica (consciência; atenção); Vida ativa (classificação dos fen/ômenos de sensibilidade); Vida cognitiva (o mundo sensível; conhecimento intelectual); Ativa (atividade espontânea e refletida); e Problemas gerais (relação do físico e do moral; o pensamento e a linguagem; e noções sumárias de estética), sendo organizado entre 48 capítulos, 11 apêndices e dois capítulos preliminares. E uma representação gráfica, em nota de rodapé, sob mecanismo do automatismo psicológico, do prof. Grasset (Montepellier).

[241] Foi divido em três livros: Lógica formal (a ideia e o termo); Lógica aplicada ou metodologia (a ciência e as ciências; método: geral, particulares, das ciências físico-químicas; naturais ou biológicas; histórico; sociais); e Lógica crítica (a verdade), sendo organizado entre 33 capítulos, dois apêndices e 2 capítulos preliminares. Em outros aspectos, a Classificação das ciências em Aristóteles, Bacon, Ampèrede e Comte; o Método das coincidências constantes nas Tábuas de Bacon (presença, ausência e graus); o Método de exclusão de Stuart Mill; o NeoCriticimo e Pragmatismo; e consta um esquema gráfico da Árvore de Porfírio, como um quadro da Dedução Imediata.

[242] Foi divido em dois livros: Moral teórica (questão da existência, natureza e consequência lógica do dever; e os sistemas morais: utilitarista; sentimentalista; e racionais); Moral particular ou aplicada (individual e social: humanitária; doméstica; civil e política; e econômica); sendo organizado entre 47 capítulos, dois apêndices e dois capítulos preliminares. Em destaque, os itens de exposição e refutação ou crítica, entre os capítulos; análise de um ato moral; eudemonismo de Aristóteles; e a moral: hedonista, evolucionista, sociológica, da simpatia, altruísta, escola pessimista, da honra, epicurista, estoica e kantiana.

> O hedonismo ou moral do prazer. [...] EXPOSIÇÃO. – Diz Aristipo que há para o homem apenas um único bem, o *prazer*; um único mal, a *dor*; logo, *voluptas expetenda et fugiendus dolor*. A sabedoria consiste em aproveitar o prazer do momento, único certo, sem preocupar-se com as consequências que possa ter. [...] CRÍTICA [...]. Finalmente, as consequências dessa moral são a degradação e ruina do corpo e da alma pela busca desenfreada do prazer físico. Cega a vida da inteligência, escraviza à vontade, seca o coração, gera doenças tristes e cruéis (JASPERS, 1932, p. 439-440, grifo do autor).

Por fim, o tema IV[243], "Metafísica" (116 páginas), expõe no item "preliminar" um conjunto de argumentos em objeção à metafísica pelo cepticismo radical, idealismo (Hume e Kant) e positivismo. Indica ainda oposição a tais ideias nos subtítulos "Refutações", "Críticas" e "Contradições" e uma breve relação entre o dogmatismo ingênuo e moderado. E, depois, sugere a observação aos pontos: objeto (ciência do ser, que responde à exigência da razão, das questões metafísicas: De onde viemos? Aonde vamos? Quem somos?); método (é uma ciência eminentemente racional); e divisão (metafísica geral e ontológica são a *ciência do ser como tal*; e metafísica geral, entre formas determinadas, o ser material *corpo*, o ser espiritual *alma* e o ser absoluto *Deus*).

Assim, a trajetória do manual (1926) aponta indícios da posição estratégica no campo editorial, organizando os conteúdos de psicologia, lógica, moral e metafísica por certo rigor metodológico na formatação[244], o que o possibilita ser autorizado pelos censores eclesiásticos — como adequação à legislação educacional — e pelos censores do aparato estatal CNLD. No capítulo "Moral", sobre o projeto de restauração católica, há notas de texto que sinalizam a posição do Papa Leão XIII, entre os subtítulos: "Origem da sociedade civil e do poder" e "A questão social"[245] — solução cristã.

---

[243] Foi divido em quatro livros: Metafisica geral ou ontologia (noção, extensão e causa do se); Psicologia racional (o espaço e o tempo; a matéria; a vida; e a origem das espécies); Psicologia racional (existência, distinção e mortalidade da alma; objeções ao materialismo); e Teologia racional (existência de Deus; provas físicas e morais; natureza atributos; relação com mundo; e conclusão da Teodicéia). Sendo organizado entre 30 capítulos, um apêndice e um capítulo preliminar. Entre os subtítulos, constam organização dos argumentos filosóficos, seguidos por termos: exposição, discussão, demonstração, crítica, refutação, objeções e conclusão.

[244] A edição analisada é anterior ao acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras (Decreto nº 20.108, de 15 de julho de 1931). O manual é organizado por temas, que sinalizam a seção e os capítulos, que se interligam aos itens: artigo, questão, preliminar, apêndice, capítulo preliminar e parte histórica. Tal estrutura percorre numeração romana nos capítulos e hebraica nos parágrafos.

[245] Sendo abordado entre: Artigo I. A economia política e a moral cristã (o direito social do cristão na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII); Artigo II. Os princípios da solução moral (entre posição da questão, o valor econômico do trabalho humano, o contrato de trabalho, e o justo salário sob observação em longa nota da doutrina do pontífice Leão XIII); e Artigo III. A solução cristã do problema econômico social: a associação profissional (organização de corporação operária, ato legítimo para o Papa Leão XIII, e o ensinamento técnico dos economistas de acordo com a doutrina da Igreja).

As lacunas do manual sinalizam ausência do item "bibliografia" (essencial) e raras menções às obras filosóficas nas notas de rodapé (faltam ao leitor referências primordiais), sendo esse um aspecto editorial recorrente no período. São raras menções de termos/frases em latim e grego (sem tradução), seguidas pela ausência de exercícios, espaços para anotações, quadros, tabelas e imagens.

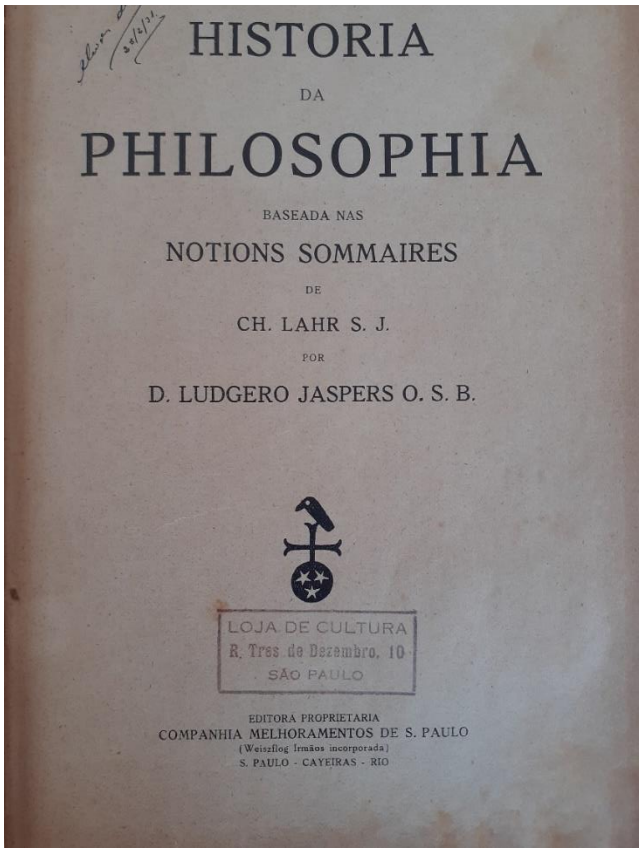
4.1.2. História da Philosophia (D. Ludgero Jaspers)

> Ministério da Educação e Saúde. Comissão Nacional do Livro Didático. Livro. História da Philosophia – processo. nº 2.375-39. Autor. Ludgero Jaspers. Redator. Pe. Leonel Franca. Resultado. Não julgado por não se achar escrito na ortografia oficial. Parecer. Aprovado por unanimidade na sessão de 27 de novembro de 1941 (Comissão Nacional do Livro Didático. In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV. GC g 1938.01.06 (1), p. 642).

O manual escolar *História da Philosophia*[246], do autor D. Ludgero Jaspers O.S.B., inscrito pelo processo nº 2.375-39, após trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1946. Na capa, o título é seguido pela redação – Baseada Nas *Notions Sommaires* de Ch. Larh S.J., por D. Ludgero Jaspers O.S.B., (símbolo da editora) Editora Proprietária Companhia Melhoramento de S. Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporadora) S. Paulo – Cayeiras – Rio. E, no verso (1ª página), a impressão: Com aprovação das autoridades eclesiásticas.

[246] Eis a crítica do redator, pois a redação do manual escolar não está atualizada, conforme regulamenta o Acordo Ortográfico de 1931, entre Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa.

FIGURA 5 - FOLHA DE ROSTO DO MANUAL: HISTORIA DA PHILOSOPHIA


HISTORIA
DA
PHILOSOPHIA
BASEADA NAS
NOTIONS SOMMAIRES
DE
CH. LAHR S. J.
POR
D. LUDGERO JASPERS O. S. B.
LOJA DE CULTURA
R. Tres de Dezembro, 10
SÃO PAULO
EDITORA PROPRIETARIA
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE S. PAULO
(Weiszflog Irmãos incorporada)
S. PAULO - CAYEIRAS - RIO

Fonte: Jaspers (1930).

No prefácio, os traços de intencionalidade[247] nos campos editorial e educacional percorrem os pontos detalhados do programa oficial do Colégio Pedro II e mencionam a preocupação do autor em desmembrar o capítulo "História da filosofia" do manual de filosofia, com o objetivo de inserir novos capítulos e maior especificidade aos estudos.

> De acordo com o que dissemos no prefacio da terceira edição do "Manual de Philosophia", e conforme o contracto com a benemérita Companhia Melhoramento de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), editora proprietária, as "Noções Sumaria de História da Philosophia", que iam anexas ás edições anteriores do Manual, vão agora publicadas separadamente, com este volume. Era intenção da Editora, e foi a que nos giou na redacção da presente "História da Philosophia", offerecer uma explanação completa, embora sucinta, dos pontos indicados para o sexto anno do curso seriado, pelo programma do Collegio Pedro II, de 1930. Para tanto nos vimos na contingência de reduzir as "Notinos Somaires" de Ch. Lahr S. J., a proporções menores, em muitos pontos, e acrescentar-lhes, em outros, alguns capítulos

[247] Livros para os cursos complementares, moral, comercial e secundário. Philosophia e pedagogia: Manual de philosophia; História da Filosofia (Ludgero Jarpers O.S.B). [...]. Todas as obras obedecem rigorosamente aos respectivos programmas officiais de Ensino. Peçam catalogo grátis. Edições da Companhia Melhoramentos de S. Paulo. A editora dos bons livros escolares, scientificos e de literatura (LIVROS, 1937, p. 13).

> inteiramente novos sobre a philosophia oriental, a philosophia o Brasil e o pragmatismo, além de algumas outras observações de somenos importância. São Paulo, Setembro de 1930. Dom Ludgero Jaspers O.S.B., (JASPERS, 1930, p. 3).

Fazendo menção a essa publicação, consta uma crítica literária no periódico jesuíta português, *Brotéria* (Lisboa) – Revista Contemporânea de Cultura, na seção "Bibliografia", sinaliza: críticas à centralidade no pensamento filosófico francês; ausência de aurores portugueses; falta uma breve resenha da influência da metafisica; e lacunas que podem ser remediadas pelo autor.

> Nêle, criticou o A. os diversos sistemas; aqui limita-se a fazer a sua história. Com a importância que hoje se atribui à história da filosofia; com a que se lhe dá nos nossos liceus, onde os alunos quási só história de filosofia estudam, é natural que este livro seja bem acolhido. E não deixa de merecer acolhimento favorável (HISTORIA, 1933, p. 161-162).

Os pontos da materialidade no manual dão-se pelo formato de 15,2 cm de largura, por 22,7 cm de altura e 0,5 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. O título do capítulo e a paginação (122) estão centralizados na parte superior das páginas, seguidos por numeração (hebraica) de 1 a 4, com a inscrição L. Jaspers – Manual de Filosofia (a cada 32 páginas) na parte inferior. E no verso da última página, existem informações comerciais sobre a matriz e a filial da editora. Pelo título "Edições da casa", há a exposição de uma relação de obras (33) e os respectivos valores[248].

TABELA 15 - SUMÁRIO DO MANUAL HISTÓRIA DA PHILOSOPHIA (D. LUDGERO JASPERS)

Secções	Capítulos
Introducção	Definição; Divisão; Utilidade e methodo da história da philosophia
Primeira Época	Philosophia Antiga (Oriental e Grega).
Segunda Época	Philosophia da Edade Media (I, II e III períodos)
Terceira Época	Philosophia Moderna (I, II e III período, e subdivisão: A Philosophia na Inglaterra; A Philosophia na Alemanha; A Philosophia na França; Principais correntes das filosofias contemporâneas; e A Philosophia no Brasil).

Fonte: Jaspers (1930). Elaborado pelo autor, 2020.

[248] Seguem exemplos: Historia da Philosofia, por *D. Ludgero Jasper. O.S.B.*, 6$000; Manual de Philosophia, por *D. Ludgero Jaspers. O.S.B.*, 18$000; Primeiro Catecismo da Doutrina Christan... $300; Segundo Catecismo da Doutrina Christan... $600.

A introdução (três páginas) apresenta noções preliminares ao leitor sobre a definição da história da filosofia (exposição crítica dos principais sistemas e escolas filosóficas), sua divisão (em três grandes épocas: Antiga, Média e Moderna) e, depois, o método empregado (biográfico, doxológico e pragmático-filosófico), com foco no último deles, por alcançar os verdadeiros objetivos da história da filosofia.

A primeira época, "Philosophia antiga" (47 páginas), é marcada no Oriente entre os povos semitas (hebreus, chaldeus e egípcios) e aryas (persas, hindus e chineses), sem autonomia à filosofia, inclinada aos preceitos que recebem da tradição pelas ideias religiosas em punho das obras sagradas. Na Grécia, o estudo da natureza sensível e a investigação cosmológica acontecem pelas escolas jônica, atomista, eleática, itálica e sofista (filósofos e ideias). E a investigação do pensamento filosófico repousa em Sócrates, Platão e Aristóteles (método, processo didático, doutrina, psicologia, moral, teodiceia, discípulos, vida, teoria, obras, política, metafísica, natureza e atributo de Deus).

Depois, "Philosophia postaristotelica" indica traços da filosofia moral, pelo epicurismo e pelo estoicismo, provocando ruptura nas especulações filosóficas das novas escolas. Aponta ainda que os romanos renascem o pensamento filosófico dos sistemas antigos; cita Plotino e a escola neoplatônica em Alexandria; e fala da presença dos padres romanos, gregos e latinos ao expor os dogmas cristãos em combate às especulações filosóficas.

> A partir dessa época, o christianismo desempenha papel considerável na história da philosophia. Estabelece definitivamente certas verdades fundamentaes até então discutidas ou só confusamente percebidas, taes como a personalidade de Deus, a livre creação do mundo, a liberdade humana, a espiritualidade e immortalidade da alma, a origem do mal e várias outras (JASPERS, 1930, p. 56).

Na segunda época, "Philosophia da Edade Media" (nove páginas), são citados traços da história de Carlos Magno contra os povos bárbaros e a presença dos monges ao recolher e conservar as obras literárias e filosóficas (desconhecidas). São abordadas ainda as características escolásticas (apego inabalável ao dogma católico; espírito sintético; realismo metafórico; e a fecunda aliança) e sua divisão escolástica em três períodos.

Na terceira época, "Philosophia moderna" (53 páginas), no item "preliminares" (começa no século XVII e continua até nossos dias), são expostos três períodos do

pensamento filosófico, com aspectos sobre vida, obra, método, característica da sua filosofia e a crítica à obra, em especial, de Bacon e Descartes.

> O século 17 vê operar-se uma dupla reforma – no sentido empirista, com Bacon e no sentido racional, com Descartes – e assiste ao triumpho da philosofia espiritualista. No século 18, o empirismo readquire o predomínio, com Locke, e desenvolve-se em dois sentidos oppostos: no sentido do sensualismo e do materialismo, na França; e no sentido do idealismo e do phenomenismo, na Inglaterra. Na Alemanha, a tendência idealista, embora não desappareça completamente, torna-se, contudo, mais moderada e assentada, com Leibniz. E fim do século 18 inaugura um período de reacção contra o empirismo, a qual se manifesta, a um tempo, na Inglaterra, na Allemanha e na França, sustentada, respectivamente, por Th. Reid, Kant e Maine de Biran e continua até meiados do século 19, em que o empirismo e novamente preferido, juntamente com o associacionismo e o positivismo (JASPERS, 1930, p. 67).

No I. Período, são abordados aspectos específicos da filosofia: primeiro em Bacon (ramificações das ciências, reformas e influência das reformas), seguido pelos representantes da doutrina por Hobbes, Gassendi e Locke; e depois em Descartes (moral, metafísica, física e psicologia), entre os discípulos franceses (ideias comuns) Arnould, Pascal, Bossuet, Fenelon e Malembranche e o não francês Spinoza (metafísica, psicologia, moral e política).

No II. Período, é tratada a filosofia de Locke (psicologia, moral e política) e a influência do empirismo na Inglaterra, ao desenvolver o idealismo em Berkeley, o fenomenismo em Hume e, na França, o sensualismo em Condillac e o materialismo em Helvétius. E, depois, há a indicação de traços da filosofia de Leibniz (psicologia e metafísica).

Por fim, no III. Período, aparece a organização pelos subcapítulos: “A philosophia na Inglaterra” tem como seus representantes Thomaz Reid, opositor ao fenomenismo e empirismo, sendo absorvido pelos sucessores Stewart e Hamilton, em torno da psicologia (ciência de fatos) e a renúncia à especulação metafísica; Stuart Mill (fenomenismo); Spencer (evolucionismo); e James (as incertezas da psicologia religiosa).

“A philosophia na Allemanha” expõe o pensamento em Kant com a análise das três obras: “Crítica da razão pura” (juízos analíticos e sintéticos), “Crítica da razão prática” (imperativo categórico) e “Crítica dos juízos”. E, depois, avalia a filosofia pós Kant, entre o panteísmo idealista de Fichte, Schelling e Hegel e o pessimismo de Schopenhauer e Hartman. “A Philosophia na França”, por sua vez, expõe o advento do espiritualismo em Maine de Biran; o caráter essencialmente eclético de Victor Cousin; o espírito cartesiano e a análise psicológica de Jouffroy; a influência do pensamento

moderno positivista em Comte; e o princípio do determinismo com base na psicologia de Bernand.

"Principaes correntes da philosophia contemporânea", na sequência, aponta: os representantes do ceticismo e do dogmatismo e os fundamentos que sustentam tais correntes; o método de intuição de Bergson, capaz de elevar a visão suprema da realidade; a sociologia de Durkheim, entre as regras de observar, julgar e explicar os fatos sociais; a renascença da filosofia escolástica, que retoma a filosofia tomista pelos jesuítas, dominicanos e outros representantes; e o pragmatismo de Pierce.

"A philosophia no Brasil" enaltece a representação do Pe. Leonel Franca S.J., pelo pioneirismo ao inventariar e criticar os representantes do pensamento filosófico brasileiro e filiá-los nas correntes espiritualista, positivista, materialista e evolucionista. Nesse caso, apenas Farias Brito não foi filiado a tais correntes filosóficas — sua filosofia é original, porém, recebe uma longa crítica sobre o pampsiquismo.

Nesse viés, a estrutura do manual privilegia a história da filosofia e percorre certo rigor metodológico na formatação[249], sendo primordial o capítulo "A philosophia no Brasil", sobre a referência estrita do pioneirismo do *Manual de História da Filosofia* (3ª ed., 1928), do Pe. Leonel Franca S.J. O material segue os padrões instituídos pelos censores eclesiásticos, como adequação à legislação educacional e à CNLD.

As lacunas percorrem a ausência de itens específicos: bibliografia, notas de rodapé e referências complementares (primordiais), seguidos por termos/frases em latim (sem tradução), bem como exercícios, espaços para anotações, quadros, tabelas ou imagens, quer dizer, a extensão da configuração do manual de filosofia (do autor).

4.1.3 Pontos de Filosofia (Ir. Isidoro Dumont)

> Ministério da Educação e Saúde. Comissão Nacional do Livro Didático. Livro. Pontos de Philosophia Tomo IV – proc. nº 2.375-39. Autor. Ir. Isidoro Dumont. Redator. Pe. Leonel Franca. Resultado. Não julgado por não se achar escrito na ortografia oficial. Parecer. Aprovado por unanimidade na sessão de 30 de maio de 1941 (Comissão Nacional do Livro Didático. In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV. GC g 1938.01.06 (1), p. 642).

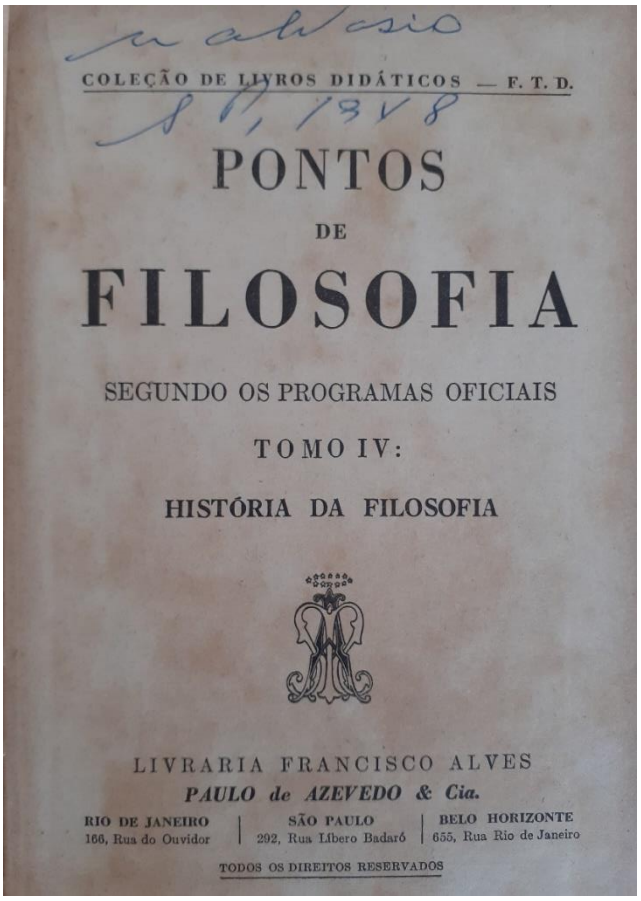
O manual escolar *Pontos de Filosofia*, do autor Ir. Isidoro Dumont (1874-1941), irmão da Congregação Marista[250], inscrito pelo processo nº 19.942-40, após os trâmites

[249] Organizado por três épocas, aponta os títulos gerais e subtítulos (especificidades) e os interliga aos textos preliminares, às características e à divisão da escolástica.

[250] O francês Ir. Isidoro Dumont desembarca no território brasileiro em 1902, sendo designado ao cargo de diretor do Colégio Nossa Senhora do Carmo e, depois, no Colégio Arquidiocesano, em São Paulo. Em 1928, é o primeiro secretário da União Brasileira de Educação e Ensino, desta forma, permite intensificar

da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1941. Na capa, consta a seguinte redação: Coleção de livros didáticos – F. T. D.[251] Título. Segundo os programas Oficiais. Tomo IV. História da Filosofia (símbolo marista). Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo e Cia. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (respectiva localização da matriz e das filiais da editora). Todos os direitos reservados.

FIGURA 6 - FOLHA DE ROSTO DO MANUAL: PONTOS DE FILOSOFIA



Fonte: Dumont (1931).

No verso (1ª página), estão os sinais dos censores católicos impressos pelos termos *Nihil Obstat*, pelo Pe. Dr. José Procópio de Magalhaes (censor), e *Imprimatur*, pelo Mons.

a presença dos Congregação Marista na educação brasileira. Mas sua ação entre os projetos editorias da Congregação Marista, além de autor de manuais escolares, exerce a coordenação das edições maristas brasileiras (de 1903 a 1941) em torno das produções dos irmãos, que resultam na publicação da Coleção de Livros Didáticos FTD.

[251] Nasceu com a missão de fazer a boa educação, entendida como a instrução científica, a formação moral e a incitação cultural e artística. Herdou da matriz francesa não apenas a marca – FTD –, mas a missão, a arte e a técnica de produção do livro escolar católico. Seu idealizador, Frère Théophane Durand, cujas iniciais dão nome à editora, está na raiz da rede internacional marista formada a partir do final do século XIX (BITTENCOURT, 2014, p. 126).

Pereira Barros (pro - Vicariu Generais), em S. Paulo, 16 de junho de 1944. Depois, há o título "Na mesma coleção encontra-se" e uma lista de manuais de filosofia – moral (7), francês (7), inglês (9) e latim (6). Os títulos dos capítulos e sua paginação (232) estão centralizados na parte superior das páginas. Também no verso da 1ª página está uma extensa relação[252] da Coleção de livros da F. T. D., com inscrição Deus – Pátria – Família. E indicação da impressão do manual, pela Tipografia Siqueira, em São Paulo.

> As estratégias de produção editorial das duas primeiras décadas da FTD não se diferenciavam da maioria das casas editoriais estabelecidas no Brasil nesse período. Seus livros eram preparados no País, muitos deles traduções de obras usadas na França e impressos na Editora Emmanuel Vitte, em Lyon, cidade de origem da congregação. Por longo tempo os autores das obras não apareciam, elas eram assinadas por uma comissão de professores ou pela FTD. Eram obras escritas, produzidas e editadas pelos irmãos maristas e traziam o *imprimatur* atribuído pela Igreja, sinal da aprovação oficial do livro (BITTENCOURT, 2014, p. 127).

No campo editorial, a F. T. D. intensifica suas produções na expansão da rede dos colégios maristas e das congregações, pois a política educacional permite às instituições privadas a oferta do ensino secundário, sendo imprescindível a demanda dos manuais escolares. Na década de 1930, o Ir. Isidoro Dumont intensifica as relações editoriais ao estabelecer políticas de coedição e cooperação com a Editora Francisco Alves e a Editora do Brasil S. A. Entre os periódicos do período, consta menção desse manual escolar.

> Instituto Superior de Cultura. A terceira aula de filosofia do Instituto Superior de Cultura, apresenta pelo Exmo. D. Alexandre G. Amaral. [...] A assistência numerosa e seleta, que está acompanhando o curso de filosofia, é na demonstração evidente do grande potencial da intelectualidade e cultura de Uberaba esconde no seu seio. [...] Livros para aula de filosofia. Compendio de Filosofia Thiago Sinibaldi; Pontos de Filosofia da F. T. D.; Manual de Filosofia Ludgero Jaspers; Elementos de Filosofia Jacques Maritain; História da Filosofia Padre Leonel Franca (*LAVOURO E COMMERCIO*, 1944, p. 6).

Entre aspectos da materialidade do *Pontos de Filosofia*, da F. T. D, o formato é de 11,9 cm de largura, por 17,5 cm de altura e 1,2 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito, sendo impressa entre os subtítulos a numeração (hebraica) de 1 a 177, expondo

[252] Língua Portuguesa, aponta seis cursos (preparatório, elementar, médio, secundário, superior, complementar); Os Lusíadas; Antologia Ilustrada F. T. D; O Vernáculo; Antológica Nacional F. T. D; Pequeno Manual de Civilização; Instrução Moral e Cívica; e Sociologia. Entre os do programa oficial: Resumo da Literatura (Colégio Pedro II); Noções Gerais de Literatura; Literatura Brasileira; e Literatura Estrangeira (DUMONT, 1931).

55 figuras — entre a divindade suprema dos persas, *Ormuzde*, o mais famosos dos filósofos chineses, Confúcio, a divindade da índia, *Vichnú*, o Buda e os filósofos. Nas últimas páginas, apresenta um quadro bibliográfico com as principais obras filosóficas publicadas no Brasil nos séculos XIX e XX, a Oração de Santo Tomaz[253] antes do estudo e o índice.

TABELA 16 - SUMÁRIO DO MANUAL PONTOS DE FILOSOFIA (IR. ISIDORO DUMONT)

Secções	Capítulos
Introdução	Definição; Filosofia e Religião; Utilidade da história da filosofia; Métodos; Divisões; Escolas, Sistemas, Teorias; e Classificação dos Sistemas
Primeira Época	Antiga; Dos Hindus; Grega; Socrática; Post-Socrática; e a Neoplatônica
Segunda Época	Filosofia Cristã
Terceira Época	Filosofia Medieval; Formação Escolástica; Formação da Escolástica
Quarta Época	Filosofia Moderna; Escola Racionalista; Filosofia no século XVIII; Alemanha; Escola Positivista; Filosofia Espiritualista Racionalista; Tradicionalismo Cristã; A Filosofia Italiana e Espanhola do século XIX; e A Filosofia no Brasil

Fonte: Dumont (1931). Elaborado pelo autor, 2020.

Na primeira época (73 páginas), os capítulos de I a VI expõem a filosofia antiga; dos hindus; grega; socrática; pós-socrática; e neoplatônica, entre as características gerais do pensamento religioso e filosófico dos períodos. No entanto, a organização clássica da história da filosofia antiga avança aos sistemas filosóficos do Oriente e de Roma.

> Capítulo I. Filosofia Antiga. 8. Divisão. – A filosofia antiga pode dividir-se em filosofia *oriental* e filosofia *grega*. Nota-se que, se os romanos só estudaram a filosofia, seguiram apenas aos gregos. Por exemplo, Cícero adotou as teorias da Academia; Sêneca, Marco Aurélio aceitam as dos estóicos; Lucrécio, Horácio são epicuristas; portanto, não há filosofia romana. A filosofia oriental compreende a filosofia da Judéia, do Egito, da Pérsia, da Índia e da China. É apenas conhecida e não raras vezes confunde-se com as crenças religiosas. A filosofia grega compreende geralmente três períodos: ante-socrático, socrático e post-socrático (DUMONT, 1931, p. 10-11).

[253] **Oração de S. Tomaz antes do estudo.** 179. O' Deus de misericórdia, dignai-Vos conceder-me a graça de desejar com ardor o que é de vosso agrado, procura-lo com prudência, reconhecê-lo com sinceridade e cumprí-lo com perfeita fidelidade, para honra e glória de vosso nome. Amém. – (300 *dias de indulgência*) (DUMONT, 1931, p. 229).

Na segunda época (15 páginas), o capítulo VII (do século I ao VIII) apresenta a filosofia cristã, com S. Justino como o apologista do platonismo, S. Clemente de Alexandria como esboço da doutrina cristã (lógica, psicologia, teodiceia e cosmologia), Atenágoras como o apologista que "intentou conciliar a doutrina de Jesus com a de Platão" e S. Orígenes e suas teses[254] contra a especulação filosófica. No entanto, o rigor e a profundidade da filosofia de S. Agostinho definem "a sabedoria ou filosofia, não só como conhecimento", mas como a investigação das coisas divinas e humanas, sendo objetos próprios da filosofia "a alma humana e Deus".

Na terceira época (37 páginas), o capítulo VIII, "Filosofia medieval", aponta preceitos escolásticos (grandes questões filosóficas) e harmoniza suas respostas como uma síntese da doutrina. Além disso, a relação entre razão e fé permite a formação de argumentos que conciliam o dogma revelado às verdades de ordem racional — as verdades dogmáticas estão acima da razão e só podem ser reconhecidas pela revelação.

O capítulo IX, "Formação da escolástica", aponta escolas medievais inclinadas ao ceticismo, materialismo, antropomorfismo, panteísmo e ceticismo positivista e os perigos da tradução errônea das obras de Aristóteles. Para Dumont (1940, p. 113), "os doutores escolásticos derrotaram irremediavelmente o Averroísmo; sobretudo S. Tomaz acusou o árabe de ter corrompido a pureza da filosofia peripatética".

O capítulo X, "Apogeu da escolástica", apresenta a renascença filosófica pela iniciação às obras gregas e árabes (traduções do grego ao latim), a fundação das universidades (Paris), a organização do ensino (Faculdade de Filosofia e Artes), as novas ordens religiosas dominicana e franciscana, além da sorbona (estudantes seculares nos colégios católicos). Há ainda a organização filosófica de Alexandre de Hales, São Beaventura, Alberto Magno, S. Tomaz de Aquino (pontos da suma teológica), Dante, Henrique de Gand e João Duns Scoto. E, depois, a fase da decadência, com os filósofos dissidentes.

Na quarta época (120 páginas), o capítulo XI, "Filosofia moderna", expõe as profundas transformações das ideias filosóficas e a ruptura entre fé e razão. Surgem, então, as teorias filosóficas de Bacon (evitar os ídolos do espírito), Hobbes (autoridade civil frente a todo direito), Gassendi (moral epicurista) e Locke (contrato social), entre outras.

[254] A *transcendência* divina, ensinada em oposição ao panteísta monista; A *criação*, produção do universo por um ato livre da vontade toda-poderosa de Deus; A *espiritualidade* da alma; e A *liberdade*, sustentada contra o determinismo agnóstico (DUMONT, 1931).

O capítulo XII, “Escola racionalista”, mostra a influência do pensador Descartes (doutrina, objeto, mundo exterior e moral) no desenvolvimento do método cartesiano e os seguidores Pascal, Bossuet, Fénelon, Malebranch e Spinoza. Depois, apresenta a relação de Spinoza (ética, psicologia moral e política) com a metafísica.

Na sequência, o capítulo XIII, “Relação contra Bacon e Descartes”, versa sobre a filosofia de Leibniz (caráter da sua doutrina, psicologia, lógica, metafísica e crítica) e a influência dos sucessores Thomasius, Wolf, Boscovich (jesuíta) e João Batista Vico.

O capítulo XIV, “Filosofia no século XVIII”, aponta os sistemas filosóficos que o antecedem e sinaliza o princípio e a expressão exata do estado moral e social que provoca a independência absoluta da autoridade religiosa e civil. Apresenta ainda a escola sensualista (sensação) de Condillac e breves traços da biografia e teoria de Diderot, La Mettrie, Helvécio, D’Holbach, Voltaire, Montesquieu e Rousseau.

No capítulo XV, “Inglaterra”, é indicada a escola idealista de Berkeley, o ceticismo e o fenomenismo de Hume, a doutrina econômica de Adam Smith e a escola escocesa de Reid, Stewart e Hamilton.

Depois, o capítulo XVI, “Alemanha”, fala sobre aspectos da filosofia de Kant (crítica da razão pura, crítica da razão prática e crítica do juízo), apresentando os filósofos panteístas idealistas Fichte (psicológico), Schelling (físico) e Hegel (lógico) e, também, os adversários de Kant, como Jacobi e Herder.

O capítulo XVII, “A filosofia do século XIX”, expõe uma visão geral do panteísmo alemão, ecletismo francês, espiritualismo cristão, positivismo, filosofia social e renovação da filosofia escolástica. Depois, mostra pontos sobre a escola sensualista de Cabanis e a escola socialista de Saint-Simon.

O capítulo XVIII, “Escola positivista”, cita Comte (leis dos três estados e classificação das ciências, política positivista e poderes temporal e espiritual), seus sucessores e sua influência no Brasil. Indo adiante, o capítulo XIX, “A filosofia espiritualista racionalista”, aponta a escola eclética de Victor Cousin e a reação contra o sensualismo e o materialismo.

O capítulo XX, “Tradicionalismo cristão”, apresenta os escritores católicos que reagiram contra os erros do século XX e os intérpretes das crenças espirituais. Seguindo, o capítulo XXI, “A filosofia italiana e espanhola do século XIX”, versa sobre a influência do sensualismo, espiritualismo, positivismo, hegelianismo e materialismo. Na Espanha, cita a expressão do sensualismo e do racionalismo por Baldemes e Donosco Cortés. Na

Alemanha, mostra os pessimistas Schopenhauer, Hartmann, Nietzsche, entre outros. E na Inglaterra, indica a filosofia empirista de Benthan, Mill, Alexandre Bain e Spencer.

Por fim, o capítulo XXII, "A filosofia no Brasil", apresenta os representantes do espiritualismo, positivismo e materialismo (sem menção à biografia ou às obras). Assim, assinala a originalidade de Farias Brito contra a crise intelectual, moral e religiosa do período. No entanto, aponta um labirinto obscuro ao sistema filosófico pan-psiquista panteísta.

Depois, o item "apêndice" destaca a influência das doutrinas opostas ao cristianismo no alto ensino nacional, provocando a anarquia no mundo filosófico e social, sendo remédio às instruções da encíclica *Aeterni Patris*, do imortal pontífice Leão XIII, "uma convicção filosófica cristã".

Nesse viés, a estrutura do manual é concisa ao estruturar a história da filosofia (22 capítulos), percorrendo uma simetria e um rigor metodológico em sua formatação[255], como a exposição do quadro bibliográfico das correntes filosóficas brasileiras (autor e obras) e de inúmeras imagens dos filósofos. No subtítulo que trata de questões sociais sobre orientações da Igreja Católica, apresenta uma nota no texto da encíclica *Aeterni Patris*, que sinaliza o projeto de restauração católica.

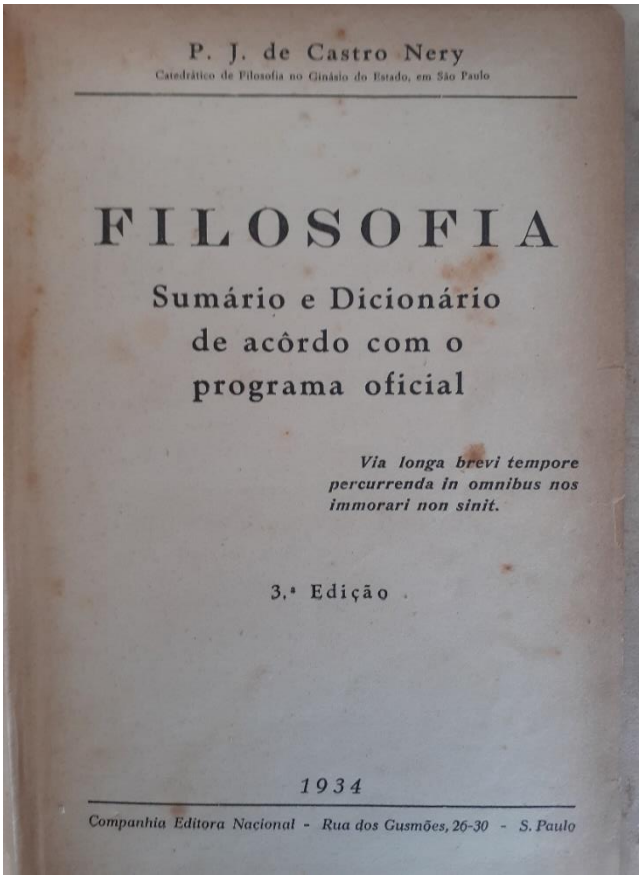
As lacunas na estrutura apontam a ausência do item "bibliografia", seguido por raras notas de rodapé, sem exercícios, espaços para anotações, referências complementares ou esquemas gráficos, que distanciam o leitor de aportes teóricos filosóficos fundamentais em sua formação.

4.1.4 Filosofia (Pe. Castro Nery)

O manual escolar *Filosofia*, do autor Pe. José de Castro Nery, após percorrer os trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU, pela Secretaria Geral de Educação e Cultura, sob o Boletim 138, em 1941. Na capa do manual consta a seguinte redação: P. J. de Castro Nery. Catedrático de Filosofia no Ginásio do Estado em São Paulo. Filosofia. Sumário e Dicionário de acordo com o programa oficial. *Via longa brevi tempore percurrenda in omnibus nos immorari non sinit* (sem tradução). 3ª edição. 1934. Companhia Editora Nacional – Rua dos Gusmões, 26-30 - S. Paulo.

[255] Os 26 capítulos percorrem uma simetria e um rigor metodológico na formatação, sendo organizados por numeração hebraica entre os subtítulos, que anunciam os temas e filósofos (em negrito). Os capítulos são breves e permitem ao leitor ter noções do contexto histórico, os filósofos, as obras clássicas, os discípulos ou opositores.

FIGURA 7 - FOLHA DE ROSTO DO MANUAL: FILOSOFIA



Fonte: Nery (1934).

Apresenta no verso (1ª página) os sinais dos censores católicos, indicados pelo *Nihil Obstat*, por P. Ernesto de Paula (censor), *Imprimi Potest*, em Sancti Pauli, die 12ª *Februarii*, 1933, e Mons. Gastão L. Pinto (V.G), em *Sancti Pauli, die* 13ª *Februarii*, 1933. E um carimbo com o número 3463, seguido pelo prefácio da 1ª e da 3ª edição, que aponta indícios da intencionalidade nos campos editorial e educacional.

> A terceira edição deste sumário aparece aos estudantes com duas modificações: ela foi sensivelmente aumentada no volume de suas páginas e claramente alterada na fisionomia de suas palavras; deveu-se o acréscimo de informações às vontades insistentes do editor e autor, bem como às sugestões amigas que lhes chegaram de diversos pontos do país. Mas, não se pensou em destruir a estrutura íntima do opúsculo e a sua feição propositalmente elementar. A simplificação na grafia das palavras procurou obedecer ao decreto do Governo que a exigiu para os livros escolares. É claro que, neste particular, as dificuldades técnicas não foram somenos e, com muita probabilidade, sempre vencidas. C. N. São Paulo, janeiro de 1933 (NERY, 1934, p. 7).

Entre aspectos da materialidade do manual, seu formato tem 12,7 cm de largura, por 17,9 cm de altura e 1,6 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. No verso (1ª página), há a inscrição L. D. M. Q. e informações sobre a empresa[256] que realizou o impresso. O título do capítulo e o número de paginação (330) estão centralizados na parte superior.

TABELA 17 - SUMÁRIO DO MANUAL FILOSOFIA (PE. CASTRO NERY)

Secções	Capítulos
Índice Analítico	Programa de Filosofia do Ginásio Pedro II; Conselho para o estudante de Filosofia; Abreviações; A visão do ser; A Ontofilosofia
Livro Primeiro	Filosofia do ser sensível ou Estética
Livro Segundo	Filosofia do ser inteligente ou Lógica
Livro Terceiro	Filosofia do ser voluntário ou Ética
Livro Quarto	Filosofia do ser espiritual ou Psicologia
Livro Quinto	Filosofia do ser material ou Cosmologia racional
Livro Sexto	Filosofia do ser necessário e Teologia racional
Livro Sétimo	Filosofia do ser enquanto ser, ou Ontologia
	Epílogo (As Ciências Metafísicas)
	Esquema da filosofia (Quadro)
	Dicionário de filosofia[257]
	Bibliografia[258]
	Índice Alfabético
	Índice Onomástico

Fonte: Nery (1934). Elaborado pelo autor, 2020.

No item "Programa de filosofia do Ginásio Pedro II", apresenta uma relação de 40 temas filosóficos[259], bem como as subdivisões e a paginação para consulta no manual

[256] Este livro foi composto e impresso nas Oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", em São Paulo, para a Companhia Editora nacional, Rua dos Gusmões, 26-28-30, em fevereiro de 1934.
[257] Pequeno dicionário de filosofia. Assim como os que falam a língua portuguesa, temos obrigação de versar, com mão diurna e noturna, o Morais e o Aulete para conseguirmos um perfeito entendimento do termo lídimo e vernáculo, - do mesmo modo, e com igual amor, os que estudam a ciência das causas, devem meditar e assimilar a terminologia filosófica, a fim de alcançar uma exta compreensão dos Clássicos do Pensamento (NERY, 1934, p. 239).
[258] Citam-se nesta nota bibliográfica os autores que podem formar uma pequena base de estudos em cada uma das disciplinas de Filosofia. Sendo nos itens da lógica crítica, uma obra autoral; na ética, uma obra do líder católico Tristão de Athayde; e na introdução, estética e lógica dialética, três obras do pensador católico francês Jacques Maritain (NERY, 1934).
[259] Nota. São assinalados os números marginais. Dentro dessa numeração está contida toda a matéria exigida pelo programa oficial. Sem que se tenha, entretanto, um conhecimento metódico e suficiente das

(ex: 36 – Metafísica – Os grandes problemas – Principais correntes, 374-376; e 37 – Conhecimento – Cousa em si – Empirismo e racionalismo. Relativismo, 319-318). No item "Bibliografia", as obras são expostas por temas filosóficos e psicológicos, com indicação a três dicionários e 11 revistas estrangeiras. E no item "Conselho para o estudante de filosofia", expõe dez artigos e, em seguida, uma carta do filósofo S. Tomás de Aquino direcionada aos discípulos, indicando a necessidade de terem apreço ao saber e à tradição religiosa.

> **Conselho para o estudante de Filosofia**. 1º - Não transformar em exercício de memória o que deve ser questão de raciocínio. O caráter arbitrário dos programas e a lei do mínimo esforço aplicada ao temperamento do estudante propendem, na mór parte dos casos, a burlar do espírito filosófico e a rebaixar as lições ao nível primitivo dos papagueamento. Toda a boa vontade do filosofante deverá rumar num sentido contrário (NERY, 1934, p. 17, grifo do autor).

No campo editorial, entre as produções do autor, destacam-se: o manual escolar *Filosofia* (1931 e edições)[260]: *O problema Sceptico à entrada da gnoseologia Bergson* (1929); *O problema do conhecimento* (1932); *Programa de Ação Católica* (1933)[261]; *Evolução do pensamento antigo* (1936)[262]; e inúmeras obras apologéticas. Na revista *A Ordem* constam: *Estudo sobre a psychologia forense no Brasil* (1931); *Possessão, histeria e êxtase* (1933); e *A evolução do pensamento antigo, sua physionomia e suas conclusões* (1935).

> **Tres livros do padre dr. Castro Nery**. "O problema sceptico á entrada da gnoseologia – Bergson", "A cadeira vazia", e "Philosophia – Summario e Diccionario". Temos em mão as três obras publicadas pelo padre dr. José de Castro Nery, o ilustre prelado cujas recentes conferencias na Cathedral

partes restantes, não é possível possuir uma ideia, nem mesmo sumária, da filosofia. Siga-se a ordem do compêndio e não a do programa. C. N (NERY, 1934, p. 16).

[260] Conego Castro Nery. Manual de Philosophia. 2ª edição – O autor é catedrático de philosophia do Gymnasio do Estado de Campinas. Contém este volume todo o programma do Collegio Pedro II para o ensino da Philosophia. Livro bem acceito em todos os collegios e frequentemente recomendado pelos professores da matéria. Esta segunda edição, em cerca de 240 páginas, está feita em elegante cartonagem (LIVROS, 1932, p. 5).

[261] Tal obra sinaliza um instrumento estratégico no campo editorial, entre as da Ação Católica, pois ao posicionar o programa do movimento Ação Católica Italiano (ACI), orienta e organiza a representação das instituições e órgãos católicos em prol do projeto de restauração católica. Foi mencionado inúmeras vezes entre outros periódicos, dos quais se destacam: *O Estado de Florianópolis* (SC), *O Estado* (SC), *Diário de Notícias* (RJ), *A Gazeta* (SP), *O Imparcial* (RJ) e *O Lar Catholico* (MG) nas décadas de 1930 e 1940.

[262] Um grande livro. Com elle o seu autor vem decisivamente consolidar o seu renome de profundo sabedor das coisas de philosophia, renome não há muito grandeado com a sua formosa substanciosa these de concurso, sobre Bergson, que ficou como um estudo definitivo da matéria. Evolução do pensamento antigo é a história da philosophia desenrolada com extrema naturalidade (AIRES, 1936, p. 3).

> provisória, sobre psychologia, tanto interesse despertaram no nosso meio intelectual, e uma das figuras de maior destaque no clero do nosso país. [...] "Philosophia (Summario e Diccionario)" é, declaro autor, um resumo do "programma philosophico para usos dos apressados em vésperas de exame, ou breviário das prelecções mais amplas da classe". Está dividido em sete partes e reúne nas suas 235 páginas licções brasileiras de Esthetica, da Logica, da Ethica, Psychologia, da Cosmologia racional, da Theologia racional, da Ontologia e mais, um epilogo sobre as sciencias metaphysicas e finalmente o Diccionario de termos philosophicos. Outros dois livros publicará brevemente o dr. Castro Nery: "as ilusões da psychologia moderna" e "Bastão de peregrino" (TRES LIVROS, 1932, p. 2, grifo do autor).

Em relação ao manual escolar, consta uma menção, na seção "Literatura filosofica" do periódico carioca *O Jornal*, que sinaliza um breve artigo: a escassa literatura filosófica no país; o pensamento de Farias Brito e suas inclinações filosóficas; a Faculdade de Filosofia (SP) e a relação com a Universidade de Lovaina; a influência do pensamento tomista na formação; a representação tomista de docentes estrangeiros, como Van Acker e Alexandre Corrêa; e os bons compêndios de filosofia dos jesuítas Pe. Leonel Franca e Pe. Castro Nery (AIRES, 1936).

Entre os periódicos investigados nas décadas de 1930 e 1940, há menção do manual escolar do P. J. Castro Nery S.J., entre seções específicas dos livros ou editoras. Nesse caso, nos impressos cariocas: *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *A Ordem*, *Diário de Notícias*, e *A Escola Primária*; nos paulistas: *A Gazeta*, e *Correio Paulistano*; no catarinense: *Estado de Florianópolis*; no capixaba: *Diário da Manhã*; entre outros.

> Aos collegios. Novos livros escolares [...] Philosophia, summario e dicionário – de accordo com o programma official, pelo conego dr. J. de Castro Nery, cathedratico do Gynnasio do Estado, em Capinas. Volume cartonado [...]. Edições da Companhia Editora Nacional. Rua dos Gusmões 26 e 28 – Caixa Postal, 2734. São Paulo (AOS COLLEGIOS, 1931, p. 5).

O autor atua como assistente eclesiástico da Cúria Metropolitana (SP); membro da Academia Paulista de Letras (APL); membro relator do I Congresso Católico de Educação (1931); autor do hino oficial do IV Congresso Eucarístico Nacional (SP); membro do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus (SP); professor da Faculdade de Direito (SP); e conferencista.

> **Conferências do Revmo Pe. Dr. José de Castro Nery, na Faculdade de Direito**. Ainda em comemoração ao 4.º Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, será realizada amanhã, na sala "João Mendes Junior", da Faculdade de Direito, do largo de São Francisco, uma conferência que estará a cargo do revmoo. pe. dr. José de Castro Nery, membro da Academia Paulista de Letras

> e um dos mais consagrados oradores sacros da nossa archidiocese. O revmo. pe. dr. José de Castro Nery, subordinará a sua próxima conferência ao thema sugestivo: "Seriam consistentes as accusações que se movem contra os jesuítas em matéria literária?" (EM COMEMORAÇÃO, 1940, p. 7, grifo do autor).

Em relação à configuração dos sete temas abordados no manual escolar, aponta o livro primeiro, "Filosofia do ser sensível ou estética" (13 páginas), a noção de estética em Kant (como forma *a priori* da sensibilidade) e em Baumgarten (ciência do belo). No item "O belo", é indicada a definição em Platão, Aristóteles e Cousin. E no item "Arte", entre pontos específicos, são apresentadas a expressão sensível do belo; as artes plásticas e fonéticas; a matéria e a forma; as escolas do idealismo, realismo e espiritualismo; e suas regras. Depois, no item "Nota", constam seis referências que discutem os temas abordados de arte.

> Notas: a) Santo Tomaz, definindo a beleza com "spendor formae" [...]; b) O mesmo doutor medieval, com o seu agudo sentido das cousas, definiu a beleza, pelos seus efeitos, "id quod visum placet" *Summa Theol*., *I* [...]; c) a própria divisão das artes fonéticas e plásticas estão na *Summa*, *I-II* [...]; d) As regras de arte são menos regras do que processos, modos pelos quais ordinariamente desabrocha a beleza (NERY, 1934, p. 33, grifo do autor).

O livro segundo "Filosofia do ser inteligível ou lógica" (68 páginas), expõe os itens intitulados por "Parte primeira" e "A lógica dialética" (a ideia e o termo; juízo e preposição; raciocínio e argumento entre as provas e regras do silogismo). Depois da segunda parte, "A lógica metódica" (método; definição e importância; regras de Descartes; ciência e suas classificações em Aristóteles, Bacon e Ampère; e o quadro das ciências dividido em: I. Matemáticas; II. Físicas; III. Biológicas; IV. Morais; e V. Metafísica). E então, na terceira parte, "A lógica crítica" (a verdade; a evidência e a certeza; e o erro).

O livro terceiro, "Filosofia do ser voluntário ou ética" (14 páginas), apresenta o conceito de ética e sua relação *a posteriori* em Spencer e *a priori* em Kant; da moral geral entre os direitos fundamentais e sua relação do dever, sansão e direito; e da moral particular e sua relação entre as questões individuais, domésticas e sociais[263].

O livro quarto, "Filosofia do ser espiritual e psicológico" (117 páginas), é configurado pelos itens do Tratado primeiro — psicologia experimental (a ciência

[263] Nesse item, o autor indica para leitura: Affonso Arinos de Mello Franco, Introdução à Realidade Brasileira, Schimidt, Rio, 1933; Dom João Becker, O comunismo Russo e a Civilização Cristã, 2ª ed. Globo, Porto Alegre, 1930.

psicológica; a psicologia no Brasil (uma extensa lista de representantes e produções)[264]; fato psicológico e fisiológico; atividade sensível do ser espiritual (inclinação, evolução e paixão); atividade intelectual do ser espiritual (percepção, consciência, atenção, associação, memória, imaginação, ideia, juízo, raciocínio, instinto, hábito e vontade). Tratado Segundo — psicologia aplicada (aspectos físicos e morais; a linguagem e o pensamento; o eu e a personalidade. E o Tratado terceiro — psicologia racional (alma; liberdade e determinismo; conhecimento entre empirismo, racionalismo, empírico-racionalismo, relativismo, cepticismo e dogmatismo e intuição).

O livro quinto, "Filosofia do ser material ou cosmologia racional" (oito páginas), aponta o conceito de matéria em Berkeley, Kant e Hume; o conceito de espaço e tempo em Newton, Descartes e Kant; e a origem do mundo entre as teorias panteísmo, evolucionismo e criacionismo.

O livro sexto, "Filosofia do ser necessário e teologia racional" (11 páginas), apresenta os itens: existência de Deus entre a prova *a priori*[265] e *a posteriori*[266]; existência de Deus religião (nome, noção, fundamento e constituição); e ciência, filosofia, moral e religião (e suas relações intimamente unidas).

O livro sétimo, "Filosofia do ser enquanto ser ou ontologia" (nove páginas), aponta o conceito de ontologia; a noção do possível e impossível, de ato e potência, e a existência e a essência. Tudo isso nos itens: "Propriedade do ser" (unidade, verdade e bondade); "Categorias do ser" (substância e acidente, quantidade e qualidade, e ação e paixão); e "Causa do ser" (noção, condição e divisão).

E, por fim, o epílogo "As ciências metafísicas em Aristóteles" (duas páginas), indica a relação do método em Spinoza (não pode ser meramente *a priori*, pois não é só abstrato, o ser existente é real e deve ser observado) e em Descartes (deve ser baseado na experiência psicológica). Depois, indica as correntes filosóficas que debatem a metafísica (fenomenismo, espiritualismo, materialismo, idealismo, panteísmo ou monismo).

Nesse contexto, a estrutura concisa do manual por temas filosóficos demonstra certo rigor metodológico na formatação[267], que percorre os itens: bibliografia dos temas

[264] Entre intelectuais (católicos e leigos), constam: Henrique Greenen (psicologia geral); Jonathas Serrano, Leonardo Van Acker e Leonel Franca S.J. (psicologia pedagógica).
[265] Pelos filosóficos Santo Anselmo, Descartes e Leibniz.
[266] Entre as provas cosmológicas (aloilógica – mudar, Cineseológica – movimento em Aristóteles e teleológica – fim em Sócrates e Anaxágoras), e as provas psicológicas (eudaimológica – feliz, deontológica – obrigatória em Kant, e etnológica – povo) (NERY, 1934).
[267] Os sete temas de filosofia foram organizados pelos itens: noção; definição; classificação; regras; constitui-se; considerações; métodos; divisão; notas e outros. Tal estrutura aponta uma numeração hebraica (de 1 a 378) entre os subtítulos e alguns parágrafos.

específicos da filosofia; notas de rodapé (156)[268]; e um breve dicionário (primordiais) seguido por esquemas gráficos (formas geométricas e matemáticas), tabelas, quadros e a Árvore Porfiriana (desenho). Entre indícios do projeto de restauração católica, a posição das obras *Metafísica* (Aristóteles) e a *Suma teológica* (S. Tomás de Aquino) percorrem as discussões entre os temas (capítulos) conforme as regras dos professores de filosofia, instituídas pelo *Ratio Studiorum*.

As lacunas estão identificadas por termos, frases e notas em latim (tradução em alguns casos), seguidos pela ausência de imagens, exercícios ou espaço para escrever. Tais aspectos são recorrentes nos manuais de filosofia de autores eclesiásticos e laicos, sendo uma prática ordinária (com raras exceções) e não sendo um pré-requisito para autorização eclesiástica ou mesmo dos censores estatais pela CNLD.

4.2 AUTORES LEIGOS

4.2.1 Introdução à Filosofia Lógica (Leonardo Van Acker)

O manual escolar *Introdução à Filosofia Lógica*, do autor Leonardo Van Acker (1896-1986), inscrito pelo processo nº 38.840-40, após trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1941. Na capa, consta a seguinte redação: L. Van Acker. Título. Editores: Livraria Acadêmica – Largo do Ouvidor, 5-B – São Paulo. Saraiva & Comp. Na primeira página, tal redação é acrescida por dados do autor: Doutor em Filosofia Tomista – Doutor em Filosofia e Letras. Lente na Faculdade de Filosofia de São Bento (São Paulo), símbolo da editora, 1932. Depois, o prefácio mostra aspectos da intencionalidade do autor e orientações ao leitor.

> Êste trabalho é dedicado aos caros discípulos da Faculdade de Filosofia de São Bento, a cujo pedido foi escrito para servir de repertório das aulas e bases de estudos mais desenvolvidos. Sabendo por inquérito que os alunos, no período de iniciação, preferem doutrina positiva e coerente, sem lastro de dissertações críticas ou históricas capazes de impedir a clareza das nações elementares, conformá-mo-nos com tal desejo, reduzindo ao mínimo as discussões doutrinarias postulados; ficando assim excluída a diversão em lógica menor e maior, enquanto nesta última tradicionalmente se justificam as pressuposições lógicas. Nas relações entre filosofia estrita e sciências particulares não quisemos insistir, achando mais proveitoso desenvolver o assunto na introdução a filosofia natural e física. Faltou-nos tempo para compor o índice alfabético. A ortografia seguida é a oficial portuguesa, anterior ao acordo, pois, está ao menos se torna exequível com o vocabulário ortográfico e remissivo de A. R. Gonçalves Viana (4.ª ed.). Não formulámos exercícios de lógica,

[268] É importante mencionar que traz referência a produções autorais no periódico *A Ordem* (RJ); ao Código de Direito Canônico; e à obra *Divórcio*, do Pe. Leonel Franca S.J.

> julgando que tais meios didáticos, aliás imprescindíveis, hão de variar com o tempo, o critério do professor e o interesse dos estudantes. Aos autores e mestres, MERCIER, GREDET, MARITAIN, HUGON, devemos a melhor parte deste trabalho. Aos alunos que de qualquer modo nos ajudaram, os nossos cordiais agradecimento. A todos os que aprovarem os modestos intuitos pedagógicos desta obra, ficamos desde já obrigado, por qualquer sugestão ou crítica proveitosa. São Paulo, 1932. Autor (VAN ACKER, 1932, p. 5, grifo do autor).

No campo sócio-político-cultural, a representação de Leonardo Van Acker (filósofo belga-brasileiro) ocorre como professor catedrático na Faculdade de Filosofia de São Bento, professor da Faculdade de Direito na PUC-SP, membro fundador do Instituto Brasileiro de Filosofia (SP), membro da comissão de pedagogia do CDV de São Paulo e membro da comissão patrocinadora da Páscoa dos intelectuais em São Paulo.

No campo editorial, pelo recorte temporal da pesquisa, destacam-se as obras: *Curso de filosofia do direito* (sem data); *Introdução à filosofia lógica* (1932); e *Filosofia e educação de S. Tomás de Aquino* (1935), como a tradução *De Magistro* (1936)[269], seguidas por inúmeras publicações na revista *A Ordem* [270].

A menção do manual escolar na revista carioca *Fru-Fru* (registro mensalmente renovado do pensamento e da ação da nacionalidade em marcha) [271], pela seção "Bibliographia scientifica do mez", aponta, entre as edições, "Van Acker, (Leonardo): *Introducção á Philosophhia Lógica*. Liv. Academica, São Paulo" (BIBLIOGRAPHIA, 1933, p. 83). No período, consta uma crítica literária no periódico jesuíta português, *Brotéria* (Lisboa) – Revista Contemporânea de Cultura, pela seção "Bibliografia estrangeira".

---

[269] Os autores católicos atuam no campo editorial entre diversos setores interligados as letras católicas, permitindo os avanços da representação de tais impressos nacionais e estrangeiros sobre a militância, dessa forma, a tradução das obras clássicas demonstra a relação de poder sobre a palavra, como foi o caso da tradução *De Magistro*, de Santo Thomás de Aquino, um texto latino traduzido e anotado por Leonardo Van Acker, pela Livraria Odeon, São Paulo, 1936.

[270] Na revista *A Ordem* (RJ), apontam (no recorte temporal da tese): Introdução a metafísica thomista, 1929; Por que o Instituto Frederico Ozanam?, 1930; Filosofia e Pedagogia, 1930; De Hovre a pedagogia da educação, 1931; Sociologia ou socialismo, 1933; Chronica Pedagógica, 1933; A licção da moderna pedagogia Russa, 1933; O plano nacional de educação no Centro Dom Vital de S. Paulo, 1936; Filosofia política pan-americana, 1939; A encíclica *Divini Illius Magistri* e a educação humana, 1940; Haverá um critério objetivo da civilização?, 1941; Filosofia e progresso moral da humanidade, 1943; *Postcriptum* aos Estudos sobre Jacques Maritain, 1945; Escolástica e política, 1946; e Escolástica e política – a propósito do personalismo de Jacques Maritain, 1946. Na *Revista Brasileira de Pedagogia*, apontam: Um estudo sobre Educação Nova, 1934; Chonica pedagógica, 1934; Tendências atuais da educação, 1934; e As recompensas, 1943.

[271] Fru-Fru, na sua phase moderna, na sua phase que hoje se inicia, procura reunir em suas páginas todas as manifestações de atividade intelectual do homem, resumindo todas as conquistas do progresso e da sciencia numa synthese vibrante de dynamismo, trazendo no rumor de suas azas o ruídos do mundo (REGISTRO, 1933, p. 4).

> O A. consagra dezenas de páginas a noções de introdução a filosofia e reivindica a existência da filosofia como ciência. A divisão da filosofia que apresenta não é aquela que estamos habituados. A lógica, que afinal constitui o corpo da obra, estuda-a o A. com minucia e clareza. Dá, como é justo, importância particular ao estudo do raciocínio e às diversas formas que pode revestir. A disposição ordenada e a excelente apresentação facilitam muito estudo. Pelas qualidades apontadas e pela escassez de livros deste gênero em vernáculo a obra do Dr. Van Acker está destinada a prestar valioso serviço aos estudiosos portugueses e brasileiros (INTRODUÇÃO, 1933, p. 72).

E, depois, a periódico carioca *A Ordem*, pela seção "Correspondência", expõe uma relação de livros de língua portuguesa que orienta os leitores em torno da psicologia experimental, história da filosofia e filosofia em geral. Nesse caso, o manual escolar do autor L. Van Acker compõe a relação.

> A língua portuguesa ainda está muito pobre no que diz respeito a bibliografia de filosofia e psicologia experimental, e por esse motivo só lhe podemos fornecer uma lista muito reduzida. Quanto a filosofia lembramos. Leonardo Van Acker – Introdução à filosofia. Lógica – Livraria Acadêmica – SP (CORRESPONDÊNCIA), 1942, p. 371-372).

Entre os periódicos das décadas de 1930 e 1940[272], encontra-se uma relação de cursos e conferências proferidos pelo autor, intitulados: "Filosofia pedagógica"; "Princípios da doutrina social"; "Formação da consciência moral"; "Democracia"; "Classes sociais e cooperativismo"; "Imprensa católica"; "Filosofia e política pan-americana"; "O casamento religioso para efeito civil"; entre outros.

> Conferencias do dr. Leonardo van Acker. Amanhã, ás 10 e meia horas, o sr. Sr. Leonardo Van Acker, illustrado lente da Faculdade de Philosophia e Letras, dará início a uma série de conferências de Philosophia e pedagogia, na séde social do Instituto Frederico Ozanam. O thema da primeira conferencia é: "Objecto, necessidade e plano da Philosophia pedagogica" (CONFERENCIAS, 1930. p. 8).

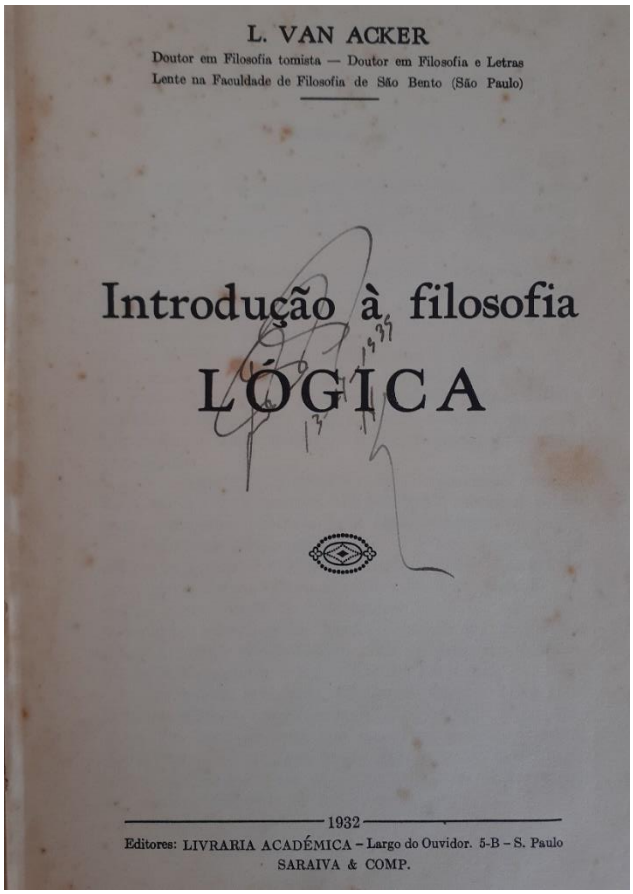
A atuação nos eventos católicos é marcada no I Congresso Católico de Educação[273]; no III Congresso Social; na I Semana Social Mariana; no I, II e III

[272] *Correio Paulista* (SP); *Jornal do Commercio* (RJ); *Gazeta de São Paulo* (SP); *A Ordem* (RJ); *A noite* (RJ); *Correio da Manhã* (RJ); *Correio de S. Paulo* (SP); *Diário Nacional* (SP); *A Cruz* (RJ); entre outros.

[273] O tema geral foi: O catolicismo como base filosófica, como fundamento pedagógico, como laços sociais, com solução dos problemas educacionais contemporâneos, realizado em setembro de 1935, no Rio de Janeiro. Entre os relatores e conferencistas, constam P. Castro Nery, Dr. L. Van Acker, e Dr. Jonathas Serrano, respectivamente (autores de manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD), constituindo uma rede de sociabilidade entre os representantes da cultura católica no país.

Congresso do CDV de São Paulo; e na Semana de Estudos Universitários, promovida pela AUC. Em relação à participação e ação nas instituições e nos órgãos católicos, temos: Liga dos Professores Católicos; AUC; CDV de São Paulo; Ação Social dos Católicos; Centro Operário Católico Metropolitano; Escola de Serviço Social; e ICES.

FIGURA 8 - FOLHA DE ROSTO DO MANUAL: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA LÓGICA



Fonte: Van Acker (1932).

Quanto à materialidade do manual, ele tem o formato de 15,3 cm de largura, por 22,4 cm de altura e 2,4 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. E na parte superior, a inscrição do tema, autor e paginação (332), seguidos pelo termo Lógica N. 1 ao N. 20 (a cada 15 páginas) na parte inferior da página.

TABELA 18 - SUMÁRIO DO MANUAL INTRODUÇÃO À FILOSOFIA LÓGICA (L. VAN ACKER)

Secções	Capítulos
Tema I	Noções de Introdução à Filosofia (Existência da filosofia como ciência; Divisão da filosofia; Relação entre filosofia e ciências particulares; e a Filosofia e Teologia)
Tema II	Lógica: Introdução Geral à Lógica
	Lógica Formal: Termo mental/oral; Preposição oral/mental; e Argumentação mental
	Lógica Material: Termo oral/mental; Preposição; e Argumentação demonstrativa/hipotética/sofística

Fonte: Van Acker (1932). Elaborado pelo autor, 2020.

O tema I, "Noções de introdução à filosofia"[274] (60 páginas), apresenta quatro definições de filosofia: a crítica dos postulados das ciências particulares; os estudos das essências e existências dos objetos ou das causas; o estudo dos seres como seres, das causas na totalidade; e o conhecimento de todas as causas pelos primeiros princípios. Depois, organiza os subtítulos nas discussões sobre: existência da filosofia como ciência; divisão da filosofia; relação entre filosofia e ciências particulares; e filosofia e teologia[275].

O tema II, "Lógica" aponta um conjunto de itens: "Introdução geral à Lógica" (248 páginas), indica sua definição (é ciência do objeto do raciocínio, bem como é diretivo e próprio raciocinar), seguida pela divisão entre lógica formal (quanto à disposição dos elementos) e lógica material (quanto aos próprios elementos). Após, o item "Notas complementares", expõe definição, divisão e valor da lógica e a lógica formal (valor). Por fim, o item "Autores recomendados" cita as obras[276]: *Petite logique*, em Jacques Maritain (1923); *Lógica, em* e*lemental philosophiae aristotelico-thomisticae*, em Joseph Gredt (1926); *Lógica, em cursus philosophiae thomistacae*, em Édouard Hugon (1928); e *Loquique*, em Désiré Joseph Mercier (1922).

[274] Pontos de materialidade: notas sem tradução 22 em francês, 18 em latim e 1 uma em grego; as frases são, respectivamente, duas em francês e latim; e os termos foram 15 em francês e um em grego. Constam enumeradas as Notas de Rodapé (de 1 a 66), algumas nos idiomas francês e latim, tendo espaço privilegiado as bibliografias e outras informações.

[275] Consta na Nota de Rodapé (66) do referido tema a menção do artigo – A história da filosofia na doutrina de S. Tomás (Revista de Cultura, Rio, maio de 1927), do Pe. Leonel Franca S.J.

[276] Jacques Maritain, filósofo francês defensor da neoescolástica, pelo Humanismo Integral. E os autores Josephus Gredt O.S.B. (Frei da Ordem de São Bento), Édouard Hugon O.P. (Padre Dominicano), e Désiré Josep Mercier S.J. (Cardeal da Igreja Católica) tiveram as obras expostas aos sensores católicos (*Imprimatur* ou *Nihil Obstat*).

Na primeira estrutura a “Lógica Formal” (148 páginas), compõem o capítulo I (termo) os artigos I e II (termo mental e termo oral). O capítulo II (a proposição), os artigos I e II (proposição mental, proposição oral e argumentação) e o artigo único (argumentação mental). A organização dos textos aponta uma padronização que percorre a obra. Os subtítulos (nas laterais do texto) anunciam a divisão da lógica e, depois, o item “Explicação” permite ao leitor se aproximar dos conhecimentos gerais e específicos de lógica como instrumentos no desenvolvimento das premissas, preposições e exemplos.

> Capítulo I. O Termo. Definição do Termo: Último elemento lógico em que se decompõe a argumentação. EXPLICAÇÃO: a) O termo é o elemento lógico terminado (daí “termo”, “terminus”) a decomposição da argumentação. Ex: a argumentação: Todo homem é mortal. Todo racional é homem. Logo, todo racional é mortal. Decompõe-se em três proposições, as quais, divididas, têm como elementos últimos os termos: mortal, (todo) homem, (todo) racional. b) não confundir termo lógico e termo gramática, pois o que logicamente é simples pode ser divisível gramaticalmente. Ex. todo racional é logicamente simples e composto gramaticalmente. Diremos ainda o que se deve entender por logicamente simples (ver definição do termo mental) (VAN ACKER, 1932, p. 75, grifo do autor).

Tal exposição torna-se primordial no desenvolvimento da argumentação lógica, seguido pela estruturação de inúmeros exemplos (esquemas gráficos, quadros e símbolos geométricos). No item “Notas complementares”, a organização dá-se pelo resumo dos temas, que permite sinalizar alguns referenciais e novos exemplos, sendo conciso no processo de fortalecer as discussões lógicas.

> Notas Complementares. 1) sobre a definição da preposição. Evitamos, enquanto possível, as complicações da lógica com a psicologia. Donde, reservamos para esta última a questão da existência ou não existência dum conceito formal ou verbo mental peculiar a preposição (cfr. Maritain o c. n. 37, b) (Hugon p. 120). 2) sobre a divisão das proposições na lógica. Omitimos as divisões acidentais do ponto de vista da qualidade acidental (verdade, êrro); da matéria (necessária, contingente); da origem (mediata; imediata); por descabida na lógica formal. (cfr. Maritain n. 51, e.) (VAN ACKER, 1932, p. 143).

Entre os temas da lógica, o silogismo é uma das argumentações que ocupa espaço privilegiado na obra, pois tem extensão nos subitens: “Divisões essenciais do silogismo”; (essencialmente em categórico e hipotético); “Silogismo categórico” (argumentação em que, pelo antecedente unindo dois termos ao mesmo terceiro é inferido o consequente unindo os ditos termos entre si); “Silogismo hipotético” (argumentação em que a primeira premissa é a proposição hipotética, da qual a segunda premissa e a conclusão põem ou

dispõem um membro); e "Divisões acidentais do silogismo". Entre os itens, consta ainda "Notas"[277], que apresenta argumentos lógicos e expõe premissas ou preposições que configuram as premissas lógicas.

Na segunda estrutura a "Lógica Material" (100 páginas), temos: o capítulo I (termo), com os artigos I, II e III (o termo mental – 1ª parte; o termo oral; e o termo mental – 2ª parte); o capítulo II (a preposição); e o capítulo III (argumentação) com os artigos I, II, e III (demonstração ou argumentação demonstrativa; argumentação hipotética ou provável; e argumentação sofística). A organização dos textos percorre a estrutura anterior, com exposição das especificidades da lógica material.

Nesse caso, entre os artigos do capítulo I, são expostos definição, divisão, propriedade e conceito do termo mental, seguidos pelo esquema gráfico da classificação da Árvore de Porfírio; regras, divisão e subdivisão que compõem o termo oral entre os exemplos; além de substâncias, quantidade, qualidade e relação que demonstram novas discussões sobre o termo mental. Após o capítulo II, a proposição é seguida pelas regras da predicação.

> A preposição. Na lógica formal, estuda-se a proposição nas feições ou formas essenciais ou acidentais que reveste e pode influir na forma da argumentação. [...] Na lógica material, a proposição é considerada como elemento ou matéria, podendo afectar o valor da argumentação, sem embargo da forma ou recta disposição dos elementos dessa. [...] Sendo a proposição elemento complexo da argumentação, o seu valor depende dos elementos materiais que a compõem e são o sujeito e o predicado (VAN ACKER, 1932, p. 279).

Por fim, os artigos do capítulo III, mostram a divisão das seguintes argumentações: demonstrativa, cuja conclusão é necessariamente verdadeira; hipotética, cuja conclusão é possivelmente verdadeira, podendo ser suposta e provada ou provável; e sofística, que, devido aos seus vícios de forma e matéria, dá-se impossivelmente verdadeira. Tal estrutura, entre divisão, demonstração, regras, inúmeros exercícios e o item "Notas complementares", demonstra o método e as interferências do sofisma na argumentação lógica.

Essa configuração do manual privilegia o estudo da lógica (raciocínio de argumentos válidos ou falaciosos pela relação dos conceitos e operações do pensamento),

[277] Notas: 1) o silogismo condicional é o mais importante dos silogismos hipotéticos. A prova é que a êle se reduzem o silogismo disjuntivo e o conjuntivo. Ex. Um ângulo é recto ou agudo ou obtuso. Ora é recto, logo, não é agudo nem obtuso. Red: Se um ângulo é recto, não é agudo nem obtuso. Ora um ângulo é recto. Logo, não é agudo nem obtuso (VAN ACKER, 1932, p. 195).

a partir do rigor metodológico na formatação[278], ao expor as obras estruturais dos autores Jacques Maritain, Joseph Gredt, Édouard Hugon e Désiré Joseph Mercier. Permite ainda constatar inúmeros exemplos de lógica (latim e francês), quadros, tabelas e notas de rodapé (munidas de referências complementares).

As lacunas da ausência do item "bibliografia" são superadas pela exposição das obras no corpo do texto e notas de rodapé. No entanto, há excesso de frases/termos em latim e francês (sem tradução), seguidos pela ausência de exercícios, imagens, espaço para anotações e outros.

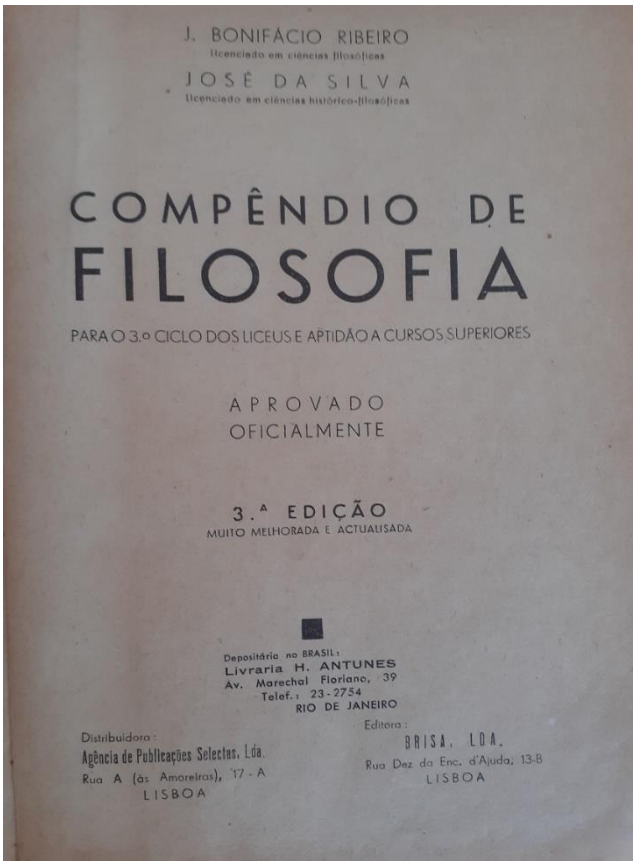
4.2.2 Compêndio de Filosofia (José B. Ribeiro; José da Silva)

O *Compêndio de Filosofia*, dos autores José Bonifácio Ribeiro e José da Silva, inscrito pelo processo nº 17.744.40, após trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1946. Na capa, consta a seguinte redação: J. Bonifácio Ribeiro e José da Silva (símbolo com três colunas gregas e um papiro com a frase *cogito ergo sum*), título. Para o 3º Ciclo dos Liceus e Aptidão a Cursos Superiores. Aprovado Oficialmente em Portugal e no Brasil. 3ª Edição muito melhorada e atualizada (símbolo da editora). Distribuidora: Agência de Publicações Selectas, Ltda, e a Editora: Brisa, Ltda[279].

[278] Organizado por temas que sinalizam os capítulos e os respectivos artigos, que se interligam aos itens: definição, divisão, subdivisão, propriedade, relação, regras, notas complementares, entre outros; foram inúmeros esquemas gráficos, formas geométricas e tabelas acompanhadas pelo item explicação.

[279] Constam os respectivos endereços da Agência: rua A, às Amoreiras, 17-A, telefone 66496; e Editora: Lisboa. (Rua Damião de Gois, nº 13-B, ex. – rua Dez da Enc. d`Ajuda, Lisboa).

FIGURA 9 - FOLHA DE ROSTO: COMPÊNDIO DE FILOSOFIA



Fonte: Ribeiro; Silva (1948)

Na trajetória da 1ª e da 2ª edição, o manual escolar foi intitulado *Compêndio de Filosofia para o 7ª ano e aptidões aos cursos superiores* (Lisboa), porém, na 3ª edição foi retirada a expressão "7º ano" e incluso pela editora, de forma estratégica, o 3º ciclo dos liceus (7º, 8º e 9º anos). Nesse caso, segue análise crítica literária do periódico português *Brotéria* (Lisboa) – Revista Contemporânea de Cultura.

> É inegável a dificuldade dum trabalho desta natureza. E, no entanto, a rapidez com que se esgotou a 1ª edição prova que esta obra superou a mediocridade. Nesta 2ª edição, houve cuidado em corrigir notavelmente a linguagem, suprimir certos assuntos de especialização e acrescentar outros de ordem prática, como maior harmonia do conjunto. Perseguindo de perto, todas as alíneas do programa oficial [...], evidentemente, um poema de vôo livre e geral que arrebata a gente moça na paixão de sabedoria. Simples gramática de conceitos, procurou ser claro, conciso, metódico e objetivo – e é-o, no conjunto, para elogio dos seus autores. É visível na solidez da doutrina, a armadura escolástica. [...] Uma concisa indicação bibliográfica, ao fim de cada tratado, valorizaria imenso o Compêndio (COMPÊNDIO, 1944, p. 112).

A 3ª edição (objeto da análise) aponta na 1ª pagina um acréscimo de informação em relação ao campo editorial, sendo proferida a Depositária no Brasil: Livraria H.

Antunes e a Oficina Gráfica[280]. E, depois, o preâmbulo da 2ª edição de 1943 e o prefácio da 3ª edição, de outubro de 1947.

> Só agora aparece esta edição – imperiosa exigência do Ensino – em virtude de termos aguardado a publicação da recente Reforma do Ensino Liceal e, pretendermos integrar o nosso trabalho no espírito dos novos programas, o que se impunha pela posição que o nosso Compêndio ocupa – aprovado oficialmente – e preferido por Professores e alunos pela sua clareza de exposição e segurança da doutrina. No intuito de "produzirmos sempre mais e melhor" a nova edição, apresenta sobre a anterior, modificações consideráveis, umas exigidas por razões metódicas e outras, pela própria experiência pedagógica. Assim, por um lado, ligaremos o estuda das Ciências Psicológicas, segundo o método psicológico, isto é, tratando primeiro dos fenômenos psíquicos como são – psicologia experimental – e em seguida da maneira como eles devem ser – Lógica, Moral e Estética. Só depois nos ocuparemos dos problemas transcendentes de Metafísica, após justificarmos a possibilidade da mesma na teoria do conhecimento. Por outro lado, sistematizamos os assuntos tratados, ampliando uns, resumindo outros e ordenando-os a todos, de modo a mantermos, com justiça, o lugar que o nosso trabalho ocupa entre todos os leitores que o conhecem. Outubro de 1947. Os autores (RIBEIRO; SILVA, 1947, p. 7-8).

Entre aspectos de materialidade do manual, o formato tem 14,6 cm de largura, por 20,8 cm de altura e 2,7 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. A paginação (451) é centralizada na parte inferior. Entre as páginas (parte superior centralizado), o título do capítulo (frente) e a obra (verso). Depois, no prefácio da 3º edição, está anexada uma tira no tamanho de ¼ de página em cor azul, que cita dados da oficialização pela CNLD, além do índice onomástico dos autores. E nas últimas páginas, o item "Erratas" informa as correções (número da página, linha, onde se lê e leia-se).

TABELA 19 - SUMÁRIO DO MANUAL COMPÊNDIO DE FILOSOFIA (J. B. RIBEIRO; J. SILVA)

Secções	Capítulos
Introdução Geral	Filosofia
Livro I	Psicologia
Livro II	Moral
Livro III	Estética
Livro IV	Teoria do Conhecimento
Livro V	Metafísica

Fonte: Ribeiro; Silva (1948). Elaborado pelo autor, 2020.

[280] Constam os respectivos endereços da Livraria: Av. Marechal Floriano, 39. Tefel.: 23 – 2754. Rio de Janeiro; e da Oficina: Of. gráf. de "A Planeta" – R. do Sol. A Stª Catarina, 30-B Tel. 29707.

A introdução geral (15 páginas) apresenta a filosofia como ciência que se preocupa com as exigências mais profundas da razão humana (natureza, alma e Deus); o objeto e sua relação com as demais ciências; as formas de conhecimento — vulgar, científico, filosófico e teológico; e sua divisão e método, sendo a psicologia como raiz das ciências filosóficas. Tal exposição permite ao leitor entender os conceitos de filosofia e ciência, alguns problemas filosóficos e, ainda, visualizar um esquema gráfico das ramificações da filosofia.

O livro I, "Psicologia" (196 páginas), aponta expressiva estruturação por títulos, capítulos e seus respectivos subcapítulos. Os títulos compreendem "Noções Gerais I", "Vida Cognitiva II" (conhecimento sensitivo e intelectual), "Vida Afectiva III" e "Vida Activa IV", seguidos por capítulos que centralizam as noções, métodos e classificação dos temas.

Em seguida, os subtítulos apontam, entre discussões centrais[281], a noção de consciência, personalidade, sensação, percepção, associação, imaginação, memória, inteligência, abstração, juízo, raciocínio, emoção, instinto, hábito, automatismo psicológico e vontade, natureza da liberdade, paixões, espécie e origem das ideias[282], relação entre a vida efetiva e a vida intelectual e o valor objetivo do conhecimento racional.

O livro II, "Lógica" (86 páginas), é estruturado pelos títulos "Objetcto e Divisão da Lógica I", "Lógica Formal II" e "Lógica Material III". Ao todo, são nove capítulos que expõem as definições de lógica, psicologia e moral; as noções gerais da lógica (do conceito, do juízo e do raciocínio – dedução, indução e silogismo); e a logística pela teoria de Hamilton. Depois, há a classificação das ciências (Aristóteles, escolástica, Bacon, Ampère, Comte, Spencer e Wundt)[283]; a metodologia geral; os métodos específicos

[281] Entre pontos específicos, destacam-se: os testes no processo de observação objetiva (ingleses, franceses e americanos); os argumentos que permitem a medida de atenção; a distinção da sensação e seus atributos; os erros da percepção que apontam as ilusões e alucinações; o desenvolvimento das faculdades mentais pelo médico alemão Gall; e as noções de inteligência sob ponto de vista biológico em Stern, educativo em Buckinghan, empírico em Thrornedike e faculdade em Terman.

[282] Em relação aos problemas da origem das ideias gerais, as correntes filosóficas (ontologismo, inatismo, tradicionalismo, sensualismo, racionalismo e intelectualismo) e sua relação às ideias metafísicas. As discussões sob o valor objetivo do conhecimento racional no realismo e idealismo e as sob o valor das ideias ou problemas dos universais, entre o nominalismo, realismo exagerado, conceptualismo e realismo moderado (RIBEIRO e SILVA, 1947).

[283] Aristóteles foi o primeiro filósofo que apresentou uma classificação, distinguindo em três grupos: teóricas, práticas e poéticas; a filosofia escolástica agrupou as sete artes liberais, entre o *Trivium* e *Quatrivium*; Bacon propôs uma classificação de caráter subjetivo pelas faculdades humanas, sendo as ciências: memoria, imaginação, razão – filosofia; Ampère a classificação objetiva, ente ciências: cosmológicas e noológicas; Comte a classificação pelos fenômenos simples aos complexos, e gerais às

(matemáticas, ciências da natureza e morais); os sofismas (a verdade e o erro); e a noção e o valor do conhecimento científico.

O livro III, "Moral" (47 páginas), apresenta os títulos "Noções Preliminares I", "Moral Geral II" e "Moral Especial III". Os temas seguem entre noções preliminares, métodos e divisões que aproximam o leitor de argumentos da filosofia moral. Nesse caso, a estrutura de investigação é composta pelos subtítulos que abordam o fim último da moral[284] (felicidade); as formas de direito (objetivo e subjetivo); a caridade (não deveres da justiça); e as leis que podem distinguir-se.

> A lei eterna, que se estende a todas as criaturas do universo, aplicada, em especial, ao homem, tem o nome de lei natural, que não é outras coisas que o conjunto de normas que o homem deve trilhar para conseguir o fim para que foi criado [...]. As leis positivas são os dez mandamentos e as leis positivas humanas podem ser eclesiásticas e de ordem civil, política e econômica [...]. A existência da lei natural [...], consta do testemunho da consciência que nos atesta que não podemos deixar de pronunciar certos juízos que exprimem as nossas obrigações morais e aos quais não podemos fugir sem remorsos (RIBEIRO; SILVA, 1947, p. 327-328).

No livro III, "Estética" (cinco páginas), há uma breve apresentação da natureza da arte (ciência normativa, que orienta a vontade para o bem e a lógica, que dirige a inteligência para a verdade); da beleza (sob os pontos de vista dos efeitos que produz em nós e pelos caracteres que a constituem); e da relação entre arte e moral (o fim da arte é a expressão da beleza e o fim da moral é pregar a virtude de bem).

O livro IV, "Teoria do conhecimento" (dez páginas), para Ribeiro e Silva (1947, p. 373), segue "investigando se somos capazes de atingir a verdade, e determinando que verdades podemos conhecer". Dessa forma, é exposta a possibilidade do conhecimento pelo ceticismo ou dogmatismo (exagerado ou moderado). A discussão entre os limites do conhecimento ocorre de modo que só podemos conhecer os objetos percebidos pelos nossos sentidos e suas experiências (sensualismo, positivismo, empirismo e

---

partículas, sendo as ciências: matemáticas, astronomia, física, química, biologia e sociologia; Spencer procurou aperfeiçoar as bases de Comte e classifica as ciências: abstratas, abstrato – concretas, e concretas; e por fim, Wundt classifica as ciências reais (de natureza e espírito) e formais ou ideais (RIBEIRO e SILVA, 1947).

[284] Os principais sistemas morais organizados em três categorias: os utilitaristas, que colocam o supremo bem do homem no prazer (hedonismo, epicurismo, utilitarismo pessoal e social), sendo criticados, pois o prazer nunca foi um fim; os sentimentalistas ou altruístas, que colocam o supremo bem do homem no culto dos sentimentos desinteressados (moral da humanidade, da piedade, da solidariedade, da honra e da simpatia), sendo criticados, pois supõem uma regra superior moral aos sentimentos; e os racionais, que colocam o supremo bem na perfeição da nossa natureza racional (eudemonismo racional – Aristóteles, estoicismo – Zenão e Marco Aurélio, moral kantiana e moral tomista). E, depois, a pontos da moral pessoal, social e econômica.

associacionismo), ou na defesa da possibilidade de conhecer apenas as nossas ideias (idealismo). E o valor do conhecimento acontece pelo relativismo teórico (verdade é relativa) e pragmatismo (verdade varia com utilidade).

O livro V, "Metafísica" (50 páginas), aborda a ciência das primeiras causas e os princípios em Aristóteles, fazendo divisão pelos títulos: "Psicologia Racional I"; "Ontologia II"; "Cosmologia III"; e "Teodiceia IV". Na psicologia racional, a relação entre o corpo e a alma não é um acidente para o dualismo de Platão, Descartes, Malebranche e Leibniz em oposição ao monismo. A alma é foco central na discussão sobre existência, natureza indestrutível, prova da imortalidade e atributos. Na ontologia, o objeto é o ser (uno, transcendental e imanente, análogo e não de gênero), sendo exposto às categorias da alma em Aristóteles.

Na cosmologia, é indicada a noção de movimento, tempo e espaço. E também a natureza do tempo e do espaço em Descartes, Malebranche, Newton e Clarke (realismo exagerado), Leibniz e Kant (idealismo), Poincaré, James e Blondel (ativismo), Bergson e Einstein (novo realismo). Por fim, na teodiceia, há o estudo de Deus pela razão (noção, natureza e demonstração da existência) e a relação do mundo e do homem com Deus. As doutrinas panteístas apontam suas modalidades em Plotino (emanatista), Spinoza (absoluto), Fichte, Schelling e Hegel (evolucionismo). E, ainda, a relação do homem com Deus.

Tal estrutura do manual lisboense privilegia os temas filosóficos psicologia, lógica, moral, estética, teoria do conhecimento e metafisica, a partir de certo rigor metodológico na formatação [285], com predomínio de esquemas gráficos, formas geométricas, tabelas e exemplos de argumentos de lógica e desenho do cérebro (faces interna e externa). Entre as intencionalidades no campo editorial brasileiro, constam as adequações instituídas pela legislação educacional, que permite que seja autorizado pela CNLD.

As lacunas pela ausência do item "bibliografia" percorrem as notas de rodapé ou texto (raras), com expressões em outros idiomas (sem tradução). Além disso, não existem exercícios, textos complementares, espaços para anotações e outros, sendo essa uma característica dos manuais de filosofia no período.

[285] Organizado por temas que sinalizam os títulos dos capítulos e se interligam aos itens: definição, noção, objeto, divisão, relação, método e características, entre outros, como a numeração hebraica que facilita o manuseio dos capítulos e subcapítulos.

4.2.3 Compêndio de Filosofia (Henrique Geenen)

O manual escolar *Compêndio de Filosofia*, do autor Henrique Geenen, inscrito pelo processo nº 42.839-41, após os trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1946. Na primeira página, consta a seguinte redação: Título. De acordo com o programa oficial por Henrique Geenen. Dr. em Filosofia, Membro da Sociedade de "História Internacional" de França e da sociedade allemã "Pro Arte et Scientia", e da "Sociedade de Filosofia" de S. Paulo, professor de Filosofia do Ginásio Anglo-Latino e no Colégio Independência. 2ª Edição, revisada por J. Cruz Costa. (símbolo editora). Livraria Teixeira Vieira Fonte & Cia[286].

No verso da página, pelo título "Publicações do autor", são expostas 11 obras[287]. Consta ainda uma longa nota em francês do autor, intitulada *La vaghe et la pensée* (sem tradução). Prefácio do Revisor (SP, 1933), assinado por Cruz Costa. Prefácio da 1ª edição – A Filosofia e a Nova Reforma da Lei do Ensino Secundário (SP, 1926), pelo autor.

> Prefácio do revisor. Pouco antes de falecer, pedira-me o meu saudoso mestre e amigo, o Dr. Henrique Geenen, que eu fosse anotando as incorreções que existiam no texto da primeira edição e as modificações que se poderiam introduzir no mesmo. Já se esgotará a primeira edição e era intenção sua apresentar a segunda em meados desse ano. [...] Procurei, assim, fazer a revisão do Compendio de Filosofia, tendo sempre em vista o texto anterior. [...] O meu maior desejo é que este Compendio continue a encontrará entre os meus jovens patrícios, ao menos alguns que sintam neles nascer o gosto pelo estudo da filosofia, tão lamentavelmente desprezado entre nós (GEENEN, 1933, p. 7).

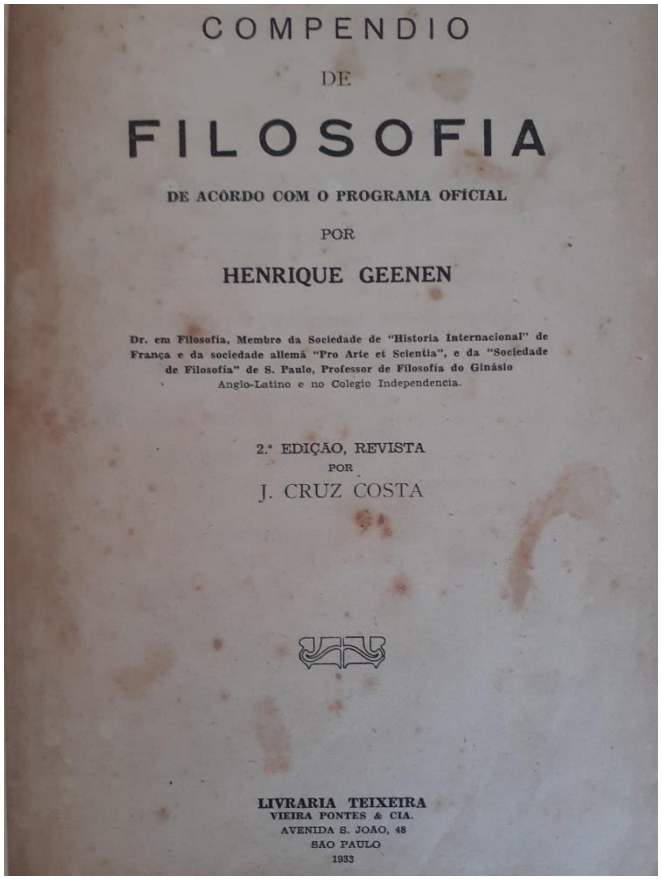
Entre aspectos de materialidade do manual, o formato tem 14,1 cm de largura, por 20,9 cm de altura e 2,7 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. O índice impresso nas últimas páginas tem uma nota que o antecede: "Pedimos a complacência dos leitores para os erros tipográficos que se verificaram, apezar dos cuidados que dispensamos ao trabalho de revisão". A paginação (420) é centralizada na parte superior.

---

[286] Segue o endereço da livraria (impresso): Avenida S. João, 48. São Paulo. 1933.

[287] Questões de Gramática Latino-Portuguesa (estudo filológico à luz de Plauto); A Reforma do Ensino Secundário (crítica do projeto do Congresso do Ensino Secundário); Empirismo e Racionalismo (origem das ideias universais); Independência Intelectual e Energia da Vontade; Pedro Jangadeiro (contos e provérbios comentados); Aventuras Tragi-cômicas de uma família durante a Revolta de 1924 (ilustração de Belmonte); Compendio de Psicologia (3ª edição); Temperamento e Caráter; Filologia Germânica (These); Dois Filósofos Sul-Americanos; e Palestras Filológicas. Obs: Algumas obras têm o valor expresso.

FIGURA 10 - FOLHA DE ROSTO: COMPÊNDIO DE FILOSOFIA


COMPENDIO

DE

FILOSOFIA

DE ACÔRDO COM O PROGRAMA OFÍCIAL

POR

HENRIQUE GEENEN

Dr. em Filosofia, Membro da Sociedade de "Historia Internacional" de França e da sociedade allemã "Pro Arte et Scientia", e da "Sociedade de Filosofia" de S. Paulo, Professor de Filosofia do Ginásio Anglo-Latino e no Colegio Independencia.

2.ª EDIÇÃO, REVISTA

POR

J. CRUZ COSTA

LIVRARIA TEIXEIRA

VIEIRA FONTES & CIA.

AVENIDA S. JOÃO, 48

SÃO PAULO

1933

Fonte: Geenen (1933).

Há menção ao manual escolar nos periódicos *Correio Paulistano* (SP) (1926-1928) e *O Imparcial* (MA) (1933)[288]. E também menção a conferência "O 1º centenário da morte de Frederico Hegel" nos periódicos *A Democracia em Marcha* (SP) (1931), e *A Gazeta* (RJ) (1931), como a "Conferência sobre Goethe no Diário Nacional", pela *Democracia em Marcha* (SP) (1932); E outros títulos são encontrados nos periódicos cariocas *O Jornal* (1931) e *Diário da Noite* (1931).

> O Sr. Henrique Geene dedica-se, de longa data, a estudos de philosophia. Os seus livros, atinentes a essa matéria, são muito conhecidos, pois que o A., sendo professor de vários estabelecimentos de ensino secundário, tem publicado os seus trabalhos em forma de compendio, destinados a prestar relevantes serviços aos estudantes e professores. Este "Compendio de philosophia", não tem por escopo crear philosophos; mas "despertará, com bem diz o autor, em algumas mentalidades predispostas, o gosto das especulações generalizadas, pelo qual a humanidade se livra acima dos

[288] Livraria Moderna, de Guimaraes & Sobrinho. [...] Livros escolares recebidos pelo último vapor. [...] Geenen, Compendio de Philosophia (LIVRARIA, 1933, p. 16).

> pequeninos interesses da vida cotidiana, desejosa de fazer mentir a poeta, quando ironicamente escreve que a insciência humana é lei nunca infringida". O trabalho apresente excellente aspecto graphico (LIVROS, 1926, p. 7).

A organização dos temas filosóficos que configuram a estrutura do manual escolar permite ao leitor adentrar nos princípios que regem as questões primordiais da essência e existência humana, seguindo a edificação de tais fundamentos entre correntes filosóficas que percorrem a história da filosofia.

TABELA 20 - SUMÁRIO DO MANUAL COMPÊNDIO DE FILOSOFIA (HENRIQUE GEENEN)

Secções	Capítulos
Capítulo Preliminar	Filosofia
Primeiro Tema	Psicologia
Segundo Tema	Lógica
Terceiro Tema	Estética
Quarto Tema	Ética
Quinto Tema	Metafísica

Fonte: Geenen (1933). Elaborado pelo autor, 2020.

O capitulo preliminar, "Filosofia" (nove páginas), expõe uma breve introdução que possibilita ao leitor reconhecer a etimologia e a definição da filosofia, a relação entre filosofia e as ciências e, ainda, a distinção da filosofia de metafísica e religião. Alguns aspectos históricos da filosofia e sua divisão, entre psicologia experimental e suas aplicações práticas, lógica, moral, estética e as investigações metafisicas também são citados.

O primeiro tema, "Psicologia" (179 páginas), é configurado em 21 capítulos e a conclusão. Essa configuração demonstra a contextualização dos termos empregados, bem como a relação intrínseca de fundamentos filosóficos e psicológicos que edificam as teorias. Os subtítulos possibilitam adentrar nas questões específicas da psicologia, como representantes[289], período, local, produções, método, entre outros. Nesse caso, os assuntos desenvolvidos em psicologia[290] são:

[289] Entre os filósofos, destacam-se Aristóteles, Kant e Descartes, seguidos por menor incidência por Hipócrates, Zenão, Demócrito, Montaigne, Comte, Leibniz, Bergson, Condilac, Spencer, Wundt, Bain, Schopenhauer, Foucault, Biran, Henrig, Stumpf, James e Wundt. Os sociólogos foram Weber e Durkheim, e os psicólogos compõem uma lista extensa, não sendo objetivo mencioná-la.

[290] Após o desenvolvimento dos respectivos capítulos, consta uma breve conclusão, que permite demonstrar os avanços da psicologia nos séculos XIX e XX, sendo conquistas definitivas e importantes para o domínio

> 1. Objeto e Evolução; 2. Método de Psicologia; 3. Fatos Psíquico, suas condições; 4. Sistemas nervoso e vida Psíquica; 5. A Consciência; 6. Subconsciência; Inconsciência. Atenção; 7. Sensação. Sensibilidade; 8. Sentido Externo e Internos; 9. Percepção: Ideia do Mundo e do Eu; 10. Imaginação e Sonhos; 11. Memória e Associação de Ideias; 12. Ideação e Juízo; 13. Raciocínio e Razão; 14. A Linguagem; 15. Fenômenos Afetivos: Dôr e Prazer; 16. Inclinações. Sensações. Sentimentos; 17. Emoções. Paixões; 18. Atividade reflexa. Instinto. Habito; 19. A vontade. 20. O Caráter. 21. O Físico e o Moral. Conclusão da Psicologia (GEENEN, 1933, p. 419).

O segundo tema, "Lógica" (123 páginas), é configurado por 13 capítulos e a conclusão. A definição dos termos empregados permite reconhecer traços da linguagem lógica e percorrer os subtítulos organizados por métodos e exemplos, como da classificação das ciências subjetivas em Platão, Aristóteles e Bacon; e objetivas em Comte, Spencer, Ampère, Ardigó, Wundt e Farias Brito, sendo visível que as suas tentativas seguem a constituição das ciências. Há também a classificação usual das ciências em três grupos: matemáticas (quantidade, números e figuras), físico-naturais (seres e fenômenos da natureza inorgânica e orgânica) e morais (psicológicas, sociais, filológicas e morais). Seguem os assuntos desenvolvidos em lógica:

> 1. Objeto, Definição. Divisão; 2. Idéa. Termo; 3. Juízo. Proposição. Definição; 4. Raciocínio. Oposição. Conversão. Nova analítica; 5. O Silogismo; 6. O Método; 7. Conhecimento científico. Classificação das ciências; 8. Lógica das matemáticas. Axiomas. Postulados Demonstração; 9. Lógica das ciências físicas. Observação. Experimentação; 10. Hipótese. Analogia. Probabilidade; 11. Lógica das ciências naturais. Comparação e Classificação; 12. Lógica das ciências sociais; 13. Criteriologia. Verdade, Erro. Sofisma (GEENEN, 1933, p. 419-420).

Nesse cenário, pela criteriologia, é exposta a relação entre a verdade (a conformidade de nosso pensamento com a realidade) e o erro (a não conformidade do pensamento com seus objetos: é, pois, o contrário da verdade lógica), apontando as suas modalidades e critérios (último e universal da verdade, evidência e dúvida) na formação dos argumentos lógicos. Depois, o sofismo da lógica indutiva e dedutiva aparece com uma relação dos sofismas célebres (cornuto, encoberto, montão, mentiroso, flecha,

---

dos conhecimentos psicológicos, como por exemplo: o psiquismo inconsciente; o sincretismo da percepção infantil; relações químicas e elétricas das sensações; a diferença entre mentalidade primitiva e atual; a mutualidade relativa do instinto; as localizações cerebrais; a existência do éidetimos, alucinações normais das crianças; atividade anima independente do instinto; entre outros (GEENEN, 1933).

mudança e tartaruga) e três pontos de conclusão: horror ao método verbalístico; desconfiança nos nossos meios de investigação; e o culto incondicional à verdade.

O terceiro tema, "Estética" (17 páginas), é configurado em dois pontos. O "1º. Objetivo. Conceito. Escola – Estética" é a parte da filosofia que trata do belo, e o belo é aquilo que, na natureza ou na arte, exercita em nós o sentimento estético (GEENEN, 1933). Em seguida, realiza uma curta exposição histórica sobre o belo em Platão, Hutcheson, Kant, Descartes, Ruskin e Croce. As discussões em torno do sentimento estético ocorrem por específicas características (universal, riqueza psíquica, variabilidade, especificidade e caráter indefinível), sendo origens de uma atividade de luxo e lúdica, como uma relação à psicologia experimental dos sons, cores, formas e introspectiva. Nesse caso, a definição de belo em Platão ocorre assim:

> Platão considera O Belo como a manifestação da ideia do bem. Partindo do pressuposto de que o homem é um ser decaído, o qual, antes de habitar neste mundo, viveu em um mundo superior, onde lhe foi dado contemplar as puras essências das cousas. Platão chegou a estabelecer uma teoria de estética que teve aceitação até aos tempos modernos. Para o filósofo grego, o homem conserva reminiscências desse mundo perfeito, que são despertadas pela contemplação da natureza (GEENEN, 1933, p. 338).

O "2º. Arte. Várias Escolas – Arte" é sobre definições subjetivas (sentimentos estéticos) e objetivas (conjunto de obras artísticas), suas divisões mecânicas (satisfação e necessidade humana) e liberais (satisfação dos sentimentos e das aspirações da alma) e a classificação das escolas em realismo, expressionismo e simbolismo. Depois, vêm as questões subsidiárias, entre: a arte e a moral; teoria dos três fatores de Hippolyte Taine; e a origem e evolução da arte.

Na sequência, o quarto tema, "Ética" (29 páginas), é configurado em três capítulos — "1. Objetivo. Método. Divisão"; "2. Fundamento da moral. Sistemas"; "3. Moral: individual, doméstica e social" —, nos quais apresenta os objetos da moral, métodos e sua importância; o dever e os fundamentos históricos; a consciência moral entre responsabilidade moral na base da imputabilidade e no direito de punir; e noções sobre lei, sansão e direito, seguidas por exemplos. Depois aparecem os fundamentos da moral, organizados em sistemas de moral conforme o fim de nossos atos[291]. E, ainda, os aspectos

[291] Hedonismo de Aristipo; moral da felicidade de Epicuro; o bem estético de Platão; moral do bem racional de Aristóteles; utilitarismo de Bentham; utilitarismo retificado de Stuart Mill; Ego=altruísmo de Spencer; sistema do altruísmo – interesse coletivo de Comte, Littré e Taine; sistema da simpatia de Smith; sistema de satisfação moral de Rousseau e Jacobi; moral do imperativo categórico de Kant; e teoria de Hobbes.

da moral entre os deveres dos homens para consigo (individual), para com os membros da família (doméstica) e a sociedade (social).

E, por fim, o quinto tema, "Metafísica" (37 páginas), versa sobre sua definição (conhecimento dos princípios e das últimas causas dos seres), correntes (sistema monístico e escolas dualistas) e grandes questões (gnosiológicas, cosmológicas, antropológicas e teológicas). Nos aspectos da origem do conhecimento, aponta as escolas idealistas ou racionalistas (Platão, inatismo e ontologismo), escolas empírico-racionalistas (criticismo) e escolas empíricas (sensualismo, empirismo, associacionismo, evolucionismo e hereditarismo). Entre outros aspectos, têm-se também: o objetivo do conhecimento em si; teorias realistas; teoria da vida; natureza da vida; origem da vida; e evolução das formas vivas. Seguem os capítulos da metafísica:

> 1. Teorias metafisicas. Os grandes problemas. Principais correntes; 2. Conhecimento. Empirismo e Racionalismo. Relativismo. A cousa em si; 3. Matéria e alma. Exposição e Crítica; 4. Liberdade e Determinismo; 5. Existência de Deus. Exposição e Crítica; 6. Moral e Religião; Conclusão (GEENEN, 1933, p. 420).

Percebe-se a constante presença dos filósofos das escolas monistas (doutrina que explica todos os fenômenos, como manifestações de uma única substância) e dualistas (doutrina que admite a existência composta por duas substâncias, corpo e alma). Depois, nota-se a definição de liberdade e as formas da doutrina do determinismo; as provas da existência de Deus, seguidas por exposição e crítica dos argumentos; e um breve texto sobre moral e religião. E a conclusão aponta, entre os objetivos da obra, formar o espírito filosófico.

Nesse viés, a formatação do manual pelos temas filosóficos psicologia, lógica, estética, ética e metafísica, a partir de certo rigor metodológico na formatação[292], sinaliza as primordiais questões filosóficas descentralizadas dos períodos, ou seja, um leque de argumentos que possibilita identificar a teorização, a crítica e a refutação de tais teorias.

As lacunas apontam ausência do item "bibliografia" (essencial), menções às obras ou notas de rodapé, exercícios, espaços para anotações, esquemas gráficos, referências complementares ou imagens, seguidos por expressões em latim, grego e francês (sem tradução) e outros.

---

[292] Organizado por seis temas que apontam traços comuns nos subtítulos (especificidades) e se interligam aos itens capítulo preliminar, objeto, definição, método e teoria. Não consta o item conclusão em todos os capítulos.

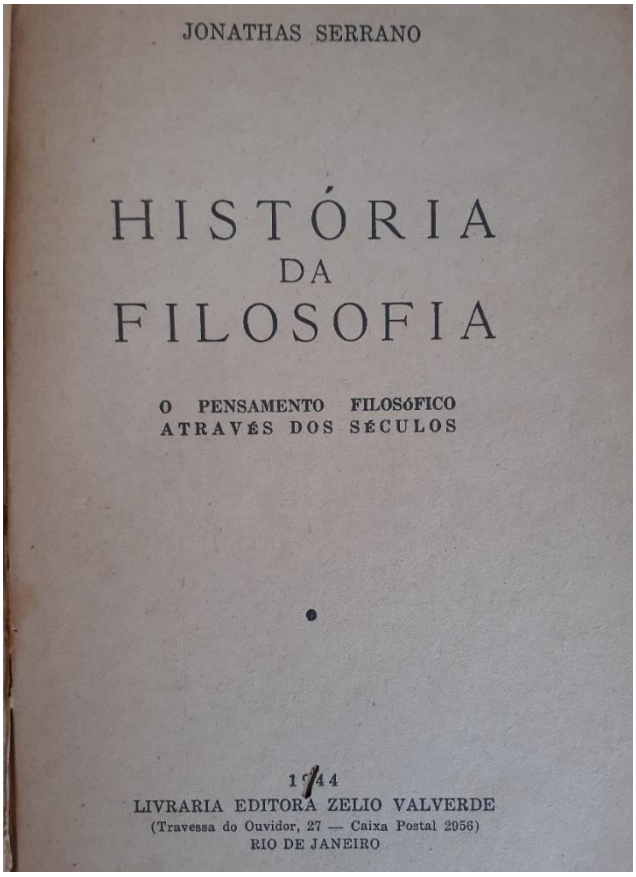
4.2.4 História da Filosofia (Jonathas Serrano)

O manual escolar *História da Filosofia*, do autor Jonathas Serrano (1885-1944)[293], inscrito pelo processo nº 88.259-44, após os trâmites da CNLD, é autorizado e publicado no DOU em 1945. Na capa e na primeira página consta a seguinte redação: Jonathas Serrano. Titulo. O pensamento filosófico através dos séculos. 1944. Livraria Editora Zelio Valverde.

Entre os aspectos de materialidade do manual, seu formato tem 14,1 cm de largura, por 20,4 cm de altura e 1,9 cm de espessura, encadernado tipo brochura, fonte Times New Roman, tamanho entre 11 e 12, com caracteres em itálico e negrito. As notas de rodapé recebem a numeração hebraica (1 a 30); não constam bibliografia, gráficos, tabelas, desenhos, espaço para anotações e exercícios. Autor, título e paginação (240) são citados na parte superior.

[293] Professor Jonathas Serrano [...]. O Professor Jonathas Serrano nasceu no Distrito Federal, em 1885. Diplomou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e sociais em 1907 e desde 1905 era professor do Colégio Paula Freitas, da antiga Escola Normal e do Colégio Pedro II. Em 1907, publicou Evangélico, Poesia; em 1908 fundou e dirigiu a revista Social; em 1912 lançou suas obras Coração e O valor social na castidade. Escreveu Filosofia do Direito e a História da Filosofia, e ainda há pouco publicou A vida do Padre Julio Maria e A vida de Farias Brito. Escreveu mais romances e colaborou regularmente nas publicações católicas A Ordem, A União, A Cruz e Vozes de Petrópolis. Sua obra mais expressiva veio à lume em 1913, e é o Epitome da História Universal, um dos melhores livro no gênero e que concorreu para a formação intelectual e moral de nossas duas últimas gerações. Era membro da Academia Carioca de Letras, do Conselho Nacional de Educação e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (PROFESSOR, 1944, p. 6).

FIGURA 11 - FOLHA DE ROSTO DO MANUAL: HISTÓRIA DA FILOSOFIA



Fonte: Serrano (1944).

Nas informações editoriais (última página) consta a redação: Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. e a Livraria Editora Zelio Valverde [294]. Depois (no verso), há um quadro intitulado: Novidades Pedagógicas – Rigorosamente de acordo com o programa do Curso Clássico – Científico (autor, uma lista de quatro obras, os valores e o endereço da editora para pedidos).

No campo editorial, quanto à menção do manual escolar entre os periódicos investigados da década de 1940, destacam-se os cariocas: *Jornal do Commercio*, *A Noite*[295], *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, e *Diário da Noite*; seguido pelo pernambucano:

[294] Segue o endereço da gráfica: rua Conde de Sarzedas, 38, São Paulo; e a Livraria: Travessa do Ouvidor, 27 – Caixa Postal 2956, Rio de Janeiro.

[295] História da Filosofia do professor Jonathas Serrano. O pensamento filosófico através dos séculos. Um estudo que põe em relevo os problemas fundamentais do espírito humano, do conhecimento, do ser, da vida, da consciência psicológica, da consciência moral e da própria significação de finalidade da vida humana (HISTÓRIA, 1944, p. 6).

Diário de Pernambuco. Entre as produções do autor, são apontados os manuais de história[296], obras[297], artigos[298] e conferências.

> **Novos. Jonathas Serrano – História da Filosofia – Livraria Editora Valverde – Rio de Janeiro – 1944.** Propõe-se o novo livro do professor Serrano a expor e resumir o pensamento filosófico através dos séculos. É uma obra que tanto se destina a estudantes, no proposito declarado do Autor, com a estudiosos, agradecidos a quem os faz recordar o aprendido o Autor dizendo bem no dizer pouco. Depois de mostrar a ciência filha da curiosidade, o Autor classifica as ciências, estabelece o conceito de Filosofia, para lhe apresentar sucintamente a história. Logo é o caminho da Filosofia através da História Universal. Antiguidade oriental, helênica, romana, idade média, tempos modernos, tempos contemporâneos. Afluem a grande corrente do pensamento humano refletido na filosofia. Todos os capítulos do Livro do professor Serrano relembram sem fatigar, com brevidade sem danos de substância. De perto interessa o capítulo intitulado *A Filosofia no Brasil*. O cultivo filosófico entre nós é de data não remota, contando mais expositores e vulgarizadores, de ideias e memorias surgidas em outros países, que proporcionalmente pensadores. Em torno de um pensador, Farias Brito, hão de agrupar-se quantos nossos proponham a filosofar por conta própria, tal fez Faria Brito, a quem o Autor do livro rende homenagem de convicção e não de conversão, sente-se. A obra do professor Serrano não carece de recomendação, recomenda-se, logo as primeiras páginas, incitando a leitura de todas (NOVOS, 1944, p. 37, grifo do autor).

No campo sócio-político-cultural, a representação de Jonathas Serrano dá-se como professor catedrático do Colégio Pedro II, subsecretário técnico da Instrução Municipal (DF) e membro de instituições (tradicionais) e órgãos católicos, bem como de aparatos estatais, com destaque para: Academia Carioca de Letras; Associação dos Jornalistas Católicos; Revista Social; Revista de Filologia e de História; Revista Nacional de Educação; Boletim Educação Pública (DF); Instituto Nacional de Ciências Políticas; Comissão Censura Cinematográfica; IHGB; CNLD; CNE, CDV; e ACB.

---

[296] Livros do Prof. Jonathas Serrano. O gênero didático é, por sem dúvida um dos mais difíceis, desde que o autor do compêndio se impõe domar os conhecimentos em linguagem acessível à mentalidade dos estudantes, e quanto o livro é visado em linguajar arrevesado os encargos do ensinador crescem. Ora, se a lei, no entender de Bentham, deveria ser escrita de maneira compreensível por toda a gente, claro é que idêntica regra deve guiar o que compõe manuais para os cursos secundário e superior, uma vez que não é fácil organizar uma turma de alunos do mesmo preparo e de igual inteligência. Lá com a atenção adequada a sua valia, o volume de História Geral – 1º volume – História Antiga e Medieval, da autoria do professor Jonathas Serrano – figura de relevo no magistério nacional (SILVEIRA, 1943, p. 6).

[297] As obras Homens e Ideias; Farias Brito: o homem e a obra; Filosofia do Direito; Antologia Brasileira; e Julio Maria têm menção entre os periódicos cariocas: *A Manhã*, *A Cruz*, *Diário de Notícias*; *Revista da Semana*; *A Ordem*; *A União*; *Euclydes*; *O Malho*; e *O Cruzeiro*; e no maranhense: *O Imparcial*.

[298] Na revista *A Ordem* (RJ), foram: Pensamento e ação (1931); O que é o Cinema Educação (1936); Farias Brito (1939); e A primeira Legião (1941), além de inúmeras publicações nas seções Letras Catholicas e Letras Contemporâneas; No jornal *A Cruz* (RJ), constam 21 textos do colunista em 1944; na revista *Excelsior* (RJ), Anchieta Educador (1941); entre outros.

Antes dos capítulos, o autor expõe nas seis páginas do item “Explicação necessária” (prefácio) a importância dos estudos filosóficos na formação da cultura nacional. Para isso, menciona os avanços do pensamento filosófico na fundação das faculdades de filosofia no país e cita as obras dos pensadores Farias Brito, Leonel Franca S.J., Tobias Barreto, Julio Maria e Euryalo Cannabrava. Em seguida, evidencia a presença da filosofia nos programas oficiais do ciclo secundário, nos cursos clássicos e científicos, pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

> **Explicação Necessária**. Planejado e em boa parte já inscrito há muito tempo, completado, retocado e até modificado em vários pontos, sai afinal este volume [...]. Procuramos neste volume não somente ministrar aos candidatos a exame da matéria um mínimo de noções em linguagem compreensível; desejamos (oxalá o tenhamos conseguido) ir um pouco além e despertar no espírito do leitor, estudante ou não, mas em qualquer hipótese curso da matéria, o desejo de prosseguir, de aprofundar o conhecimento e de chegar a conclusões concretas. Evitamos a aridez dos simples quadros sinópticos e tentamos, ainda que nos limites apertados de meras sínteses, deixar em relevo os grandes problemas fundamentais do espírito humano: o problema do conhecimento, o problema do ser, o problema da vida, o problema da consciência psicológica e da consciência moral... E é de caso pensando que repetimos aqui o vocábulo “problema”. E o mais grave de todos: a própria significação da finalidade da vida humana. Ambição desproporcionada as modestas contingencias de um compendio? Não importa. Estas, como outras páginas, foram escritas sob o signo da Esperança. J. S. (SERRANO, 1944, p. 7-12, grifo do autor).

A posição do manual escolar no campo editorial sinaliza intenções editoriais, sendo construída uma relação entre os assuntos filosóficos e a linguagem direcionada ao ensino secundário e sua extensão aos exames de admissão para o ensino superior. Nesse viés, expõe o pensamento filosófico dos ante-socráticos aos contemporâneos.

TABELA 21 - SUMÁRIO DO MANUAL HISTÓRIA DA FILOSOFIA (JONATHAS SERRANO)

Secções	Capítulos
Índice Geral	Explicação necessária (Prefácio); Introdução: I. A ciência, II. Classificação das ciências, e III. Conceito de filosofia
Primeiro Tema	Os Ante-Socráticos
Segundo Tema	Sócrates e os grandes socráticos
Terceiro Tema	Os pensadores socráticos e as escolas post-aristotélicas
Quarto Tema	Roma e o Cristianismo
Quinto Tema	A Filosofia Medieval; A Filosofia moderna; A Filosofia Contemporânea; A Filosofia no Brasil
Índice Onomástico	

Fonte: Serrano (1944). Elaborado pelo autor, 2020.

O capítulo I, “Alvorecer da filosofia” (17 páginas), aponta as doutrinas de fundo filosófico dignas de atenção, desenvolvidas pelos povos hindus, chineses e persas, assim como sua relação com os livros sagrados, as especulações metafísicas, o zoroastrismo, o monoteísmo hebraico, a cosmogonia babilônia, o panteísmo, a moral búdica, a filosofia de Gotama, o dualismo panteísta, o confucionismo, entre outros.

O capítulo II, “Os ante-socráticos” (11 páginas), expõe as primeiras escolas filosóficas (os representantes, as teorias e os discípulos) em torno do princípio fundamental da existência de todas as coisas. Também cita a presença da escola sofista, evidenciando o abuso da dialética e da retórica e sua repercussão nas especulações filosóficas.

O capítulo III, “Sócrates e os grandes socráticos” (20 páginas), aponta a centralidade na investigação dos traços da trajetória e do pensamento filosófico: em Sócrates, o método dialético pela ironia e maiêutica; em Platão, a organização do espírito socrático impregnado nas obras *Banquete*, *Timeu*, *Górgias*, *Leis*, *Fédon*, *Protágoras* e os dez livros da República; em Aristóteles (o filósofo estagirita), um legado filosófico imensurável entre obras especulativas, práticas e poéticas, além de ser defensor dos princípios que explicam os seres (material, formal, eficiente e final).

O capítulo IV, “Os pequenos socráticos e as escolas postaristotélicas” (nove páginas), versa sobre os princípios e fundadores: escola megárica (inclinações dialéticas e sofísticas); escola de Cirena (supremo bem é o prazer); cínicos (desprezo às riquezas); cépticos (ataraxia é a condição da felicidade); e, por fim, o epicurismo e o estoicismo.

O capítulo V, “Roma e o cristianismo” (12 páginas), apresenta breve menção a Cícero, Sêneca, Epiteto e Marco Aurélio como os traços da influência filosófica sobre suas produções. Mas a centralidade na filosofia de Santo Agostinho permite organizar as obras e teorias, bem como posicionar o pensamento neoplatônico em torno dos pilares filosóficos do cristianismo.

O capítulo VI, “A filosofia medieval” (29 páginas), narra os acontecimentos que marcam a história do período entre formação, apogeu e decadência, como os pensadores e as teses desenvolvidas pelas linhas gerais da criteriologia, metafísica, cosmologia, psicologia e teodiceia. Os sistemas filosóficos são construídos no período da escolástica pelos grandes doutores, entre o apogeu inviolável dos dogmas católicos, o exagero da autoridade dos antigos e as disputas centralizadas nos métodos de dedução e do silogismo.

A influência do aristotelismo sobre o pensamento de S. Tomás de Aquino tem expressão no processo de formação das ordens religiosas, colégios, faculdades e universidades ocidentais. Depois, ainda é exposto o pensamento e as obras dos filósofos do período, demonstrando, em especial, as questões filosóficas e obras de S. Tomás de Aquino, mencionando traços de alguns filósofos árabes e judeus.

O capítulo VII, "A filosofia moderna" (35 páginas), fala da transição do período renascentista marcado pelo progresso artístico, literário e científico. Para isso, aborda: a influência do pensamento católico na defesa das principais teses aristotélicas em oposição às velhas doutrinas, por Campanella e Giordano Bruno; e a filosofia política ocupa posição de impacto entre as inúmeras obras no período e sinaliza importantes contribuições para a ciência política com Maquiavel (*O Príncipe*), More (*Utopia*), Bacon (*Novun organum*), Hobbes (*Leviatã*) e Montesquieu (*Espírito das leis*).

Em seguida, o pensador mais eminente da filosofia moderna, Descartes, como a influência do cartesianismo sob os pensadores Arnaud, Pascal, Bossuet, Fénelon e Malebranche; a metafísica de Spinoza; a reação contra o idealismo cartesiano de Locke; os fenômenos psicológicos em Leibniz; a existência de Deus incerta e indemonstrável em Hume; e a psicologia experimental pela escola escocesa.

O capítulo VIII, "A filosofia contemporânea" (28 páginas), aponta breve análise de todas as leis do espírito humano e de suas formas essenciais em Kant, com as obras *Crítica da razão prática* (estética, analítica e dialética transcendental), *Crítica da razão pura* (imperativo categórico) e *Crítica dos juízos*.

Entre os temas, destacam-se: os representantes do panteísmo idealista em Fichte, Hegel e Schelling, além do pessimismo em Schopenhauer e Nietzsche; a filosofia francesa entre as correntes espiritualista em Maine de Biran e Victor Cousin, positivista em Comte e neocriticismo em Saint-Simon; a influência do pensamento positivista pela lei dos três estados (teológico, metafísico e positivo); a moral utilitarista de Stuart Mill; as teorias evolucionistas em Spencer e Lamarck; a oposição ao materialismo e ao evolucionismo pelo defensor da metafísica Bergson; o pragmatismo em James; a filosofia da ação em Blondel; a fenomenologia em Scheler; e o existencialismo em Heidegger.

O autor evidencia as teorias do evolucionismo e do idealismo hegeliano na Alemanha e na Itália, do neokantianismo na França e do positivismo na Itália e em Portugal. Também cita o domínio do psicologismo na Alemanha e, por fim, a filosofia cristã no século XIX, com influência das correntes filosóficas eclética, na Espanha e na

Itália, tradicionalista, na França e na Itália, e neoescolástica, na Itália, na Espanha, na Bélgica, na França e no Brasil.

Finalmente, o capítulo IX, "A filosofia no Brasil" (30 páginas), apresenta os subtítulos: a) "Visão Geral", que possibilita uma breve história do pensamento filosófico no país, a partir das trajetórias e obras dos representantes do espiritualismo (Mont'Alverne, Morais e Vale, Gonçalves de Magalhães, Patrício Muniz, Morais Torres, Soriano de Souza e Visconde de Saboia), do materialismo (Araújo Ribeiro, Guedes Cabral e Estelita Tapajós) e do positivismo (Benjamim Constant, Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pereira Barreto).

Em seguida, b) "Tobias Barreto", com uma longa exposição de sua trajetória e influência filosófica no país, aponta seus principais escritos filosóficos, seguido pela oposição à ditadura científica de Comte, o individualismo organicista de Spencer e o socialismo coletivista de Marx; e c) "Filosofia brasileira", que diz que espíritos sem erudição e conhecimento da literatura filosófica não constituem um sistema filosófico original.

Tal organização do manual privilegia a história da filosofia a partir de certo rigor metodológico na formatação[299], que inclui um longo capítulo sobre a filosofia no Brasil e menção à análise crítica do Pe. Leonel Franca S.J., (Mont'Alverne, Patrício Muniz e Araújo Ribeiro). Além disso, aponta traços da filosofia cristã no século XX, o tradicionalismo e a neoescolástica, indícios das orientações da encíclica *Aeterni Patris* (1897).

As lacunas apontam ausência do item "bibliografia" (essencial), notas de rodapé ou texto, exercícios, tabelas, quadros, imagens, referências complementares e outros, seguidos por frases e termos em latim (sem tradução) e os títulos das obras clássicas que permanecem nos idiomas originais.

4.4 INDÍCIOS DA CULTURA CATÓLICA NOS MANUAIS ESCOLARES

Noções de História da Filosofia, do Pe. Leonel Franca S.J., é submetido aos censores eclesiásticos como uma prática que representa um instrumento de poder sobre as produções autorais (padres, freis, irmãos e outros) das ordens religiosas. Após a

[299] A organização do Índice Geral (sumário) expõe os capítulos e a numeração hebraica entre os subcapítulos, seguindo os períodos da história da filosofia, entre o pensar filosófico que antecede o apogeu da filosofia grega aos tempos da filosofia contemporânea. A introdução dos capítulos é marcada por uma aproximação entre aspectos da história da filosofia e da história da civilização.

identificação dos censores (verso das primeiras páginas), há termos em latim com certos simbolismos: *Nihil Obstant* (nada consta) representa um atestado a não existência de conteúdos que prejudiquem a fé ou a moral no referido impresso; *Imprimi Protest* (pode ser impresso) indica quando a produção trata de questões religiosas ou morais, autorizadas pelo superior maior (hierarquia eclesiástica); e *Imprimatur* (seja impresso) significa aprovado pelo bispo do autor ou do local da publicação.

TABELA 22 - CENSORES NO MANUAL DE FILOSOFIA DO P. LEONEL FRANCA S.J.

Censor	Atividade eclesiástica
Pe. Aloisius Yabor	Sup. Miss. Bras. Prov. Rom
Mons. Maximiano da Silva Leite	Mons. Vigário geral
Pe. Manoel de Madureira S. J.	Sem menção
Pe. Joannes Baptista Du Dréneuf	Vice-provincialis Brasil Central
† D. Sebastião Leme	Archeipisc. Phars. Coadjutor Emm. Arhiepiscopi et Admintrator Archidioeceseos
Pe. Aloysius Riou	Provincialis Brasil Central
† D. Jaime De Barros Câmara	Archiepisc – Card. Archiepsc RJ
Pe. J. da Frota Gentil S. J.	Ex. Comissione Eminentíssimo Card. Archiepiscopi[300]

Fonte: Franca (edições do recorte temporal). Elaborado pelo autor, 2020.

Tal representação dos censores eclesiásticos sobre o manual escolar aponta um conjunto de orientações expresso pelo Código de Direito Canônico em prol da cultura católica nos meios de comunicação social pelos livros que baseiam o ensino de questões relativas à Sagrada Escritura, à teologia, ao direito canônico, à história eclesiástica e às disciplinas religiosas ou morais.

> **Cân. 830** — § 1. Sem prejuízo do direito de cada um dos Ordinários do lugar de confiar a pessoas da sua confiança o exame de livros, a Conferência episcopal pode elaborar uma lista de censores eminentes pela ciência, recta doutrina e prudência, que esteja à disposição das cúrias diocesanas, ou também constituir uma comissão de censores, que os Ordinários do lugar possam consultar. § 2. O censor, no desempenho do seu ofício, posta de parte toda a acepção de pessoas, tenha somente em consideração a doutrina da Igreja acerca da fé ou dos costumes, como é proposta pelo magistério eclesiástico. § 3. O censor deve dar o seu parecer por escrito; se for favorável, o Ordinário, segundo o seu prudente juízo, conceda a licença para se fazer a edição, indicando o seu nome, a data e o lugar da concessão da licença; se não a

[300] Foram publicadas 12 edições do manual entre as décadas de 1920 e 1940, sendo os referidos censores citados entre uma, duas ou três edições, mantendo o rigor de tal atribuição pelo Código do Direito Canônico. Os dados foram retirados de nove edições do manual escolar que compõem o recorte temporal da tese.

> conceder, o Ordinário comunique ao autor da obra as razões da recusa. (CÓDIGO, 1983, p. 149, grifo do autor).

Esse processo orienta a presença de dois censores, sinais da ortodoxia católica, em relação ao poder da palavra entre seus impressos. Entre os nove manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD[301] na década de 1940, constam cinco com sinais de censores católicos em acordo com as orientações do Código de Direito Canônico aos autores eclesiásticos que atuam no campo editorial.

TABELA 23 - LISTA DOS MANUAIS COM SINAIS DE CENSORES ECLESIÁSTICOS

Autor	Título da Obra	*Nihil obstant*	*Imprimi Potest*	*Imprimatur*
Pe. Leonel Franca	Noções de História da Filosofia	-	X	X
Dom Ludgero Jaspers	Manual de Filosofia	X	X	-
Dom Ludgero Jaspers	História da Filosofia	X	X	-
Ir. Isidoro Dumont	Pontos de Filosofia	X	-	X
Pe. Castro Nery	Filosofia	X	X	-

Fonte: Manuais de filosofia autorizados pela CNLD (déc. 1940). Elaborado pelo autor, 2020.

Nesse caso, o *Manual de Filosofia* e o *História da Filosofia*, de D. Ludgero Jaspers (Ordem Beneditina), foram repectivos *Nihil obstat* pelo P. Ernesto de Paula (censor) e *Imprimi Potest* pelo Mons. Gastão L. Pinto (V. G); *Pontos de Filosofia*, do Ir. Isidoro Dumont (Irmãos Maristas), *Nihil Obstat* pelo Pe. Dr. José Procópio de Magalhães (censor) e *Impimatur* pelo Mons. Pereira Barros (pro – Vicarius Generalis); e, por fim, *Filosofia*, do Pe. Castro Nery (Ordem Jesuíta), *Nihil Obstat* pelo Pe. Ernesto de Paula (censor) e *Imprimi Potest* pelo Mons. Gastão L Pinto (V. G).

A posição dos censores eclesiásticos no campo editorial aponta traços da ortodoxia católica, sendo intrínseca sua relação de poder sobre as letras católicas ao criar diques que impossibilitem inclinações autorais (má imprensa) com o objetivo de fortalecer a presença da cultura católica entre as nações.

No entanto, os manuais escolares organizados por temas filosóficos seguem as orientações do programa de filosofia[302] Colégio Pedro II (ginásio nacional), uma forma

[301] Na década de 1950, o *Manual de Filosofia*, do autor Teobaldo Miranda Santos, foi o único autorizado pela CNLD, porém, não constam os sinais dos censores eclesiásticos.

[302] **Programa de Filosofia**. 1. Filosofia – Conceito – Divisão. 2. **Psicologia** – Objeto – Evolução – Método. 3. Fato psicológico – Condições. 4. Sistema nervoso. 5. Consciência – Graus – Funções gerais. 6. Memoria. 7. Associação de Ideias. 8. Atenção. 9. Sensibilidade. Estudo analítico das sensações 10. Fatos

de legitimar tais produções e direcionar as instituições de ensino secundário que pretendem obter equiparação ao colégio (oficial do Império), ou seja, status de colégio (padrão). Esse programa foi impresso nos manuais escolares autorizados pela CNLD sob as redações: De acordo com o Programa Oficial (impresso abaixo do título); Programa de Filosofia ou Programa de Filosofia no Ginásio Pedro II (redação com os temas); e Programa Oficial (menção no prefácio).

O programa de filosofia aponta 40 temas específicos que sinalizam o predomínio de psicologia e lógica, seguido pelas teorias metafísica, ética e estética. Essa organização no currículo de filosofia no Colégio Pedro II, direcionada à formação da elite, sinaliza a influência católica no período imperial, com traços divergentes do advento do positivismo no período. Contudo, a projeção dos manuais escolares no campo editorial segue a organização dos programas de filosofia.

TABELA 24 - LISTA DOS MANUAIS ORGANIZADOS POR TEMAS

Autor	Título da Obra	Psicologia	Lógica	Metafísica	Outros temas[303]
José B. Ribeiro; José da Silva	Compêndio de Filosofia	46%	23%	14%	17%
Pe. Castro Nery	Filosofia	45%	26%	15%	14%
Leonardo Van Acker	Introdução à Filosofia Lógica	_	81%	5%	14%
D. Ludgero Jaspers	Manual de Filosofia	36%	21%	19%	24%
Henrique Geenen	Compêndio de Filosofia	41%	29%	9%	21%

Fonte: Manuais de filosofia autorizados pela CNLD (déc. 1940). Elaborado pelo autor, 2020.

representativos. Percepção. Mundo exterior. Personalidade. 11. Imaginação. Ideação. 12. Juízo. Raciocínio. Princípios de conhecimento. 13. Linguagem. Prazer e dor. 14. Fatos afetivos. Reflexão. Instinto. 15. Emoções. Paixão. Sentimentos. Tendências e inclinações. 16. Fatos de atividade. Reflexão. Instinto. 17. Vontade. Hábito. 18. Caráter. 19. O físico e o moral. Relações normais e anormais. 20. **Lógica**. Objeto – divisão. 21. Termo. Proposição. Oposição e Conversão. 22. Silogismo. Formas redutíveis. Nova analítica. 23. Categoria. Divisão e Definição. 24. Método. Dedução e Indução. Analise e Síntese. 25. Classificação das ciências. 26. Lógica da matemática. Axiomas e Postulados. Demonstração. 27. Lógica das ciências físicas. Observação e Experimentação. 28. Hipótese. Analogia. Probabilidade. 29. Lógica das ciências naturais. Comparação e classificação. 30. Lógica das ciências sociais. Método histórico e crítico. 31. Criteriologia – Verdade – Erro – Sofisma. 32. **Estética**. Objeto. Principais conceitos. Escolas. 33. **Ética**. Objeto. Método. Divisão. 34. Moral teórica. Dever. Sensação. Fundamentos propostos. Direitos e moral. Direitos fundamentais. 35. Moral prática – Individual – Doméstica – Social. 36. **Teorias metafísicas**. Os grandes problemas. Principais correntes. 37. Conhecimento – Coisa em si – Empirismo e Racionalismo. Relativismo. 38. Matéria e Alma. Exposição e crítica. 39. Liberdade e Determinismo. 40. Existência de Deus. Exposição crítica. Ciência, Filosofia, Moral e Religião (JASPER, 1932, p. 6).

[303] Ética, Moral, Teoria do Conhecimento, Estética e Noções Gerais de Filosofia.

A intensidade das discussões dos temas filosóficos é um critério adotado pelos autores entre intencionalidades na formação da elite (dirigente/intelectual). Nesse caso, o manual de José B. Ribeiro e José da Silva divide-se em 46% na psicologia, 23% na lógica, 14% na metafísica e 17% na introdução geral — moral, estética e teoria do conhecimento —, sinalizando uma edição portuguesa que segue o programa oficial inclinado à psicologia. O manual do Pe. Castro Nery, por sua vez, organiza-se entre 45% na psicologia, 26% na lógica, 15% na metafísica e 14% na estética e ética — um autor eclesiástico, mas fiel ao programa oficial, com predomínio da psicologia.

No manual de Leonardo Van Acker, a divisão é de 80% na lógica e 20% nas noções gerais de filosofia (sendo 1% a metafísica) — um intelectual católico que direciona sua obra aos fundamentos da lógica. Já o manual de D. Ludgero Jaspers tem 36% na psicologia, 24% na moral, 21% na lógica e 19% na metafísica — um autor eclesiástico que conduz a discussão com traços de harmonia. Por fim, o manual de Henrique Geenen tem 41% na lógica, 29% na psicologia, 9% na metafísica e 21% na estética e ética — um autor leigo que provoca o reducionismo da metafísica.

Tais dados apontam o predomínio da psicologia e as especificidades de abordagem (cognitiva, afetiva e ativa) em acordo com as exigências do programa oficial, que expõe 18 temas. Em relação à lógica, ela é fundamental para estruturação das argumentações filosóficas e requer espaço privilegiado na exposição dos problemas de lógica entre quadros, tabelas, esquemas gráficos ou matemáticos, sendo necessário desenvolver os 12 temas do programa oficial.

A metafísica (as questões da alma, na psicologia racional; do ser, na ontologia; do tempo e do espaço, na cosmologia; e de Deus, na teodiceia) compreende um tema substancial entre as doutrinas filosóficas, sendo a influência intelectual de Aristóteles — a *primum philosophiae* — os pilares da filosofia escolástica de Santo Tomás de Aquino e a estrutura da filosofia neoescolástica no século XIX, organizada por cinco temas, conforme orientações do programa oficial. E em outros temas, a incidência de abordagens filosóficas em níveis de intensidade (instável) indica os princípios dos referidos assuntos pelos aportes teóricos filosóficos.

A partir de 1942, a organização do programa de filosofia na Reforma Capanema (1942), no Curso Colegial Clássico e Científico, sinaliza uma relação de sete temas específicos: introdução; noções de psicologia; noções de lógica; noções de moral; noções de estética; noções de metafísica; e noções de história da filosofia. Nesse caso, as noções de metafísica apontam:

> Curso Colegial Clássico. C) *Noções de metafísica. Unidade X* - Objeto da metafísica: 1. O positivismo e o criticismo. 2. Divisão da metafísica. *Unidade XI* - O conhecimento e verdade: 1. Dogmatismo e ceticismo. 2. Relativismo e pragmatismo. 3. Sociologismo. 4. Intuicionismo bergsoniano. - *Unidade XII* - A matéria e o espírito: 1. A existência do mundo exterior. 2. A matéria, a vida e o espírito. 3. O espaço e o tempo. 4. Materialismo e espiritualismo. Deus. [...] Curso Colegial Científico. F) *Noções de metafísica. Unidade XVII* - Objeto da metafísica: 1. O positivismo e o criticismo. 2. Divisão da metafísica. 3. Dogmatismo e ceticismo. 4. Relativismo, pragmatismo, sociologismo, intuicionismo bergsoniano. *Unidade XVIII* - O espaço e o tempo: 1. A existência do mundo exterior. 2. O conhecimento e a verdade. 3. A matéria, a vida e o espírito. 3. Materialismo e espiritualismo. Deus (BRASIL, 1946, p. 853, grifo do autor).

A configuração dos manuais segue os preceitos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, pelo Decreto-lei nº 4.224, de 9 de abril de 1942, sendo primordial sua relação (produção, circulação e usos) no campo editorial. Tais temas filosóficos demonstram certo rigor filosófico dos autores ao expor teorias, obras, filósofos, conceitos e discussões que predominam entre os períodos históricos da filosofia.

A presença do filosofo francês Bergson no item "Noções de metafísica" mostra uma corrente espiritualista evolucionista, pois utiliza o método do intuicionismo (sobre as bases de um conhecimento intrínseco, concreto e absoluto), sendo um dos aportes teóricos (Mercier, Maritain e outros) no projeto de restauração pelas letras católicas, em torno dos intelectuais do CDV na edificação de uma rede de sociabilidade interligadas a imprensa católica no país.

> No campo da especulação philosophica, ao raiar do século XX, inicia-se um formidável movimento de reação contra o delírio naturalista que empolga a philosophia do século passado. Bergson funda a corrente intuicionista, rechaçando a pretensão da sciencia natural de ser o único methodo scientifico e philosophico e affiamando que o pensamento conceptual, intelectual, é incapaz de apreender a vida, o espírito e a verdadeira essência da realidade (DEPOIMENTO, 1935, p. 73).

A influência da filosofia de bergsoniana sobre os intelectuais católicos, aponta uma aproximação no campo teórico entre as áreas do conhecimento, em torno de discussões primordiais a filosofia e a ciência. Nesse caso, a repercussão de tais produções podem ser encontradas entre os principais periódicos católicos na década de 1940.

Em relação a exposição do conteúdos nos referidos manuais escolares, no primeiro caso, foram configurados por temas filosóficos – os sinais de restauração escolástica no século XIX, aparecem pela oposição ao pensamento antimetafísico (empirismo,

positivismo e outros) e o retorno às discussões clássicas da filosofia escolástica, como a restauração do (neo)tomismo e a reorganização de intelectuais católicos, conforme destaque a seguir: a crítica ao pensamento do empirismo (conhecimento à experiência) e do positivismo (lei dos três estados é falsa), por negar a metafísica; menção à prova da experiência mística com Deus, pelos santos e apóstolos, em São Paulo, São João da Cruz, Santa Tereza, São Francisco de Assis e outros místicos (RIBEIRO E SILVA, 1947).

Em seguida, argumentos contra os ataques modernos à metafísica; referência ao periódico *A Ordem*; citação de intelectuais católicos no país (NERY, 1934); predomínio de obras clássicas e tratados de pensadores católicos europeus; menção às produções tomistas de intelectuais católicos no país (VAN ACKER, 1932); argumentos que combatem às correntes antimetafísicas; sanções, deveres, justiça e questão social inclinadas a pontos teóricos e práticos que vinculam à Igreja Católica e o Estado; citação do Evangelho (JASPERS, 1932); menção aos intelectuais católicos neotomistas no país, vinculação à instituição de ensino de filosofia e a posição do CDV no país (GEENEN, 1933).

E no segundo caso, os indícios da cultura católica nos manuais organizados pela história da filosofia – entre as discussões, apontam: os representantes da filosofia neoescolástica no século XIX; a influência das ordens religiosas na fundação de instituições superiores no Brasil; a crítica literária do Pe. Franca S.J., às correntes positivistas, materialistas e evolucionistas (JASPER, 1930).

Após, o tradicionalismo cristão dos pensadores Visconde de Bonald, Joseph de Maistre e Donoso Cortés; a impressão na íntegra da oração de S. Tomás antes do estudo; a exposição de obras e compêndios escolásticos de autores brasileiros nos séculos XIX e XX (DUMOMT, 1931); a menção ao Concílio de Nicéia pela reorganização da Igreja Católica; os pensadores romanos cristãos; o processo de restauração tomista no século XIX, entre as correntes ecléticas, tradicionalistas, ontologistas e neoescolásticas; a menção a periódicos católicos europeus; e a expressiva crítica literária ao pensamento filosófico brasileiro pelo Pe. Franca S.J. (SERRANO, 1944).

Entre os indícios da cultura católica nos manuais escolares, encontram-se as expressões em latim, grego, italiano, alemão, inglês e francês que percorrem a configuração dos capítulos entre notas (breves ou extensas), termos, frases e notas de rodapé, que evidenciam citações das obras originais, sendo traduzidas em alguns casos e, em outros, requerendo habilidade do idioma pelo leitor.

Eis um dos princípios do *Ratio Studiorum*, prezar pela leitura de obras clássicas no idioma original, sem interferência de traduções errôneas. Nesse caso, o currículo humanista dos jesuítas corresponde ao ensino secundário e compreende cinco classes: retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior.

> Na concepção do *Ratio*, o curso secundário deve ser essencialmente humanista, pendente mais para a arte do que para a ciência. Sua finalidade não é transformar os adolescentes em pequeninas enciclopédias que depois de alguns anos já precisam ser reeditadas. Todo o esforço do educador deve concentrar-se, nesta fase da vida, em desenvolver as capacidades naturais do jovem, em ensinar-lhe a servir-se da imaginação, da inteligência e da razão para todos os misteres da vida (FRANCA, 1952a p. 40, grifo do autor).

Os pressupostos que solidificam a formação humanística estão no ensino da gramática (latim e grego) em consonância com a formação de habilidades que permitem desenvolver a erudição e a retórica. Na formação pelo *Ratio Studiorum*, é mencionado que devemos seguir as explicações dos Papas e os Concílios[304], pois os documentos pontífices são instrumentos que sinalizam a posição católica na sociedade.

TABELA 25 - LISTA DE SINAIS DA CULTURA CATÓLICA NOS MANUAIS DE FILOSOFIA

Autor	Título da Obra	Latim	Grego	*Aeterni Patris*
Pe. Leonel Franca	Noções de História da Filosofia	X	X	X
Dom Ludgero Jaspers	Manual de Filosofia	X	X	X
Dom. Ludgero Jaspers	História da Filosofia	X	-	-
Ir. Isidoro Dumont	Pontos de Filosofia	X	X	X
Leonardo Van Acker	Introdução à Filosofia Lógica	X	-	-
José B. Ribeiro; José da Silva	Compêndio de Filosofia	X	-	-
Henrique Geenem	Compêndio de Filosofia	X	-	-
Pe. Castro Nery	Filosofia	X	X	-
Jonathas Serrano	História da Filosofia	X	X	X

Fonte: Manuais de filosofia autorizados pela CNLD (déc. 1940). Elaborado pelo Autor em 2020.

A presença dos idiomas latim e grego, em consonância com a encíclica *Aeterni Patris*, do Papa Leão XIII, em 1879, entre os manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD, é indício do *Ratio Studiorum* ao intensificar o predomínio de tais idiomas no

[304] Concílio é uma reunião de autoridades eclesiásticas com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões pastorais, de doutrina, fé e costumes.

ensino junto ao documento pontífice que orienta a restauração da filosofia cristã conforme a doutrina de Santo Tomás de Aquino.

> Com excelente conselho, não poucos cultivadores das ciências filosóficas intentaram, nestes últimos tempos, restaurar a filosofia, renovando a doutrina de Tomás de Aquino e devolvendo-a a seu antigo esplendor. [...] Todos os jovens, em especial os que se educam para a esperança da Igreja, devem ser alimentados, por isso mesmo, com poderosa e robusta doutrina. [...] Nas Academias e nas escolas, se ensinasse doutrina mais sã e mais conforme o ensinamento do Magistério da Igreja, tal como contêm os volumes de Tomás de Aquino (PAPA LEÃO XIII, 1879, p. 13).

No entanto, tal estratégia católica na formação da elite percorre a história da educação brasileira, com expressivo impacto das instituições tradicionais católicas (herança jesuítica). Porém, as transformações republicanas europeias provocam o deslocamento de ordens religiosas para o Brasil e a reorganização no campo de atuação educacional.

> No final da I República, portanto, a grande maioria dos estabelecimentos de ensino secundário integrava a rede católica, fato que conferiu significativo poder ao catolicismo no campo educacional brasileiro. Os acordos para o estabelecimento de colégios católicos eram feitos entre as autoridades eclesiásticas e as elites estaduais (DALLABRIDA e TEIVE, 2019, p. 364).

Nas primeiras décadas do século XX, o avanço das instituições tradicionais no país ocorre pela organização das ordens religiosas, sendo primordial a manutenção do poder no campo político-educacional. Na projeção educacional católica, isso tem reflexo na fundação da Faculdade de São Bento (1908) e, depois, do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), com extensão às Faculdades Católicas (1940), elevadas à Universidade Católica (1946) e, na sequência, o título de PUC-RIO (1947). Tal solidificação estrutural e organizacional possibilita fortalecer as redes de sociabilidade da Igreja Católica, bem como restabelecer a manutenção de poder com a elite dirigente/intelectual e o Estado.

Esses indícios da cultura católica entre os manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD apontam a influência sobre os autores católicos que incidem na formatação dos conteúdos com inclinação às orientações da encíclica *Aeterni Patris*, pela

filosofia tomista[305] (pilares da formação), e a representação da filosofia espiritualista no século XIX na formação de tal corrente filosófica no país.

Nesse caso, os autores eclesiásticos Nery (1934), Dumont (1932) e Jaspers (1930 e 1932) são representantes de ordens religiosas e seguem os princípios que regem a formação eclesiástica em acordo com o rigor metodológico apresentado nos manuais escolares, como nas referências, orações, instituições, órgãos, intelectuais católicos e outros, apontando vestígios da encíclica *Aeterni Patris*.

Na sequência, os autores intelectuais católicos Van Acker (1932) e Serrano (1944) sinalizam sua relação intrínseca pelas redes de sociabilidade (autores nos periódicos católicos, docentes/membros de instituições e órgãos católicos) e configuram os manuais escolares com indícios da cultura católica, com predomino de referenciais católicos.

E sem vínculos católicos, o autor Geenen (1933), professor (lógica) da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (SP), traz uma breve menção no manual sobre o dualismo escolástico neotomista (com referência à Faculdade de São Bento e a intelectuais católicos – nota de rodapé) e os autores portugueses Bonifácio e Silva (1947), sem informações nos periódicos brasileiros investigados, deixando o manual sem traços de inclinação acentuada à filosofia cristã.

Entre pontos de problematização dos objetos específicos – os manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD, apontam um cenário de intensas disputas no campo editorial, em torno da produção, circulação e usos. Mas, o predomínio das editoras cariocas e paulistas sobre tais objetos escolares, são indícios uma relação de poder editorial – a seleção refinada dos autores; a super estrutura organizacional; a ausência de concorrência; a união com as redes de instituições tradicionais; a tendência aos impressos eclesiásticos ou leigos; e outras possíveis situações que requer investigação.

Os nove manuais de filosofia autorizados foram estruturados por temas filosóficos ou história da filosofia, sendo aspectos que sinalizam intencionalidades além do ensino secundário. Porém, a posição dos autores/professores entre as instituições secundárias e superiores, apontam certa influência na admissão de tais objetos escolares, sendo uma

[305] Todas as ciências humanas devem esperar aumento e promessa de grande auxílio desta restauração das ciências filosóficas proposta por Nós. Porque todas as belas artes acostumaram a tomar da filosofia, como de uma ciência reguladora, o salutar ensinamento e o reto modo, e dela também, com de comum fonte de vida, sacar energia. [...] Pelo que, as ciências físicas que são hoje tão apreciadas e excitam singular admiração com tantos inventos, não receberão prejuízo algum com a restauração da antiga filosofia, senão, que ao contrário, receberão auxilio. [...] Para tais investigações é maravilhoso o que traria de força, luz e auxilio a filosofia católica, se ensinada como um método sábio (PAPA LEÃO XIII, 1879).

discussão pertinente a pesquisa, identificar e intercruzar tais presenças entre as instituições tradicionais do país.

A influência dos manuais estrangeiros nas primeiras décadas republicanas, tem uma posição de instabilidade em decorrência dos avanços do campo editorial brasileiro. No entanto, constam na lista dos manuais de filosofia autorizados, duas traduções francesas (autor eclesiástico) e uma edição portuguesa (autores leigos), sendo um aspecto que remete a outras discussões: a influência europeia sobre os manuais sinaliza vestígios do império; a expressão dos autores nacionais em andamento na imprensa; a uma relação de poder intrínseca entre algumas editoras nacionais e estrangeiras; e outros.

Os autores dos manuais posicionam de forma estratégica os conteúdos inscritos no Programa de Filosofia – Colégio Pedro II (o predomínio do tema psicologia), marcado pela influência positivista sobre as primeiras reformas educacionais republicanas, e após no Programa de Filosofia – Reforma Capanema (a uniformidade dos temas), sinaliza a relação de poder no campo educacional da Ração Católica, como o retorno do ensino de filosofia no currículo oficial. Nesse caso, os projetos em disputas na formação da elite dirigente/intelectual, apontam o predomínio das tendências filosóficas positivista ou (neo)tomistas; as inclinações das reformas educacionais, entre ausências e permanências de específicas disciplinas escolares, percorreram as nações católicas; e a posição dos professores de filosofia secundário/universitário, nas primeiras década republicanas.

5. CONSIDERAÇOES FINAIS

A presença das ordens religiosas no processo de colonização do território brasileiro, apontam os projetos de evangelização e o desenvolvimento das atividades educativas pelos franciscanos, jesuítas, beneditinos, carmelitas, mercedários, oratorianos e os capuchinos. Mas, o apoio da Coroa portuguesa e das autoridades da colônia, permitem nos primeiros séculos, o monopólio da educação aos jesuítas, sob a égide do *Ratio Studiorum*, sendo interrompido pela Reforma Pombalina, em 1759, com objetivo de direcionar o ensino aos interesses do Estado, em oposição aos fins eclesiásticos.

Em 1777, a queda do projeto pombalino não demonstra sinais de mudanças radicais no campo educacional, porém o ensino nos seminários e colégios das ordens religiosas intensificam sua posição estratégica na organização dos primeiros cursos superiores, ou seja, as faculdades nos moldes da Universidade de Coimbra.

A presença da Igreja Católica nos setores da sociedade sinaliza uma relação de poder ao alcançar o *status* de religião oficial, na primeira Constituição do Brasil (1924), porém a influência das ideias iluministas inflama o período Imperial (1808-1889), e intensifica outros projetos em disputas.

Nas primeiras décadas republicanas (séc. XX), a influência do positivismo, protestantismo, liberalismo e maçonaria sobre o Estado não retira o *status* das ordens religiosas no predomínio sobre as instituições tradicionais e o avanço no ensino superior (pela fundação de institutos, faculdades e universidades católicas).

Tal posição no campo político-educacional republicano tem influência da Carta Pastoral (1916) de Dom Sebastião Leme, que convoca a elite católica em torno do projeto de restauração (na organização da ACB; na luta pela defesa do ensino religioso na Constituição; na fundação de escolas católicas em todos os níveis; e outras ações).

Na década de 1920, os primeiros sinais desse recrutamento são a fundação de órgãos e confederações católicas, seguidos pelo Congresso Nacional do Apostolado da Oração (1923), Semana do Catecismo (1925), Páscoa dos Militares (1924), Semana Missionária (1926) e Semana Social Católica (1928), bem como a presença de intelectuais católicos em torno das alianças pela bandeira da educação no país.

Entre as repercussões na década de 1930, temos a fundação de novos órgãos e instituições católicas (interligados à ACB) e o engajamento da militância pela LEC. Em 1932, é feita a reunião da Confederação Católica do Rio de Janeiro (um modelo de ação pastoral centralizada) com representantes de mais de 400 associações católicas. Nesse

caso, o padre jesuíta profere o discurso "O voto e a consciência", que enaltece aos católicos a obrigação legal e o dever moral. Tal convocação tem por objetivo posicionar os votos em prol das emendas católicas na Constituição Federal (1934-1937).

Após o triunfo católico constitucional, dá-se a realização do I Congresso Católico de Educação (1934), um sinal do movimento de restauração no campo educacional, que possibilita fortalecer discussões com as lideranças católicas entre as comissões de ensino religioso, sociologia educacional, educação e proletariado, metodologia e didática, teses especializadas, e a universidade católica.

Nesse cenário de intervenções e projetos em disputas, surge um líder intelectual eclesiástico hábil no poder das letras católicas, um representante fidedigno da Santa Sé em prol das encíclicas sobre formação e orientação da militância nos setores da sociedade, sendo "centro de gravidade de uma geração de intelectuais" católicos.

Para compreendermos as estratégias católicas impressas pelo Pe. Leonel Franca S.J., adentramos na investigação de sua trajetória no campo sócio-político-cultural. Além de autor dos manuais escolares *Noções de História da Filosofia* e *Apontamentos de Química Geral* (um aspecto que fortalece a missão jesuítica na educação da juventude), tem expressão editorial (escritos, prefácios, traduções, sermões, discursos e conferências) que constitui inúmeras publicações periódicas e obras apologéticas.

No campo editorial, o manual escolar *Noções de História da Filosofia* (1918) é uma obra impetrada pela tendência filosófica da renascença escolástica (séc. XVI e XIX) e, depois, de acréscimos primordiais ao organizar a documentação sobre a literatura filosófica no país, na 2ª edição (1921), introduzindo o capítulo "A filosofia no Brasil", considerado pela crítica literária (nacional e estrangeira) uma obra magistral e pioneira, por expor um viés crítico e apurado do autor jesuíta. Sua última atualização foi a 6ª edição (1940), ao introduzir o capítulo "Filosofia Contemporânea" (expõe um panorama atual da filosofia neoescolástica).

A posição estratégica do manual na formação da elite católica está alicerçada pelos imperativos da filosofia (neo)escolástica. E a crítica do autor sobre as inclinações da filosofia anticatólica aponta uma relação de poder na literatura filosófica, seguida por uma posição privilegiada entre as instituições tradicionais. São 25 edições (de 1918 a 1993) e uma alteração póstuma, na 16ª edição (1960), com o artigo "O pensamento filosófico no Brasil de hoje" e nota bibliográfica adicional do autor Pe. Henrique Vaz S.J. Após 17 anos sem reedição, o centenário do manual escolar de filosofia do padre jesuíta tem sua publicação como 1ª edição (2020) pela Calvariae Editorial.

No capítulo “A filosofia no Brasil”, o autor jesuíta ressalta discussões que divergem da cultura católica, como: o positivismo ortodoxo pelos aportes teóricos em Comte, seguido pela influência na organização política nacional republicana no país; o materialismo absorvido por Tobias Barreto; o espiritualismo da matriz bergsoniana com Farias Brito, impregnado por inúmeras lacunas teóricas que o distanciam da filosofia cristã; e o pampsiquismo panteísta de Farias Brito, sob influência filosófica moderna, que inclina a morte da religião católica.

Esses manuscritos do capítulo “A filosofia no Brasil” foram consultados no Arquivo da Companhia dos Jesuítas (RJ) e apontam a seguinte organização estrutural: correntes filosóficas, princípios teóricos, escolas, breve trajetória dos representantes, compêndios e obras, subdivisões dos temas, paginação, notas e outros, bem como correções, acréscimos e anotações precisas, que podem ser confrontadas (autenticidade) nas edições do referido capítulo no manual escolar.

A sistematização das correntes filosóficas brasileiras pelo autor jesuíta indica 18 autores/pensadores que produziram 39 obras, sendo intitulados quatro compêndios. A representação da corrente espiritualista se sobressai entre as correntes materialista e positivista, sendo alvo de apreciação por alguns críticos literários.

Ao evidenciar tal predomínio sobre a literatura filosófica, expõe os teólogos e filósofos católicos (Victor Cousin, Franços Fenélon, Jacques-Bénigne Bossuet, Étienne Bonnot de Condillac, Maine de Biran, Nicolas Malebranch, Matteo Liberatore, Luigi Taparelli e outros) na edificação dos fundamentos que norteiam as produções filosóficas brasileiras, sendo estratégico ao projeto de restauração aproximá-los dos novos leitores.

Além dos manuais escolares, as obras apologéticas do Pe. Leonel Franca S.J., têm impacto sobre os intelectuais católicos. Na obra *A Igreja, a reforma e a civilização* (1923), a erudição do autor nas questões sobre o catolicismo e a civilização o distinguem das influências marcantes no catolicismo brasileiro. A presença de intelectuais protestantes no Brasil inflama as questões religiosas contra o catolicismo, tornando inegável a repercussão das obras *Relíquias de uma polêmica* (1926); *Catolicismo e protestantismo* (1933); e *O protestantismo no Brasil* (1938) ao refutar tais polêmicas apologéticas, sinaliza traços de um atraso cultural já superado pela literatura religiosa europeia.

No percurso editorial acerca do *Ensino religioso e o ensino leigo* (1931), as discussões ocorrem sobre a reforma do ensino e a natureza das instituições pedagógicas. *O divórcio* (1931) mostra a estruturação das instituições familiares e a legislação; *A crise do mundo moderno* (1941) indica um panorama das profundas raízes do mundo moderno

e orientações sobre o humanismo cristão (base teórica do artigo "Ateísmo militante", em 1945); *Ratio Studiorum* (obra póstuma) faz a tradução e uma magistral introdução pela história das instituições jesuítas e a influência da filosofia antiga sobre a escolástica; e outras obras apontam a expressão autoral do intelectual eclesiástico.

As produções do autor sinalizam a influência da renascença escolástica, objeto estruturante pelo novo paradigma da tradição, intitulado humanismo cristão, ou seja, humanismo integral de Jacques Maritain, entre as orientações da encíclica *Aeterni Patris* (1879) sobre a restauração da filosofia cristã. Tal orientação do pontífice constitui os subtítulos do manual escolar *Noções de História da Filosofia* pelos temas: "Importância histórica de S. Tomás"; "Renascença escolástica no século XVI"; "Vista Retrospectiva – Juízo sobre a escolástica"; "Filosofia espiritualista no século XIX"; "A encíclica *Aeterni Patris*"; "Filosofia neoescolástica"; "Corrente espiritualista" (Brasil); e "Apêndice – Sobre a oportunidade e importância da renascença no século XIX".

A organização dos temas no manual escolar direciona a formação de uma elite entre ideias do humanismo integral (o papel do cristão para suscitar a força cultural e temporal de inspiração cristã) que possibilitem a representação da cultura católica nas instituições tradicionais (ensino secundário e superior) e sua relação com o progresso da ciência e das novas perspectivas da filosofia no século XX.

O Pe. Leonel Franca S.J., assistente eclesiástico do CDV, principal órgão da intelectualidade católica no país, atua pela manutenção de uma relação de poder intrínseca em prol da restauração, com membros que atuam na vida pública, como professores de instituições tradicionais, políticos, burocratas de alto escalão, escritores, juristas e outros.

As inúmeras conferências do padre jesuíta percorrem os espaços privilegiados na sociedade carioca, com foco na formação e organização de uma elite católica no campo sócio-político-cultural. Para Chartier (1991, p. 184), trata-se da "representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade". Essa projeção permite intensificar as articulações primordiais no avanço das orientações da Santa Sé (Vaticano), sobre as lideranças católicas na militância.

A presença do assistente eclesiástico entre as instituições e os órgãos católicos representa uma posição privilegiada de ação apostólica e sua extensão como membro de aparatos estatais. Com atuação no projeto de organizar e hierarquizar a ação da militância no cenário nacional, foi um censor oficial da Santa Sé entre os órgãos católicos (matrizes/filiais): CDV, na participação na vida política (Jackson de Figueiredo – líder

conservador) e cultural (Alceu Amoroso Lima – líder renovador); APCs, na atuação no campo político-educacional; SJSI, na projeção nas discussões de ordem jurídica da tradição católica; LEC, no avanço das emendas católicas nas constituições federais na década de 1930; AUC, na coordenação da juventude para atuar na restauração da ordem social cristã; e ACB, na formação de uma unidade de coordenação aos órgãos católicos. Essa estratégia católica forma uma estrutura essencial na edificação e extensão do projeto de restauração no país.

No Ministério da Educação e Saúde Pública, o padre jesuíta atua como membro do CNE e na elaboração do Plano Nacional de Educação entre sete específicas comissões: ensino primário, ensino secundário, ensino superior (filosofia, ciência e letras), ensino emendativo, regimentos, redação final e legislação e consulta. Essa posição possibilita projeções primordiais na orientação e organização das universidades federais e privadas do país, com foco no processo de autorização do ensino superior católico.

Na CNLD, a presença do líder eclesiástico jesuíta mostra indícios da sua relação intrínseca com o Ministro Gustavo Capanema, responsável pela formação da lista dos respectivos membros/censores dos livros didáticos (pelo controle político/ideológico e técnico/científico) entre representantes das instituições tradicionais católicas, laicas e militares.

A posição do manual *Noções de História da Filosofia* (8ª e 10ª edições), entre os dez manuais escolares de filosofia autorizados ao ensino secundário no período de vigência da CNLD, aponta certo rigor nos aspectos histórico, filosófico e metodológico dos conteúdos, como a consolidação de sua trajetória (1918) na formação de uma elite dirigente/intelectual. Um manual, para Choppin (2009, p. 65), "não é simplesmente um livro utilizado na escola. É de preferência um livro conscientemente concebido e organizado para servir aos objetivos de instrução" e um instrumento de poder na constituição do Estado.

Tais manuais de filosofia autorizados têm equilíbrio autoral — eclesiástico e leigo. Os autores eclesiásticos são jesuítas, beneditinos e maristas (ordens religiosas) e direcionam suas produções às respectivas instituições tradicionais de ensino secundário e superior. Na relação dos manuais de autores leigos, percebe-se certo predomínio católico ao evidenciar suas redes de sociabilidade (nos periódicos, órgãos e instituições católicas e laicas). Nota-se ainda a superioridade das edições nacionais sobre as estrangeiras (França e Portugal), sendo um movimento profícuo a literatura filosófica brasileira.

O manual escolar do padre jesuíta constitui uma estratégia, para Certeau (2008, p. 100), de "um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio". Além de posicioná-lo entre instituições tradicionais católicas, expõe um conjunto de temas (capítulos/subcapítulos) da renascença escolástica.

Essa estratégia no manual permite constituir uma lista de pensadores pela irradiação renovadora da escolástica nos grandes centros universitários (departamentos de filosofia) na Itália, na França, na Alemanha, na Bélgica, na Inglaterra, na Espanha e em Portugal, seguida por publicações de obras, coleções, edições críticas, monografias, periódicos e manuais. E a presença do *Ratio Studiorum* no incisivo uso dos idiomas latim e grego (notas, frases, notas de rodapé, termos, longos textos, obras e outros).

Entre os sinais do projeto de restauração no campo editorial no fim da década de 1910, está a presença de manuais escolares de filosofia pela tendência tomista, escolástica e espiritualista (Émile Boirac – *Cours Élementaire de Philosophie* (1900); Bernardo A. Madureira – *Filosofia* (1903); Mendes dos Remédios – *Filosofia Elementar* (1916); Pe. Leonel Franca – *Noções de História da Filosofia* (1918); e outros) em oposição aos avanços da tendência positivista (A. A. Magalhães e Silva – *Filosofia* (1910); Alves dos Santos – *Elementos de Filosofia Científica* (1913); e outros).

No entanto, os manuais de filosofia são produzidos no período de ausência da filosofia no currículo oficial (1890, 1901, 1911 e 1915), sendo instrumentos de ensino nas instituições tradicionais (e utilizados por legislações estaduais em oposição ao currículo oficial). Após as reformas educacionais (1925, 1931 e 1942), a filosofia retorna ao currículo oficial, assim como a projeção de tais manuais em disputa no campo editorial.

Nas primeiras décadas republicanas, as letras católicas têm espaço privilegiado em prol da restauração, e a posição do padre jesuíta na emergente ação apostólica no campo político-educacional (ensino superior) aponta articulações intensivas e precisas no Governo Federal, seguidas por alianças de uma rede de sociabilidade no CDV.

Os avanços nos projetos em disputa no campo político-educacional permitem, então, consolidar um aspecto central do projeto de restauração católica – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1947), idealizada na Carta Pastoral (1916). A posição estratégica do líder intelectual eclesiástico Pe. Leonel Franca S.J., demonstra uma relação de poder que inflamou articulações primordiais entre a Igreja Católica e o Estado. Assim, o padre jesuíta consolida sua trajetória na ação apostólica, sendo aclamado reitor da PUC-RIO, pela elite intelectual católica e indicação da Santa Sé (Vaticano).

REFERÊNCIAS

A CONFERÊNCIA de hoje do R. P. Leonel Franca, S. J. **A Noite,** Rio de Janeiro, 27 ago. 1932.

A CONFERENCIA do padre Leonel Franca. **A Noite**. Rio de Janeiro, 28 nov. 1930.

A IGREJA, a Reforma e a Civilização. **A Noite,** Rio de Janeiro, 28 dez. 1923.

A PRIMEIRA conferência da série, pelo padre Dr. Leonel Franca. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 mai. 1932.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AÇÃO Católica Brasileira. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1935.

AÇÃO Católica Brasileira. **A Ordem**. Rio de Janeiro. v. 19, n. 88, p. 110, fev. 1938. Acesso: 09 jul. de 2019.

AIRES, Leopoldo. Literatura Philosophica. **O Jornal**. Rio de janeiro. 21 nov. 1936.

ALEIXO, José Carlos Brandi (Pe.). Pe. Leonel Edgard da Silveira Franca, S. J.: Reitor da primeira Universidade Católica do Brasil. **Pensam. Real.** São Paulo. v. 7, n. 15, p. 107-120, 2004.

AMARAL, Gastão Franca. Através dos Livros. **Gil Blas**. Rio de Janeiro. 20 de mar. 1919.

AOS COLLEGIOS. Novos livros escolares. **O Jornal**. Rio de janeiro. 31 jan. 1931.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. O Centro D. Vital: estudo de caso de um grupo de intelectuais católicos no Rio de Janeiro entre os anos 1920 e 1940. In: RODRIGUES, Candido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (Orgs). **Intelectuais e Militância Católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. O livro católico e o mercado editorial brasileiro. In: AMORIM, Antônio Carlos; WUNDER, Alik. (Org.). **Leituras sem margens**. Campinas: Edições Leituras Críticas, 2014.

AS CONFERENCIAS do pe. Leonel Franca. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 out. 1931.

AS FACULDADES Católicas em 1942. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 12 set. 1943.

AUGUSTO, Celestino (Ir.). **Ação Católica nas Escolas**. Rio de Janeiro: Ed. Paulo de Azevedo & Cia, 1940.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). **Síntese**, v. 7, n. 19, p. 49-71, 1980. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2272>. Acesso: 04 dez. 2019.

BASTOS, Maria Helena Camara. Manuais escolares franceses no imperial colégio de Pedro II (1856-1892). **Revista História da Educação**, v. 12, n. 26, p. 39-58, set/dez, 2018. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29209>. Acesso: 15 nov. 2019.

BENCOSTTA, Marcus Key Albino. A cultura escolar na historiografia da educação brasileira: Alcances e limites de um conceito. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; BITTENCOURT; Agueda Bernardete. O livro e o selo: editoras católicas no Brasil. **Pro-Posições**. v. 25, n. 1 (73), p. 117-137, jan./abr. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072014000100007&script=sci_abstract &tlng=pt >. Acesso em: 13 fev. 2019.

BIBLIOGRAFIA. **A Cruz**. Rio de Janeiro. 15 Mai, 1932.

BIBLIOGRAPHIA scienctifica do mez. **Fru-Fru**. Rio de Janeiro. n. 18, p. 83, Jan, 1933.

BOLETIM DA APCs. Summario. **Boletim da APCs**. Rio de Janeiro. Ano 1, n. 2, set. 1932.

BOLETIM PUC-RIO. Conferências pedagógicas. **Boletim PUC-RIO.** Rio de Janeiro. Ano 8, n. 4 (Especial), set. 1978.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Dispõe sobre a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti 1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 10.985,** de 1º de dezembro de 1942**.** Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, de ciências sociais, de geografia e história, de letras clássicas, de letras neo-latinas, de letras anglo-germânicas e de pedagogia, mantidos pela faculdade Católica de Filosofia, com sede no Distrito Federal. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10985-1-dezembro-1942-467766-ublicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 27 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 19.850,** de 11 de abril de 1931a. Crêa o Conselho Nacional de Educação. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-9850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 30 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 19.941,** de 30 de abril de 1931b. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/

legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.006**, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 13 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.417**, de 13 de julho de 1939. Dispõe sobre o regime do Livro Didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1417-13-julho-1939-411311-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 20.108**, de 15 de julho de 1931b. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br /legin /fed/ dec lei/1930-1939/decreto-lei-292-23fevereiro1938-348737-publicacao original-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244,** de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 15 mar. 2017.

BRASIL. Portaria nº 19, de 12 de janeiro de 1946. Programa de Filosofia do Curso Colegial Clássico e Científico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo, Rio de janeiro, RJ, 18 jan. Seção 1, p. 853.

BRITO, Raimundo de Farias. **A verdade como regra das ações: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

CALMON, Pedro. A crise do mundo moderno. **A Noite**. Rio de janeiro, 01 mar. 1941.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926 - 1938**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

CARDIJN, Card. Joseph. **Leigos nas linhas de frente**. SP: Editora Paulina, 1967.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Debates pedagógicos de Alceu Amoroso Lima. In: In: HAMDAN, Juliana Cesário e XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). **Clássicos da Educação Brasileira**. Vol. 2. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de**. A escola e a República**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação** [S. l.]. v. 30, n. 2, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ revce/2005 /02/a6.htm>. Acesso: 30 mai. 2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). **Cadernos ANPEd** [S. l.], n. 7, dez., p. 41-60, 1994.

CARVALHO**,** Marta Maria Chargas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO**,** Marta Maria Chargas de. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a IV Conferência Nacional de EDUCAÇÃO. In: **Rev. Bras. Estudos pedagógicos/INEP. v. 96. n. esp**. Brasília, DF: O instituto, 2015.

CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e Restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CENTRO D. VITAL. Cursos 1930. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 10, v. 2, n. 6, (nova série), p. 3, abr. 1930.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 14ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul/dez 2011. Disponível em: <http://www. periodicos.ufgd.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1598>. Acesso: 01 mai. 2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan/abr 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/ 8601/10152>. Acesso: 10 mar. 2017.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro - uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

CHIMICA Geral. **A Noite,** Rio de janeiro, 29 ago. 1919.

CHOPPIN, Alain. "Pasado y presente de los manuales escolares". Traducido por Miriam Soto Lucas. En: **Revista Educación y Pedagogía**. Medéllín: Facultad de Educación. Vol. XIII, No. 29-30, (enero-septiembre), 2001. pp. 209-229.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11): 5-24. abr. 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596>. Acesso: 13 mai. 2018.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan/abr. 2009. Disponível em: http//fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso: 05 fev. 2018.

CHOPPIN, Alain. Política dos livros no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan/abr. 2008. Disponível em: < http//fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CÓDIGO de Direito Canônico. Promulgado por S. S. O Papa João Paulo II. (Versão Portuguesa). 4ª ed. Revista. **Conferência Episcopal Portugal**: Lisboa, 1983.

COMPÊNDIO de Filosofia para o 7ª ano e aptidões aos Cursos Superiores (Lisboa). **Brotéria**. Lisboa. v. 49, f. 1, p. 112, Jun,1944.

Concurso de beleza. **A Ordem**. Rio Janeiro. Ano. 10, n. 9, p. 91-94, out. 1930.

CONFEDERAÇÃO brasileira dos professores catholicos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 16 set. 1933.

CONFERENCIAS do dr. Leonardi Van Acker. **A Gazeta**. São Paulo. 26 Abr, 1930.

CONGREGAÇÃO Mariana de Nossa Senhora das Victorias. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 29 set. 1929.

CORREIA, Alexandre. Filosofia da Escola Nova, **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 11, v. 4, n. 11, p. 205-217, jan. 1931.

CORREIA, Alexandre. O Philosopho. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 11, v. 5, n. 11, p. 205-217, mar./abr./mai. 1929.

CORRESPONDÊNCIA. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano. 22, v. 28, p. 89-94, out. 1942.

COSTA, Pe. J. B. Portocarrero. **Ação católica: conceito, programa, organização**. Rio de Janeiro: Empresa Ed. ABC Limitada, 1937.

COUTINHO, Afrânio. Humanismo Integral Cristão. **A Ordem.** Rio de Janeiro. s/n. p. 436-441, nov./dez. 1936.

CURY, Carlos Roberto Jamil. 2010. Ensino Religioso: retrato histórico de uma polêmica. In: CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves, **Estado, Igreja e Educação – o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. São Paulo, Alínea, p. 11-50.

D`ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira (Pe.). **O Padre Leonel Franca S. J**. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

DALLABRIDA, Norberto; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. A educação escolar brasileira na I Republica. In: FRANCO, José Eduardo; DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rogério Luiz de Souza (Org.) **Gêmeas Imperfeitas: As Repúblicas do Brasil e de Portugal unidas no ideal e diferenciadas nas práticas**. Florianópolis: Edições do boque NUPPE/CFH/UFSC, 2019.

DARTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DASSIE, Bruno Alves. A Comissão Nacional do Livro Didático após 1945 e os livros de matemática aprovados para uso no ensino secundário. **Revista Histedbr** On-line, Campinas. n. 47, p. 88 -107, set. 2012.

DEPOIMENTO. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 15, v. 14, n. 60, p. 77-83, jul./dez. 1935.

DEVER Cultural dos católicos (parte 2). **A Ordem**. Rio de Janeiro. n. 26. p. 1-6, abr. 1932b.

DEVER político dos católicos (parte 1). **A Ordem**. Rio de Janeiro. n. 25, p. 1-6, mar. 1932a.

DIAS, Romualdo. Imagens de Ordem: **A doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922 - 1933**. São Paulo: UNESP, 1996.

DUMONT. Isidoro (Ir.). **Pontos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

DUQUE-ESTRADA, Osório. Registro literário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 21 fev. 1922.

EM COMEMORAÇÃO do 4º Centenário da companhia de jesus. **Correio Paulistano**. São Paulo. 06 nov. 1940.

ESCOLANO BENITO, Augustín. El manual como texto. **Pro-Posições.** v. 23, n. 3(69), p. 33-50, set./dez. 2012.

ESTATUTO de Centro D. Vital no Rio de Janeiro. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano. 11, v. 5, p. 55-60, jan.1931.

FACULDADES Católicas. **A Ordem**. Rio de Janeiro. n. 114, p. 31-32, mar.1941.

FALECIMENTOS. **Correio Paulistano**. São Paulo. 03 out. 1937.

FARIAS, Esdras. Noções de História da Filosofia. **Intransigente**. Rio de Janeiro. 15 out. 1919.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiro. **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC-Inep, 1999.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2008. (Dissertação em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

FIENE. Fernando (Fr.). A história da philosophia de Leonel Franca S. J. **Vozes de Petrópolis**. Rio de janeiro. p. 283-295. 01 mar. 1922.

FIGUEIREDO, Fidelino de. De Re Philosophia. **O Dia**. Rio de janeiro. 03 de ago. 1922.

FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura e Reaccionaria. **Gazeta de Notícia**. Rio de janeiro. 2 de jan. 1924.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação dos livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

FORMANDO a juventude nos princípios sociais-cristãos. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 marc. 1944.

FRANCA, Leonel (Pe.). A família e o divórcio. **Hierarchia**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 2, p. 117-123, out. 1931a.

FRANCA, Leonel (Pe.). **Alocuções e artigos**. Rio de Janeiro: AGIR, 1954a. [Obras Completas do Pe. Leonel Franca S. J. Volume V; Tomo I].

FRANCA, Leonel (Pe.). **Alocuções e artigos**. Rio de Janeiro: AGIR, 1954b. [Obras Completas do Pe. Leonel Franca S. J. Volume V; Tomo II].

FRANCA, Leonel (Pe.). Aspecto social e pedagógico do ensino religioso. **Hierarchia**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, p. 8-12, ago. 1931b.

FRANCA, Leonel (Pe.). Caracteres fundamentaes do thomismo. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 9, v. 2, p. 26-49, set./dez. 1929.

FRANCA, Leonel (Pe.). **Catolicismo e Protestantismo**. Rio de janeiro: Agir, 1952b.

FRANCA, Leonel (Pe.). Divórcio e suicídio**. A Ordem.** Rio de Janeiro**.** v. 4, n. 11, p. 330-342, jan. 1931c.

FRANCA, Leonel (Pe.). **Livro dos Salmos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1953b.

FRANCA, Leonel (Pe.). **Noções de História da Filosofia**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

FRANCA, Leonel (Pe.). O dever do voto. **A Ordem/RN**, Rio Grande do Norte, 16 mar. 1937.

FRANCA, Leonel (Pe.). O ensino religioso na nova Constituição. **Revista Brasileira Pedagógica**. Rio de Janeiro. v. 2, n. 7, p. 81-89, 1934.

FRANCA, Leonel (Pe.). **O Método Pedagógico dos Jesuítas**. Rio de janeiro: Agir, 1952a.

FRANCA, Leonel (Pe.). O Voto e a Consciência. In: **Liga Eleitora Católica: Catholicos e o Voto**. Rio de Janeiro: Tip. Do Patronato, 1932.

FRANCA, Leonel (Pe.). **Polêmicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1953a.

FRANCA, Leonel (Pe.). Rumos da democracia. **Jornal do Commercio**, Rio de janeiro, 24. nov. 1946.

FRANCA, Leonel (Pe.). Unidade e dispersão em pedagogia. **Boletim da APCs**, Rio de Janeiro. Ano 1, n. 2, p. 17-18, set. 1932.

GEENEN, Henrique. **Compêndio de Filosofia**. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1933.

GOMES, Perillo. Bibliographia. **A Ordem.** Rio de Janeiro. Ano 1, n. 8, p. 102-121, mar. 1922.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HAMDAN, Julia Cesário; XAVIER, Maria do Carmo (Orgs). **Clássicos da Educação Brasileira.** Vol. 2. Belo Horizonte: Massa Edições, 2011.

HANSEN, João Adolfo. *Ratio Studiorum* e Política Católica Ibérica no século XVIII. In:

HISTÓRIA da Filosofia. **A Noite,** Rio de Janeiro. 2 set. 1944.

HISTÓRIA da Filosofia. **Brotéria**. Lisboa. v. 17, f. 2-3, p. 162-163. Ago./set. 1933.

HOMENAGEM das Faculdades católicas ao Chefe do Governo. A **Cruz**, Rio de Janeiro, 19 set. 1943.

INAUGURA-se a Sociedade Jurídica Santo Ivo. **A Noite**, Rio de janeiro, 14 set. 1928.

ÍNDICE. **A Ordem**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, especial e 2 (nova série), p. 1-3, jan. 1929.

INFORMAÇÃO e formação. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1925.

INSTITUTO Catholico de Estudos Superiores. **A Noite,** Rio de Janeiro, 24 mai. 1932.

INTRODUÇÃO a Filosofia-Lógica. **Brotéria**. Lisboa. v. 17, f. 1, p. 71, jul. 1933.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JASPERS, Ludgero. **Historia da Philosophia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

JASPERS, Ludgero. **Manual de Filosofia**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo. n. 1, jan./jun. p. 9-43, 2001.

LAVOURA E COMERCIO. Instituto superior de Cultura. **Lavoura e Comercio**. Uberaba. 26 fev. 1944.

LIGA Feminina da Ação Católica. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 23 set. 1934.

LIMA, Alceu Amoroso. **Notas para a História do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **Pela Ação Católica**. Rio de Janeiro: Ed. da Biblioteca Anchieta, 1935.

LIMA, Alceu Amoroso. Prefácio. In: MARITAIN, Jacques. **Cristianismo e Democracia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1945a.

LIMA, Alceu Amoroso. Programa da Liga Eleitora católica. **A Ordem**. Rio de Janeiro. n. 9, p. 424, out./nov. 1945.

LIVRARIA moderna de Guimaraes & sobrinho. **O Imparcial**. Maranhão. 01 mai. 1933.

LIVROS escolares. **Correio da Manhã**. Rio de janeiro. 27 mar. 1932.

LIVROS novos. **Correio Paulistano**. São Paulo. 28 nov. 1926.

LIVROS Novos. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 19 abr. 1919.

LIVROS. **Correio Paulistano**. São Paulo. 28 fev. 1937.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografiado manual escolar em Portugal. **Sísifo**/**Revista de Ciências da Educação.** Lisboa, n. 01, p. 5-14, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ore.org.pt /filesobservatorio/pdf/OManualEscolarNoQuadrodaHistoriaCultural.pdf>. Acesso: 02 abr. 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiz. Prefácio. In: PUZZOLI, Lafaiete; LIMA, Jorge da Cunha (org.). **Presença de Maritain: testemunhos**. 2ª ed. Ampl. São Paulo: LTr, 2012.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro. v. 38 (3), p. 197-2117. 2018. Disponível em: <http://www. scielo.br/pdf/rs/v38n3/0100-8587-rs-38-3-00197.pdf>. Acesso: 15 jan. 2020.

MARITAIN, Jacques. **Cristianismo e Democracia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

MARITAIN, Jacques. **Rumos da Educação**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

MENDES, Candido. Humanismo e Integrismo em Maritain. In: PUZZOLI, Lafaiete; LIMA, Jorge da Cunha (org.). **Presença de Maritain: testemunhos**. 2ª ed. Ampl. São Paulo: LTr, 2012.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOBILIZEMO-NOS. **A Ordem**. Rio de Janeiro. v. 7, n. 34, p. 1-4, dez. 1932.

MOURA, Carlos André Silva de. “Restaura todas as coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização do Brasil (1916-1942). In: RODRIGO, M. C; PAULA, C. J. de (Orgs). **Intelectuais e Militância Católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

MUNAKATA, Kanakata. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. hist. edu.,** Campinas-SP. v. 12, n. 3(30), p. 179-197, set./dez. 2012.

NASCIMENTO, Alba Canizares. Ensaios de Philosophia Thomista. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1929.

NERY, Castro (Pe.). **Filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

NERY, José de Castro (Pe.). **Programa de Ação Católica**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1933.

NERY. José de Castro (Pe.). **Filosofia**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1934.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de Filosofia: das origens à idade moderna.** São Paulo: Globo, 2005.

NO MUNDO das letras. **A Notícia**, Rio de janeiro. 19 fev. 1919.

NOVOS. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro. n. 41, p. 37, 1944.

O Boletim da AUC. **A Ordem.** Rio de Janeiro. v. 5, n. 11 a 16 (nova série) p. 311-312, jun. 1931.

O CREPÚSCULO da civilização. **A Ordem**. Rio de Janeiro. n. 105, p. 186-190, ago. 1939.

OS DIREITOS autorais. **A Noite**. Rio de janeiro, 06 fev. 1925.

OSSENBACH, Gabriela. Manuales escolares y patrimônio histórico-educativo. **Educativo Siglo XXI. v**ol. 28, n. 2, p. 115-132, 2010.

OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel. **Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación em América Latina**. Madri: UNED, 2009.

PAIN, Antonio. **Os intérpretes da filosofia brasileira**. Londrina: Editoral UEL, 1999.

PAPA LEÃO XI. **Encíclica *Divini Illius Magistri* –** Acerca da educação cristã da juventude. Roma: Libreria Editrice Vaticano, 1929.

PAPA LEÃO XI. **Encíclica *Divini Redemptorios*** – *Sobre* o comunismo ateu. Roma: Libreria Editrice Vaticano, 1937.

PAPA LEÃO XIII. **Encíclica *Aeterni Patris*** – Sobre a restauração da filosofia cristã conforme a doutrina de Santo Tomás de Aquino. Roma: Libreria Editrice Vaticano, 1879.

PAPA PIO X. **Encíclica *Il Fermo Proposito***. Para desenvolvimento e estabelecimento da Ação Católica. Roma: Libreria Editrice Vaticano, 1905.

PASCHOA dos intellectuaes, no Rio. **A Ordem/RN**. Rio Grande do Norte. 27 mai. 1940.

PAULA, Christiane Jalles de. De "católico-intelectual" a "intelectual-católico/" – O itinerário de Gustavo Corção no catolicismo brasileiro. In: RODRIGO, M. C.; PAULA, C. J. de (Orgs). **Intelectuais e Militância Católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

PÉCAUT, Daniel**. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PROFESSOR Jonathas Serrano. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro. 18 nov. 1944.

PUSSOLI, Lafaiete; LIMA, Jorge da Cunha (org.). **Presença de Maritain: testemunhos**. São Paulo: LTr, 1995.

PUZZOLI, Lafaiete; LIMA, Jorge da Cunha (org.). **Presença de Maritain: testemunhos**. 2ª ed. Ampl. São Paulo: LTr, 2012.

REALE, Giovani; ANTISERI, Dario. **Do Humanismo a Kant.** Vol. 2. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

REALE, Giovani; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Romantismo até nossos dias.** Vol. 3. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

REGISTRO mensal renovado do pensamento e da acção da nacionalidade em marcha. **Fru-Fru**. Rio de Janeiro. n. 18, p. 3, Jan, 1933.

REGISTRO: Summa Theologica. **A Ordem.** Rio de Janeiro. Ano 10, v. 2, n. 6, (nova série), p. 89-90, abr. 1930.

REGO. Padre Costa. Literatura Philosophica. **A União**. Rio de janeiro. 6 de mar. 1919.

RIBEIRO, João. Chornica Literária. **O Imparcial**. Rio de janeiro. 14 de mar. 1922.

RIBEIRO, João. Chronica Literaria. **O Imparcial**. Rio de janeiro. 12 de dez. 1919.

RIBEIRO, José Bonifácio; SILVA, da José. **Compêndio de Filosofia**. 3ª Ed. Lisboa: Brisa LDA, 1947.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; SOMIZA, Miguel. Apresentação do dossiê Manuais escolares: múltiplas facetas um objeto cultural. **Pró-Posições**, v. 23, n. 3(69), p. 21-31, set./dez. 2012. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/02.pdf > Acesso em: 13 de jan. 2017.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução da Impressa: A Imprensa na França 1775 - 1800**. São Paulo: USP, 1996.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem - uma revista de intelectuais católicos 1934 - 1945**. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928 - 1946**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

ROSA, Maristela da. **Escolanovismo Católico Backheusiano: apropriação e representação da escola nova tecidas em manuais pedagógicos (1930-1940)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Theobaldo de Miranda. Depoimento. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano. 16, v. 14, n. 60, p. 77-83. jul./dez. 1935.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção políticas dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais.** v. 9, n. 17, p. 19-50, jan./jun. 2012. Disponível em: < http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/990>. Acesso: 15 set. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B; COSTA, Vanda M. R. **Os tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

SERRANO, Jonathas. **História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde. 1944.

SERRANO, Jonathas. Letras Catholicas. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano. 13, v. 7, n. 24, p. 43-45, fev. 1932.

SILVA, Aldemir Barbosa da. **As evidências do método pedagógico jesuítico nos manuais escolares de filosofia nas décadas de 1910 a 1940**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Arlete Pinto de Oliveira (Org). **Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004.

SILVEIRA, Alfredo Baltasar da. Os livros do Prof. Jonathas Serrano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 05 de out. 1943.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. RJ: FGV, 2003.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**. v. 14, n. 55, p. 39-59, abr./jun. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>. Acesso: 19 set. 2018.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Maritain e o Brasil. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 26, n. 5-6, p. 203-208, mai./jun. 1946.

TRÊS LIVROS do dr. Castro Nery. **A Gazeta,** São Paulo, 2 jun. 1932.

UM ILUSTRE Jesuíta. **O Brasil Ilustrado**. Rio de Janeiro. out.1919.

UMA CONFERÊNCIA do Padre Leonel Franca. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1933.

UMA Grande obra de cultura. **A Ordem**. Rio de Janeiro. n. 28, p. 65-66, jun. 1932.

VALÉRIO, T. F. **Associação Brasileira de Educação: as Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928−1942).** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

VAN ACKER, Leonardo. A encíclica "*Divini Illius Magistri*" e a educação humana. **A Ordem.** Rio de Janeiro. Ano 20, v. 23, p. 57-70, jan./jun. 1940.

VAN ACKER, Leonardo. **Introdução a Filosofia Lógica**. São Paulo: Livraria Acadêmica/Saraiva e Comp., 1932.

VAN ACKER. Leonardo. Escolástica e política: A propósito do personalismo de Jacques Maritain. **A Ordem**. Rio de Janeiro. Ano 26, n. 1-2, p. 39-51, jan./fev. 1946.

VAZ, Henrique (PE.). O pensamento filosófico no Brasil. In: Franca, Leonel (Pe.). **Noções de História da Filosofia**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

VELLOSO, Leão. Livros novos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 23 fev. 1919.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "*A Ordem*. Uma revista de doutrina política e cultura católica". **Revista de Ciência Política.** v. 21, n. 3, p. 117-160, jul./set. 1978. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59839/58163>. Acesso: 13 set. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos: Tópicas em História da Educação.** São Paulo: USP, 2001, p. 67-96.

VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

VILHAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VILHAÇA, Antônio Carlos. Padre Leonel Franca, um polemista. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 05 ago. 1984.

VILHENA, Cyntia Pereira de Souza. Imprensa e Educação Católicas na formação do público leitor feminino (1920/1950). **Proj. História**. São Paulo, (11) nov. 1994.